



Instituto Superior de Ciências Educativas

Departamento de Educação

Evolução Legislativa da Educação Especial em Portugal
(de 1973 até à atualidade)

Teresa Manuela Vasques Fadista da Cruz Rosado

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Educação Especial
Área de Especialização: Domínio Cognitivo e Motor

Orientador:
Dr. João Casal, Professor Especialista, ISCE

dezembro, 2014



Instituto Superior de Ciências Educativas

Departamento de Educação

Evolução Legislativa da Educação Especial em Portugal
(de 1973 até à atualidade)

Teresa Manuela Vasques Fadista da Cruz Rosado

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Educação Especial
Área de Especialização: Domínio Cognitivo e Motor

Orientador:
Dr. João Casal, Professor Especialista, ISCE

dezembro, 2014

*Toda a pessoa tem direito à educação.
A educação deve ser gratuita, pelo menos
a correspondente ao ensino elementar fundamental.*

Declaração Universal dos Direitos do Homem – ONU

*Ninguém é igual a ninguém.
Todo ser humano é um
estranho ímpar.*

Carlos Drummond de Andrade

AGRADECIMENTOS

Qualquer dissertação de mestrado é o resultado de uma longa jornada individual mas, felizmente, nem sempre solitária. Foram vários os que me acompanharam neste percurso e a quem devo um agradecimento.

Uma primeira palavra para o meu orientador, Dr. João Casal, a quem agradeço a confiança para me acompanhar neste percurso, os seus comentários pertinentes, a permanente disponibilidade e o profundo respeito pela minha autonomia.

Aos meus pais, Manuel e Guilhermina, agradeço o apoio e o incentivo constantes.

Um especial agradecimento ao António, meu marido, companheiro de descoberta e meu primeiro leitor. Agradeço a leitura dedicada e os comentários ao texto, que enriqueceram decisivamente a sua versão final. A ele devo o ânimo nos momentos mais difíceis. Por fim, uma palavra para as minhas filhas, Maria Teresa e Maria Luísa, a quem devo a perceção daquilo que é verdadeiramente importante na vida. Aos três dedico este trabalho.

RESUMO

Perspetivando o caminho da inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular, o presente estudo tem como objetivo identificar as principais linhas de orientação da legislação portuguesa no que concerne à educação especial, desde a reforma de 1973 até à atualidade, analisando as principais medidas e alterações introduzidas.

Esta investigação incide, assim, sobre a evolução dessas linhas de orientação, nomeadamente no que diz respeito aos conceitos de escola inclusiva e para todos e de aluno de educação especial, assim como à especificidade do atendimento dado a estas crianças, em termos de respostas educativas e apoios sociais escolares.

Para esse efeito, procedeu-se a um estudo qualitativo, em que foi realizada a análise documental e de conteúdo dos documentos legais mais relevantes para esta investigação, num total de 28, tendo em conta as categorias de análise definidas.

As conclusões retiradas deste estudo revelam que a inclusão e a integração escolar dos alunos com necessidades educativas especiais têm sido feitas, no decurso das últimas quatro décadas, por via legislativa, de forma regular e consistente. As alterações ao enquadramento legislativo que enforma a educação especial tendem a acompanhar a evolução conceptual ocorrida nas últimas décadas em torno da conceção de escola e de aluno com necessidades educativas especiais, bem como a individualização das respostas educativas prestadas, tendo sempre em vista a melhoria do atendimento a estes alunos, ao nível do seu processo de ensino e de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Legislação; Inclusão Escolar; Necessidades Educativas Especiais.

ABSTRACT

Looking ahead to the path of inclusion of students with special education needs in regular education, this study aims to identify the main guidelines of the Portuguese legislation on special education, since the reform of 1973 to the present, analyzing the main measures and amendments. This study focuses therefore on the development of these guidelines, in particular with regard to the concepts of inclusive school and special education students, as well as the specificity of answers given to these children, in terms of educational answers and social school support.

For this purpose, we carried out a qualitative study, which was conducted by document analysis and content analysis of the most important legal documents for this investigation, a total of 28, taking into account the defined categories of analysis.

The conclusions drawn from this study reveal that the school inclusion and integration of pupils with special educational needs have been made during the last four decades, by law, in a regular and consistent way. The changes to the legislative framework that shapes special education tend to follow the conceptual evolution over recent decades around school and student with special educational needs notions, and the individualization of the provided educational responses, always bearing in mind the improvement of assistance to these students, concerning their teaching and learning process.

KEYWORDS: Special Education; Legislation; School Inclusion; Special Education Needs.

Índice

1. Introdução.....	1
2. Enquadramento Teórico.....	3
3. Metodologia	16
3.1. Formulação do Problema ou Problemática.....	16
Pergunta de Pesquisa / Hipóteses	16
3.2 Objetivo de Estudo - Geral e Específico	16
3.3. Tipo de Estudo	17
3.4. Instrumentos/Materiais	18
3.5. Procedimentos	18
4. Resultados.....	20
4.1. Descrição dos Resultados.....	20
4.2. Discussão dos Resultados	46
5. Conclusão.....	71
6. Referências Bibliográficas.....	75
7. Apêndice	80
8. Anexos.....	102

Índice de Quadros

Quadro 1.....	21
Quadro 2.....	21
Quadro 3.....	22
Quadro 4.....	24
Quadro 5.....	24
Quadro 6.....	26
Quadro 7.....	27
Quadro 8.....	27
Quadro 9.....	28
Quadro 10.....	29
Quadro 11.....	30
Quadro 12.....	31
Quadro 13.....	32
Quadro 14.....	33
Quadro 15.....	35
Quadro 16.....	37
Quadro 17.....	38
Quadro 18.....	40
Quadro 19.....	42
Quadro 20.....	44
Quadro 21.....	45
Quadro 22.....	45

1. Introdução

Conforme explicita o *Manual de Apoio à Prática* (2008, 15), que orienta a aplicação do Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, a educação especial é uma modalidade do sistema educativo português cujo principal objetivo é criar “condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social”. Subjacentes a este objetivo, encontram-se os princípios da filosofia de inclusão educativa que perpassa a maioria das teorias modernas sobre educação, e em particular sobre educação especial, assim como as noções de acesso e sucesso educativos, e igualdade de oportunidades, nas quais assentam as orientações emanadas dos diversos documentos legislativos sobre educação, e mais concretamente sobre educação especial, aprovados nos últimos 40 anos. Assim, até se chegar ao atual conceito de educação especial, foi percorrido um longo caminho, do qual dão conta os vários normativos que foram sendo publicados, especialmente desde 1973 até à atualidade, resultado das transformações políticas e sociais que o país atravessou, as quais condicionaram, fortemente, o panorama educativo português. De facto, com o alargamento da escolaridade obrigatória a grupos de alunos cada vez mais diversificados, a escola viu-se na iminência de adaptar-se e responder às diferenças, reconhecendo as necessidades educativas individuais de todos os alunos, com particular atenção a alunos com incapacidade ou deficiência, de modo a proporcionar-lhes condições favoráveis para alcançarem o sucesso educativo. Para garantir o cumprimento destas condições, a lei desempenha um papel fundamental, fornecendo o enquadramento que sustenta as políticas educativas dos diferentes governos. Segundo Farrell (2009), as leis que asseguram os direitos das crianças com necessidades educativas especiais evitam que os mesmos sejam excluídos do sistema educativo público, visto que o processo de ensino e de aprendizagem é programado de acordo com as suas especificidades e capacidades.

Nesta dissertação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, ministrado pelo Instituto Superior de Ciências Educativas, para obtenção do grau de mestre em Educação Especial, o tema tratado tem por base os principais regulamentos legislativos que organizaram a educação

especial em Portugal nas últimas quatro décadas (incluindo leis, decretos-lei, despachos e portarias), partindo da Lei n.º 5/73 de 25 de julho e fazendo o percurso legislativo das principais orientações até à atualidade.

Na elaboração deste trabalho começámos por definir o objeto de estudo e de pesquisa com vista à elaboração da dissertação de Mestrado em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor. Em seguida, traçámos os objetivos gerais e específicos que pretendemos concretizar com a presente dissertação, procedendo à recolha bibliográfica relevante para o desenvolvimento do tema escolhido.

Posteriormente, passámos à formulação do problema, a que procuramos dar resposta ao longo da dissertação. Para esse efeito, foi realizada a análise documental e a análise de conteúdo, que explicitaremos nos capítulos sobre o tipo de estudo e procedimentos.

Assim, com este trabalho pretendemos aprofundar um tema de interesse a todos os que trabalham na área da educação, constituindo-se, por um lado, como um documento expressivo no âmbito da compreensão da educação especial e, por outro lado, como um contributo substancial no que diz respeito à minha formação enquanto docente de educação especial. Neste contexto, a escolha do tema que nos propomos trabalhar foi determinada por diferentes motivos, quer pessoais, quer profissionais.

Trata-se de uma escolha pessoal, pois corresponde a uma necessidade em obter e consolidar conhecimentos sobre o tema escolhido, fazendo-o de forma estruturada e exaustiva. Deste modo, pretendemos construir um documento que seja útil, perceptível e de fácil consulta para todos quantos queiram conhecer, mais a fundo, a evolução legislativa da educação especial em Portugal no período que medeia entre a reforma de 1973, implementada pelo então ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, e a atualidade.

Existem, igualmente, motivações profissionais que sustentam a nossa opção, na medida em que consideramos ser fundamental, não só conhecer em profundidade, mas também entender a evolução dos pressupostos teórico-legais que, nos últimos anos, deram consistência à educação especial, enquanto veículo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no sistema educativo português.

Para terminar, consideramos que a pesquisa desenvolvida permite aprofundar a visão histórico-legislativa da educação especial em Portugal das últimas quatro décadas e, de certa forma, preenche uma lacuna no âmbito deste tema, o qual, embora seja abordado frequentemente, limita-se a fornecer o enquadramento para trabalhos sobre outros aspetos específicos da educação especial, como tipos de problemáticas, carecendo de um tratamento mais intenso que ajude a compreender a história da inclusão nas escolas portuguesas.

2. Enquadramento Teórico

Na década de 60, os níveis de escolarização dos portugueses apresentavam indicadores muito baixos, encontrando-se a maioria da população numa de três situações: analfabetismo; capacidade de leitura, mas sem grau de ensino; ou conclusão do ensino primário. Apenas uma pequena minoria tinha frequentado o ensino secundário e um número ainda menor possuía um diploma de formação superior. Durante o período da ditadura, a situação do ensino em Portugal espelhava o desinteresse e o desinvestimento do governo na educação e na cultura dos cidadãos. Segundo Mesquita (2001), são vários os fatores que concorriam para esta conjuntura: mais de metade do orçamento do Estado era dedicado à guerra colonial e menos de 5% à educação; a falta de preparação dos professores, bem como as condições económicas que lhes eram oferecidas (muitos dos professores diplomados optavam por outro emprego); a elevada taxa de reprovação; a existência de poucos professores nas escolas e o facto de estas serem unitárias; a escassez de escolas de formação profissional para os quadros intermédios e a quase inexistência de escolas especiais, o que implicava a falta de atendimento médico-pedagógico a crianças com necessidades educativas especiais. Com efeito, a oferta na área da educação de crianças e jovens deficientes era muito restrita.¹

Em Portugal, a década de 70 constitui um marco determinante na implementação de renovações significativas no contexto da Educação e em particular da Educação Especial. Esta evolução está estreitamente relacionada com a mudança de paradigma face ao deficiente, bem como a novas ideias sobre a escolaridade, nomeadamente o carácter de obrigatoriedade da mesma, a organização da estrutura escolar e o seu modo de funcionamento. Para além disso, o desenvolvimento da classe média, bem como as suas aspirações sociais e culturais vêm exercer forte pressão sobre o sistema educativo. Deste modo, as práticas segregativas tradicionais

¹ De acordo com Mesquita (2001), o “Ministério da Educação limitava-se a manter as chamadas “classes especiais” nas escolas do ensino regular, criadas nos anos 40 e organizadas em função das categorias de deficiências. A segurança social completava este quadro, embora com escassas estruturas. Perante este estado de coisas os pais sentiram a necessidade de intervirem comunitariamente para que aos seus filhos fossem dadas mais e melhores ofertas de atendimento educativo e foi assim, como é citado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 1999, p.2378), que *«face à insuficiente resposta das instituições oficiais, se assistiu, nesta década a um movimento de organização dos pais, que está na base da criação de várias instituições sociais e mecanismos de apoio a instituições particulares sem fins lucrativos, no âmbito do Ministério da Segurança Social»*, organizados por categorias de deficiência e que proliferaram durante a década de 70, e ainda parte da de 80” (Mesquita, 2001, p.3).

realizadas em instituições do Ensino Especial dão lugar à educação destas crianças em escolas do ensino regular. Neste contexto, a educação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, designadamente a sua progressiva integração na escola regular, passa a constituir uma preocupação governamental. É, pois, de salientar a alteração do papel do Estado Português e a importância da sua intervenção na educação desses alunos, através de uma mudança da política educativa, por via de uma mudança da legislação portuguesa, de forma a responder às suas necessidades educativas nas escolas do ensino regular.

Assim, é com a Reforma do Ensino de 1973, conhecida como Reforma Veiga Simão, ao promulgar em *Diário da República* a Lei n.º5/73 de 25 de julho, que a orientação política segue o caminho da transformação e modernização da educação especial e o Ministério da Educação e Investigação Científica assume a responsabilidade da educação de crianças e jovens com deficiência, alargando o período da escolaridade obrigatória para os 8 anos e tornando-o extensível a alunos inadaptados, deficientes e precoces. No âmbito desta lei, consideramos relevantes para a evolução legislativa da educação especial três diretivas: i) “proporcionar às crianças deficientes e inadaptadas, bem como às precoces, condições adequadas ao seu desenvolvimento educativo”²; ii) consagrar o primeiro período escolar da classe inicial “à observação global das crianças, de modo a encaminhar as que disso necessitem para classes de transição ou para classes ou estabelecimentos de educação especial destinados a crianças deficientes ou a inadaptadas”³; formar professores especializados na educação destas crianças em Institutos Superiores de Educação Especial⁴. A referida lei determinava, também, que o ensino básico era obrigatório, e que o ensino primário se tornava extensível às crianças deficientes ou inadaptadas, podendo estas ser encaminhadas para classes especiais ou estabelecimentos de educação especial, contemplando, para esse efeito, a criação de Institutos Superiores de Educação Especial para a formação de professores. A primeira matrícula no ensino primário teria que ser realizada para todas as crianças nas escolas públicas e só durante o primeiro período da classe inicial é que se fazia o encaminhamento para instituições especializadas, após uma observação global.

A reconversão do sistema escolar desencadeada por este projeto de reforma implicou um conjunto de transformações económicas e sociais, das quais assinalamos a democratização da escola. Ainda que esta reforma não tenha sido totalmente

² Alínea e) do N.º 1 da Base VI (CAPÍTULO II, SECÇÃO 3.ª Educação escolar e SUBSECÇÃO 1.ª - Ensino Básico).

³ N.º 4 da Base VII (CAPÍTULO II, SECÇÃO 3.ª Educação escolar e SUBSECÇÃO 1.ª - Ensino Básico).

⁴ N.º 2 da Base XX (Capítulo III).

aplicada, devido às transformações políticas decorrentes da revolução de 25 de abril de 1974, estão lançadas as bases da escola inclusiva, assim como a consciencialização da necessidade de formar e qualificar professores, preparando-os para trabalharem na educação especial.

Foi também em 1973 que, pela publicação do Decreto-Lei n.º 45/73 de 12 de fevereiro, se organiza a Direção-Geral do Ensino Básico, instituída pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro. O artigo 2º define as competências desta direção, entre as quais encontramos uma dirigida aos alunos com necessidades educativas especiais, na alínea i): “considerar os problemas dos alunos diminuídos e inadaptados, promovendo o funcionamento e a orientação pedagógica das classes ou cursos especiais a eles dedicados” (p. 205). No artigo 4º deste Decreto-Lei são identificados os órgãos e serviços sob a tutela da Direção-Geral do Ensino Básico, entre os quais se encontra, na alínea e), a Divisão do Ensino Especial. O artigo 13º atribui as competências a esta divisão, que eram: fazer o rastreio das crianças deficientes; promover a criação de cursos ou classes especiais; orientar as atividades pedagógicas dos cursos ou classes especiais, quer nas escolas públicas, quer nas privadas; zelar pela integração destas crianças; e concorrer para a especialização de professores.

Ainda em 1973 é criada a Comissão Permanente de Reabilitação, “destinada a coordenar as actividades dos Ministérios e serviços interessados na aplicação dos princípios e métodos da reabilitação médica, educação, formação e integração social de deficientes, bem como a dirigir, a nível nacional, o planeamento das medidas a executar neste domínio” (nº1 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 474/73 de 25 de setembro).

A 2 de maio de 1977 é publicado, em *Diário da República*, o Decreto-Lei n.º174/77, proposto pelo governo de Mário Soares, que define o regime escolar dos alunos portadores de deficiências, desde que integrados no ensino preparatório e no ensino secundário do sistema de ensino público. Passa, então, a haver legislação especificamente destinada a estes alunos. As novidades introduzidas face à Lei n.º5/73 de 25 de julho prendem-se com a clarificação no regime de matrícula, dispensa, frequência e avaliação de conhecimentos dos alunos do ensino preparatório e secundário portadores de deficiência física ou psíquica. No ato de inscrição pela primeira vez no ensino regular, passa a ser exigido ao aluno que identifique, no registo de matrícula, a sua deficiência, a qual teria de ser acompanhada por uma declaração comprobatória de um médico especialista. Consoante o tipo de deficiência, cabia ao estabelecimento de ensino solicitar “a intervenção de um serviço de apoio

especializado do Ministério da Educação e da Investigação Científica”⁵. Encontram-se lançadas, neste Decreto-Lei, as bases daquilo que viria a ser o Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de agosto e, mais tarde, o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro de 2008, contemplando já condições especiais de avaliação e de simplificação curricular, assim como dispensa da frequência de disciplinas, caso se verificasse incapacidade dos alunos. Também se exigia aos professores que tivessem em conta as capacidades desses alunos e a evolução registada, para efeitos de avaliação.

No mesmo ano, dá-se a revisão das competências atribuídas à Comissão Permanente de Reabilitação (CPR), criada em 1973, através do Decreto-Lei n.º 474/73 de 25 de setembro, e reestruturada três anos mais tarde, de forma profunda, pelo Decreto-Lei n.º 425/76 de 29 de maio, que lhe atribui autonomia administrativa e alarga os seus poderes e competências⁶. Assim, o Decreto-Lei n.º 346/77 de 20 de agosto tem como principais objetivos melhorar a operacionalidade e a eficácia na reabilitação de deficientes e criar um organismo governamental, designado de Secretariado Nacional de Reabilitação, e que substituiria a CPR, criada numa fase de mudança, cuja função seria “a implantação e articulação de uma política nacional de reabilitação de deficientes” (Decreto-Lei n.º 346/77 de 20 de agosto, p. 2023).

Dois anos mais tarde, surgem três documentos importantes para a história da educação especial em Portugal: o Despacho n.º 59/79, de 26 de julho; a Lei da Educação Especial - Lei n.º 66/79, de 4 de outubro e o Decreto-Lei n.º 538/79 de 31 de dezembro.

O Despacho n.º 59/79, de 26 de julho, é publicado na sequência do Decreto-Lei n.º 346/77 de 20 de agosto, vindo operacionalizar o regime educativo especial por ele decretado, através da definição de critérios para a admissão de alunos portadores de deficiências físicas ou intelectuais⁷, criando as estruturas necessárias e garantindo os meios humanos essenciais para assegurar o apoio pedagógico individual. A aplicação destas medidas fazia-se de acordo com os seguintes pressupostos: i) os alunos

⁵ N.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 174 de 2 de maio de 1977.

⁶ Na introdução do Decreto-Lei n.º 425/76 de 29 de maio, justifica-se a necessidade de reestruturar a Comissão Permanente de Reabilitação “em moldes que efectivamente lhe permitam a elaboração do planeamento e das programações sectoriais da habilitação, reabilitação e integração social de deficientes e a articulação das acções a cargo dos serviços aos quais for cometida a execução dos programas definidos, nos quadros gerais da política prosseguida pelo Governo”, tornando-a num “órgão coordenador e integrador das acções médicas, educativas, de formação profissional e de trabalho, de equipamentos e segurança sociais, como condição fundamental de eficácia do planeamento e das programações sectoriais da habilitação, reabilitação e integração social de deficientes em Portugal”, com “poderes deliberativos e executórios ou potencialmente executórios, por cujo exercício fiquem vinculados os serviços empenhados na concretização das acções de reabilitação e os que, para o mesmo fim, venham a ser criados” (p. 1221).

⁷ No ato de matrícula, a deficiência do aluno tinha que ser comprovada, através da apresentação de um relatório da Direção Geral de Apoio Médico, ou de um médico assistente.

deficientes podiam beneficiar de aulas suplementares nas disciplinas em que apresentavam mais dificuldades, bem como do respetivo apoio individualizado; ii) estas aulas limitavam-se a um limite máximo de três disciplinas por aluno, não podendo, cada uma delas, exceder duas horas semanais (tais limites poderiam ser alargados, mediante autorização superior, nas situações em que se justificasse); iii) o apoio suplementar apenas podia ser prestado até um máximo de quatro alunos que se inserissem na mesma categoria de deficiência; iv) os professores que tinham a seu cargo estas aulas podiam ser o professor da turma a que o aluno pertencia, um professor com experiência de ensino no domínio da deficiência em causa, um professor efetivo ou profissionalizado, ou um professor portador de habilitação própria com experiência na área e/ou disponibilidade para tal; v) as turmas onde estes alunos eram inseridos não deviam ter mais de vinte alunos, devendo evitar-se colocar mais de quatro alunos com idêntica deficiência na mesma turma; vi) os alunos com deficiência auditiva ligeira, média ou profunda ficavam sujeitos ao regime educativo especial de integração, consoante as dificuldades reveladas e o seu grau de desenvolvimento intelectual, devendo estes ser integrados em todas as atividades, quer de natureza prática quer artística, nas aulas de Educação Física, e em classes especiais nas disciplinas de carácter abstrato, com o apoio de um professor. Quanto às disciplinas de Línguas Estrangeiras, a sua frequência era facultativa.

Neste mesmo ano, a 4 de outubro, é aprovada, pela Assembleia da República, a Lei n.º66/79, designada por “Lei da Educação Especial”. Esta lei era composta por 21 artigos e estabelecia a criação do Instituto de Educação Especial, sob a “dependência do Ministério da Educação e Investigação Científica” (Capítulo II, número 1 do artigo 8º), embora a organização regional se concentrasse nos Centros de Educação Especial (CEE). A sua aprovação surge num contexto de evolução política, económica e social, no qual, naturalmente, se inseriram medidas de desenvolvimento educativo, particularmente, medidas de suporte à educação especial. No artigo 9º desta lei definiam-se as competências atribuídas ao Instituto de Educação Especial, entre as quais destacamos a responsabilidade em cooperar na definição de políticas no âmbito da educação e ensino especial, de forma articulada com a política nacional de reabilitação de deficientes; a promoção de ações de atualização e formação dos professores e técnicos, assim como o incentivo à investigação científica e técnica na área da educação especial; e a sensibilização da opinião pública para as questões relacionadas com a educação de alunos abrangidos pela educação especial (alíneas a), e), f), g)). Deste modo, facilmente se percebe que a Lei n.º66/79 de 4 de outubro introduz orientações bastante inovadoras e importantes para a evolução da educação especial em Portugal, não só pelos aspetos referidos, mas sobretudo pelo

facto de assumir como essencial o princípio da integração das crianças deficientes em “estabelecimentos regulares de educação” (número 1 do artigo 4º), os quais deveriam proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento das capacidades destes alunos, numa perspetiva de reduzir, dentro do possível, as limitações apresentadas⁸. O principal objetivo seria a “preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa por parte de jovens deficientes, em colaboração com os serviços de formação e reabilitação profissional, com os serviços de colocação e com as oficinas protegidas no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais ou do Ministério do Trabalho (alínea g) do artigo 3º). Entendia-se, como crianças deficientes, as que eram portadoras de deficiências físicas, motoras, sensoriais, orgânicas e intelectuais, cujo apoio era dado pelos serviços de educação especial, que atendiam, também, crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem, ou com problemas de comportamento.

Em dezembro de 1979, o Decreto-Lei n.º538/79, através do n.º 1 do artigo 1º, remete para a universalidade, a obrigatoriedade e a gratuidade da educação, conforme os termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição. Neste sentido, é garantida a escolarização a todas as crianças até ao ensino básico (incluía os primeiros seis anos de escolaridade, fixando-se a idade escolar entre os 6 e os 14 anos). Para além disso, e no que diz respeito à educação especial, é assegurada, também, no artigo 2º, a escolaridade obrigatória das crianças abrangidas pelo então designado ensino especial, as quais seriam submetidas a uma “cuidada despiagem”. As escolas onde estas crianças estivessem inseridas receberiam, segundo este artigo, o apoio necessário para acautelar o ensino básico especial, e aos docentes e pessoal técnico seriam disponibilizados meios de formação adequada para responder às necessidades educativas dessas crianças. Paradoxalmente, salvaguardava-se que as “crianças com incapacidade comprovada” podiam ser dispensadas da matrícula, ou da frequência até ao final da escolaridade obrigatória, o que constituía um recuo no processo de inclusão escolar destas crianças.

A nível mundial, “a década de 70 foi importante no sentido em que trouxe iniciativas que abarcam o conceito dos direitos humanos” (Costa, 2009, 5), de entre as quais são de assinalar a *Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Atraso Mental*, introduzida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1971, e a *Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, que surge em 1975, pelo

⁸ Para Mesquita (2009), esta lei acabou por se revelar ineficaz e de difícil concretização, tendo em conta que remetia para regulamentações anteriores para a consecução de alguns princípios aí estabelecidos.

mesmo órgão daquela organização e onde se considera a dignidade da pessoa um direito fundamental, do qual derivam todos os outros direitos. No ano seguinte, é celebrado o *Ano Internacional das Pessoas com Deficiência*, subordinado ao tema “A participação plena e a Igualdade”. Tais iniciativas contribuíram para a melhor compreensão das necessidades e das potencialidades das pessoas com deficiência nos diversos países, particularmente em Portugal, que, ao longo desta década, produziu mais e melhor legislação sobre as especificidades no atendimento a alunos com necessidades educativas especiais.

A década de 70 assistiu, ainda, no contexto internacional, à publicação de dois documentos marcantes no âmbito das políticas de educação destinadas a crianças com necessidades educativas especiais. A Lei conhecida como *Public Law* nº 94-142 de 1975 (Estados Unidos) e o *Relatório Warnock* de 1978 (Reino Unido).

A primeira defendia que a educação destas crianças se deveria processar num meio o menos restritivo possível, consagrando o direito a uma educação adequada para cada criança com qualquer tipo de necessidade, num contexto educativo de igualdade de oportunidades.

Quanto ao *Relatório Warnock*, publicado em 1978 pela Secretaria de Estado da Educação e da Ciência do Reino Unido, este constituiu uma nova conceptualização no domínio da educação especial, nomeadamente através da introdução do termo Necessidades Educativas Especiais (NEE)⁹. A sua autora, Mary Warnock, conferiu, também, um novo sentido ao termo *integração* (atualmente preterido a favor do termo *inclusão*), enquanto forma de abordagem educativa assente em objetivos educacionais comuns para todas as crianças, independentemente das suas capacidades ou limitações, atribuindo especial atenção à criança, enquanto ser humano, e não enquanto portadora de uma deficiência ou incapacidade. A esfera de interferência destes dois documentos ultrapassou as fronteiras dos seus países de origem, tendo exercido forte influência também na legislação portuguesa, quer ao nível da terminologia adotada e dos conceitos, quer ao nível da teoria subjacente. Os anos 70 assistiram, pois, à elaboração e aprovação de um conjunto significativo de leis e decretos-lei, que representam um avanço significativo nas condições educativas para

⁹ No capítulo 3 do *Relatório Warnock*, explica-se o uso do termo Necessidades Educativas Especiais, em detrimento de expressões como *alunos deficientes* ou *alunos com deficiência*, por ser mais abrangente: “We were appointed to review educational provision for children and young people handicapped by disabilities of body or mind. In this chapter we consider the meaning of handicap in an educational context and its usefulness as a concept. We urge the merits of a more positive approach, based on the concept of special educational need. We then turn to the need for a new system to replace the present statutory categorisation of handicapped pupils and conclude by advancing a broader view of special educational provision as a basis for a new framework of special education”. In: *Warnock Report* (1978), Capítulo 3, p. 36.

alunos com necessidades educativas especiais, embora o período que decorre entre 1974 e 1985 seja unanimemente apelidado, por vários autores, como um período de transição, devido à instabilidade política que caracteriza a época e onde prevalece uma procura pela normalização da democracia, da necessidade de estabelecer novas regras da vida em comunidade e da necessidade de profissionais especializados e qualificados, em particular na educação especial.

Face a esta necessidade de normalização, e em virtude de as medidas legislativas anteriores sobre a educação especial não se consubstanciarem na eficácia pretendida, surge, em 1984, o Decreto-Lei n.º301/84 de 7 de setembro, cujo propósito seria melhorar alguma legislação já existente, de modo a dar cumprimento integral ao pressuposto constitucional da escolaridade obrigatória.

No entanto, o diploma fica aquém daquilo que seria desejável em matéria de escolaridade obrigatória para crianças com deficiência, uma vez que algumas das suas orientações admitiam a dispensa de alunos do seu cumprimento, conforme se verifica logo no número 1 do artigo 1º, sobre a obrigatoriedade do ensino básico: “O ensino básico é obrigatório para todos os menores em idade escolar, salvo se dele forem dispensados nos termos do presente diploma”¹⁰. O número 1 do artigo 6º do mesmo Decreto-Lei reforça esta ideia, especificando os casos em que pode ocorrer dispensa de escolaridade: “O dever de escolaridade só cessa em caso de incapacidade mental ou física do aluno, reconhecida pelas autoridades sanitária e escolar da zona”¹¹. Este documento parece falhar na apresentação de alternativas aos alunos que, reunindo condições para serem dispensados da escolaridade obrigatória, ficariam sem acesso à escola.

Um pouco mais tarde, o Decreto-Lei n.º88 de 1 de abril de 1985 reconhece a ausência de apoio prestado aos alunos do ensino primário e do ensino superior com necessidades educativas especiais, alargando esse apoio a estes dois níveis de ensino, através do seu artigo único: “É aplicável aos alunos dos ensinos primário e superior o regime constante do Decreto-Lei n.º 174/77, de 2 de maio, com as necessárias adaptações”¹². Todavia, ao remeter para o Decreto-Lei n.º 174/77, de 2 de maio, o documento referido continuava a incidir apenas sobre crianças portadoras de deficiências físicas ou psíquicas, deixando de fora outras problemáticas.

A publicação, em 1986, da Lei n.º46/86, de 14 de outubro, conhecida como Lei de Bases do Sistema Educativo, determina as grandes metas para a educação e

¹⁰ Decreto-Lei n.º301/84 de 7 de setembro, *Diário da República* n.º 208, série I, p.2773.

¹¹ Decreto-Lei n.º301/84 de 7 de setembro, *Diário da República* n.º 208, série I, p.2774.

¹² Decreto-Lei n.º88/85 de 1 de abril, *Diário da República* n.º 76, série I, p.876.

constitui-se como um elemento legislativo decisivo para a educação especial, na medida em que cria as condições de enquadramento das políticas educativas integradoras. No número 2 do artigo 1º pode ler-se que “o sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação”¹³, o qual, nos termos da Constituição da República Portuguesa, é consignado a todos os portugueses. O número 2 do artigo 2º estabelece a responsabilidade do Estado na promoção da “democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidade no acesso e sucesso escolares”¹⁴. Para além disso, a Lei de Bases do Sistema Educativo, através do número 3 do artigo 4º, assume, claramente, a integração de modalidades especiais de ensino em todos os níveis (básico, secundário e superior), considerando que cabe à educação pré-escolar (ainda que esta não seja de cariz obrigatório) “proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança”¹⁵ (alínea h) do número 1, do artigo 5º).

Para melhor compreendermos a evolução legislativa da educação especial em Portugal, interessa-nos, sobretudo, a subsecção IV da Lei de Bases do Sistema Educativo, dedicada a Modalidades Especiais de Educação Escolar, nas quais se insere a educação especial (alínea a) do número 1, do artigo 16º). Os artigos 17º e 18º dessa lei são dedicados ao âmbito e objetivos da educação especial, bem como à sua organização. Em traços gerais, o artigo 17º continua a considerar como passíveis de beneficiar da educação especial apenas “indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais”, com vista à sua “recuperação e integração sócio-educativas”¹⁶ e apresenta, como objetivos da educação especial, os seguintes: desenvolver as potencialidades físicas e intelectuais destes alunos, assim como formas de comunicação e de independência; ajudar no equilíbrio emocional; reduzir as limitações impostas pela deficiência; dar apoio na inserção familiar, escolar e social, preparando estes alunos para a integração na vida ativa, através de uma formação profissional adequada.

Quanto ao artigo 18º, este estabelece os moldes em que assenta a organização da educação especial, sob a responsabilidade do Estado, sobressaindo os seguintes aspetos: a organização da educação especial é feita nas escolas

¹³ Lei n.º46/86, de 14 de outubro (1986). Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa: *Diário da República* n.º 237, Série I, p.3067.

¹⁴ Lei n.º46/86, de 14 de outubro (1986). Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa: *Diário da República* n.º 237, Série I, p.3068.

¹⁵ Lei n.º46/86, de 14 de outubro (1986). Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa: *Diário da República* n.º 237, Série I, p.3069.

¹⁶ Lei n.º46/86, de 14 de outubro (1986). Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa: *Diário da República* n.º 237, Série I, p.3072.

regulares¹⁷, com o apoio de professores especializados e de acordo com modelos de integração diferenciados consoante as necessidades específicas dos alunos, segundo os quais se deveria alcançar a integração profissional do deficiente; no âmbito da escolaridade básica devem incluir-se “currículos e programas devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas”¹⁸; as iniciativas relacionadas com educação especial não se circunscrevem aos poderes central, regional ou local, podendo ser empreendidas por entidades coletivas.

No final da década de 80, surge o Despacho Conjunto 36/SEAM/SERE/88 de 17 de agosto de 1988, dos Secretários de Estado Adjunto do Ministro e da Reforma Educativa, que remete para os modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo, numa tentativa de “estabilizar organizativamente a experiência acumulada pelas equipas de ensino especial integrado, tanto da ex-DGEB como da ex-DGES, pelos núcleos de apoio às crianças deficientes auditivas (NACDAs), pelos núcleos de apoio à deficiência auditiva (NADAS), pelas unidades de orientação educativa, pelas classes especiais e pelas classes de apoio do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, definindo um enquadramento comum para todas as actividades de educação especial”. Para esse efeito, este despacho clarifica as atribuições das Equipas de Educação Especial do Ministério da Educação (EEE)¹⁹, bem como os critérios subjacentes à sua organização e ao seu funcionamento. Enquanto serviços locais de educação especial, as EEE tinham como principal finalidade auxiliar no despiste, na observação e no encaminhamento de crianças e jovens com necessidades educativas decorrentes de problemas físicos ou psíquicos.

Este era, pois, o panorama português na década de 80, em termos de educação especial, o qual Correia (2010) define da seguinte forma: “até meados dos anos oitenta do século passado, quem não frequentava as escolas das suas residências eram precisamente os alunos com NEE significativas. Assim sendo, foi nessa altura que surgiu o *movimento da inclusão*, vindo completar um ciclo de

¹⁷ Nas situações em que o tipo e o grau de deficiência o exigissem, a educação destes alunos podia desenvolver-se em instituições específicas.

¹⁸ Número 4 do Artigo 18º da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (1986). Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa: *Diário da República* n.º 237, Série I, p.3073.

¹⁹ Estas equipas abrangiam todo o sistema de educação e ensino não superior, orientando a sua ação pelos objetivos e princípios patentes na Lei de Bases do Sistema Educativo, em particular nos seus artigos 17.º e 18.º, já referidos. Funcionavam localmente, tendo como área de intervenção o concelho, podendo haver, mais de uma EEE por concelho ou mais de um concelho apoiado pela mesma EEE. Eram compostas por educadores de infância e professores dos diferentes graus de ensino não superior, preferencialmente com curso de especialização e/ou experiência em educação especial. Nas situações em que se considerasse necessário e fosse possível, eram integrados na equipa psicólogos e terapeutas.

movimentos que deram lugar à Escola Contemporânea (Escola para Todos)” (Correia, 2010, 12).²⁰ Partindo desta ideia, podemos considerar que é no início dos anos 90²¹ que se introduz um elemento diferenciador em termos de legislação da educação especial, com a publicação do Decreto-Lei n.º35/90 de 25 de janeiro, que obriga ao cumprimento da escolaridade obrigatória por todas as crianças, independentemente do grau ou tipo de deficiência, garantindo-se sempre uma alternativa ajustada a cada caso, ao contrário daquilo que havia sido estipulado pelo artigo 6º do Decreto-Lei n.º301/84 de 7 de setembro (o artigo 6º deste documento dispensava do cumprimento da escolaridade obrigatória os alunos com reconhecida incapacidade física ou mental): “Os alunos com necessidades educativas específicas, resultantes de deficiências físicas ou mentais, estão sujeitos ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não podendo ser isentos da sua frequência” (número 2 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º35/90 de 25 de janeiro). O texto introdutório ao Decreto-Lei 35/90 de 25 de janeiro pressupõe uma relação de causa / consequência entre a insuficiência dos apoios da ação social escolar e o insucesso educativo de crianças com necessidades educativas especiais: “Facto preocupante é, também, o baixo índice de escolarização das crianças com necessidades educativas específicas, devidas a deficiências físicas e mentais, a quem importa garantir as condições educativas adequadas às suas características e o seu pleno acesso à educação, em todo o período compreendido pela escolaridade obrigatória.” Para promover o sucesso educativo destes alunos, é alargado o princípio da gratuidade a estabelecimentos dependentes de instituições públicas, privadas ou cooperativas de educação especial, reforçando-se, simultaneamente, o apoio social e escolar a estes alunos, nomeadamente ao nível da alimentação, do alojamento, do transporte, do seguro, e dos custos com material escolar.

Um ano depois, é aprovado o Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de agosto, que, ao estabelecer o regime educativo especial aplicável aos alunos com necessidades educativas especiais, se afirma como responsável pelo elevado salto qualitativo na

²⁰ A Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 1982, instituiu o *Programa Mundial de Ação sobre Pessoas com Deficiência*, que desenhava uma estratégia global para promover a reabilitação e a igualdade de oportunidades, através da fomentação da participação maciça dos deficientes na vida social e no desenvolvimento dos seus países. Visando conceder aos governos e às organizações um prazo equilibrado para a concretização das atividades recomendadas pelo *Programa Mundial de Ação*, a Assembleia Geral proclamou o período entre 1983 e 1992 como a *Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência*.

²¹ Nesta década, iniciativas a nível mundial foram determinantes para a sensibilização das sociedades sobre as necessidades de pessoas com deficiência. Por exemplo, a adoção dos *Princípios de Tallin para a Ação sobre o Desenvolvimento dos Recursos Humanos no Domínio da Deficiência*, os *Princípios para a Proteção das Pessoas que sofrem de Doença Mental* e as *Regras Gerais sobre Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência*, entre 1989 e 1993, que representaram um forte compromisso moral e político da parte dos Governos. Decorreram também importantes conferências neste domínio, promovidas pelas Nações Unidas.

educação e inclusão destes alunos, cujas respostas educativas eram, até então, demasiado vagas e limitadas. Na sua introdução, reconhece-se a necessidade de atualização de conceitos e alargamento da legislação em vigor sobre a educação de alunos com necessidades educativas especiais: “A legislação que regula a integração dos alunos portadores de deficiência nas escolas regulares, publicada há mais de 10 anos, carece de actualização e de alargamento”. Faz-se, também, referência à evolução de conceitos sobre educação especial em vários países, às alterações no sistema educativo, introduzidas pela Lei de Bases, assim como às recomendações emanadas de organizações internacionais sobre o acesso à educação por parte de alunos com problemáticas comprovadas. Desta forma, o artigo 2º identifica as respostas educativas que se enquadram no regime educativo especial, a saber: equipamentos especiais de compensação; adaptações materiais; adequações curriculares; condições especiais de matrícula; condições especiais de frequência; condições especiais de avaliação; adequação na organização de classes ou turmas; apoio pedagógico acrescido e ensino especial. Para além destas medidas, salvaguardam-se os casos em que a aplicação das mesmas seja insuficiente, os quais ficam sujeitos ao encaminhamento para uma instituição de educação especial apropriada (artigo 12º).

Deste modo, parece ser nesta altura que começa a assumir contornos mais acentuados o modelo inclusivo, de que fala Rodrigues (2013): “A melhor resposta, tanto para a diversidade em geral, como para as NEE em particular, tem de encontrar-se no seio da escola e da turma, mesmo que seja preciso introduzir mecanismos e processos de diferenciação” (Rodrigues, 2013, 26). Também Correia é defensor deste modelo, subdividindo-o, mesmo, em três níveis de inclusão (total, moderada e limitada), que variam consoante as características da criança e os recursos necessários para a sua problemática: “Parece-nos importante que, face à natureza e severidade da problemática da criança com NEE, seja considerado um modelo de atendimento que permita a formação de níveis de inclusão” (Correia, 2013, 12).

Um marco importante, de dimensão internacional, para a consolidação deste modelo, foi a *Declaração de Salamanca* (1994), cujos pressupostos se encaminham na direção de uma escola para todos e com todos (*Declaração de Salamanca*, 1994, 5): “Cada criança tem direito à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” (1994, 5). Neste sentido, a *Declaração de Salamanca* (1994) perspetiva uma escola inclusiva, atribuindo ao termo inclusão maior amplitude que a mera integração física na escola regular e na sala de aula de indivíduos portadores de deficiência e apontando para a criação de mecanismos de

inclusão de crianças e jovens com problemáticas mais complexas: “O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola” (*Declaração de Salamanca*, 1994, 11).

A 30 de março de 2007 é assinada, em Nova Iorque, a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, da Organização das Nações Unidas (ONU), que recebeu o parecer positivo de, pelo menos, 192 países, na medida em que visa proibir a discriminação das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida e obriga os governos a adotar medidas específicas nesse sentido.

No que diz respeito ao atual contexto escolar português em matéria de educação especial, encontra-se em vigor o Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, que respeita os princípios da normalização, integração e inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Este documento recupera muitas das ideias presentes no Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de agosto, sendo, no entanto, mais específico no tipo de medidas consideradas indispensáveis ao desenvolvimento do processo de aprendizagem desses alunos e à sua inclusão na vida da escola, definindo os apoios especializados a prestar em todos os níveis de ensino dos setores público, particular e cooperativo a alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, no âmbito “da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social” (nº1 do artigo 1º), para que esses alunos possam, de forma inclusiva, alcançar o sucesso educativo, desenvolvendo, simultaneamente, mecanismos que os tornem autónomos na transição para a vida pós-escola.

Face ao enquadramento legislativo da educação especial em Portugal desde 1973 até à atualidade, podemos considerar que se percorreu um longo caminho no sentido da evolução e da melhoria das medidas educativas e das condições de inclusão dos alunos com NEE, com repercussões, não só no contexto escolar mas também na vida pós-escola, para que, em última instância, estes tenham as mesmas oportunidades de acesso ao trabalho e aos bens culturais. Importa perceber e analisar as principais alterações ocorridas nestes 40 anos de educação especial.

3. Metodologia

3.1. Formulação do Problema ou Problemática

Pergunta de Pesquisa / Hipóteses

O problema em que se enquadra a nossa investigação corresponde ao estudo da Evolução Legislativa da Educação Especial em Portugal (*desde 1973 até à atualidade*). Assim, o nosso projeto pretende focalizar-se na análise dos documentos legislativos que, nas últimas quatro décadas, orientaram o percurso da educação especial em Portugal.

Pretendemos definir, com clareza e objetividade, as principais linhas orientadoras que têm estruturado a educação especial no nosso país, confrontando-as entre si no sentido de construir uma visão de conjunto da evolução da educação especial em Portugal, tentando dar resposta à pergunta: Quais as principais alterações legislativas ocorridas entre 1973 e a atualidade na conceção da educação especial em Portugal?

3.2 Objetivo de Estudo - Geral e Específico

O objetivo geral traçado no âmbito deste estudo é:

- Identificar as principais linhas de orientação da legislação portuguesa no que concerne à educação especial, desde a reforma de 1973 até à atualidade, analisando as principais medidas e alterações introduzidas;

Como objetivos específicos da dissertação de mestrado apresentada, delineamos os seguintes:

- Perceber qual a evolução dessas linhas de orientação, nomeadamente no que diz respeito aos conceitos de escola inclusiva e para todos e de aluno de educação especial, assim como à especificidade do atendimento dado a estes alunos, em termos de respostas educativas e apoios sociais escolares.
- Analisar os benefícios introduzidos pelos documentos legais que constituem o *corpus* do trabalho no âmbito da educação especial.

3.3. Tipo de Estudo

Este é um estudo de cariz qualitativo, visto que recorre à análise documental e à análise de conteúdo da legislação que definiu o enquadramento da educação especial em Portugal nas últimas décadas. O tipo de estudo pelo qual se optou é o que melhor serve os objetivos traçados e o que melhor se adapta à pesquisa que se pretende realizar.

Segundo Ludwig (2009), “podemos conceituar a análise documental como um recurso que permite identificar informações em documentos a partir de questões ou hipóteses anteriormente estabelecidas” (Ludwig, 2009, 63). Assim, face aos nossos objetivos e à natureza do nosso *corpus* analítico, parece-nos que a análise de conteúdo constitui a técnica de pesquisa mais adequada.

Dos diversos usos que Berelson (1971), citado por Bardin (2009 [1977]), atribui à análise de conteúdo, destacamos aqueles que podemos associar a esta investigação: i) *descrever tendências* (no âmbito da legislação portuguesa sobre educação especial); ii) *identificar diferenças* de um ato legislativo para outro; iii) *fazer auditoria do conteúdo* dessa legislação; iv) *revelar centros de interesse* para um grupo ou comunidade, neste caso toda a comunidade escolar, incluindo pais, alunos e professores.

Sampieri, Collado, e Lucio (2006) referem a importância de delinear categorias no âmbito da metodologia inerente à análise de conteúdo, clarificando que tais categorias atribuem os níveis nos quais serão organizadas as unidades de análise. Os mesmos autores fazem notar que no momento de criar as categorias, estas “devem ser definidas com precisão e é necessário esclarecer o que será incluído em cada caso, e o que deverá ser excluído”. Deste modo, a “análise de conteúdo consiste em determinar cada unidade a uma ou mais categorias” (Sampieri, Collado, e Lucio, 2006, 346 e 351).

Através do recurso às técnicas de análise de conteúdo procuramos ir para além da interpretação literal do texto legislativo e consubstanciar aquilo a que Machado Pais (2001, 115) designa de “produção de um meta-texto analítico”.

A análise e a interpretação qualitativa dos dados correspondem, nas palavras de Bardin (2009, 11), a uma “tarefa paciente de desocultação”. É pois, uma desocultação dos ideais implícitos na lei que tentaremos empreender no estudo apresentado, através da análise de conteúdo efetuada a partir da análise documental e assente em categorias de análise criadas de acordo com o conteúdo dos documentos legislativos analisados.

3.4. Instrumentos/Materiais

Os materiais utilizados para a realização do presente estudo foram normativos legislativos aprovados no âmbito da educação, e em particular da educação especial, desde 1973, até à atualidade, incluindo leis, decretos-lei, despachos e portarias considerados de maior relevância para o tema tratado

Para além disso, recorreu-se, como instrumento a uma grelha de análise de conteúdo, apresentada em anexo, que tornou viável a análise da informação para a concretização os objetivos propostos. Procurámos validar a grelha de análise junto de profissionais que já desenvolveram trabalho na área da educação especial.

3.5. Procedimentos

Quando optamos por uma metodologia de pesquisa, devemos ter em conta qual a que melhor se adapta à consecução dos objetivos da investigação que pretendemos realizar e ao tipo de análise que queremos desenvolver: “A escolha da técnica mais adequada para analisar o material recolhido depende dos objetivos e do estatuto da pesquisa, bem como do posicionamento paradigmático e epistemológico do investigador. O tratamento do conteúdo, varia, pois, consideravelmente de pesquisa para pesquisa e de investigador para investigador” (Guerra, 2006, 63).

Tendo presente este pressuposto, consideramos que a análise documental e a análise de conteúdo são os tipos de abordagem que melhor servem o propósito desta dissertação de mestrado.

Começámos, pois, por proceder à recolha do material legislativo necessário ao nosso estudo, que foi compilado e trabalhado de modo a sujeitá-lo aos procedimentos de análise de conteúdo, seguindo a lógica inerente à análise qualitativa (Guerra, 2006), com o propósito de interpretar e reconstruir o sentido da evolução legislativa da educação especial em Portugal ao longo dos últimos quarenta anos, “produzindo as categorias e proposições (hipóteses explicativas) indispensáveis ao entendimento dos fenómenos através de um processo indutivo” (Guerra, 2006, 32). Em termos pragmáticos, realizámos uma primeira leitura de todo o material autobiográfico e fizemos a seleção dos documentos a utilizar na análise de conteúdo. Posteriormente, numerámos cada documento legislativo, o que fez um total de 28. Assim, a análise documental, que incidiu em 28 normativos legais (embora tenham sido consultados

mais documentos legislativos, cuja informação não foi considerada suficientemente relevante para incluir na análise de conteúdo), centrou-se na leitura, na tomada de notas e no delineamento de categorias de análise que sustentassem a análise de conteúdo.

De acordo com Bardin (2009 [1977]), o recurso ao computador para efetuar a análise de conteúdo pode ser muito vantajoso em diversos casos, dos quais destacamos três, por se relacionarem com os procedimentos adotados nesta investigação: a palavra é o objeto de análise, sendo o indicador a frequência com que ocorre; a complexidade da análise implica o registo de um elevado número de categorias e unidades; a análise pretende assinalar coocorrências, ou seja, várias unidades de registo na mesma unidade de contingência. Foi esta a metodologia seguida para efetuar a análise de conteúdo.

Nesta aceção, a abordagem qualitativa desenvolveu-se em torno da análise de elementos específicos de informação, considerados individualmente, para compreender o seu significado e produzir uma visão da situação ou contexto em que foram gerados. Estes elementos são as categorias de análise, as quais permitiram selecionar e organizar a informação, recolhida a partir dos normativos consultados. Seguiu-se a construção de uma grelha de análise de conteúdo, que constitui apêndice deste estudo, organizada em cinco categorias, cuja nomenclatura é resultado das principais orientações emanadas dos documentos consultados e analisados, a saber:

1. Escola Inclusiva, escola para todos;
2. Conceção do aluno de educação especial;
3. Critérios de elegibilidade;
4. Respostas educativas;
5. Apoio social escolar.

Após o trabalho inicial de definição de categorias e estabilização da grelha de análise, procedeu-se à identificação, nos normativos, de unidades de registo categorizáveis e comparáveis entre si. As unidades de registo identificadas foram, sobretudo, de natureza semântica (baseadas numa escolha resultante do sentido temático) e linguística (Ghiglione e Matalon, 2001). Todo o *corpus* analítico foi classificado, na medida do possível, com base nos critérios enunciados por Bardin (2009 [1977]), em particular, a exaustividade (abrangendo a totalidade do material recolhido), a exclusividade (evitando classificar um mesmo elemento do conteúdo em duas categorias diferentes) e a pertinência (procurando classificar os trechos em função dos objetivos da análise).

O método de análise de conteúdo seguido foi qualitativo, na medida em que se procedeu à “análise de um pequeno número de informações complexas e detalhadas”,

cuja “unidade de informação de base” consistiu em detetar a “presença ou ausência de uma característica” (Quivy e Campenhoudt, 1992, 225). Neste sentido, as informações elencadas na grelha de análise de conteúdo foram selecionadas de acordo com a sua pertinência para a categoria às quais foram associadas.

Após a organização da grelha de análise de conteúdo, procedeu-se à descrição dos resultados, com base apenas nas informações previamente extraídas dos normativos que constituem o *corpus* da análise e seguindo a nomenclatura utilizada para a grelha de análise de conteúdo.

Subsequentemente, passámos à discussão dos resultados com o apoio da bibliografia considerada relevante para o tema tratado, após revisão da literatura, o que permitiu “fazer inferências interpretativas a partir dos conteúdos expressos, uma vez desmembrados em «categorias»” (Amado, 2014, 54).

4. Resultados

Os resultados apresentados decorrem da consulta e análise de 28 documentos legislativos, tendo sido realizada uma seleção prévia dos principais decretos-lei, despachos, portarias e leis que, ao longo dos últimos 40 anos, têm traçado o caminho da educação especial em Portugal.

4.1. Descrição dos Resultados

A recolha e a seleção da informação foi um processo moroso devido, não só ao alargado limite temporal contemplado pelo nosso estudo, mas também às diversas alterações pelas quais a educação especial passou ao longo destas quatro décadas. A organização dos dados foi feita de acordo com cinco categorias, a que já nos referimos no capítulo anterior, criadas de modo a abrangerem aquilo que, na nossa perspetiva, configura as grandes diretrizes subjacentes à noção de educação especial.

No que diz respeito à primeira categoria, **“Escola Inclusiva, Escola para Todos”**, pretendemos apurar o alcance do conceito de universalidade do ensino, em particular para os alunos que necessitam de um atendimento prestado pela educação especial. Assim, verificamos que todos os documentos consultados consagram o direito à educação, tentando assegurar o efetivo cumprimento da educação básica obrigatória para todos os portugueses. Neste sentido, é já em 1973, através da Lei n.º 5/73 de 25 de julho, que se dedica particular atenção aos alunos com necessidades

educativas especiais, embora ainda de forma segregada das chamadas “classes regulares”, a qual se intensifica a partir de 1979, altura em que, por via do Decreto-Lei n.º 538/79 de 31 de dezembro, o ensino básico é apresentado como “universal”, “obrigatório” e “gratuito” e em que é assegurado, pelo Estado, o cumprimento da escolaridade obrigatória por parte desses alunos. É também neste ano que a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares se reveste de maior importância, assumindo-se como um aspeto essencial para um possível futuro profissional, segundo a Lei n.º 66/79 de 4 de outubro. O quadro 1 resume as orientações legais inerentes a estas afirmações.

Quadro 1

Documento	Orientação
Lei 5/73	“Assegurar a todos os portugueses o direito à educação”(I, Base II,a)
DL 45/73	“Dedicar especial interesse à integração das crianças diminuídas ou inadaptadas em classes normais, promovendo a criação de cursos de readaptação ou recuperação.” (artº 13º)
DL 538/79	“O Estado assegurará o cumprimento da escolaridade obrigatória às crianças que careçam de ensino especial, ...”
Lei 66/79	“A educação especial, no que respeita aos educandos, processar-se-á, sempre que possível, nos estabelecimentos regulares de educação.” (art.º 4º)

Com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 9º ano, introduzido pela Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, reconhece-se a necessidade de promover uma igualdade de oportunidades no acesso à escola e no sucesso escolar, como nos mostra o quadro 2.

Quadro 2

Documento	Orientação
Lei 46/86	<p>“A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões...” (art.º 2º)</p> <p>“O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos.” (art.º 6º)</p>

Para esse efeito, é necessário criar condições propícias a todos os alunos, que, ao garantirem o cumprimento desta diretiva, beneficiem os mais desfavorecidos em termos económicos e os que carecem de apoio específico ao nível da participação na vida escolar. Deste modo, a Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema

Educativo, define um conjunto de medidas de apoio social escolar e contribui com medidas mais específicas na organização da educação especial, através dos artigos 27º e 18º, respetivamente. Assim, é de salientar o contributo desta lei para uma definição clara do sistema educativo português, onde se destaca o papel preponderante da educação no desenvolvimento pessoal e social, assente nas ideias de democratização e respeito pelas diferenças e, em particular, no âmbito da educação especial, que ganha mais relevo e mais especificidade quanto à sua área de intervenção e aos seus objetivos a partir deste ato legislativo.

Nos anos 90, a publicação do Decreto-Lei n.º 35/90 de 25 de janeiro vem reforçar a universalidade e a gratuitidade do regime da escolaridade obrigatória, designadamente no que concerne aos alunos com deficiência física ou mental. Todavia, é com o Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto que a educação especial em Portugal ganha uma nova conceptualização e, conseqüentemente, maior projeção. As responsabilidades atribuídas às escolas do ensino regular no âmbito do atendimento a alunos com necessidades educativas especiais tornam-se mais claras e concretas, designadamente no que diz respeito às medidas educativas a aplicar, que devem ser, segundo as orientações deste documento, “mais integradoras e menos restritivas”. Tal orientação é, posteriormente, reforçada pelo Despacho n.º 173/91 de 23 de outubro, conforme apresentado no quadro 3, numa visão progressista da integração destes alunos na escola, mas com vista à sua integração futura na sociedade.

Quadro 3

Documento	Orientação
DL 35/90	“Os alunos com necessidades educativas específicas, resultantes de deficiências físicas ou mentais, estão sujeitos ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não podendo ser isentos da sua frequência.” (art.º 2º)
DL 319/91	“A crescente responsabilização da escola regular pelos problemas dos alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem; A abertura da escola a alunos com necessidades educativas especiais, numa perspectiva de «escola para todos»; (...) a educação dos alunos com necessidades educativas especiais deve processar-se no meio menos restritivo possível”
Despacho 173/91	“...optando-se pelas medidas mais integradoras e menos restritivas, de forma que as condições de frequência se aproximem das existentes no regime educativo comum.” (ponto 1) (12_Desp_173_1991, 1)
DL 301/93	“1 – Os alunos com necessidades educativas especiais estão sujeitos ao cumprimento do dever de frequência da escolaridade obrigatória.” (art.º 3º)

Na sequência da necessidade de fazer cumprir o princípio da universalidade do regime obrigatório de cumprimento do ensino básico, novamente enfatizado pelo Decreto-Lei n.º 301/93 de 31 de agosto, torna-se imperativo criar condições que garantam a igualdade de oportunidades de acesso a esse ensino aos alunos que, devido às problemáticas apresentadas, frequentam estabelecimentos de ensino de educação especial sem fins lucrativos. Com este intuito, é publicada a Portaria n.º 1095/95 de 6 de setembro, que define as condições de acesso e de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam os estabelecimentos de educação especial, sem fins lucrativos, bem como os apoios técnicos e financeiros.

Contribuir para a igualdade de oportunidades de sucesso educativo para todos os alunos, promovendo a existência de respostas pedagógicas diversificadas adequadas às suas necessidades específicas e criar condições nas escolas para a integração socioeducativa das crianças e jovens com necessidades educativas especiais são objetivos presentes no Despacho Conjunto n.º 105/97 de 1 de julho e no Despacho n.º 7520/98 de 6 de maio. Se o primeiro tem um alcance mais vasto, o segundo destina-se, em especial, à educação de crianças e jovens surdos, através da implementação de unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos nos estabelecimentos públicos do ensino básico e secundário, bem como da organização da resposta educativa nestas unidades para crianças e jovens surdos.

Apesar do avanço e da clarificação que o Decreto-Lei n.º 319/91 representou em termos de respostas educativas para alunos com necessidades educativas especiais, este é revogado em 2008, pelo Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, que vigora atualmente. Para além de rever as respostas educativas até então desenvolvidas, este documento reforça o papel das escolas no que ao atendimento de alunos com necessidades educativas de carácter permanente diz respeito, levando-as a assumir um compromisso de responsabilização pelas adequações no processo de ensino e de aprendizagem destes alunos, patente nos seus projetos educativos. A palavra de ordem passa a ser inclusão, pelo seu carácter mais abrangente, em detrimento de uma mera integração. Com a revisão dada pela Lei n.º 21/2008 de 12 de maio ao Decreto-Lei n.º 3/2008, surge um novo conceito, que corresponde à vida pós-escolar, isto é, a escola deve preparar estas crianças e jovens para uma efetiva inclusão e integração na sociedade, não só através de um percurso académico e/ou profissional, mas também, ou apenas, quando a vida ativa não é possível, ao nível familiar e comunitário.

Quadro 4

Documento	Orientação
DL 3/2008	“1 – As escolas devem incluir nos seus projectos educativos as adequações relativas ao processo de ensino e de aprendizagem, de carácter organizativo e de funcionamento, necessárias para responder adequadamente às necessidades educativas especiais de carácter permanente das crianças e jovens, com vista a assegurar a sua maior participação nas actividades de cada grupo ou turma e da comunidade escolar em geral.” (art.º 4º)
Lei 21/2008	“2 – A educação especial tem por objectivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida pós-escolar ou profissional.” (art.º 1º)

De acordo com a informação apresentada no quadro 5, o Estado português vem, mais uma vez, através do Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março, sublinhar o facto de que, no âmbito da escolaridade obrigatória, também se exige o cumprimento efetivo dessa escolaridade aos alunos com necessidades educativas especiais, mesmo com o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, conforme clarifica a Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto, visto que estes alunos beneficiam das medidas educativas que melhor se adequam às suas problemáticas, no sentido de receberem a melhor resposta possível dada pelo sistema educativo português, com vista à sua inclusão e integração escolar e pós-escolar. Neste contexto de dilatação da escolaridade obrigatória, o Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto vem responder à necessidade de clarificar a situação dos alunos que usufruíram, durante o seu percurso escolar no ensino básico, da alínea e) Currículo Específico Individual (art.º 16º do Decreto-Lei nº3/2008), mencionando que esses alunos continuarão a beneficiar da referida medida ao longo do ensino secundário.

Quadro 5

Documento	Orientação
DL 55/2009	“3 – Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, (...), estão sujeitos ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não podendo ser isentos da sua frequência.” (art.º 5º)
Lei 85/2009	“1 – ...consideram-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos. 2 – O disposto no número anterior é também aplicável aos alunos abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio.” (art.º 2º)

DL 176/2012	“6 – Os alunos com necessidades educativas especiais que frequentaram o ensino básico com currículo específico individual, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, frequentam o ensino secundário ao abrigo da referida disposição legal.” (art.º 6º)
-------------	---

Já em 2014, o Despacho n.º 11306-D/2014 de 8 de agosto vem dar ênfase à noção de escola para todos, ainda que de forma encoberta, ao referir-se ao direito inalienável do ser humano à educação e à necessidade de promover ações de apoio social escolar que possam concretizar o acesso à educação por parte dos alunos socialmente e economicamente mais carenciados: “O acesso à educação constitui um direito fundamental do ser humano. Contudo esse acesso só se torna universal quando as condições sociais das crianças permitem que o direito seja materialmente concretizável”.

No âmbito da segunda categoria, **“Conceção do Aluno de Educação Especial”**, é de notar a escassez de uma definição concreta de aluno de educação especial na maioria dos documentos analisados, o que dificultou a seleção de informação para esta categoria. Verifica-se, porém, essa preocupação de especificar as linhas orientadoras e definidoras de quem é o aluno com necessidades educativas especiais nos documentos mais recentes, os quais se vão tornando cada vez mais concretos e detalhados, no que se relaciona com o processo de ensino e de aprendizagem destes alunos, até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro. Ainda assim, foi possível traçar uma evolução na conceção de aluno de educação especial ao longo das últimas quatro décadas, através de expressões qualificadoras destes alunos, que, na ausência das referidas definições, nos permitiram dar resposta a esta categoria.

O Decreto-Lei n.º 45/1973 de 12 de fevereiro refere-se a estes alunos como “diminuídos e inadaptados”. No mesmo ano, a Lei n.º 5/73 25 de julho faz alusão a crianças “deficientes”, “inadaptadas” e “precoces”. Estas designações parecem encerrar, em si mesmas, alguma insensibilidade, sendo demasiado vagas e até discriminatórias. Todavia, em 1977, com a publicação do Decreto-Lei n.º 174/77 de 2 de maio, a referência a esses alunos torna-se mais rigorosa e neutra, facto perceptível pela simples substituição dos adjetivos anteriormente destacados pela expressão “alunos portadores de deficiência física ou psíquica”. Dois anos mais tarde, a Lei n.º 66/79 de 4 de outubro segue a mesma tendência definidora, ao considerar que tais alunos necessitam de um atendimento específico, concretizando, em seguida, que os

alunos que poderão usufruir desse tipo de atendimento são “deficientes físicos, motores, orgânicos, sensoriais e intelectuais”.

O quadro 6 mostra-nos a evolução dos termos utilizados para se reportar a alunos que beneficiam do atendimento da educação especial ao longo da década de 70.

Quadro 6

Documento	Orientação
DL 45/73	“Considerar os problemas dos alunos diminuídos e inadaptados, promovendo o funcionamento e a orientação pedagógica das classes ou cursos especiais a eles destinados.” (art.º 2º)
Lei 5/73	“Proporcionar às crianças deficientes e inadaptadas, bem como às precoces, condições adequadas ao seu desenvolvimento educativo.” (art.º 1º)
DL 174/77	“Os alunos portadores de deficiência física ou psíquica que frequentem os ensinos preparatório e secundário passam a estar sujeitos a regime especial no que respeita a matrículas, dispensa e tipo de frequência e avaliação de conhecimentos.” (art.º 1º)
Lei 66/79	“...crianças e jovens que, pelas características que apresentam, necessitam de um atendimento específico.” (art.º 1º) “...contemplando deficientes físicos, motores, orgânicos, sensoriais e intelectuais.” (art.º 2º)

A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86 de 14 de outubro vem organizar todo o sistema educativo português, contemplando, como parte integradora desse sistema, a educação especial. Ao promover uma arrumação das diretrizes subjacentes ao conceito de educação especial, a lei de bases fornece, igualmente, indicadores precisos do público-alvo a quem aquela se dirige, recuperando os pressupostos já lançados pela Lei n.º 66/79 de 4 de outubro no âmbito da conceção do aluno de educação especial: “indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais” (art.º 17º), sendo esta noção reforçada pelo Decreto-Lei n.º 35/90 de 25 de janeiro: “alunos com necessidades educativas específicas, resultantes de deficiências físicas ou mentais” (art.º 2º).

Deste modo, todas as conceções do aluno de educação especial assentam, até à data, na noção de deficiência, a qual pode assumir diferentes contornos, consoante a sua origem e limitações resultantes. É apenas em 1991, ao publicar-se o Decreto-Lei n.º 319/1991 de 23 de agosto, que se assume a necessidade de atualização de conceitos relacionados com a educação especial, entre eles, o conceito do aluno abrangido por esta modalidade de ensino, fazendo-se a transposição de uma conceção de aluno assente num modelo médico, para uma conceção de aluno

assente num modelo pedagógico: “A substituição da classificação em diferentes categorias, baseada em decisões de foro médico, pelo conceito de «alunos com necessidades educativas especiais», baseado em critérios pedagógicos” (DL 319/1991). É pois, o Decreto-Lei n.º 319/1991 de 23 de agosto que marca o início de um novo ciclo da história da educação especial em Portugal, não só pela atualização que opera em termos da conceção de aluno, mas também ao nível de aspetos como os critérios de elegibilidade de crianças e jovens para o atendimento pela educação especial e de respostas educativas a acionar mediante o tipo de necessidade especial, como veremos mais adiante. Ao longo da década de 90, os documentos legislativos analisados passam a adotar esta nova terminologia, conforme documenta o quadro 7.

Quadro 7

Documento	Orientação
Despacho 173/91	“19 – ...crianças com necessidades educativas especiais resultantes de um atraso médio ou grave a nível do desenvolvimento global...”
DL 301/93	“4 – ...crianças e jovens com necessidades educativas especiais.” (art.º 6º)
Despacho Conj. 105/97	“...crianças com necessidades educativas específicas...” “2 – (...) b) ...crianças e jovens com necessidades educativas especiais” “6 – (...) a) ...alunos que exigem novos recursos ou adaptações específicas dos recursos existentes”

As Portarias n.º1095/95 de 6 de setembro e n.º52/97 de 21 de janeiro (que procede à revisão da primeira), ao definirem as condições de acesso e de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam estabelecimentos de educação especial sem fins lucrativos, contribuem para uma definição mais exata do aluno com necessidades educativas especiais, como ilustra o quadro 8:

Quadro 8

Documento	Orientação
Portaria 1095/95	“1) ...alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos com necessidades educativas especiais que exijam um atendimento específico, resultante de: a) Dificuldades graves de comunicação no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e audição; b) Dificuldades graves de compreensão do currículo regular; c) Problemas graves do foro emocional e comportamental.” (art.º2º)

Portaria 12/97	“1) ... d) Outros problemas que, por razões conjunturais ou contextuais devidamente fundamentadas, exijam um atendimento especializado não disponível no quadro do atendimento regular;” (art.º 2º)
----------------	---

Apesar de todos estes contributos que ajudaram, ao longo do tempo, a construir um perfil do aluno de educação especial, somente em 2001, graças ao Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de janeiro, podemos encontrar a primeira definição, ao nível da legislação sobre educação especial publicada em Portugal, clara e completa, daquilo que se entende por aluno de educação especial: “consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente os alunos que apresentem incapacidade ou incapacidades que se reflectam numa ou mais áreas de realização de aprendizagens, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves da personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde.” (ponto 2 do art.º 10º)

Tal definição será, mais tarde, revista, aperfeiçoada e até modernizada pelo Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, atualmente em vigor, e repetida pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março, como o demonstra o quadro 9:

Quadro 9

Documento	Orientação
DL 3/2008	“1 – ...alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.” (art.º 1º)
DL 55/2009	“3 – ...necessidades educativas especiais de carácter permanente, que resultem em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social,...” (art.º 5º)

Quanto à terceira categoria, “**Crítérios de Elegibilidade**”, esta pretende oferecer o panorama daquilo que têm sido as condições de acesso ao regime de educação especial durante o período que medeia entre 1973 e a atualidade. Neste contexto, é possível detetar um fio condutor comum a todos os documentos que constituem o *corpus* da análise, e que se consubstancia no facto de se admitir um período de observação do aluno e exigir um comprovativo de origem idónea que confirme a problemática limitadora do seu desempenho. Todavia, o tipo de

problemática a que nos referimos vai assumindo contornos diferentes ao longo dos diplomas examinados.

De acordo com o quadro 10, o Decreto-Lei n.º 45/73 de 12 de fevereiro pressupunha a realização de testes para detetar sinais de deficiência ou incapacidade, a cargo da Divisão do Ensino Especial, mas que poderia ocorrer em parceria com outros departamentos públicos. Eram identificados, desta forma, os casos de crianças consideradas deficientes ou inadaptadas. Por sua vez, a Lei n.º 5/73 de 25 de julho vem determinar como principais objetivos do “primeiro período escolar da classe inicial” a observação das crianças e o consequente encaminhamento daquelas consideradas inaptas à frequência das classes regulares para classes de transição ou classes especiais, o que implicava a separação dessas crianças das restantes, contrariando a atual noção de inclusão. Em 1977, com a publicação do Decreto-Lei n.º 174/77 de 2 de maio, é dado um passo importante no sentido de alcançar essa inclusão, ainda que disfarçadamente, ou seja, admite-se a frequência do ensino regular por parte destes alunos, mas não são dispensados das suas responsabilidades, dentro dos limites das suas capacidades. Este Decreto-Lei permitia aos alunos que eram acompanhados e observados pelo serviço de apoio especializado, o usufruto de condições especiais ao nível de frequência, regime de disciplinas, formas de avaliação e simplificação curricular, indiciando, já, algumas das medidas educativas presentemente em vigor nas escolas, as quais implicam a adequação do processo de ensino e de aprendizagem ao caso singular de cada aluno.

De salientar que neste Decreto-Lei se fala num relatório circunstanciado para dar início ao processo de admissão do aluno às condições especiais de ensino e de aprendizagem, documento que, presentemente, é elaborado no final de cada ano letivo e no qual se justifica a existência da necessidade de o aluno continuar a beneficiar de adequações no processo de ensino e de aprendizagem, propondo as alterações necessárias ao seu programa educativo individual.

Quadro 10

Documento	Orientação
DL 45/73	“Efectuar, em colaboração com outros departamentos públicos interessados, o rastreio das crianças deficientes ou inadaptadas.” (art.º 13º)
Lei 5/73,	“O primeiro período escolar da classe inicial será consagrado à observação global das crianças, de modo a encaminhar as que disso necessitem para classes de transição ou para classes ou estabelecimentos de educação especial destinados a crianças deficientes ou inadaptadas.” (art.º 4º)
DL 174/77	“Sempre que um aluno deficiente se inscreva, pela primeira vez, no ensino regular, o registo de matrícula deverá mencionar a deficiência que possui,

	<p>devendo esta ser comprovada pela apresentação de parecer de um médico especialista.” (art.º 3º)</p> <p>“... o estabelecimento de ensino solicitará a intervenção de um serviço de apoio especializado do Ministério da Educação e Investigação Científica”. (art.º 3º)</p> <p>“Decorrido o período de acompanhamento e observação considerado necessário pelo serviço de apoio especializado, este elaborará um relatório circunstanciado que irá instruir o processo a apresentar ao serviço competente do MEIC, a fim de que o aluno deficiente possa usufruir das condições especiais de frequência, regime de disciplina, formas de avaliação e simplificação curricular.” (art.º 3º)</p>
--	--

Apesar do avanço instituído pelo Decreto-Lei n.º 174/77 ao nível da integração dos alunos com deficiência nas escolas públicas, parece haver um retrocesso após a aprovação do Decreto-Lei n.º 538/79 de 31 de dezembro, ao colocar-se a hipótese de dispensa de matrícula e de frequência escolares desses alunos, mediante apresentação de um pedido oficial por parte dos encarregados de educação e de comprovação da situação na origem desse pedido, como mostra o quadro 11.

Quadro 11

Documento	Orientação
DL 538/79	<p>“A matrícula e a frequência até final da escolaridade obrigatória poderão ser dispensadas quando se verificar incapacidade comprovada.” (art.º 6)</p> <p>“... os encarregados de educação apresentarão na escola respectiva um pedido de dispensa da frequência escolar...” (art.º 6)</p> <p>“...observação dos alunos para fins de dispensa da frequência escolar obrigatória total...” (art.º 6)</p>
Lei 301/84	<p>“Poderá ser adiado por 1 ano o início da escolaridade obrigatória em casos de deficiência, de acordo com normas regulamentares a estabelecer por decreto regulamentar. (art.º 3º)</p>

Com a publicação, em 1986, da Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, opera-se uma reorganização do sistema educativo português, que garante o direito à educação a todos os portugueses, de acordo com a Constituição da República, atribuindo ao Estado a responsabilidade de, através da democratização do ensino, assegurar “uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares” (número 2 do artigo 2º). Neste contexto, a educação especial surge como modalidade especial de educação escolar, explicitando-se de que forma deve ser organizada e quais os recursos humanos e materiais que poderão ser acionados para atender às especificidades dos alunos que

dela beneficiam. Contudo, relativamente aos critérios que tornam esses mesmos alunos elegíveis à luz da educação especial, a referida lei é omissa, limitando-se a identificar, como objetivos da educação pré-escolar, “proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança” (alínea h) do artigo 5º), demitindo os outros níveis de ensino desta função.

Ainda que a Lei de Bases do Sistema Educativo confira algum destaque à educação especial, há aspetos que continuam por elucidar, nomeadamente no que concerne aos critérios de elegibilidade dos alunos, pois deixa transparecer a ideia de que a educação especial se destina unicamente a situações de deficiência. O Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto vem preencher esta lacuna, começando por considerar que os alunos com necessidades educativas especiais podem ser alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem. Assim, a elegibilidade desses alunos para o atendimento por parte da educação especial pode, a partir da sua observação, seguir duas direções distintas: as situações menos complexas e as situações mais complexas, conforme apresentado no quadro 12. Apenas os alunos que se encaixam nesta segunda situação seriam submetidos a um Plano Educativo Individual (art.º 15º) e aqueles que beneficiassem do ensino especial, enquanto forma de adaptação do processo de ensino e de aprendizagem inserida no domínio da educação especial, obrigariam à elaboração de um Programa Educativo (art.º 16º).

Quadro 12

Documento	Orientação
DL 319/91	<p>“1 – As situações menos complexas (...) podem dar lugar a propostas subscritas pelos professores do ensino regular e de educação especial, de carácter não formal mas devidamente fundamentadas.” (art.º 14º)</p> <p>“2 – As situações mais complexas são analisadas pelos serviços de psicologia e orientação, em colaboração com os serviços de saúde escolar, e dão lugar a propostas formais, consubstanciadas num plano educativo individual...” (art.º 14º)</p> <p>“...elaboração, por ano escolar, de um programa educativo...” (art.º 16º)</p>

A consulta do quadro 13 permite perceber que o Despacho n.º 173/ME/91 de 23 de outubro vem complementar a orientação dada pelo artigo 14º da lei de bases, especificando quem tem competência para proceder à identificação de alunos com necessidades educativas especiais e quais os mecanismos a desencadear a partir desse momento, fazendo a distinção entre o 1º ciclo e os 2º e 3º ciclos e ensino

secundário. No 1.º ciclo, cabe apenas ao professor identificar esses alunos, ao passo que, nos outros níveis, qualquer docente o pode fazer. A análise da situação do aluno referenciado é feita em reunião convocada pelo coordenador de núcleo, no 1º ciclo, e pelo diretor de turma nos restantes níveis de ensino. Dessa reunião sairão as respostas educativas a adotar. O Despacho Conjunto n.º 105/97 de 1 de julho segue a mesma diretriz, embora dispense a realização da reunião anteriormente exigida, atribuindo ao órgão de administração e gestão da escola essa responsabilidade.

Quadro 13

Documento	Orientação
Despacho 173/91	<p>“4 – Compete ao professor do 1ºciclo (...) identificar os alunos com necessidades educativas especiais e dar conhecimento ao coordenador de núcleo.”</p> <p>“5 – Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário compete a qualquer docente identificar o aluno com necessidades educativas especiais e dar conhecimento ao director de turma.”</p>
Desp. Conj. 105/97	<p>“5 – Compete ao educador de infância, na educação pré-escolar, ao professor da turma, no 1.º ciclo do ensino básico, e aos docentes em geral, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, identificar os alunos que exigem recursos ou adaptações no processo de ensino/aprendizagem, dando posterior conhecimento ao órgão de administração e gestão da escola.”</p>

Como podemos constatar, todos estes documentos dão já algumas orientações quanto aos critérios que tornam um aluno elegível para a educação especial, mas carecem de especificação no que diz respeito aos procedimentos a seguir, nomeadamente os registos que documentam a identificação do aluno e as dificuldades detetadas. O Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, com a revisão dada pela Lei n.º 21/2008 de 12 de maio, vem dar resposta a este constrangimento, ao determinar um processo de referenciação bem estruturado que deverá ocorrer o mais precocemente possível, podendo esta ser efetuada “por iniciativa dos pais ou encarregados de educação, dos serviços de intervenção precoce, dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou jovem ou que tenham conhecimento da eventual existência de necessidades educativas especiais” (número 2 do artigo 5º). Tal referenciação é dirigida ao órgão de gestão das escolas ou agrupamentos de escolas da área da residência, através do preenchimento de um documento aprovado pela escola ou agrupamento de escolas, no qual “se explicitam as razões que levaram a referenciar a situação e se anexa toda a documentação considerada relevante para o processo de avaliação” (número 3 do artigo 5º). Feita a referenciação, o conselho executivo encaminha o caso para o departamento de educação especial e para os

serviços de psicologia, que, em conjunto, deverão elaborar um relatório técnico-pedagógico “com os contributos dos restantes intervenientes no processo, onde sejam identificadas, nos casos em que tal se justifique, as razões que determinam as necessidades educativas especiais do aluno e a sua tipologia, designadamente as condições de saúde, doença ou incapacidade” (alínea a) do número 1 do artigo 6º). A elaboração deste relatório implica o recurso a diferentes instrumentos de avaliação, bem como os resultados decorrentes dessa avaliação, tendo por referência a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde.

Confirmada a elegibilidade do aluno para o atendimento pelos serviços de educação especial, deve a sua avaliação ficar concluída num prazo de 60 dias, com a aprovação do Programa Educativo Individual pelo presidente do conselho executivo, onde constam os apoios especializados e as adequações do processo de ensino e de aprendizagem de que o aluno deve beneficiar, bem como as tecnologias de apoio. O quadro 14 resume as principais orientações emanadas do Decreto-Lei n.º3/2008, revisto pela Lei n.º21/2008 no âmbito da categoria em análise.

Quadro 14

Documento	Orientação
DL 3/2008	<p>“1 – ...a referenciação (...) deve ocorrer o mais precocemente possível, detectando os factores de risco associados às limitações ou incapacidades.” (art.º 5º)</p> <p>“1 – ...compete ao conselho executivo desencadear os procedimentos seguintes:</p> <p>a) Solicitar ao departamento de educação especial e ao serviço de psicologia um relatório técnico–pedagógico conjunto, ...”</p> <p>b) Solicitar ao departamento de educação especial a determinação dos apoios especializados, das adequações do processo de ensino e de aprendizagem de que o aluno deva beneficiar e das tecnologias de apoio; (...)</p> <p>5 – A avaliação deve ficar concluída 60 dias após a referenciação com a aprovação do programa educativo individual pelo presidente do conselho executivo.” (art.º 6º)</p>
Lei 21/2008	<p>“3 – Do relatório técnico-pedagógico constam os resultados decorrentes da avaliação, obtidos por diferentes instrumentos de acordo com o contexto da sua aplicação, tendo por referência a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde, servindo de base à elaboração do programa educativo individual.” (art.º 6º)</p>

Relativamente à quarta categoria, **“Respostas Educativas”**, procuramos destacar as principais respostas educativas que os vários atos legislativos foram promovendo durante os últimos 40 anos para os alunos abrangidos pela educação especial. Também no âmbito desta categoria, é possível verificar uma evolução no tipo e na especificidade das medidas no sentido de um alargamento do espetro da integração e inclusão destes alunos no ensino regular. No entanto, em 1973 ainda se estava longe de alcançar esse desígnio, visto que os alunos deficientes ou considerados incapazes ou diminuídos eram encaminhados para a frequência de “classes de transição ou para classes ou estabelecimentos de educação especial destinados a crianças deficientes ou a inadaptadas” (n.º 4 da Base VII da Lei n.º 5/73 de 25 de julho). Com efeito, a divisão da educação especial, cujas competências são definidas no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 45/73 de 12 de fevereiro, tinha como um dos seus principais objetivos “Fomentar a criação de cursos ou classes especiais” (alínea c) do artigo 13.º). Todavia, para além deste objetivo, fazia, igualmente, parte das suas atribuições promover a criação de cursos de readaptação ou recuperação, que permitissem a integração de algumas destas crianças nas “classes normais”, o que prefigura, já uma abertura da escola regular aos alunos com necessidades educativas especiais.

No seguimento desta ideia, o Decreto-Lei n.º 174/77 de 2 de maio vem definir o regime escolar a que os alunos com deficiência estão vinculados “quando integrados no sistema educativo público” (no âmbito do ensino preparatório e secundário, sendo, mais tarde, prorrogado ao ensino primário, através do Decreto-Lei n.º 84/78 de 2 de maio). Deste modo, determina-se um regime especial para esses alunos no que se refere a matrícula, dispensa de frequência e tipo de frequência, bem como formas de avaliação, como especifica o quadro 15. As respostas educativas facultadas a estes alunos limitavam-se, pois, a dispensá-los da realização de tarefas ou da frequência de disciplinas, sem que houvesse uma adequação do processo de ensino e de aprendizagem às suas necessidades.

Quadro 15

Documento	Orientação
DL 174/77	<p>“1. Os alunos cuja deficiência implique incapacidade para executar, parcial ou totalmente, as tarefas de uma ou várias disciplinas poderão, em parte ou no todo, ser dispensados da frequência de uma ou várias disciplinas, por despacho do respectivo director geral.” (art.º 4º)</p> <p>“2. Para efeitos de avaliação de conhecimentos, relativa aos alunos cuja situação seja a de dispensa do cumprimento de parte das rubricas de um programa ou programas, os professores tomarão em conta as possibilidades dos alunos deficientes e o processo evolutivo neles verificado.” (art.º 4º)</p> <p>“1. Sempre que a natureza ou característica da deficiência não afectem o nível intelectual do aluno, mas impliquem grande fadiga, lentidão na realização de tarefas, dispersão de atenção ou outras consequências limitativas, poderão os alunos frequentar os cursos dos vários graus de ensino, em regime de disciplinas.” (art.º 5º)</p>
DL 84/78	<p>“São aplicáveis ao ensino primário os princípios definidos no Decreto-Lei nº174/77, de 2 de Maio, ...” (art.º 1º)</p>

Isso acontece apenas em 1986, com a publicação da Lei n.º46/86 de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, em que se reconhece, como objetivo do ensino básico, a necessidade de “assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades” (alínea j) do artigo 7º), o que, de acordo com a mesma lei, implica trabalhar os currículos e os programas, de modo a que estes sejam “devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas” (número 4 do artigo 18º). É também com a organização da educação especial dada pela Lei de Bases do Sistema Educativo que se acentua a necessidade de adotar “modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino”, exigindo-se destes as respostas educativas mais adequadas para cada caso, ou seja, tendo em conta as “necessidades de atendimento específico” e recorrendo ao apoio de “educadores especializados” (número 1 do artigo 18º).

O início da década de 90 é marcado pela entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto, que nos faculta uma definição clara e concisa do que é o regime de educação especial: “O regime educativo especial consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais” (n.º1 do artigo 2º). O Decreto-Lei n.º 319/91 representa, em Portugal, uma certa revolução no conceito de educação especial,

designadamente ao nível das respostas educativas propostas, visto que, pela primeira vez, estas se tornam mais diversificadas, congregando uma abrangência de situações que, até então, não eram contempladas, dada a generalidade que caracteriza os documentos legislativos consultados anteriores ao Decreto-Lei n.º 319/91. Assim, este documento pressupõe o recurso a diferentes respostas educativas, selecionadas de acordo com a problemática específica de cada aluno, a saber: equipamentos especiais de compensação individual ou de grupo (art.º 3º); adaptações materiais (art.º 4º); adaptações curriculares (art.º 5º); condições especiais de matrícula (art.º 6º); condições especiais de frequência (art.º 7º) e condições especiais de avaliação (art.º 8º). Segundo este documento, os alunos com necessidades educativas especiais poderiam usufruir, ainda, de apoio letivo suplementar de carácter temporário, prestado de forma individualizada ou em pequenos grupos (art.º 10º). As medidas educativas a aplicar deveriam constar do Plano Educativo Individual do aluno. Para os alunos que beneficiassem da alínea i) Ensino Especial do artigo 2º (Regime Educativo Especial) seria ainda organizado um Programa Educativo por ano letivo, cuja elaboração era da responsabilidade do docente de educação especial.

Juntamente com estas medidas, o referido Decreto-Lei dá orientações para a constituição das turmas, deixando claro que estas “não devem incluir mais de dois alunos com necessidades educativas especiais, salvo casos excepcionais adequadamente fundamentados” e que nas turmas em que haja alunos com necessidades educativas especiais o número de alunos deve ser inferior a 20 (n.º 2 e n.º 1 do artigo 9º).

Podemos, pois, afirmar que este documento atribui particular importância às respostas educativas que a escola pública tem ao seu dispor para prestar o melhor atendimento possível aos alunos com necessidades educativas especiais, enfatizando este aspeto na definição de ensino especial que nos propõe: “Considera-se ensino especial o conjunto de procedimentos pedagógicos que permitam o reforço da autonomia individual do aluno com necessidades educativas especiais devidas a deficiências físicas e mentais e o desenvolvimento pleno do seu projecto educativo” (n.º 1 do artigo 11º).

Ao consultarmos o quadro 16, facilmente percebemos que os documentos legislativos de 1991 denunciam uma forte presença da noção de personalização, quer através da possibilidade de adaptação dos currículos ao grau e tipo de deficiência, quer através da introdução de currículos alternativos, quer ainda da conjugação de mais do que uma medida em simultâneo, recorrendo às que forem consideradas necessárias, consoante o caso individual de cada aluno.

Quadro 16

Documento	Orientação
DL 319/91	<p>“2 – Os currículos escolares próprios têm como padrão os currículos do regime educativo, devendo ser adaptados ao grau e tipo de deficiência.” (art.º 11º)</p> <p>“3 – Os currículos alternativos substituem os currículos do regime educativo comum e destinam-se a proporcionar a aprendizagem de conteúdos específicos.” (art.º 11º)</p>
Despacho 173/91	<p>“2 – As medidas são de aplicação individualizada, podendo o mesmo aluno beneficiar de uma ou mais medidas em simultâneo.”</p>

Em 1998, o Despacho n.º 7520/98 de 6 de maio vem explicitar um conjunto de medidas a aplicar no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos surdos com problemas associados, determinando que os mesmos “devem fazer o seu percurso escolar em turmas que possibilitem o recurso a modificações curriculares e a metodologias e estratégias adequadas às suas necessidades educativas específicas” (ponto 6). Para isso, as escolas trabalhariam em coordenação com unidades de apoio à educação de alunos surdos, de forma a garantir o desenvolvimento da língua gestual portuguesa como primeira língua; o domínio do português nas modalidades de leitura e escrita; os apoios adequados no âmbito do treino auditivo e da terapia da fala. É, igualmente, exigido às escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos o correto apetrechamento com equipamentos essenciais às necessidades específicas destes alunos.

Para além desta atenção às necessidades específicas dos alunos surdos, o Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro revela igual preocupação em promover respostas educativas adequadas para alunos cegos e com baixa visão, determinando a criação de Escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos (implicando o domínio da LGP como primeira língua e o domínio do português escrito e, eventualmente, falado, como segunda língua) e Escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão. São ainda criadas, por via deste Decreto-Lei, as unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e as unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita, as quais procuram implementar respostas específicas e diferenciadas para alunos que apresentem estas problemáticas.

O Decreto-Lei n.º 3/2008 representa um enorme avanço ao nível da clarificação das respostas educativas disponíveis, identificadas no n.º 2 do artigo 16º: “Constituem

medidas educativas (...): a) Apoio pedagógico personalizado; b) Adequações curriculares individuais; c) Adequações no processo de matrícula; d) Adequações no processo de avaliação; e) Currículo específico individual; f) Tecnologias de apoio”. À semelhança daquilo que o Decreto-Lei n.º 319/91 preconizava, a aplicação destas medidas é feita caso a caso, sendo admitida a sua aplicação cumulativa, à exceção das alíneas b) e e), “não cumuláveis entre si” (n.º 3 do artigo 16º). As referidas medidas são explicitadas no Programa Educativo Individual (PEI) de cada aluno, que, nos casos em que seja aplicada a medida correspondente à alínea e) do artigo 16º (para alunos cujas problemáticas os impedem de acompanhar o currículo comum), deve ser acompanhado de um Plano Individual de Transição (PIT), como se percebe através da consulta do quadro 17.

Quadro 17

Documento	Orientação
DL 3/2008	<p>“1 – O programa educativo individual é o documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e respectivas formas de avaliação. 2 – O programa educativo individual documenta as necessidades educativas especiais da criança ou jovem, baseadas na observação e avaliação de sala de aula e nas informações complementares disponibilizadas pelos participantes no processo.” (art.º 8º)</p> <p>“1 – Sempre que o aluno apresente necessidades educativas especiais de carácter permanente que o impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo deve a escola complementar o programa educativo individual com um plano individual de transição destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma actividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa instituição de carácter ocupacional.” (art.º 14)</p>

O Programa Educativo Individual (PEI) surge como único documento oficial que estabelece, de modo fundamentado, as respostas educativas utilizadas para cada aluno atendido pelos serviços de educação especial, assim como o tipo e formas de avaliação. São incluídos no PEI os indicadores de funcionalidade e os fatores ambientais que funcionam como facilitadores ou como barreiras à participação e à aprendizagem, por referência à Classificação Internacional da Funcionalidade Incapacidade e Saúde (CIF), versão para crianças e jovens. A responsabilidade da elaboração do PEI é atribuída, conjunta e obrigatoriamente, ao docente do grupo ou turma ou diretor de turma, ao docente de educação especial e aos serviços implicados na construção do relatório técnico-pedagógico, cabendo ao diretor de turma, professor do 1º ciclo ou educador a função de coordenar o PEI. No final de cada ano letivo, é elaborado um relatório circunstanciado que incide sobre os resultados obtidos por

cada aluno com a aplicação das medidas estabelecidas no Programa Educativo Individual, explicitando a existência da necessidade de o aluno continuar a beneficiar de adequações no processo de ensino e de aprendizagem e propondo eventuais alterações ao Programa Educativo Individual. A sua elaboração fica a cargo do educador de infância, professor do 1.º ciclo ou diretor de turma, consoante o nível de ensino, do docente de educação especial, do psicólogo e dos docentes e técnicos que acompanham o desenvolvimento do processo educativo do aluno, sendo objeto de aprovação pelo conselho pedagógico e pelo encarregado de educação.

Como vimos anteriormente, o Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro leva a um maior compromisso e envolvimento por parte das escolas e agrupamentos de escolas, ao criar uma rede de escolas de referência de ensino bilingue para alunos surdos e para a educação de alunos cegos e com baixa visão e dar a possibilidade de os estabelecimentos de ensino desenvolverem respostas específicas diferenciadas através da criação de unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e de unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita. Acresce a estes aspetos, o facto de este documento obrigar as escolas a incluírem, no seu plano de atividades, de acordo com o projeto educativo de escola, as atividades e estratégias “que visam o apoio personalizado aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente” (n.º 4 do artigo 16º).

Com o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, o Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto estabelece medidas a adotar no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares, das quais destacamos a extensão da aplicação da alínea e) do artigo 16º do Decreto-Lei 3/2008 ao nível secundário de ensino, conforme esclarece o n.º 6 do artigo 6º: “Os alunos com necessidades educativas especiais que frequentaram o ensino básico com currículo específico individual, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, frequentam o ensino secundário ao abrigo da referida disposição legal.”

Por fim, no que concerne à última categoria, **“Apoio Social Escolar”**, procuramos construir um quadro evolutivo dos apoios sociais prestados no contexto escolar, em particular aos alunos com necessidades educativas especiais. A legislação consultada leva-nos a verificar que apenas em 1986, na sequência da publicação da Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo se fala explicitamente de ação social escolar, de forma a viabilizar o acesso à educação

em igualdade de oportunidades. Deste modo, é nesta lei que assentam as bases destes serviços de apoio aos alunos economicamente mais carenciados, que visam “a compensação social e educativa” dos mesmos através da “comparticipação em refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento, manuais e material escolar, e pela concessão de bolsas de estudo” (n.ºs 1 e 2 do artigo 27º).

Em 1990, através do Decreto-Lei n.º 35/90 de 25 de janeiro, reconhece-se, por um lado, que os apoios previstos pela Lei n.º 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo são necessários para garantir o acesso e o sucesso escolares de todas as crianças, nomeadamente as mais desfavorecidas, e, por outro lado, admite-se que tais apoios ainda se revelam insuficientes para fazer face ao elevado insucesso escolar, assim como ao “baixo índice de escolarização das crianças com necessidades educativas específicas, devidas a deficiências físicas e mentais”. Neste contexto, o referido Decreto-Lei procura promover o sucesso educativo através da definição de apoios mais concretos, alargando “aos estabelecimentos dependentes de instituições públicas, privadas ou cooperativas de educação especial o princípio da gratuidade consagrada para o ensino básico” e reforçando “em todo o sistema o apoio social e escolar aos alunos”, ao nível da alimentação, do alojamento, dos apoios económicos (aquisição de material escolar, atribuição de bolsas e isenção de propinas), do transporte escolar, do seguro escolar e da saúde escolar.

De salientar que o Decreto-Lei n.º 35/90 atribui particular relevo aos alunos com necessidades educativas especiais no âmbito dos apoios a conceder, que o quadro 18 documenta, dando prioridade a estes alunos na concessão desses apoios e definindo um conjunto de medidas que promovem o acesso à escola em circunstâncias iguais e a consequente inclusão destes alunos nas escolas.

Quadro 18

Documento	Orientação
DL 35/90	<p>“... a política de apoios e complementos educativos, designadamente na afectação de recursos, deve atribuir prioridade ao ensino básico e às modalidades de educação especial.” (art.º 6º)</p> <p>“Os níveis de comparticipação são anualmente definidos tendo em consideração (...) encargos especiais da família por doença, deficiência ou outro motivo atendível, sujeitos a critérios de equidade e de justiça social.” (art.º 7º)</p> <p>“Será assegurado o transporte escolar dentro da área de residência aos alunos com dificuldades de locomoção ou que necessitem de se deslocar para frequência de modalidades de educação especial.” (art.º 15º)</p> <p>“No apoio ao alojamento é atribuída primeira prioridade aos alunos (...) que frequentem (...) estruturas de educação especial.” (art.º 16º)</p>

	<p>“Aos alunos com necessidades educativas especiais são atribuídas as ajudas técnicas, os livros e o material escolar adequados, de acordo com a avaliação dos serviços competentes.” (art.º 18º)</p> <p>“... a adequação do processo educacional a eventuais dificuldades ou deficiências resultantes de afecções agudas ou crónicas de qualquer foro, no quadro do ensino geral ou especial.” (art.º 24º)</p>
--	--

Estando lançadas as bases de um serviço de apoio social escolar organizado, com diferentes escalões para aferir o tipo de apoios a conceder e os valores a atribuir a cada aluno, dando aos alunos com necessidades educativas especiais a devida atenção e prioridade, cabe, mais tarde, à Portaria nº 1095/95 de 6 de setembro, revista pela Portaria nº 52/97 de 21 de janeiro, proceder à definição das “condições de acesso e de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam estabelecimentos de associações e de cooperativas de educação especial sem fins lucrativos, bem como os apoios técnicos e financeiros a conceder-lhes, visando garantir o princípio da gratuidade consagrado para o ensino básico” (Portaria nº 52/97 de 21 de janeiro).

Reconhecida a necessidade de continuar a apoiar as instituições particulares de educação especial sem fins lucrativos, é revogada pela Portaria n.º 1102/97 de 3 de novembro a Portaria nº1095/95, de 6 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Portaria nº 52/97, de 21 de janeiro, “tendo em vista a melhoria das condições educativas propiciadas às crianças e jovens com acentuadas necessidades educativas”, incentivando, simultaneamente, “o reforço da acção destas instituições como recursos educativos ao dispor das escolas de ensino regular, em parceria com os apoios educativos aí existentes para os alunos com necessidades educativas especiais” (Portaria n.º 52/97).

A consulta do quadro 19 dá uma perspetiva geral de alguns dos principais apoios concedidos aos estabelecimentos de associações e de cooperativas de educação especial sem fins lucrativos, nomeadamente aqueles que beneficiam diretamente os alunos com necessidades educativas especiais que as frequentam.

Quadro 19

Documento	Orientação
Portaria 1095/95	<p>“... c) Conceder um subsídio de 5000\$ por aluno, durante 11 meses, destinado a comparticipar nas despesas de funcionamento;</p> <p>d) Atribuir subsídios de alimentação, de transporte e para material didático e escolar, ...” (art.º 9º)</p> <p>“1 – ...atribuição de subsídios de alimentação, de transporte, correspondente ao custo da carreira pública no percurso casa-escola-casa, de material didático e escolar.” (art.º 10º)</p> <p>“A fim de garantir a gratuidade de ensino aos alunos que em 15 de Setembro de 1995 tenham idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos, o Ministério da Educação (...) comparticipará, mensalmente com um montante igual ao valor da mensalidade máxima fixada por portaria conjunta para o regime de semi-internato.” (art.º 11º)</p>
Portaria 52/97	<p>“1 – c) Conceder um subsídio de 5250\$ por aluno, durante 11 meses, destinado a comparticipar nas despesas de funcionamento, incluindo o seguro escolar dos alunos;” (art.º 9º)</p> <p>“1 – O Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, prestará, no ano lectivo de 1996-1997, apoio no âmbito da acção social escolar, mediante a atribuição de subsídios de alimentação, de transporte, correspondente ao custo da carreira pública casa-escola-casa, e de material didático e escolar.” (art.º 10º)</p> <p>“A fim de garantir a gratuidade do ensino aos alunos que em 15 de Setembro de 1996 tenham idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos, o Ministério da Educação (...) comparticipará mensalmente com um montante igual ao valor da mensalidade máxima fixada por portaria conjunta para o regime de semi-internato.” (art.º 11º)</p>
Portaria 1102/97	<p>“b) Conceder um subsídio de 5250\$ por aluno, durante 11 meses, destinado a comparticipar nas despesas de funcionamento, incluindo o seguro escolar dos alunos;</p> <p>c) Atribuir subsídios para alimentação, transporte e material didático e escolar, no âmbito da acção social escolar.” (art.º 9º)</p> <p>1 – O Ministério da Educação, através dos serviços competentes, prestará apoio no âmbito da acção social escolar, mediante a atribuição de subsídios de alimentação e de transporte, sendo este último determinado com base no custo da carreira pública casa-escola-casa, e de material didático escolar. (art.º 10º)</p> <p>“A fim de garantir a gratuidade do ensino aos alunos que em 15 de Setembro de 1997 tenham idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, o Ministério da Educação (...) comparticipará mensalmente com um montante igual ao valor da mensalidade máxima fixada por portaria conjunta para o regime de semi-internato.” (art.º 11º)</p>
Portaria 1103/97	<p>1 – O apoio financeiro a conceder aos alunos das escolas particulares de educação especial visa:</p> <p>a) Proporcionar o ensino gratuito aos alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos;</p> <p>b) Comparticipar nos custos decorrentes da frequência dos alunos com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos. (art.º 7)</p>

	<p>“1 – A gratuidade (...) abrange a matrícula, o seguro escolar e a faculdade de dispor de apoios técnicos específicos exigidos pelas necessidades educativas dos alunos.</p> <p>2 – O regime de gratuidade será anual e progressivamente alargado até à idade de 18 anos.” (art.º 9º)</p> <p>“1 – O Ministério da Educação, através dos serviços competentes, prestará apoio no âmbito da acção social escolar aos alunos das escolas particulares de educação especial integrados no regime de gratuidade de ensino previsto no presente diploma, mediante a atribuição de subsídios de alimentação e de transporte.” (art.º 13º)</p>
--	--

Ainda no âmbito da legislação sobre o regime de apoios prestados pela ação social escolar, é de destacar o Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios prestados ao abrigo da ação social escolar, previstos na lei de bases e destina-se às crianças e aos alunos que frequentem a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário em estabelecimentos de ensino públicos, ou particulares e cooperativos em regime de contrato de associação. Mais uma vez, são convocados os princípios do direito ao ensino e da igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolares, para justificar a atribuição e o funcionamento dos apoios (art.º 3º). Os apoios da ação social escolar são definidos de acordo com a situação socioeconómica de cada aluno ou do seu agregado familiar, podendo ser de cariz integral ou parcial, gratuito ou participado (nº 1 do artigo 10º) e assentando em diferentes modalidades, tais como “os apoios alimentares, os transportes escolares, o alojamento, os auxílios económicos, a prevenção de acidentes e o seguro escolar” (n.º 1 do artigo 12º). No que diz especificamente respeito aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, é-lhes dada prioridade na atribuição de apoio ao alojamento, conforme explicita o nº 3 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 55/2009.

O referido Decreto-Lei representa, pois, um documento fundamental para os alunos que se encontram abrangidos pelo regime de educação especial definido pelo Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, na medida em que lhes são garantidos outros apoios complementares “às ajudas técnicas a prestar por outras entidades de que beneficiem” (nº 1 do artigo 32º), conforme mostra o quadro 20.

Quadro 20

Documento	Orientação
DL 55/90	<p>“1 – Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio, têm ainda, supletivamente em relação às ajudas técnicas a prestar por outras entidades de que beneficiem, direito às seguintes comparticipações da responsabilidade dos municípios, no âmbito da acção social escolar e nos termos do artigo 10.º:</p> <p>a) Refeições — totalidade do custo;</p> <p>b) Transportes — totalidade do custo para os alunos que residam a menos de 3 km do estabelecimento de ensino, bem como para os alunos que frequentam as escolas de referência ou as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado...</p> <p>c) Manuais e material escolar — de acordo com os critérios fixados para a generalidade dos alunos, no escalão mais favorável;</p> <p>d) Tecnologias de apoio — comparticipação na aquisição das tecnologias de apoio a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro.</p> <p>2 – No caso de não poderem ser utilizados os transportes regulares ou os transportes escolares, a comparticipação do custo dos transportes a que se refere a alínea b) do número anterior é da responsabilidade do Ministério da Educação.” (art.º 32º)</p>

Estas orientações são reforçadas pelo nº 1 do artigo 13º do Despacho n.º 18987/2009 de 17 de agosto, o qual estabelece “modalidades de apoio alimentar, alojamento e auxílios económicos, destinados às crianças da educação pré-escolar, aos alunos dos ensinos básico e secundário e do ensino recorrente nocturno que frequentam escolas públicas e escolas particulares ou cooperativas em regime de contrato de associação” (art.º 1º).

Também o Despacho 11886-A/2012 de 6 de setembro visa reforçar “o apoio a crianças e jovens que frequentam escolas de referência ou unidades de ensino estruturado e de apoio especializado que passam a ter comparticipação no transporte”, tratando, de assegurar, através deste apoio, a concretização do direito à educação a todas as crianças e jovens, o qual é, em todos os documentos legais consultados, sempre associado à justificação para atribuição e reforço dos apoios prestados no âmbito da acção social escolar, seja para os alunos sem problemáticas associadas, seja para os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente. O quadro 21 dá conta das orientações legais emanadas deste documento ao nível dos apoios disponibilizados para os alunos com necessidades educativas especiais.

Quadro 21

Documento	Orientação
Despacho 11886-A/2012	“3 – No ano escolar de 2012 -2013 os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto -Lei n.º 3/2008, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto -Lei n.º 55/2009, têm também direito, no âmbito da ação social escolar, à comparticipação da totalidade do custo de transportes para as escolas de referência ou para as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado que frequentam, conforme o disposto nas alíneas a) e b) dos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.” (art.º 13-A)

Um novo aspeto introduzido pelo mesmo Despacho corresponde à criação de uma bolsa de manuais escolares, da responsabilidade das escolas ou agrupamentos de escolas, que servirá as necessidades, em termos de manuais escolares, dos alunos com mais dificuldades económicas: “É criada e gerida em cada escola ou agrupamento, nos termos a definir do respetivo regulamento interno, uma bolsa de manuais escolares destinada a apoiar os alunos que nos termos do artigo 7.º sejam considerados carenciados” (n.º. 1 do art.º 7º-A do Despacho 11886-A/2012).

Já em 2014, através do Despacho 11306-D_2014 de 8 de setembro, surge, novamente, a necessidade de rever os apoios instituídos, sob a justificação de, mais uma vez, “reforçar a igualdade de oportunidades contribuindo para a formação cívica dos nossos alunos”. Como podemos perceber pela consulta do quadro 22, é, igualmente, dado destaque aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente que tenham programa educativo individual, aos quais são dedicados artigos específicos nos documentos legais mais recentes que incidem sobre os serviços de ação social escolar.

Quadro 22

Documento	Orientação
Despacho 11306-D/2014	“2 — No ano escolar de 2014/2015 os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto -Lei 55/2009, têm também direito, no âmbito da ação social escolar, à comparticipação da totalidade do custo de transportes para as escolas de referência ou para as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado que frequentam, conforme o disposto nas alíneas a) e b) dos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 3/2008.”

4.2. Discussão dos Resultados

No capítulo anterior procedemos à descrição dos resultados da nossa investigação, que se consubstanciou na descrição das principais orientações emanadas dos documentos legislativos que constituem o *corpus* da análise. A partir dessas orientações, passaremos, agora, à discussão desses resultados.

Assim, relativamente à primeira categoria, **“Escola Inclusiva, Escola para Todos”**, os resultados obtidos mostram que os documentos analisados colocam o direito à educação como princípio aglutinador de todas as determinações que deles emanam, as quais podemos resumir em três vetores essenciais: obrigatoriedade de cumprir o ensino básico para todos os portugueses; gratuidade do ensino; igualdade de oportunidades. Segundo Canário (2005), o facto de a escola se destinar a todos, torna-a numa “fábrica de cidadãos”, preparados para serem integrados na sociedade e unidos pelos mesmos traços culturais e linguísticos (Canário, 2005, 62). Encontra-se subjacente a estes três pressupostos, nos quais assenta o conceito de escola para todos, a noção de democratização do ensino: “Centrada nas ideias de igualdade e universalidade, a democratização do ensino foi durante longo tempo percepcionada e concretizada como a difusão de um bem junto de toda a população, à qual era necessário proporcionar o acesso efectivo” (Sebastião, 2009, 128). É neste contexto de “democratização do ensino” que surge a Lei n.º 5/73 de 25 de julho, na qual se manifesta preocupação em criar as condições necessárias para que o percurso escolar correspondente à educação básica obrigatória seja igualmente cumprido pelos alunos com necessidades educativas especiais, ainda que em “classes especiais”. Para Bautista (1997), as classes especiais funcionavam como meros “depósitos”, onde, se colocavam, de forma indiscriminada, os alunos considerados inaptos para frequentar as classes regulares. Trata-se, segundo o mesmo autor, de transferir para as classes especiais a responsabilidade dos alunos com problemas, embora reconhecendo nesta medida um “primeiro passo de aproximação a uma educação especial integrada”, dado o esforço de manter esses alunos na escola (Bautista, 1997, 45). Há, não obstante, uma segregação dos alunos que são colocados numa classe à parte, reunindo, na mesma categoria, alunos com efetiva deficiência e alunos com outro tipo de problemas, nomeadamente, comportamentais e intelectuais, de modo a não perturbarem o normal funcionamento das classes regulares, facto que contraria a atual filosofia de inclusão, em vigor nas escolas portuguesas.

É com a publicação do Decreto-Lei n.º 538/79 de 31 de dezembro que esta preocupação dedicada aos alunos com necessidades educativas especiais ganha

novo fôlego, visto que o Estado assume as suas responsabilidades com estes alunos, garantindo o cumprimento da escolaridade obrigatória por parte dos mesmos, através das medidas enunciadas no nº 2 do artigo 2º: “O Estado assegurará o cumprimento da escolaridade obrigatória às crianças que careçam de ensino especial, para o que promoverá uma cuidada despistagem dessas crianças, expandirá o ensino básico especial e o apoio às respectivas escolas e intensificará a formação dos correspondentes docentes e pessoal técnico.” Este desígnio configura, já, uma visão progressista, não só em relação à inclusão destes alunos nas escolas regulares, mas também à necessidade de criar condições ao nível de recursos materiais e humanos que possam dar resposta à especificidade das suas problemáticas. Este aspeto é reforçado ainda em 1979, devido à Lei n.º 66/79 de 4 de outubro, que define o campo de intervenção da educação especial e determina que a educação de alunos com necessidades educativas especiais deve processar-se, “sempre que possível nos estabelecimentos regulares de educação”, cabendo a esses estabelecimentos “proceder ao progressivo reajustamento das suas estruturas, e aos serviços de educação especial caberá proporcionar as condições de apoio que se considerem necessárias” (nºs 1 e 2 do artigo 4º). De referir que se impõe à escola a capacidade de se adaptar a estes alunos, e não o contrário, levando-nos a considerar este um passo decisivo na prossecução do melhor atendimento a crianças e jovens com necessidades educativas especiais em contexto escolar e da sua inclusão na escola regular. Aliás, como defende Correia (2013), o modelo inclusivo implica que “para além de considerar o aluno NEE como um todo e como centro de atenção por parte da Escola, da Família e da Comunidade, considera, ainda, o Estado como um factor essencial a ter em conta, pois afigura-se fundamental o seu papel em todo o processo que leve à criação de um sistema inclusivo eficaz” (Correia, 2013, 9).

Na nossa perspetiva, o Estado tem desencadeado os mecanismos legislativos necessários para levar a cabo essa função, como o comprovam os vários atos legislativos contemplados neste estudo. Em 1986, com a aprovação da Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, é dado mais um passo determinante na configuração da educação especial em Portugal, sendo um dos objetivos da referida lei “assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades” (alínea j) do artigo 7º). Embora consideremos que o conceito de aluno com “deficiências físicas e mentais” continue a ser limitado e limitador no que diz respeito ao alcance dos serviços especializados prestados pela educação especial, trata-se, sem dúvida, de “transformações algo profundas na concepção de educação integrada”

(Correia, 2008, 14), até, porque, ao alargar a escolaridade obrigatória para 9 anos, torna-se imperativo criar condições propícias a uma efetiva igualdade de oportunidades, preconizada neste e noutros documentos que lhe antecederam, que ofereça a todos as mesmas oportunidades no acesso à escola e no sucesso escolar. A organização dada pela lei de bases à educação especial vem, por um lado, definir medidas de apoio aos alunos com limitações físicas e mentais que delas necessitam, através da modalidade de educação especial, e, por outro lado, acentuar o modelo de integração destes alunos em estabelecimentos regulares de ensino, que facilitará o seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional, assim como a sua capacidade de comunicação e a integração na vida pós-escolar. Apesar de as respostas educativas sugeridas por esta lei assumirem contornos demasiado generalizados, há a indicação de que os currículos e programas devem ser “devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas (n.º 4 do artigo 18), o que nos leva a considerar que se adivinha, já, um modelo inclusivo de todos os alunos, nomeadamente em relação ao currículo comum, pois, como nos diz Rodrigues (2013), “não interessa (...) qual o tipo ou grau de deficiência de um determinado aluno, mas apenas se essa deficiência tem algum impacto nos objetivos e conteúdos do currículo ou nas abordagens pedagógico-didáticas ou em ambos os aspetos” (Rodrigues, 2013, 27).

A lei de bases acompanha, pois, a mudança de paradigma ao nível da educação especial que, segundo Pinto (2013), distingue a década de 80: “Os anos 80 são caracterizados por reformas institucionais e intelectuais. A publicação, nos Estados Unidos do Relatório, «A Nation at Risk: The Imperative for Educational Reform by National Commission on Excellence in Education (1983) e «Regular Education Initiative» vão influenciar de forma profunda a mudança na filosofia e prática da educação especial. Esta filosofia defende o direito de todas as crianças a serem educadas com as crianças da sua idade e do seu grupo. Isto é, preconiza a adaptação da classe regular de forma a tornar possível ao aluno a aprendizagem nesse ambiente” (Pinto, 2013, 11).

A década de 90 é profícua no desenvolvimento de legislação orientada para a educação especial. Logo em 1990, o Decreto-Lei n.º 35/90 de 25 de janeiro reitera a noção de escola para todos, por via da garantia da universalidade e da gratuidade inerentes ao cumprimento da escolaridade obrigatória, em especial para os alunos com deficiência física ou mental. Um ano depois, o Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto atribui, finalmente, à educação especial em Portugal o espaço há tanto exigido, na medida em que as definições legais dele decorrentes concorrem para uma clarificação ao nível das medidas a implementar e do perfil do aluno que delas possa

beneficiar, facilitando o trabalho das escolas com estes alunos. De acordo com Correia (2013), “este Decreto-Lei veio preencher uma lacuna legislativa há muito sentida no âmbito da educação especial, passando as escolas a dispor de um suporte legal para organizar o seu funcionamento no que dizia respeito ao atendimento a alunos com NEE” (Correia, 2008, 14). Desta forma, é atribuída às escolas uma responsabilidade acrescida, visto que, para além de terem a obrigação de aplicar medidas o menos restritivas possível (aspeto reforçado pelo Despacho n.º 173/91 de 23 de outubro) e, por isso, mais integradoras, devem fazê-lo de acordo com o que é legalmente estabelecido por este Decreto-Lei, ou seja, recorrendo à medida ou conjunto de medidas que melhor serve o caso específico e individual de cada aluno.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 301/93 de 31 de agosto vem reforçar o facto de os alunos com necessidades educativas especiais estarem sujeitos ao cumprimento do dever de frequência da escolaridade obrigatória, sendo, pois, abrangidos pelo princípio da universalidade e da obrigatoriedade que rege o cumprimento do ensino básico. No entanto, dadas as adversidades graves com que alguns destes alunos se deparam, levando-os a frequentar estabelecimentos de educação especial orientados para as suas limitações, apenas se encontrarão em igualdade de oportunidades de acesso a esse ensino, e conseqüente sucesso escolar, mediante o acesso a determinados apoios. A importância desses estabelecimentos de educação especial, sem fins lucrativos, é reconhecida também em termos legais, através da Portaria n.º 1095/95 de 6 de setembro, que estabelece os apoios técnicos e financeiros a atribuir e determina as condições de acesso e de frequência desses estabelecimentos por parte dos alunos.

Um pouco mais tarde, quer o Despacho Conjunto n.º 105/97 de 1 de julho, de forma mais generalizada, quer o n.º Despacho 7520/98 de 6 de maio, com impacto ao nível da educação de crianças e jovens surdos, ao prever a implementação de unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos nos estabelecimentos públicos do ensino básico e secundário, vêm, novamente, sublinhar a importância de fazer cumprir o princípio da igualdade de oportunidades de acesso e sucesso educativos para todos os alunos, estabelecendo, para isso, um conjunto de respostas pedagógicas diversificadas adequadas às necessidades específicas das crianças e jovens com necessidades educativas especiais que delas carecem e criando condições nas escolas para a integração socioeducativa desses alunos.

Face ao exposto, podemos considerar que, desde a década de 70, ganhando força com a Lei de Bases do Sistema Educativo português, que, através do artigo 3º reconhece o direito à diferença e mostra respeito pelas personalidades e projetos individuais, e ao longo dos anos 90, verifica-se um esforço em “garantir a todos os

cidadãos iguais oportunidades de acesso e sucesso educativos, combatendo activamente as várias modalidades de exclusão escolar presentes no sistema a nível da escolaridade básica inspiradas numa lógica de serviço público, observa-se simultaneamente a construção activa de uma nova modernidade educativa, mais próxima do discurso da individualização e do imperativo de construção da autonomia individual” (Almeida e Vieira, 2006, 67).

É neste contexto de atenção às diferenças e de reconhecimento das características individuais de cada aluno, que a década de 90 fez sobressair e de que são exemplo os Planos Educativo Individuais e os Programas Educativos indicados pelo Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto, que surge a necessidade de rever as respostas educativas até então desenvolvidas. Desta revisão, após 16 anos de Decreto-Lei n.º 319/91, resulta o Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, que vem acentuar, de forma intensa logo na sua introdução, princípios presentes em documentos legislativos anteriores, como a democratização do ensino e a igualdade de oportunidades, mas colocando a tónica num aspeto que se revela incontornável nos discursos mais recentes sobre educação especial, a inclusão: “a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens. Nessa medida importa planear um sistema de educação flexível, pautado por uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos que implicam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos. (...) A educação inclusiva visa a equidade educativa, sendo que por esta se entende a garantia de igualdade, quer no acesso quer nos resultados.”

O referido Decreto-Lei faz alusão à Declaração de Salamanca (1994), enquanto documento charneira na afirmação da noção de escola inclusiva, para justificar a adoção desse mesmo conceito nas escolas portuguesas, o que, em nosso entender, vem beneficiar as crianças e jovens com necessidades educativas especiais. Com efeito, inerente à noção de escola inclusiva encontra-se o conceito mais lato de inclusão, que, ao impor-se contra a exclusão social, acarreta em si, valores como a procura da justiça social, da equidade e da participação social (Pinto, 2013). Desta forma, aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente é oferecida a oportunidade, não só de estarem integrados na escola regular e numa turma regular, mas também de serem incluídos em todas as estruturas educativas do estabelecimento de ensino que frequentam, mediante adaptações no seu processo de ensino e de aprendizagem, num contexto de permanente interação com os seus pares, professores e funcionários, tão salutar para o seu

desenvolvimento social e cognitivo, como realça Pinto (2013): “O indivíduo humaniza-se num ambiente social através da interacção social, que se consolida na sala de aula, pois é nessa diversidade que se faz a troca e consequentemente o desenvolvimento de capacidades cognitivas na procura partilhada das soluções para os problemas. É assente nestes princípios que a escola abriu as portas às crianças com necessidades educativas especiais numa perspetiva de sucesso e não apenas de acesso” (Pinto, 2013, 12).

A revisão dada pela Lei n.º 21/2008 de 12 de maio ao Decreto-Lei n.º 3/2008, vem reforçar a noção de escola inclusiva, cuja área de intervenção é alargada ao percurso de vida depois da escola, ao introduzir o conceito de vida pós-escolar, ou seja, cabe à escola preparar estas crianças e jovens para uma efetiva inclusão e integração na sociedade, que se pode materializar numa via académica e/ou profissional, mas também, ou apenas, quando as limitações são demasiado intensas, especialmente as de ordem física, ao nível familiar e comunitário. O Decreto-Lei n.º 3/2008 traz, pois, responsabilidades acrescidas à escola e aos seus atores, facto, aliás, bem patente no n.º 1 do artigo 4º, ao exigir-se às escolas um compromisso para com as crianças e jovens necessidades educativas especiais de carácter permanente, através dos seus projetos educativos, nos quais devem constar as adequações relativas ao processo de ensino e de aprendizagem desses alunos, assim como as adequações ao nível da organização e do funcionamento da escola, facilitadoras do maior envolvimento desses mesmos alunos no seio do grupo ou turma, ou da comunidade escolar em geral.

Embora os documentos legislativos que sucederam ao Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, não impliquem, no âmbito da educação especial, o alcance e a relevância deste, sobretudo em termos de respostas educativas, é de salientar a persistente atenção do Estado português aos alunos com necessidades especiais a partir desta altura, sendo de referir a publicação do Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março, que, numa perspetiva de escola inclusiva, exige, aos alunos com necessidades educativas especiais o cumprimento da escolaridade obrigatória, mesmo com o seu alargamento de 9 para 12 anos; do Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto, que esclarece a situação dos alunos que usufruíram, durante o seu percurso escolar no ensino básico, da alínea e) Currículo Específico Individual (art.º 16º do Decreto-Lei 3/2008), indicando que esses alunos continuarão a beneficiar da referida medida ao longo do ensino secundário, de modo a concluírem a escolaridade obrigatória agora prolongada; e do Despacho n.º 11306-D/2014 de 8 de agosto, que, ao admitir a necessidade de promover ações de apoio social escolar que possam concretizar o acesso à educação por parte dos alunos socialmente e economicamente mais

carenciados, muitos deles com necessidades educativas especiais, nos transporta para a ideia inicial referida no início deste texto, ou seja, a democratização do ensino, assumindo como fundamental o direito à educação.

Nesta ideia de democratização do ensino insere-se, conforme faz notar Ortiz González (2010), o conceito de escola para todos, que não terá de segregar nem de integrar, mas simplesmente definir os apoios e medidas mais adequadas a aplicar para cada aluno que delas necessite, abraçando, desta forma, todos os alunos e as suas diferenças. Para esta autora, são, pois, características essenciais da escola inclusiva “o sentido de comunidade, a aceitação das diferenças e a resposta às necessidades individuais”, assim como “as mudanças na filosofia, no currículo, nas estratégias de ensino e na estrutura de organização da escola” (Ortiz González, 2010, 64). Os documentos legislativos mais recentes, de que o Decreto-Lei n.º 319/91 e sobretudo o Decreto-Lei n.º 3/2008 são precursores, parecem seguir esta direção, levando as escolas, através dos que nela intervêm de forma ativa, a desenvolver tais orientações.

Para terminar, aludimos a Sacks (2009), ao considerar que o novo paradigma da escola inclusiva significa que as crianças que antigamente estavam isoladas são agora incluídas nas salas de aula de turmas regulares, o que origina desafios para todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem destes alunos, nomeadamente professores e técnicos, ao nível da adaptação de currículos e de estratégias de ensino e de aprendizagem, culminando no maior benefício para estes alunos e que se traduz na sua aceitação.

Como referimos no capítulo anterior, verifica-se, nos documentos legislativos dos anos 70 e 80 que serviram de base à nossa análise, uma insuficiência de informação no que concerne à segunda categoria, **“Conceção do Aluno de Educação Especial”**, havendo apenas algumas indicações avulsas, designadamente de ordem qualificativa, que fomos reunindo de forma a perceber qual o perfil das crianças e jovens que, de acordo com a legislação dessa época, beneficiaria do atendimento pela educação especial. Numa primeira fase, correspondente à década de 70, os alunos que se encaixariam neste perfil eram considerados, à luz do Decreto-Lei n.º 45/73 de 12 de fevereiro, “diminuídos e inadaptados”, mas também, segundo a Lei n.º 5/73 de 25 de julho, “deficientes”, e “precoces”. Segundo Bautista (1997), o atendimento dado a estas crianças limitava-se a encaminhá-las para classes especiais, separadas das classes regulares, onde, indiscriminadamente se colocavam

“crianças com atraso escolar, com problemas de comportamento, inadaptados”, considerando que eram poucas as crianças com deficiência (Bautista, 1997, 45).

Nesta altura, nota-se já uma preocupação em acolher, na escola pública, todas as crianças, embora segregando aquelas que, de alguma forma, representavam um problema para o normal desenvolvimento das atividades na classe regular, o que marca o desabrochar do movimento da integração, como salienta Martins (2005): “o termo integração passou a ser utilizado como se referindo ao acolhimento de crianças com deficiência nas escolas. Elas faziam parte do sistema escolar comum mas discretamente segregadas através de estruturas paralelas e com várias modalidades de integração, ou seja, formas diferentes do modo como se processa a relação entre ensino regular e especial” (Martins, 2005, 23).

Deste modo, a par de uma medida educativa redutora que era o encaminhamento destes alunos para as classes especiais, encontra-se a própria definição do perfil destes alunos, igualmente redutora, se tivermos em conta que são utilizados apenas adjetivos, os quais emitem juízos de valor discriminatórios nas referências a esses alunos, carecendo, pois, de uma especificação e de um rigor que tardaram em chegar. No entanto, a publicação do Decreto-Lei n.º 174/77 de 2 de maio introduz a expressão “alunos portadores de deficiência física ou psíquica”, que denota já uma neutralidade no reconhecimento dado às problemáticas destes alunos, e, simultaneamente, uma explanação que as anteriores designações não têm. A Lei n.º 66/79 de 4 de outubro segue a mesma lógica, considerando que esses alunos são “deficientes físicos, motores, orgânicos, sensoriais e intelectuais” e, por este motivo, precisam de um atendimento específico. Parece residir aqui a génese, em termos legislativos, da noção de personalização do atendimento da educação especial que é, aliás, aquilo que a justifica, conforme Lieberman (2010) nos mostra: “O recurso à educação especial como um sistema de disponibilidade de serviços está radicado em dois aspectos: as necessidades do aluno e a probabilidade de a intervenção requerer um conjunto especial de circunstâncias que, em geral, não está disponível nos meios das classes regulares. Mais importante ainda é a mudança que é permitida em termos de prioridade ou ênfase curricular: de competências académicas na classe regular a necessidades baseadas no aluno, porventura na sala de apoio” (Lieberman, 2010, 101).

Numa segunda fase, indubitavelmente marcada pela Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, o sistema educativo português conhece uma organização anteriormente dispersa por diferentes atos legislativos. No n.º 2 do seu artigo 1º, assume-se o sistema educativo como “o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação”, sendo, um desses meios, a educação especial, que é

entendida enquanto modalidade especial de educação escolar à qual um grupo de alunos com determinadas características tem acesso para conseguir cumprir a escolaridade obrigatória. Assim, no âmbito da conceção do aluno de educação especial, a lei de bases continua a incidir na noção de deficiência (art.º 17º), mais, tarde recuperada pelo artigo 2º do Decreto-Lei n.º 35/90 de 25 de janeiro, mas com uma particularidade que importa destacar, isto é, a introdução da expressão “necessidades educativas específicas”, que nos remete para a filosofia inerente à própria lei de bases, ao considerar que a ação formativa do sistema educativo deve “favorecer o desenvolvimento global da personalidade” (nº 2 do artigo 1º). No artigo 18º, onde se estabelece a organização da educação especial, encontramos ecos desta filosofia, através das seguintes orientações: “modelos diversificados de integração (...) tendo em conta as necessidades de atendimento específico” (nº 1); “currículos e programas devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas” (nº 4). Há, pois, uma atenção à pessoa do aluno e às suas necessidades concretas que antes não se verificava, pelo menos com esta extensão, abrangendo os apoios fornecidos, os currículos e programas e as formas de avaliação, mas no seio da turma regular. É neste pressuposto que assenta o modelo de escola inclusiva, o qual, segundo Morgado (2010), é reflexo de um sistema democrático, correspondendo a um “princípio político de natureza educativa”, pois protege os direitos de todos os cidadãos (Morgado, 2010, 77). Ao mesmo tempo, a lei de bases coloca na escola uma função de integração social destes alunos, visto que uma das indicações que dela derivam é promover a educação destes alunos em estabelecimentos regulares de ensino, exceto quando o tipo ou grau de deficiência exigem o recurso a uma instituição especializada. Para Sebastião (2009), “ir à escola significa o confronto de cada indivíduo com um quadro social complexo, que o colocará perante um processo de socialização baseado no confronto permanente ente os valores, saberes e elementos culturais previamente incorporados” (Sebastião, 2009, 163-164) de que, quer os alunos do ensino regular, quer os alunos atendidos pelos serviços de educação especial poderão beneficiar, aprendendo a viver com os outros, fazendo opções, desenvolvendo gostos e preferências, interagindo e conhecendo-se melhor. De facto, uma das vantagens do modelo de escola inclusiva é a oportunidade que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais têm de interagir com os seus pares (Bursztyn, 2007) e que a lei de bases vem materializar.

Apesar do contributo dado pela lei de bases para a educação especial em Portugal, através de uma nova organização e de respostas educativas mais direcionadas para estes alunos, a conceção do aluno de educação especial continua a

assentar num modelo médico, em que a noção de deficiência está muito enraizada. Daí que em 1991 surja a necessidade de se proceder à atualização de conceitos no âmbito da educação especial, por via do Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto, aparecendo, pela primeira vez em documentos legislativos, a expressão *alunos com necessidades educativas especiais*, que, ao transferir para a esfera da pedagogia aquilo que anteriormente se situava no domínio da deficiência, assinala o início de uma nova etapa para a educação especial em Portugal e dita o uso da referida expressão até à atualidade para designar todos os alunos que são atendidos pelos serviços de educação especial, independentemente do tipo de problemática.

A esta designação encontra-se subjacente a ideia de que estes alunos carecem de determinadas condições no seu processo de ensino e de aprendizagem para que possam alcançar sucesso escolar e que tais condições são adaptadas à situação particular de cada um deles, consoante a limitação apresentada, embora dentro dos limites de um currículo comum, “o qual deve ser suficientemente aberto e flexível para poder responder às necessidades comuns e às necessidades individuais” (Rodrigues, 2013, 22). Para além disso, e como Kauffman (2013) tão bem faz notar, é necessário que haja outros serviços suplementares, como o apoio do professor de educação especial, serviços educativos especiais, ou a frequência de uma escola de referência.

O Decreto-Lei n.º 319/91 representa, pois, uma nova designação para o aluno de educação especial, mas sem definir os parâmetros em que as dificuldades ou as necessidades dos alunos se encaixam. Como veremos mais à frente no âmbito das categorias “Critérios de Elegibilidade” e “Respostas Educativas”, os contributos deste documento privilegiam, sobretudo, a integração do aluno com necessidades educativas especiais na escola regular, atribuindo mais responsabilidade à escola na adoção de respostas educativas eficazes, envolvendo mais os pais nesse processo, ao conferir-lhes direitos e deveres, e estabelecendo a individualização dessas respostas (Correia, 2013).

Relativamente à conceção do aluno de educação especial, e apesar da introdução de uma terminologia orientada para as respostas educativas, continua a verificar-se uma lacuna no aprofundamento da definição desse aluno, que é feito de forma discretamente pelas Portarias n.º 1095/95 de 6 de setembro e n.º 52/97 de 21 de janeiro (que procede à revisão da primeira), ao estabelecerem as condições de acesso e de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais em estabelecimentos de educação especial sem fins lucrativos. Deste modo, segundo a Portaria n.º 1095/95, o aluno de educação especial tem entre 6 e 18 anos de idade e apresenta necessidades educativas especiais comprometedoras do acesso ao currículo regular, derivadas de dificuldades de comunicação (motricidade, linguagem

visão e audição); dificuldades de compreensão; problemas graves de ordem emocional e comportamental. A portaria n.º 52/97 vem ainda admitir que outros problemas possam exigir um atendimento especializado, desde que devidamente fundamentados. Mas esta definição parece abranger apenas problemáticas de gravidade elevada e às quais os estabelecimentos de educação especial sem fins lucrativos conseguem dar respostas mais especializadas, continuando, assim, a prevalecer o “caráter impreciso” (Bautista, 1997, 55) da expressão necessidades educativas especiais, que limita a conceção do aluno de educação especial ao nível da legislação analisada.

É em 2001, através do Decreto-Lei n.º 6/2001 de, que o perfil de aluno de educação especial adquire contornos mais bem delineados, definindo-se claramente, pela primeira vez e no âmbito de documentos legislativos sobre educação especial publicados em Portugal, o que são alunos com necessidades educativas especiais. Dessa definição, constante do ponto 2 do artigo 10º do referido Decreto-Lei, sobressai a expressão “caráter permanente”, associada à designação “alunos com necessidades educativas especiais” já utilizada em documentos anteriores. Para além disso, esses alunos devem apresentar, de acordo com o mesmo normativo, “incapacidade ou incapacidades que se reflectam numa ou mais áreas de realização de aprendizagens, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves da personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde”, sendo, pois, contemplado o facto de um aluno poder apresentar mais do que uma incapacidade e especificados, de forma sucinta e objetiva, os tipos de problemática que se enquadram nessa categoria de incapacidade. Neste contexto, consideramos que esta definição dá um contributo assinalável para a compreensão do perfil do aluno de educação especial, configurando uma heterogeneidade de alunos, mas também de circunstâncias nas quais são atendidos pelos serviços de educação especial (Mertens e McLaughlin, 2004).

Os documentos legislativos posteriores, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, que regula presentemente o funcionamento da educação especial em Portugal, vão recuperar esta definição, dando-lhe, no entanto, uma linguagem mais atual e rigorosa, (“alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios de vida”), deixando de recorrer à palavra deficiência, e fazendo uso de um vocabulário mais científico para mencionar o tipo de dificuldades associadas a estes alunos (“dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social” – n.º 1 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 3/2008). Tal definição (reiterada pelo Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março, que estabelece o

regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar) remete para a terminologia utilizada pela CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, cuja aplicação enquanto instrumento de referência para a aferição das dificuldades identificadas pelo Decreto-Lei n.º 3/2008 é, na visão de Coelho da Silva (2013), um dos grandes benefícios que este ato legislativo representa para a educação especial em Portugal.

A conceção do aluno de educação especial agora proposta tem implicações profundas ao nível das respostas educativas, pois ao contemplar uma heterogeneidade de problemáticas, considera, por inerência, uma diversidade de respostas educativas que atenderão, obrigatoriamente, às características individuais de cada aluno. Para Correia (2010), esta heterogeneidade “é um factor muito positivo, permitindo o desenvolvimento de comunidades escolares mais ricas e profícuas”, sendo esta uma das vantagens da inclusão, a qual leva “o aluno com NEE às escolas regulares e, sempre que possível, às classes regulares onde, por direito, deve receber todos os serviços adequados às suas características e necessidades. Pretende, portanto, encontrar formas de aumentar a participação de todos os alunos com NEE, incluindo aqueles com NEE significativas, nas classes regulares, independentemente dos seus níveis académicos e sociais” (Correia, 2010, 21).

Os resultados recolhidos no âmbito da terceira categoria, “**Critérios de Elegibilidade**”, permitem perceber que, ao longo do período temporal estudado, através dos documentos legislativos sobre os quais incide a nossa análise, existe, desde 1973, o pressuposto de que para um aluno ser elegível para o atendimento por parte dos serviços de educação especial, é necessário que o mesmo seja observado e avaliado pelas entidades consideradas competentes para esse efeito. O facto de o sistema educativo português ter adotado um modelo de escola inclusiva, com implicações na própria conceção do aluno de educação especial, acarretou, também, alterações nos critérios de elegibilidade desses alunos ao nível da educação especial, que se tornaram mais específicos, mas também mais abrangentes.

Em 1973, eram aferidos sinais de deficiência ou incapacidade através da realização de testes da responsabilidade da Divisão do Ensino Especial, que poderia trabalhar em parceria com outros departamentos públicos. Qualquer outro tipo de dificuldade que não se encaixasse num destes domínios, fortemente marcados por um diagnóstico clínico, ficaria fora do espectro da educação especial. Como refere Bautista, “seguindo o modelo médico, na avaliação fez-se finca-pé no défice e na posterior etiquetagem” (Bautista, 1997, 12). Nesse ano, a Lei n.º 5/73 de 25 de julho vem

determinar que o primeiro período da classe inicial é destinado à observação das crianças, fazendo-se a triagem daquelas que permaneceriam na classe regular e daquelas que, sendo consideradas inaptas, frequentariam classes de transição ou classes especiais. Aliás, segundo Correia (2013), “quanto mais «afastadas» da norma estivessem as áreas deficitárias do aluno, mais se justificava a sua colocação numa classe especial”, ficando a sua educação a cargo do professor de educação especial, na medida em que “o professor do ensino regular assumia um papel muito reduzido ou mesmo nulo, sendo o diálogo entre ele e o professor de educação especial praticamente inexistente” (Correia, 2013, 15). Ainda que as classes especiais representem uma segregação destes alunos, a sua criação parece representar, de acordo com o mesmo autor, um primeiro passo no sentido da integração, pelo menos física, destes alunos na escola regular. Seguindo a mesma linha de abordagem, Winzer (2006) fala de um sistema dual (*dual system*) que separa dois grupos de alunos, um que engloba os alunos que permanecem nas classes regulares e um que estigmatiza a diferença, colocando em classes especiais os alunos a cargo da educação especial.

Em 1977, já sob a influência do princípio de normalização que se estende por toda a Europa, e que está na base do conceito de integração escolar (Bautista, 1997), surge o Decreto-Lei n.º 174/77 de 2 de maio, que preconiza a frequência do ensino regular por parte dos alunos com necessidades de atendimento especiais, aos quais se impõe que cumpram com as suas responsabilidades escolares, embora respeitando as limitações observadas. Deste modo, é de realçar o avanço que o referido Decreto-Lei representa em termos de inclusão, possibilitando a esses alunos o acesso a condições especiais no seu processo de ensino e de aprendizagem, depois de comprovada a deficiência, mediante apresentação de parecer de um médico especialista, e decorrido o período de acompanhamento e observação considerado necessário pelo serviço de apoio especializado, cuja intervenção dependia da solicitação do estabelecimento de ensino. A disponibilização das condições especiais incluía frequência e regime de disciplina, formas de avaliação e simplificação curricular, denotando já uma intenção de manter estes alunos nas turmas regulares, promovendo, para esse fim, respostas educativas inclusivas, que lembram as que atualmente se encontram em vigor. Assim, podemos considerar que “começa neste período, fins dos anos 70, a reconhecer-se que os alunos com NEE conseguiam alcançar sucesso escolar nas classes regulares, pelo menos aqueles com problemáticas ligeiras, podendo, deste modo, fazer parte do sistema regular de ensino” (Correia, 2013, 15).

Com a publicação, dois anos mais tarde, do Decreto-Lei n.º 538/79 de 31 de dezembro, é assumida “a necessidade de assegurar um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças”, assim como “a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento”. Para isso, o Estado arroga-se, neste documento, a tarefa de garantir, de igual modo, “o cumprimento da escolaridade obrigatória às crianças que careçam de ensino especial”, comprometendo-se a: promover “uma cuidada despistagem dessas crianças”; expandir “o ensino básico especial e o apoio às respetivas escolas”; e intensificar “a formação dos correspondentes docentes e pessoal técnico (n.º 2 do artigo 2º). Paradoxalmente, os alunos com incapacidade comprovada poderiam ser dispensados da matrícula e da frequência da escolaridade obrigatória, exigindo-se, apenas, a apresentação de um pedido de dispensa da frequência escolar no estabelecimento de ensino por parte do encarregado de educação, tendo os alunos de ser submetidos a observação “para fins de dispensa da frequência escolar obrigatória total” (n.º 1 do artigo 6º), o que parece comprometer, e até contradizer, a responsabilidade manifestada pelo Estado em assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória para todas as crianças, constituindo tal dispensa um recuo face às medidas inclusivas propostas pelo Decreto-Lei n.º 174/77.

Também o Decreto-Lei n.º 301/84 de 7 de setembro considera aceitável que as crianças com incapacidade física ou mental, “reconhecida pelas autoridades sanitária e escolar da zona” (n.º 1 do artigo 6º) sejam dispensadas do dever de cumprimento da escolaridade obrigatória. Bénard da Costa (1985), citada por Mesquita (2001), vê esta medida legislativa como um grave retrocesso, visto que admite que as crianças deficientes fiquem fora da escolaridade obrigatória, sem alternativas que lhes permitam concretizar essa escolaridade noutros moldes.

No entanto, a publicação da Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, vem repor o direito à educação a todos os portugueses, de acordo com a Constituição da República, colocando no Estado o dever de viabilizar uma igualdade de oportunidades, quer no acesso escolar, quer no sucesso escolar, indispensável à democratização do ensino.

Para além de consagrar o direito à educação, a lei de bases representa uma organização há tanto exigida de todo o sistema educativo português, no qual a educação especial se integra, enquanto modalidade especial de educação escolar. Assim, coloca-se em evidência o papel da educação especial no atendimento a alunos com necessidades educativas específicas, sendo clarificados aspetos como a sua organização e os recursos de que dispõe, para melhor responder às necessidades dos alunos. No entanto, no que diz respeito aos critérios de elegibilidade dos alunos que

dela beneficiam, esta lei é insuficiente, pois resume-se a considerar como um dos objetivos da educação pré-escolar fazer a despistagem de situações que possam indiciar inadaptação, deficiência ou precocidade, de modo a oferecer à criança a orientação e o encaminhamento mais adequados, não havendo referência a este objetivo para os restantes níveis de ensino.

Na sequência da lei de bases, surge o Despacho Conjunto n.º 36/SEAM/SERE/88, de 17 de agosto, cuja importância assenta no facto de se tratar do primeiro documento legislativo a reconhecer, efetivamente, as Equipas de Educação Especial, as quais, no âmbito da elegibilidade dos alunos para os serviços de educação especial, visavam contribuir para o despiste, a observação e o encaminhamento de crianças e jovens com necessidades educativas provenientes de problemas físicos ou psíquicos, bem como proceder a avaliações psicopedagógicas de crianças e jovens com necessidades específicas de educação, tendo em vista o desenvolvimento de planos educativos individuais.

Ainda que a lei de bases constitua um documento importantíssimo para o sistema educativo português, dando, também, um contributo relevante para a educação especial, é nos anos 90 que se dá aquilo a que Winzer (2006) designa de chamada para a inclusão total. Portugal não fica alheio a esta tendência, respondendo com a aprovação do Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto. No âmbito dos critérios de elegibilidade dos alunos para os serviços de educação especial, este documento considera que os alunos com necessidades educativas especiais podem ser alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, o que se reflete numa das duas vias a que pode levar a observação do aluno: as situações mais complexas, associadas a deficiência, e situações menos complexas, decorrentes de dificuldades de aprendizagem. É atribuída aos serviços de psicologia e orientação, em colaboração com os serviços de saúde escolar, a responsabilidade de avaliar as situações mais complexas. Devemos salientar a importância desta avaliação por uma equipa pluridisciplinar, apesar de, como refere Coelho da Silva (2013), nem sempre ela ocorresse na prática: “Daí, considerar-se já desde o 319/91 a importância da avaliação por parte duma equipa de vários profissionais, embora em termos práticos o professor de EE (muitas vezes auxiliado pelo psicólogo) continuasse a ser a pessoa decisiva em relação à elegibilidade de qualquer criança para os apoios de educação especial” (Coelho da Silva, 2013, 112).

Os documentos que se seguem ao Decreto-Lei n.º 319/91, em particular o Despacho n.º 173/91 de 23 de outubro e o Despacho Conjunto n.º 105/97 de 1 de julho vêm complementar aquele no que diz respeito à identificação de alunos passíveis de serem elegíveis para a educação especial. O Despacho n.º 173/91 explicita que

são os professores quem tem competência para proceder à identificação de alunos com necessidades educativas especiais em todos os níveis de ensino, do 1º ciclo ao ensino secundário. Depois de feita a referenciação do aluno, procede-se à análise da sua situação em reunião convocada pelo coordenador de núcleo, no 1º ciclo, e pelo diretor de turma nos restantes níveis de ensino, da qual resultariam as respostas educativas a aplicar. Por sua vez, o Despacho Conjunto n.º 105/97 de 1 de julho adota o mesmo procedimento na identificação dos alunos, mas dispensando a realização da reunião anteriormente exigida, transferindo a responsabilidade da análise da situação do aluno para o órgão de administração e gestão da escola. No entanto, continua a verificar-se uma lacuna no recurso a documentação especificamente utilizada para registar os alunos que são alvo desta análise, que apenas será colmatada com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro.

Apesar dos contributos que todos estes documentos reúnem ao nível dos critérios de elegibilidade dos alunos para a educação especial, continua a verificar-se uma ausência de orientações quanto aos procedimentos a seguir. O Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, com a revisão dada pela Lei n.º 21/2008 de 12 de maio, vem suprir esta falta, ao definir um processo de referenciação organizado e que deverá ocorrer o mais precocemente possível. Para além disso, a possibilidade da referenciação pode ser uma iniciativa de qualquer agente educativo (pais, serviços de intervenção precoce, docentes, técnicos ou serviços que intervenham com a criança ou jovem (número 2 do artigo 5º), conforme fazem notar Boné e Bonito (2013), ao destacaram este aspeto como uma das novidades introduzidas pelo referido normativo.

Assim, e de acordo com o Decreto-lei n.º 3/2008, a referenciação obedece a determinadas regras e pode ser complementada com documentação relevante. O primeiro passo é fazer chegar essa referenciação ao órgão de gestão das escolas ou agrupamentos de escolas da área de residência, mediante o preenchimento de um documento aprovado pela escola ou agrupamento de escolas, onde são apresentadas as razões que levaram a referenciar a situação, indicando os fatores de risco associados às limitações ou incapacidades e anexando-se a documentação considerada necessária para o processo de avaliação (número 3 do artigo 5º). Depois de tomar conhecimento dessa referenciação, o conselho executivo encaminha o caso para o departamento de educação especial e para os serviços de psicologia, que elaboram, em conjunto, um relatório técnico-pedagógico onde devem constar os contributos dos restantes intervenientes no processo, identificando-se, quando possível, os motivos que justificam as necessidades educativas especiais do aluno e a sua tipologia, nomeadamente “as condições de saúde, doença ou incapacidade”

(alínea a) do número 1 do artigo 6º). No relatório técnico-pedagógico são descritos os resultados alcançados através do recurso a diferentes instrumentos de avaliação, tendo por referência a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde, cuja utilização é, segundo Coelho da Silva (2013), uma mais-valia para o processo de referenciação: “Esta é a principal vantagem, que a nosso ver este decreto lei teoricamente nos traz, através da legitimação de que se socorreu em relação à escolha dum instrumento de referência como a CIF” (Coelho da Silva, 2013, 114). Caso se confirme a elegibilidade do aluno para o atendimento pelos serviços de educação especial, deve a sua avaliação ficar concluída num prazo de 60 dias, com a aprovação do Programa Educativo Individual pelo presidente do conselho executivo, o qual é elaborado tendo por base os resultados obtidos por meio da avaliação realizada.

Em suma, podemos dizer que se cria, através do Decreto-Lei n.º 3/2008, um processo de referenciação claro e estruturado em três fases: i) identificação do aluno por qualquer agente educativo; ii) avaliação do aluno por referência à CIF; iii) elaboração do relatório técnico-pedagógico relativo às situações referenciadas pelo departamento de educação especial e pelos serviços de psicologia e orientação.

No que diz respeito aos resultados associados à quarta categoria, **“Respostas Educativas”**, verificamos que existe, desde 1973, uma tentativa de oferecer aos alunos atendidos pelos serviços de educação especial, por via dos normativos legais que se foram sucedendo, uma resposta educativa compatível com as suas problemáticas e limitações. Conforme já referimos, em 1973 o caminho rumo à inclusão destes alunos no ensino regular ainda era longo, tendo em conta que os alunos deficientes, incapazes ou diminuídos eram separados dos restantes alunos e colocados em classes de transição ou classes especiais. As situações mais graves poderiam ser encaminhadas para a frequência de estabelecimentos de educação especial. Para Winzer (2006), esta separação entre classe regular e classe especial fez com que a educação especial permanecesse diferente e separada do ensino regular, como se se tratasse de um programa escolar alternativo com o seu currículo próprio. Por sua vez, Bautista (1997) explica como funcionavam essas classes “a tempo inteiro, com um grupo próprio de alunos sob a responsabilidade de um professor, e como classes de apoio, em tempo parcial, sem grupo próprio, mas atendendo alunos que continuam no grupo e classe regulares” (Bautista, 1997, 44).

Cabia à Divisão da Educação Especial, de acordo com o artigo 13º do Decreto-Lei n.º 45/73 de 12 de fevereiro, incentivar a criação de cursos ou classes especiais,

assim como a criação de cursos de readaptação ou recuperação, que permitissem a integração de algumas destas crianças nas “classes normais”, o que sugere uma aceitação da diferença e uma tentativa de integrar, na escola regular, alguns alunos com necessidades educativas especiais. Ainda segundo Bautista (1997), as classes especiais a tempo inteiro e a tempo parcial apresentavam diferentes vantagens e inconvenientes. De entre as vantagens das classes especiais destacamos o facto de o ensino ser mais personalizado e de o aluno poder recuperar mais facilmente a autoconfiança. Como inconvenientes salientamos a discriminação que estas classes poderiam sofrer, bem como o isolamento que impunham aos alunos e ao professor de educação especial. Quanto às classes especiais a tempo parcial, realçamos, como principais vantagens, a não separação total do grupo turma, a atenção intensa e direta dada ao aluno e a articulação entre os diferentes professores. Relativamente aos inconvenientes, sobressaem a dificuldade em conseguir articular os horários dos alunos, bem como o facto de exigir uma grande sincronização entre o professor de educação especial e o professor da turma.

É, no entanto, ao Decreto-Lei n.º 174/77 de 2 de maio que se deve a primeira definição clara do regime escolar do ensino preparatório e secundário (alargado, mais tarde, ao ensino primário, por via do Decreto-Lei n.º 84/78 de 2 de maio) para os alunos com deficiência integrados no sistema educativo público. Desta forma, é traçado um regime especial destinado a estes alunos que abrangia a matrícula; a dispensa parcial ou total da frequência de uma ou várias disciplinas, podendo os alunos frequentar os cursos dos vários graus de ensino em regime de disciplinas; e as formas de avaliação. Neste contexto, as respostas educativas disponibilizadas cingiam-se à dispensa da realização de tarefas ou da frequência de disciplinas, sem que se efetuasse uma efetiva adequação do processo de ensino e de aprendizagem às necessidades educativas específicas de cada aluno abrangido por este regime especial. Trata-se de “um documento necessário, mas não suficiente, pois só abrangia as crianças portadoras de deficiências físicas ou psíquicas, ficando de fora outras deficiências” (Mesquita, 2001, 148). Tanto Mesquita (2001), como Ferreira (2003) referem a importância da publicação do Despacho n.º 59/79, dois anos depois, na operacionalização do regime educativo especial decretado pelo Decreto-Lei n.º 174/77. Tal despacho contempla, para esse efeito, algumas respostas educativas suplementares, como aulas de apoio nos ensinos preparatório e secundário, para as quais é necessária a intervenção das Equipas de Educação Especial criadas em 1974.

Muitos autores (Winzer, 2006; Pinto, 2013) apontam a década de 80 como uma época de reformas e de mudança de paradigma nos sistemas educativos de vários países, incluindo Portugal. A maior evidência desta transformação no sistema

educativo português é a publicação, em 1986, da Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, que reflete esta onda reformista, especialmente no que diz respeito à filosofia em que assenta, garantindo, a todas as crianças, uma igualdade de oportunidades no acesso à educação. Neste acesso estão incluídas as crianças e os jovens com necessidades educativas específicas, que, através da educação especial enquanto modalidade especial de educação escolar (art.º 16º), veem reconhecida a necessidade de se proceder a adequações nos seus processos de ensino e de aprendizagem, mediante o tipo de problemática apresentada, as limitações que a mesma acarreta e as capacidades de cada um, numa perspetiva de pleno desenvolvimento e aproveitamento das mesmas (art.º 7º).

Podemos considerar que o modelo de escola inclusiva se encontra implícito nas medidas educativas propostas pela lei de bases para estes alunos, visto haver nela uma orientação clara, não só para adaptar os currículos e os programas às características de cada tipo e grau de deficiência, recorrendo, igualmente a formas de avaliação adequadas a essas dificuldades, mas também para adotar, pelos estabelecimentos regulares de ensino, modelos diversificados de integração que facultem, a cada aluno abrangido pela modalidade de educação especial, as respostas educativas que melhor se adequem às suas necessidades educativas, e que o acompanhamento do seu processo de ensino e de aprendizagem seja feito por um educador especializado (art.º 18º). Estas diretrizes emanadas da lei de bases no âmbito das respostas educativas propostas para os alunos com necessidades educativas específicas configuram, já, “uma comunidade inclusiva”, que “reconhece a riqueza da diversidade e desenvolve respostas apropriadas para ela” (Pinto, 2013, 12).

Correia (2013) e Coelho da Silva (2013) referem a importância do Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto (publicado um ano depois da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em que se reafirma a educação como um direito, independentemente das diferenças individuais) sendo, por este último designado como “pioneiro projeto” (p. 113) na história da educação especial em Portugal. Com efeito, é este normativo que, na definição apresentada de regime educativo especial, sublinha o facto de tal regime corresponder a uma adaptação das condições de ensino e de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais (art.º 2º), tornando claro que todos os alunos que se encaixam nesta categoria, agora mais abrangente, abrangendo diversas problemáticas, desde deficiência física, motora, visual, auditiva; dificuldades de aprendizagem; perturbações da fala ou da personalidade, podem ter acesso ao currículo de forma adaptada às suas necessidades específicas. Na descrição dos resultados, indicámos as diferentes respostas educativas contempladas neste documento (art.º 3º ao art.º 8º) e verificámos que essa diversidade permitia

implementar a resposta ou respostas educativas mais adequadas ao caso particular de cada aluno, sendo devidamente identificadas e fundamentadas no Plano Educativo Individual do aluno.

Deste modo, as respostas educativas direcionadas aos alunos com necessidades educativas especiais parecem acompanhar a difusão da imagem da escola como espaço aberto a todos, sustentada nos princípios da igualdade de acesso e de oportunidades. Nesse sentido, o quadro legislativo agora exposto, parece transparecer a crescente intolerância para com o fechamento institucional e a exclusão dos diferentes públicos escolares, tanto em Portugal, como noutros países, onde a inclusão se torna, a partir da década de 90, cada vez mais enraizada, quer ao nível da filosofia escolar, quer das práticas, tornando-se na ideologia dominante (Winzer, 2006).

Outras medidas, como a elaboração do Programa Educativo por ano letivo, da responsabilidade do docente de educação especial para os alunos que beneficiassem da medida ensino especial (alínea i) do artigo 2º), ou as turmas não deverem incluir mais de dois alunos com necessidades educativas especiais, ficando, o número de alunos dessas turmas limitado a um máximo de 20 alunos (esta diretriz é reforçada pelo ponto 5.13 do Despacho n.º 13170/2009 de 4 de junho e pelos pontos 4 e 3 dos artigos 19º e 20º, respetivamente, do Despacho n.º 5048-B/2013 de 12 de abril), mostram que o Decreto-Lei n.º 319/91 apresenta um leque de opções alargado no âmbito das respostas educativas a adotar para os alunos com necessidades educativas especiais, num contexto de inclusão na escola pública, o que implica que a mesma seja flexível, de modo a estar preparada para lidar com uma heterogeneidade de situações, mas respeitando a individualidade de cada uma delas, sobretudo ao nível do currículo, conforme explicita Rodrigues (2013): “A escola inclusiva exige um currículo suficientemente flexível, aberto e geral para responder às necessidades que são comuns a uma população escolar tão diversa e heterogénea. Para ser aberto e geral, o currículo tem de refletir as metas educacionais que têm de aplicar-se a todos os alunos, independentemente das suas características, necessidades e potencialidades; para ser flexível, o currículo deve reconhecer a individualidade de cada aluno em termos de capacidades, aptidões e necessidades” (Rodrigues, 2013, 23).

Ainda em 1991, o Despacho n.º 173/91 de 23 de outubro vem esclarecer que as respostas educativas preconizadas pelo Decreto-Lei n.º 319/91 são aplicadas de forma individualizada, adaptada a cada aluno, e que o mesmo aluno pode usufruir de uma ou mais medidas em simultâneo, reforçando a questão da individualidade do aluno e a personalização das medidas adotadas, mantendo, no entanto, uma base

comum que corresponde ao currículo escolar, exceto nos casos em que se impõe a aprendizagem de conteúdos específicos, optando-se, nestas situações, por currículos alternativos (art.º 11º). Também o Despacho n.º 7520/98 de 6 de maio se insere nesta lógica de inclusão e de respeito pelas necessidades específicas dos alunos abrangidos pela educação especial, dedicando-se, neste caso, aos alunos surdos com problemas associados, cujos percursos escolares devem ser feitos em escolas ligadas a unidades de apoio à educação de alunos surdos, com recurso às medidas já identificadas na descrição dos resultados.

Atualmente, o regime educativo especial é regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, que atribui particular atenção às necessidades específicas dos alunos surdos, dos alunos cegos e com baixa visão, de alunos com perturbações do espectro do autismo e de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita, prevendo um conjunto de respostas educativas (descritas no capítulo anterior) que promovam o acesso à escola por parte destes alunos, assim como o sucesso educativo dos mesmos, através da articulação com a sala de aula regular, o que, para Coelho da Silva (2013) representa uma verdadeira inclusão, a qual não se limita ao espaço físico da sala de aula, mas aos projetos comuns desenvolvidos entre a sala de aula e as unidades de ensino especial. Assim, este normativo é sinónimo de respostas educativas mais claras e respeitadoras das problemáticas dos alunos, dedicando o artigo 16º à identificação das medidas educativas que visam promover a aprendizagem e a participação dos alunos no âmbito da adequação do seu processo de ensino e de aprendizagem, e que devem ser fixadas e fundamentadas no Programa Educativo Individual (PEI), conforme referido na descrição dos resultados.

Dada a extensão da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, o Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto vem determinar que a medida educativa correspondente à alínea e), Currículo Específico Individual, do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, seja extensível ao nível secundário de ensino, para os alunos com necessidades educativas especiais que dela beneficiaram durante o ensino básico, embora este documento seja omissivo relativamente às restantes medidas educativas constantes do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 3/2008.

O Decreto-Lei 3/2008, como todos os movimentos atuais de reforma educativa (Lieberman, 2010), assume, em pleno, nas normas que apresenta, um modelo de inclusão escolar para os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, promovendo a adoção de respostas específicas e diferenciadas no processo de ensino e de aprendizagem de cada um deles. No entanto, este documento preconiza uma articulação de serviços e de instituições nos casos em que

se revele necessário, que contradiz a teoria da inclusão total na sala de aula regular, o que, como faz notar o mesmo autor, só beneficia a individualidade dos alunos.

A legislação que enquadra as respostas educativas para os alunos com necessidades educativas especiais evoluiu de forma gradual. Inicialmente, subjaz ao modelo de intervenção um conjunto de respostas educativas que conduzem a uma certa segregação destes alunos, encaminhando-os para classes de transição, classes especiais ou para estabelecimentos destinados a estas crianças (Lei 5/73). Posteriormente, é implementado um conjunto de respostas educativas que se consolidam num regime especial no que respeita à matrícula, à dispensa de frequência e tipo de frequência, bem como às formas de avaliação (DL 174/77). Mais recentemente, as respostas educativas visam um maior interesse e reconhecimento da especificidade dos alunos, tanto nos pressupostos de definição do Plano Educativo Individual do aluno (DL 319/91), quer atualmente, no Programa Educativo Individual (DL 3/2008).

A tendência parece ser a do reconhecimento do indivíduo em cada aluno com necessidades educativas especiais. Nesse sentido, as respostas educativas não visam meramente a adaptação do aluno à escola, mas também a adequação da escola ao aluno. Assim, os modelos pedagógicos revelam-se mais atentos à pessoa do aluno e à necessidade de adaptar o ensino às suas especificidades, no sentido de um alargamento do espectro da integração e da inclusão destes alunos no ensino regular, o que, de acordo com Guilford (2001), mostra confiança no potencial dos alunos com necessidades educativas especiais para aprenderem sob condições de ensino adequadas.

Em relação aos resultados obtidos ao nível da última categoria, “**Apoio Social Escolar**”, verificamos que se encontra inerente à fundamentação da sua existência a noção de escola inclusiva e escola para todos, visto tratar-se, a partir de 1986, no decurso da publicação da Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, de uma das principais medidas legislativas que visam garantir o acesso à educação por todos os alunos, com necessidades educativas especiais associadas ou não, num contexto de igualdade de oportunidades. A igualdade de oportunidades é, aliás uma das condicionantes “para conseguir uma melhoria educativa” (Ortiz González, 2010, 62) e em Portugal essa “melhoria educativa” alcança-se, não só através de recursos humanos e materiais, articulação de serviços, formação adequada dos profissionais, mas também por via de um sistema de apoios sociais atribuídos em contexto escolar, que podem assumir diversas formas, como bolsas de estudo ou

comparticipações nas refeições, nos transportes, no alojamento ou em material escolar.

É, pois, a lei de bases que reconhece a necessidade de, “numa perspetiva de equidade”, colmatar “dificuldades de natureza socioeconómica” (Morgado, 2010, 77) que possam ser adversas ao modelo de escola inclusiva e ao acesso à escola pública por todos. Como esclarece Morgado (2010), “uma escola inclusiva será a que procura gerir e responder adequadamente às necessidades de todos os elementos dessa comunidade educativa num contexto comum e flexível” (Morgado, 2010, 78), independentemente desses elementos estarem referenciados com necessidades educativas especiais. É nesta premissa que assenta a política de distribuição de apoios sociais de ação escolar, concorrendo, igualmente, para a implementação do modelo de escola inclusiva: “a escola inclusiva implica um modelo de educação interactiva onde se reconhece e se dá igual peso às necessidades dos dois tipos de indivíduos: a maioria – os ditos «normais» e a minoria, aqueles com necessidades educativas especiais” (Pinto, 2013, 17).

Na sequência da política de apoios instituída pela Lei de Bases do Sistema Educativo Português, vários normativos vão sendo publicados com o objetivo de proceder a atualizações e ajustamentos nesta matéria. O Decreto-Lei n.º 35/90 de 25 de janeiro reforça a necessidade de garantir o acesso e o sucesso escolares a todos os alunos, em particular os mais carenciados economicamente, intensificando os apoios atribuídos aos alunos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais, como meio de combater o baixo nível de escolarização à data verificado entre estes alunos. Para além disso, o princípio da gratuidade consagrada para o ensino básico é alargado aos estabelecimentos dependentes de instituições públicas, privadas ou cooperativas de educação especial. Assim, o Decreto-Lei n.º 35/90, ao dar prioridade ao ensino básico e às modalidades de educação especial na atribuição de apoios (art.º 6º), contribui para que o acesso à escola por parte de alunos com limitações físicas e mentais se processe em circunstâncias menos desfavorecidas. É, pois, este o panorama geral do serviço de apoio social escolar organizado em diferentes escalões, consoante os valores e o tipo de apoio social a atribuir a cada aluno, entre os quais ganham relevo as necessidades específicas dos alunos abrangidos pela educação especial.

Os regulamentos que se sucedem no âmbito da educação especial servem para definir os apoios sociais de ordem escolar a que têm direito os alunos com necessidades educativas especiais que frequentam estabelecimentos de associações e de cooperativas de educação especial sem fins lucrativos, de modo a permitir que estes alunos usufruam das mesmas condições de acesso à escola, entre os quais

destacamos a Portaria n.º 1095/95 de 6 de setembro, revista pela Portaria n.º 52/97 de 21 de janeiro e mais tarde revogada pela Portaria n.º 1102/97 de 3 de novembro.

Já em 2009, surge a necessidade de rever, em termos legais, o regime de apoios prestados pela ação social escolar, estabelecendo-se, através da publicação do Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março, o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios prestados ao abrigo da ação social escolar para os alunos que frequentem a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário em estabelecimentos de ensino públicos, ou particulares e cooperativos em regime de contrato de associação, previstos na lei de bases.

Nirje (1969), citado por Bautista (1997, 28), refere-se ao “direito a um nível económico (...) normal” como parte integrante do princípio de normalização, dando ênfase aos meios e métodos utilizados, em detrimento dos resultados, para alcançar os objetivos desejados. Parece claro que o apoio social escolar prestado aos alunos, em geral, e aos alunos com necessidades educativas especiais, em particular, é um meio, associado às respostas educativas implementadas, de auxiliar estes alunos para que consigam êxito escolar, dando-lhes condições não só educativas, mas também económicas, para que acessem ao direito à educação em igualdade de oportunidades, embora, como frisa Kauffman (2010), as mesmas oportunidades são oferecidas a todos, mas nem todos alcançam os mesmos resultados.

Mais recentemente, o Despacho n.º 11886-A/2012 de 6 de setembro e o Despacho n.º 11306-D/2014 de 8 de setembro visam reforçar os apoios sociais instituídos. O primeiro centra-se, em especial, no apoio a crianças e jovens que frequentam escolas de referência ou unidades de ensino estruturado e de apoio especializado. Para além disso, atribui às escolas a responsabilidade de criação e manutenção de uma bolsa de manuais escolares, à qual terão acesso os alunos com mais dificuldades económicas. Por sua vez, o Despacho n.º 11306-D/2014 de 8 de setembro pretende intensificar os apoios sociais disponibilizados aos alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente que tenham Programa Educativo Individual, de modo a consolidar a igualdade de oportunidades para estes alunos no acesso escolar.

Face ao exposto, podemos constatar que todos os documentos legais consultados ao nível do apoio social escolar remetem para a necessidade de garantir o direito à educação a todas as crianças e jovens, num contexto de iguais oportunidades de acesso a essa educação, nomeadamente oportunidades de cariz económico. Assim, não é de estranhar que sejam estes os argumentos que sustentam a justificação para atribuição e reforço dos apoios prestados no âmbito da ação social escolar, tanto para os alunos sem problemáticas associadas, como para os alunos

com necessidades educativas especiais de carácter permanente, pois, neste aspeto, apenas são tidos em conta fatores de natureza socioeconómica, sendo analisada a situação individual de cada aluno, ainda que aos alunos com necessidades educativas especiais seja dada prioridade, sobretudo nos casos em que existe deficiência física ou motora.

Como Boné e Bonito (2013, 5458) fazem notar, “a educação especial objetiva, no tempo atual, a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, a igualdade de oportunidades, preparação para continuação dos estudos ou para a vida profissional e para a evolução do meio escolar para o profissional, das crianças com NEE”. Para que todos estes aspetos sejam uma realidade, é necessário haver uma rede de apoios sociais escolares que funcione, em articulação com as respostas educativas que melhor se adequem ao caso específico de cada aluno. Em termos legais, verifica-se um esforço para que os apoios da ação social escolar contribuam, em grande escala, para a efetiva concretização do modelo de escola inclusiva.

5. Conclusão

O tema desenvolvido ao longo desta dissertação centrou-se nos principais documentos legislativos que definiram e organizaram a educação especial no período que medeia entre 1973 e a atualidade. Para esse efeito, foram considerados cinco aspetos que, na nossa perspetiva, congregam as linhas essenciais inerentes à noção de educação especial, ou seja, o facto de a educação especial estar associada a: i) correntes filosóficas de escola para todos e escola inclusiva; ii) um perfil de aluno com necessidades de atendimento específicas ao nível do processo de ensino e de aprendizagem; iii) critérios de elegibilidade que determinam se um aluno reúne as condições necessárias para ser atendido pelos serviços de educação especial; iv) um conjunto de respostas educativas que se podem acionar mediante essas necessidades e v) apoios da ação social escolar disponibilizados para estes alunos, no sentido de promover a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativos.

Embora estes cinco aspetos envolvam diferentes vetores da educação especial, coincidindo com as categorias de análise que sustentaram a análise de conteúdo realizada neste estudo, existe, entre eles, uma relação estreita que os torna partes de um todo. A legislação consultada é marcada pela sua presença, não, sendo, pois, abusivo, considerar que a criação de condições para a integração e a inclusão escolar tem sido feita, em grande parte, por via legislativa, ou seja, é imprescindível “uma legislação que garanta e facilite a integração” (Bautista, 31, 1992).

Segundo Farrell (2009), a educação especial acautela respostas educativas distintas a alunos com deficiência, encorajando o progresso académico, assim como o desenvolvimento pessoal e social. Para que a educação especial desempenhe, plenamente, a sua função é necessário que exista uma filosofia de escola para todos, em que a todos são dadas as mesmas oportunidades de acesso à escola e ao currículo, embora, nesse acesso, os recursos e respostas educativas possam ser diferentes, nomeadamente no que diz respeito aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, numa perspetiva de inclusão escolar e educativa desses alunos, tendo em conta as suas problemáticas e limitações. O acesso e o sucesso educativos não dependem apenas dos mecanismos desencadeados no âmbito dos serviços especializados de educação, mas também de fatores de ordem económica, a que a legislação portuguesa tem vindo a dar resposta, sobretudo desde 1986, com a publicação da lei de bases, ao assegurar o apoio financeiro aos alunos mais desfavorecidos economicamente. Deste modo, as

categorias de análise de conteúdo que sustentaram o trabalho apresentado derivam do conceito de educação especial e interrelacionam-se de forma fluída e interdependente umas das outras.

A análise efetuada permitiu perceber que o conceito de educação especial conheceu uma evolução profunda ao longo das últimas quatro décadas, quer através da implementação da filosofia subjacente ao modelo de escola inclusiva e para todos, quer da conceção do aluno de educação especial, da definição dos critérios de elegibilidade desses alunos e das respostas educativas disponíveis para cada caso, quer ainda dos apoios sociais escolares acionados para facilitar o acesso e o sucesso educativos. Relativamente ao modelo de escola inclusiva e para todos, verifica-se, desde 1973, uma tendência para incluir todos no ensino regular, nomeadamente as crianças e os jovens com deficiência, ainda que por meios nem sempre eficazes. À medida que os movimentos de inclusão e de defesa dos direitos dos deficientes se começam a fazer sentir um pouco por todo o mundo, a legislação portuguesa vai acompanhando e refletindo as mudanças que esses movimentos desencadeiam, ao insistir de forma persistente na necessidade de criar igualdade de oportunidades para todos os alunos, garantindo a todos o acesso à escola e os meios de se manterem na escola e alcançarem sucesso educativo. Esta garantia foi-se construindo e aperfeiçoando, em termos legislativos, através de várias normas. No âmbito da educação especial, essas normas traduzem-se num conjunto de respostas educativas cada vez mais eficientes, concretas e individualizadas, que ganharam força a partir de 1986, com a lei de bases (Lei n.º 46/86 de 14 de outubro), tornaram-se consistentes com o Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto e consolidaram-se em 2008, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, bem como na melhoria dos apoios sociais disponibilizados ao nível escolar, que, atualmente, cobrem as mais diversas áreas, como alojamento, transporte, refeições e material escolar. Desta forma, a igualdade de oportunidades é assegurada por uma relação jurídica universalizada e alargada (não apenas de um ponto de vista objetivo, mas também social), no sentido em que “a um círculo crescente de grupos até então excluídos ou desfavorecidos são adjudicados os mesmos direitos que a todos os outros membros da sociedade” (Honneth, 2011, 161).

Quanto à conceção de aluno de educação especial, a legislação publicada nos anos 70 e 80 insiste numa conceção ligada a um modelo médico, em que predomina a noção de deficiência, a sua origem e as limitações que dela decorrem. Apenas em 1991 (Decreto-Lei n.º 319/91), ao fazer-se a transição do modelo médico para o modelo pedagógico, devido a uma assumida necessidade de se atualizarem conceitos da educação especial, se adota a expressão *alunos com necessidades educativas*

especiais, que prevalece até hoje e que, quanto a nós, é suficientemente abrangente e imparcial para acolher uma diversidade de problemáticas passíveis de serem acompanhadas pelos serviços da educação especial. Também os critérios de elegibilidade dos alunos se tornaram mais específicos e exigentes, dependendo não só de uma declaração médica, mas de uma avaliação interdisciplinar que envolve técnicos, pais e professores e que deve ficar devidamente documentada e constar do processo individual do aluno.

Perpassa, em todas as categorias analisadas, uma ideia comum que, a nosso ver, justifica e fundamenta a existência da educação especial, e que corresponde ao reconhecimento da individualidade de cada aluno, tendo em conta as suas capacidades e necessidades. Neste contexto, o resultado do trabalho desenvolvido no âmbito da educação especial constitui um importante elemento na afirmação da autonomia dos alunos. A evolução dos normativos que contextualizam a educação especial parece, assim, inscrever-se no movimento de reconhecimento do outro que, segundo Honneth (2011), caracteriza as sociedades modernas. É através da atribuição do direito à educação que se criam as condições sociais necessárias para que estes alunos alcancem uma atitude positiva perante si mesmos. Para tal, é necessário que se opere a “aquisição cumulativa de autoconfiança, auto-respeito e auto-valorização” características dos indivíduos autónomos (Honneth, 2011, 227).

Na sequência do reconhecimento pelas características individuais de cada aluno, e em particular dos alunos com necessidades educativas especiais, surge a noção de socialização, igualmente importante e que a escola inclusiva deve e tem de fomentar: “A escola, enquanto espaço de aprendizagem e formação tem um papel de responsabilidade na valorização dos aspectos sociais da aprendizagem. São as interações entre os indivíduos que os conduzem às aprendizagens, por razões relacionadas com a forma como a informação é percebida e como esta influencia o desenvolvimento cognitivo” (Pinto, 2013, 18).

A legislação portuguesa consultada sobre educação especial denota, de um ato legislativo para o outro, uma abertura progressivamente maior à diferença e à deficiência, no sentido de conferir “relevância à permanência do aluno com NEE na classe regular, onde todos os serviços de apoio, (...), devem, sempre que possível, ser prestados”, pois a inclusão física, não sendo, por si só, suficiente, é uma parte importante da inclusão, pois promove a emancipação e a autonomia desse aluno, desde que complementada pelos serviços de apoio especializados, de modo a “maximizar o potencial do aluno”, respeitando as suas necessidades e capacidades, bem como o ambiente em que este interage (Correia, 2013, 21).

Conforme se explicita no Prefácio do *Manual de Apoio à Prática* (2008, 5), “a escola pública e a escolaridade obrigatória foram, sem dúvida, das melhores «invenções» da modernidade. Elas foram e são, sabe-se melhor quando faltam do que quando a sua presença se naturaliza e não se dá por elas, um dos principais factores de desenvolvimento, de crescimento, de qualidade social, de democracia e liberdade”.

Neste contexto, “exige-se hoje que a escola (i) seja para todos, na prática e não apenas na lei; (ii) seja durante mais tempo, quer dizer, requer-se o prolongamento da permanência de todos (isto é, de cada um) na escola; (iii) seja para aprender mais coisas, não apenas no plano dos saberes disciplinares e não-disciplinares, mas também no plano das atitudes, das competências, dos valores, dos requisitos relacionais e críticos necessários à participação social e laboral; (iv) faça tudo isso sem qualquer tipo de discriminação, isto é, sem deixar para trás ou de fora os que apresentam maiores dificuldades na aprendizagem”.

O conjunto de documentos que constituíram o *corpus* da análise contribuíram, fortemente, para a consecução deste desígnio, que, atualmente e para bem de todos os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, é prática comum em todos os estabelecimentos de ensino público. Neste percurso legislativo aqui delineado, com início em 1973, os avanços foram mais que os recuos, especialmente os que foram ditados pelo Decreto-Lei n.º174/77 de 2 de maio, pela Lei n.º46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), pelo Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto e, claro, pelo recente Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, os quais acompanharam as tendências internacionais sobre educação, inclusão e diferença, resultantes de novos modos de conceber o indivíduo, os seus direitos e a sua dignidade, e constituindo-se como marcos incontornáveis na história e evolução da educação especial em Portugal.

6. Referências Bibliográficas

- Almeida, A., e Vieira, M. M. (2006). *A Escola em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Amado, J. (2014). A Formação em investigação qualitativa: Notas para a construção de um programa. In: Costa, A. P., Souza, F. e Souza, D. (org). *Investigação Qualitativa: Inovação, Dilemas e Desafios*. Oliveira de Azeméis: Ludomedia.
- Bardin, L. (2009 [1977]). *Análise de Conteúdo* (4ªed.). Lisboa: Edições 70.
- Bautista, R. (coord.) (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dinalivro.
- Bursztyn, A. (2007). *The Praeger Handbook of Special Education*. Westport: Praeger Publishers.
- Boné, M. e Bonito, J. (2013). Conceitos e Práticas na Educação da Criança Diferente: Uma Perspetiva Evolutiva. *Atas do XII Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho, 5451-5464.
- Borges, I. (2011). *A Educação Especial na Esfera Pública em Portugal - Análise dos Debates em Torno das Recentes Medidas de Política Educativa*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Carvalho, M.C. (2009). Breve Perspetiva Histórica da Educação Especial. *Professores de Apoio Educativo – Medidores? Como? Quando?*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Lisboa, 11 – 46.
- Canário, R. (2005). *O que é a Escola? – Um Olhar Sociológico*. Porto: Porto Editora.
- Coelho da Silva, J. (2013). Prós e Contras do Dec.Lei 372008 – Das Intenções à Realidade. In: Rodrigues, A., Casal, J. e Dias, P. (Org.). *Educação Especial: Por uma Escola de, com e para Todos*. Ramada: Edições Pedagogo, 103-119.
- Correia, L. M. (1999). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M. (2010). O Sistema Educativo Português e as Necessidades Educativas Especiais, ou Quando Inclusão quer dizer Exclusão. In: Correia, L. M. (Org). *Educação Especial e Inclusão* (2ª ed.). Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora, 11-40
- Correia, L. M. (2013). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: Um Guia para Educadores e Professores* (2ªed.). Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora.
- Farrell, M. (2009). *Foundations of Special Education: An Introduction*. Oxford: Wiley-Blackwell Publication.
- Ferreira, M. C. (2003). Da emergência do processo de integração de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular às formas organizativas da integração. *A construção da escola inclusiva - um estudo sobre a escola em Bragança*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 17 – 50.
- Freixo, M. J. (2009). *Metodologia Científica – Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Garner, P. (2009). *Special Educational Needs - The Key Concepts*. Routledge: Londres e Nova Iorque.

Ghiglione, R. e Matalon, B. (2001). Análise de Conteúdo. *O Inquérito, teoria e prática*. 4ªed. Oeiras: Celta Editora, 177-228.

Gulliford R. e Upton, G. (ed.) (2001). *Special Education Needs*. 2nd ed. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e Formas de Uso*. Cascais: Príncípia Editora.

Honneth, A. (2011). Luta pelo Reconhecimento – para uma gramática moral dos conflitos sociais. Lisboa: Edições 70.

Lieberman, L. (2010). Preservar a Educação Especial...para aqueles que dela necessitam. In: Correia, L. M. (Org). *Educação Especial e Inclusão* (2ª ed.). Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora, 57-72.

Pereira, F. (coord). *Educação Especial - Manual de Apoio à Prática* (2008). Lisboa: Ministério da Educação.

Martins, M. F. (2005). *Inclusão: Um olhar sobre as Atitudes e Práticas dos Professores*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Portucalense, 14-34.

Mertens, D. e J, McLaughlin (2004). *Research and Evaluation Methods in Special Education*, Corwin Press: Thousand Oaks.

Mesquita, M. H. (julho/dezembro 2001). O Movimento de Integração Escolar em Portugal: Da Reforma de Veiga Simão à Lei de Bases do Sistema Educativo. *Revista Educação Física*. Vol. V, nº 2, 10-16.

Mesquita, M. H. (2001). *Educação Especial em Portugal no Último Quarto do Século XX*. Tese de Doutoramento. Salamanca: Faculdade de Educação da Universidade de Salamanca.

Morgado, J. (2010). Os Desafios da Educação Inclusiva – Fazer as Coisas Certas ou Fazer Certas as Coisas. In: Correia, L. M. (Org). *Educação Especial e Inclusão* (2ª ed.). Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora, 73-88.

Ortiz González, M. C. (2010). Educação Inclusiva: Uma Escola para Todos. In: Correia, L. M. (Org). *Educação Especial e Inclusão* (2ª ed.). Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora, 57-72.

Pais, J. Machado (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Âmbar.

Pinto, I. P. (2013). A Inclusão como Processo de Socialização, Equidade e Aprendizagem. In: Rodrigues, A., Casal, J. e Dias, P. (Org.). *Educação Especial: Por uma Escola de, com e para Todos*. Ramada: Edições Pedagogo, 9-20.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rodrigues, A. (2013). Necessidades Educativas Especiais, Inclusão e Currículo. In: Rodrigues, A., Casal, J. e Dias, P. (Org.). *Educação Especial: Por uma Escola de, com e para Todos*. Ramada: Edições Pedagogo, 21-35.

Sacks, A. (2009). *Special Education - A Reference Book for Policy and Curriculum Development*. Santa Barbara: California.Grey House Publishing.

Santos, E. (2010). A Inclusão – Perspectiva Histórica. *Síndrome de Gilles de la Tourette: Intervenção educativa em interação inclusiva*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto de Ciências da Educação da Universidade Lusófona, 4-25.

Sebastião, João. *Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajetórias Escolares* (2009). Fundação Calouste Gulbenkian.

Silva, M. O. (2009) Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. *Revista Lusófona de Educação*, n.º 13, 135-153.

Winzer, M. (2006). Confronting difference: an excursion through the history of special education. *The SAGE Handbook of Special Education*. Nova Iorque: SAGE Publications.

Legislação Consultada

Lei n.º5/73 de 25 de julho (1973). Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo. Lisboa. *Diário da República* n.º173, 1ª Série, 1315-1321.

Decreto-Lei n.º 474/73 de 25 de setembro (1973). Cria na Presidência do Conselho a Comissão Permanente de Reabilitação. Lisboa: *Diário da República* n.º225, 1ª Série, 1657-1658.

Decreto-Lei n.º45/73 de 12 de fevereiro (1973). Organiza a Direção-Geral do Ensino Básico, instituída pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro. Lisboa: *Diário da República* n.º36, 1ª Série, 204-208.

Decreto-Lei n.º 425/76 de 29 de maio (1976). Atribui autonomia administrativa à Comissão Permanente de Reabilitação e define a sua composição e atribuições. Lisboa: *Diário da República* n.º126, 1ª Série, 1221-1224.

Decreto-Lei n.º174/77 de 2 de maio (1977). Define o regime escolar dos alunos portadores de deficiência física ou psíquica. Lisboa: *Diário da República* n.º 101, 1ª Série, 973-974.

Decreto-Lei n.º346/77 de 20 de agosto (1977). Cria, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, o Secretariado Nacional de Reabilitação. Lisboa: *Diário da República* n.º 192, 1ª Série, 2022-2028.

Decreto-Lei n.º84/78 de 2 de maio (1978). Aplica ao ensino primário os princípios definidos no Decreto-Lei n.º 174/77 de 2 de maio. Lisboa: *Diário da República* n.º 100, 1ª Série, 797-798.

Lei n.º66/79, de 4 de outubro (1979). Lei da Educação Especial. Lisboa: *Diário da República* n.º 230, 1ª Série, 2564-2567.

Decreto-Lei n.º538/79 de 31 de dezembro (1979). Assegura um efetivo cumprimento da escolaridade obrigatória relativamente a todas as crianças portuguesas. Lisboa: *Diário da República* n.º 300, 1ª Série, 265-267.

Decreto-Lei n.º 301/84 de 7 de setembro (1984). Adota medidas com vista à efetivação da escolaridade obrigatória em todo o território nacional. Lisboa: *Diário da República* n.º 208, 1ª Série, 2772-2776.

Decreto-Lei n.º88/85 de 1 de abril (1985). Aplica aos alunos dos ensinos primário e superior o regime constante do Decreto-Lei n.º 174/77, de 2 de Maio, com as necessárias adaptações Lisboa: *Diário da República* n.º76, 1ª Série, 876.

Lei n.º46/86, de 14 de outubro (1986). Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa: *Diário da República* n.º 237, 1ª Série, 3067-3081.

Despacho conjunto n.º 36/SEAM/SERE/88 de 17 de agosto dos Secretários de Estado adjunto do ministro e da reforma educativa. Fornece o Enquadramento legal para as Equipas de Educação Especial, estruturas de apoio à integração de alunos com NEE. Recuperado de <http://portal.ua.pt/projectos/resea/legis/35.htm>, a 27 de junho de 2014.

Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de janeiro (1990). Define o regime de gratuidade da escolaridade obrigatória (revoga o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 301/84, de 7 de Setembro, cuja redacção foi alterada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 243/87, de 15 de Junho). Lisboa: *Diário da República* n.º21, 1ª Série, 350-353.

Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de agosto (1991). Estabelece o regime educativo especial aplicável aos alunos com necessidades educativas especiais. Revoga o Decreto-Lei n.º 174/77, de 2 de maio, e o Decreto-Lei n.º 84/78, de 2 de maio. Lisboa: *Diário da República* n.º193, 1ª Série, 4389-4393.

Despacho n.º 173/ME/91 de 23 de outubro do Ministro da Educação. Estabelece os prazos para a avaliação dos alunos com necessidades educativas especiais e elaboração do programa educativo individual. Recuperado de http://www.prof2000.pt/users/bagao/html/despacho_n_173.htm, a 8 de setembro de 2014.

Decreto-Lei n.º 301/93 de 31 de agosto (1993). Estabelece o regime de matrícula e de frequência no ensino básico para as crianças e jovens em idade escolar. Lisboa: *Diário da República* n.º204, 1ª Série A, 4593-4599.

Portaria n.º 1095/95 de 6 de setembro (1995). Define as condições de acesso e de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam estabelecimentos de educação especial sem fins lucrativos, bem como os apoios técnicos e financeiros a conceder-lhes. Lisboa: *Diário da República* n.º206, 1ª Série B, 5652-5655.

Portaria n.º 52/97 de 21 de janeiro (1997). Proceda à revisão da Portaria n.º 1095/95. Lisboa: *Diário da República* n.º17, 1ª Série B, 352-357.

Despacho conjunto n.º 105/97 de 1 de julho (1997). Estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo, de acordo com os princípios consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo. Lisboa: *Diário da República* n.º149, 2ª Série, 7544-7547.

Portaria n.º 1102/97 de 3 de novembro (1997). Garante as condições de educação para os alunos que frequentam as associações e cooperativas de ensino especial. *Diário da República* n.º254, 1ª Série B, 6039-6042.

Portaria n.º 1103/97 de 3 de novembro (1997). Garante as condições de educação especial em estabelecimentos de ensino particular. *Diário da República* n.º254, 1ª Série B, 6042-6045.

Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de janeiro (2001). Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional. Lisboa: *Diário da República* n.º15, 1ª-A Série, 258-265.

Lei n.º 49/2005 de 30 de agosto (2005). Proceda à segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior. Lisboa: *Diário da República* n.º166, 1ª-A Série, 5122-5124.

Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro (2008). Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo), em defesa do apoio às Necessidades Educativas Especiais e da Escola Inclusiva. Lisboa: *Diário da República* n.º4, 2ª Série, 154-164.

Lei n.º 21/2008 de 12 de maio (2008). Proceda à primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro. Lisboa: *Diário da República* n.º91, 1ª Série, 2519-2521.

Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março (2009). Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar. Lisboa: *Diário da República* n.º42, 1ª Série, 1426-1433.

Despacho n.º 18987/2009 de 17 de agosto (2009). Regula as condições de aplicação das medidas de ação escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos municípios. Lisboa: *Diário da República* n.º158, 2ª Série, 33424-33426.

Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto (2009). Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. Lisboa: *Diário da República* n.º166, 1ª Série, 5635-5636.

Despacho 13170/2009 de 4 de junho (2009). Atualiza as alterações introduzidas no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril. Lisboa: *Diário da República* n.º108, 2ª Série, 22467-22473.

Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto (2012). Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas de prevenção do insucesso e abandono escolares. Lisboa: *Diário da República* n.º149, 1ª Série, 4068-4071.

Despacho 11886-A/2012 de 6 de setembro (2012). Reforça os apoios no âmbito da ação social escolar e cria, neste âmbito, a bolsa de manuais escolares. Lisboa: *Diário da República* n.º173, 2ª Série, 30914(2)-30914(3).

Despacho 5048-B/2013 de 12 de abril (2013). Estabelece os procedimentos exigíveis para a concretização da matrícula e respetiva renovação, e normas a observar, designadamente, na distribuição de crianças e alunos, constituição de turmas e período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e de ensino. Lisboa: *Diário da República* n.º72, 2ª Série, 12320(4)-12320(8).

Despacho 11306-D/2014 de 8 de agosto (2014). Proceda ao aumento dos apoios de ação social e de responsabilização para o ano letivo 2014/2015. Lisboa: *Diário da República* n.º172, 2ª Série, 23428(5)-23428(6).

Webgrafia

Costa, H. (2009). *Relatório sobre Ensino Especial*. Assembleia da República – Comissão de Educação e Ciência. Recuperado de educar.files.wordpress.com/2009/07/releducespecial.pdf, em 30 de maio de 2014.

Serra, H. *Educação Especial – Estigma ou Diferença?* Revista Saber & Educar – Cadernos de Estudo 14. Recuperado de [http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/340/Helena%20Serra%20\(2\).pdf?sequence=1](http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/340/Helena%20Serra%20(2).pdf?sequence=1), em 3 de abril de 2014.

Warnock, M. (1978). *The Warnock Report*. Recuperado de <http://www.educationengland.org.uk/documents/warnock/warnock03.html>, em 24 de junho de 2014.

Unesco (1994). *Conferência Mundial sobre Necessidade Educativas Especiais: Declaração de Salamanca*. Salamanca. Recuperado de http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf, em 27 de junho de 2014.

7. Apêndice

Grelha de Análise de Conteúdo

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Categorias	Unidades de Registo
1. Escola Inclusiva, Escola para Todos	<p>“Dedicar especial interesse à integração das crianças diminuídas ou inadaptadas em classes normais, promovendo a criação de cursos de readaptação ou recuperação.” (1_DL 45_1973, §13d)</p> <p>“Assegurar a todos os portugueses o direito à educação (...) sem outra distinção que não seja a resultante da capacidade e dos méritos de cada um...” (2_Lei 5_1973, I, Base II, a)</p> <p>“Tomar efectiva a obrigatoriedade de uma educação básica generalizada como pressuposto indispensável da observância do princípio fundamental da igualdade de oportunidades para todos.” (2_Lei 5_1973, I, Base II, b)</p> <p>“...assegurar um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas; (...) necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento...; (...) a incapacidade para concluir a escolaridade obrigatória e as limitações no campo escolar não correspondem necessariamente a manifesta incapacidade para o exercício de determinadas actividades....” (5_DL 538_1979)</p> <p>“O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito.” (5_DL 538_1979, §1)</p> <p>“O Estado assegurará o cumprimento da escolaridade obrigatória às crianças que careçam de ensino especial,...” (5_DL 538_1979, §2)</p> <p>“... desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais de crianças deficientes” (6_L 66_1979, §3a)</p>

	<p>“...adequada formação profissional e integração na vida activa por parte de jovens deficientes...” (6_L_66_1979, §3g)</p> <p>“A educação especial, no que respeita aos educandos, processar-se-á, sempre que possível, nos estabelecimentos regulares de educação.” (6_L_66_1979, §4)</p> <p>“Os deficientes integrados nas estruturas regulares de educação são apoiados pelos serviços de educação especial enquanto necessitem ao longo da sua escolaridade, em qualquer nível de ensino.” (6_L_66_1979, §6)</p> <p>“...assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória, que, (...), corresponde ao ensino básico, o qual dever ser universal e gratuito.” (7_DL_301_1984)</p> <p>“É aplicável aos alunos dos ensinos primário e superior o regime constante do Decreto Lei n.º174/77, de 2 de Maio, com as necessárias adaptações.” (8_DL_88_1985, §único)</p> <p>“O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação (...) para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.” (9_L_46_1986, §1)</p> <p>“Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.” (9_L_46_1986, §2)</p> <p>“...promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.” (9_L_46_1986, §2)</p> <p>“A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões...” (9_L_46_1986, §2)</p>
--	--

	<p>“Assegurar o direito à diferença...” (9 L_46_1986, §3)</p> <p>“Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar (...) uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação” (9 L_46_1986, §3)</p> <p>“O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos.” (9 L_46_1986, §6)</p> <p>“Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses...” (9 L_46_1986, §7)</p> <p>“Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.” (9 L_46_1986, §7)</p> <p>“Os alunos com necessidades educativas específicas, resultantes de deficiências físicas ou mentais, estão sujeitos ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não podendo ser isentos da sua frequência.” (10_DL_35_1990, §2)</p> <p>“Durante o período da escolaridade obrigatória o ensino é gratuito.” (10_DL_35_1990, §3)</p> <p>“A crescente responsabilização da escola regular pelos problemas dos alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem; A abertura da escola a alunos com necessidades educativas especiais, numa perspectiva de «escola para todos»; (...) a educação dos alunos com necessidades educativas especiais deve processar-se no meio menos restritivo possível” (11_DL_319_1991)</p> <p>“...as condições de frequência dos alunos objecto da sua aplicação se assemelhem às seguidas no regime educativo comum, optando-se pelas medidas mais integradoras e menos restritivas.”</p>
--	--

	<p>(11_DL_319_1991, §2)</p> <p>“...optando-se pelas medidas mais integradoras e menos restritivas, de forma que as condições de frequência se aproximem das existentes no regime educativo comum.”</p> <p>(12_Desp_173_1991, 1)</p> <p>“1 – Os alunos com necessidades educativas especiais estão sujeitos ao cumprimento do dever de frequência da escolaridade obrigatória.”</p> <p>(13_DL_301_1993, §3)</p> <p>“Urge definir as condições de acesso e de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam os estabelecimentos de educação especial, sem fins lucrativos, bem como os apoios técnicos e financeiros a conceder-lhes, visando garantir o princípio da gratuidade consagrado para o ensino básico.”</p> <p>(14_Portaria_1095_1995)</p> <p>“2 – A prestação dos apoios educativos visa (...):</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Contribuir para a igualdade de oportunidades de sucesso educativo para todas as crianças e jovens, promovendo a existência de respostas pedagógicas diversificadas adequadas às suas necessidades específicas e ao seu desenvolvimento global; b) Promover a existência de condições nas escolas para a integração sócio-educativa das crianças e jovens com necessidades educativas especiais; <p>(...)</p> <p>d) Articular as respostas a necessidades educativas com os recursos existentes noutras estruturas e serviços...”</p> <p>(16_Desp.Conj._105_1997)</p> <p>“1 – ...criação e funcionamento de unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos nos estabelecimentos públicos do ensino básico e secundário, bem como a organização da resposta educativa nestas unidades para crianças e jovens surdos.</p> <p>(...)</p> <p>2.1 – As unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos têm como principal objectivo aplicar metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares, adequadas a crianças e jovens com diferentes graus de surdez, com ou sem problemas associados, visando o seu desenvolvimento educativo e a sua integração social e escolar.”</p> <p>(17_Desp.7520_1998)</p> <p>“1 – Aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente é oferecida a modalidade de educação especial.”</p>
--	--

	<p>(18_DL_6_2001_§10)</p> <p>“1 – As escolas devem incluir nos seus projectos educativos as adequações relativas ao processo de ensino e de aprendizagem, de carácter organizativo e de funcionamento, necessárias para responder adequadamente às necessidades educativas especiais de carácter permanente das crianças e jovens, com vista a assegurar a sua maior participação nas actividades de cada grupo ou turma e da comunidade escolar em geral.” (21_DL_3_2008, §4)</p> <p>“2 – A educação especial tem por objectivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida pós-escolar ou profissional.” (22_L_21_2008, §1)</p> <p>“6 – ...modelos diversificados de integração em ambientes de escola inclusiva e integradora, garantindo a utilização de ambientes o menos restritivos possível, desde que dessa integração não resulte qualquer tipo de segregação ou de exclusão da criança ou jovem com necessidades educativas especiais.” (22_L_21_2008, §4)</p> <p>“3 – Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, (...), estão sujeitos ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não podendo ser isentos da sua frequência.” (23_DL_55_2009, §5)</p> <p>“1 – ...consideram -se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos. 2 – O disposto no número anterior é também aplicável aos alunos abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio.” (25_L_85_2009, §2)</p> <p>“No âmbito da escolaridade obrigatória o ensino é universal e gratuito.” (25_L_85_2009, §3)</p> <p>“No âmbito da escolaridade obrigatória o ensino é universal e gratuito.” (26_DL_176_2012, §3)</p>
--	--

	<p>“6 – Os alunos com necessidades educativas especiais que frequentaram o ensino básico com currículo específico individual, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, frequentam o ensino secundário ao abrigo da referida disposição legal.” (26_DL_176_2012, §6)</p> <p>“O acesso à educação constitui um direito fundamental do ser humano. Contudo esse acesso só se torna universal quando as condições sociais das crianças permitem que o direito seja materialmente concretizável. Consciente dessa realidade, o atual Governo tem feito uma aposta de significativa importância na efetivação de apoios que possam minimizar as assimetrias, concretizando objetivamente esse direito. Assim, as muitas ações que ao longo da legislatura têm sido implementadas permitem que dentro da escola exista um esbatimento das desigualdades sociais no acesso à oferta educativa.” (28_Despacho_11306-D_2014)</p>
2. Conção do Aluno de Educação Especial	<p>“Considerar os problemas dos alunos diminuídos e inadaptados, promovendo o funcionamento e a orientação pedagógica das classes ou cursos especiais a eles destinados.” (1_DL_45_1973, §2i)</p> <p>“Proporcionar às crianças deficientes e inadaptadas, bem como às precoces, condições adequadas ao seu desenvolvimento educativo.” (2_Lei_5_1973, §1e)</p> <p>“Os alunos portadores de deficiência física ou psíquica que frequentem os ensinos preparatório e secundário passam a estar sujeitos a regime especial no que respeita a matrículas, dispensa e tipo de frequência e avaliação de conhecimentos.” (3_DL_174_1977, §1)</p> <p>“...crianças e jovens que, pelas características que apresentam, necessitam de um atendimento específico.” (6_L_66_1979, §1)</p> <p>“...contemplando deficientes físicos, motores, orgânicos, sensoriais e intelectuais.” (6_L_66_1979, §2)</p> <p>“A educação especial visa a recuperação e integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais.” (9_L_46_1986_§17)</p>

	<p>“...crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais...” (9 L_46_1986, §7)</p> <p>“...crianças e jovens deficientes...” (9 L_46_1986, §18)</p> <p>“...alunos com necessidades educativas específicas, resultantes de deficiências físicas ou mentais...” (10 DL 35_1990, §2)</p> <p>“A substituição da classificação em diferentes categorias, baseada em decisões de foro médico, pelo conceito de «alunos com necessidades educativas especiais», baseado em critérios pedagógicos” (11 DL_319, 1991)</p> <p>“7 – ...casos em que a avaliação não exija especialização de métodos e instrumentos ou cuja solução não implique segregação significativa do aluno...” (12 Desp_173_1991)</p> <p>“19 – ...crianças com necessidades educativas especiais resultantes de um atraso médio ou grave a nível do desenvolvimento global...” (12 Desp_173_1991)</p> <p>“4 – ... crianças e jovens com necessidades educativas especiais.” (13 DL_301_1993, §6)</p> <p>“1 – Consideram-se justificadas as faltas dadas: (...) f) Para realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efectuar-se fora do período das actividades lectivas.” (13 DL_301_1993, §14)</p> <p>“1) ...alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos com necessidades educativas especiais que exijam um atendimento específico, resultante de:</p> <p>e) Dificuldades graves de comunicação no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem,</p>
--	--

	<p>da visão e audição;</p> <p>f) Dificuldades graves de compreensão do currículo regular;</p> <p>g) Problemas graves do foro emocional e comportamental.”</p> <p>(14_Portaria_1095_1995, §2)</p> <p>“1) ... d) Outros problemas que, por razões conjunturais ou contextuais devidamente fundamentadas, exijam um atendimento especializado não disponível no quadro do atendimento regular;”</p> <p>(15_Portaria_12_1997, §2)</p> <p>“...crianças com necessidades educativas específicas...”</p> <p>(16_Desp.Conj._105_1997)</p> <p>“2 – (...) b) ...crianças e jovens com necessidades educativas especiais”</p> <p>(16_Desp.Conj._105_1997)</p> <p>“6 – (...) a) ...alunos que exigem novos recursos ou adaptações específicas dos recursos existentes”</p> <p>(16_Desp.Conj._105_1997)</p> <p>“2.1. – ...crianças e jovens com diferentes graus de surdez, com ou sem problemas associados, ...”</p> <p>(19_Desp.7520_1998)</p> <p>“2 – ..., consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente os alunos que apresentem incapacidade ou incapacidades que se reflectam numa ou mais áreas de realização de aprendizagens, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves da personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde.”</p> <p>(20_DL_6_2001, §10)</p> <p>“1 – ...alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.”</p> <p>(21_DL_3_2008, §1)</p> <p>“3 – ...necessidades educativas especiais de carácter permanente, que resultem em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da</p>
--	--

	aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social,... ”<br/ (23_DL_55_2009, §5)
3. Critérios de Elegibilidade	<p>“Efectuar, em colaboração com outros departamentos públicos interessados, o rastreio das crianças deficientes ou inadaptadas.” (1_DL_45_1973, §13a)</p> <p>“O primeiro período escolar da classe inicial será consagrado à observação global das crianças, de modo a encaminhar as que disso necessitem para classes de transição ou para classes ou estabelecimentos de educação especial destinados a crianças deficientes ou inadaptadas.” (2_Lei_5_1973, II, Base VII, §4)</p> <p>“Sempre que um aluno deficiente se inscreva, pela primeira vez, no ensino regular, o registo de matrícula deverá mencionar a deficiência que possui, devendo esta ser comprovada pela apresentação de parecer de um médico especialista.” (3_DL_174_1977, §3)</p> <p>“... o estabelecimento de ensino solicitará a intervenção de um serviço de apoio especializado do Ministério da Educação e Investigação Científica”. (3_DL_174_1977, §3)</p> <p>“Decorrido o período de acompanhamento e observação considerado necessário pelo serviço de apoio especializado, este elaborará um relatório circunstanciado que irá instruir o processo a apresentar ao serviço competente do MEIC, a fim de que o aluno deficiente possa usufruir das condições especiais de frequência, regime de disciplina, formas de avaliação e simplificação curricular.” (3_DL_174_1977_§3)</p> <p>“A matrícula e a frequência até final da escolaridade obrigatória poderão ser dispensadas quando se verificar incapacidade comprovada.” (5_DL_538_1979, §6)</p> <p>“... os encarregados de educação apresentarão na escola respectiva um pedido de dispensa da frequência escolar...” (5_DL_538_1979§6)</p>

	<p>“...observação dos alunos para fins de dispensa da frequência escolar obrigatória total...” (5_DL_538_1979, §6)</p> <p>“Poderá ser adiado por 1 ano o início da escolaridade obrigatória em casos de deficiência, de acordo com normas regulamentares a estabelecer por decreto regulamentar. (7_DL_301_1984, §3)</p> <p>“Proceder à desistência de adaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.” (9_L_46_1986, §5)</p> <p>“As situações menos complexas (...) podem dar lugar a propostas subscritas pelos professores do ensino regular e de educação especial, de carácter não formal mas devidamente fundamentadas.” (11_DL_319_1991, §14/1)</p> <p>“As situações mais complexas são analisadas pelos serviços de psicologia e orientação, em colaboração com os serviços de saúde escolar, e dão lugar a propostas formais, consubstanciadas num plano educativo individual...” (11_DL_319_1991, §14/2)</p> <p>“...elaboração, por ano escolar, de um programa educativo...” (11_DL_319_1991, §15)</p> <p>“4 – Compete ao professor do 1º ciclo (...) identificar os alunos com necessidades educativas especiais e dar conhecimento ao coordenador de núcleo. O coordenador promove a reunião do núcleo em que participa o professor de educação especial para análise da situação do aluno identificado.” (12_Desp_173_1991)</p> <p>“5 – ... compete a qualquer docente identificar o aluno com necessidades educativas especiais e dar conhecimento ao director de turma. O director de turma promove a reunião do respectivo conselho em que participa o professor de educação especial para análise da situação do aluno identificado.” (12_Desp_173_1991)</p> <p>“5 – Compete ao educador de infância, na educação pré-escolar, ao professor da turma, no 1.º ciclo do ensino básico, e aos docentes em geral, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, identificar os alunos que exigem recursos ou adaptações no processo</p>
--	--

	<p>de ensino/aprendizagem, dando posterior conhecimento ao órgão de administração e gestão da escola.</p> <p>5.1 — A identificação das necessidades detectadas será acompanhada com a indicação do tipo de apoio especializado que é considerado mais adequado.</p> <p>5.2 — O processo de identificação dos alunos é sempre articulado com os professores que desempenham funções de apoio educativo.”</p> <p>(16_Desp.Conj._105_1997)</p> <p>“1 — ...a referenciação (...) deve ocorrer o mais precocemente possível, detectando os factores de risco associados às limitações ou incapacidades.</p> <p>(21_DL_3_2008, §5)</p> <p>“1 — ... compete ao conselho executivo desencadear os procedimentos seguintes:</p> <p>a) Solicitar ao departamento de educação especial e ao serviço de psicologia um relatório técnico-pedagógico conjunto, com os contributos dos restantes intervenientes no processo, onde sejam identificadas, nos casos em que tal se justifique, as razões que determinam as necessidades educativas especiais do aluno e a sua tipologia, designadamente as condições de saúde, doença ou incapacidade;</p> <p>b) Solicitar ao departamento de educação especial a determinação dos apoios especializados, das adequações do processo de ensino e de aprendizagem de que o aluno deva beneficiar e das tecnologias de apoio;</p> <p>(...)</p> <p>5 — A avaliação deve ficar concluída 60 dias após a referenciação com a aprovação do programa educativo individual pelo presidente do conselho executivo.”</p> <p>(21_DL_3_2008, §6)</p> <p>“3 — Do relatório técnico-pedagógico constam os resultados decorrentes da avaliação, obtidos por diferentes instrumentos de acordo com o contexto da sua aplicação, tendo por referência a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde, servindo de base à elaboração do programa educativo individual.”</p> <p>(22_L_21_2008, §6)</p>
4. Respostas Educativas	<p>“Fomentar a criação de cursos ou classes especiais”.</p> <p>(1_DL_45_1973, §13c)</p> <p>“Os alunos cuja deficiência implique incapacidade para executar, parcial ou totalmente, as tarefas de uma ou várias disciplinas poderão, em parte ou no todo, ser dispensados da frequência de uma ou várias disciplinas, por despacho do respectivo director geral.”</p>

	<p>(3_DL_174_1977, §4)</p> <p>“Para efeitos de avaliação de conhecimentos, relativa aos alunos cuja situação seja a de dispensa do cumprimento de parte das rubricas de um programa ou programas, os professores tomarão em conta as possibilidades dos alunos deficientes e o processo evolutivo neles verificado.”</p> <p>(3_DL_174_1977, §4)</p> <p>“Sempre que a natureza ou característica da deficiência não afectem o nível intelectual do aluno, mas impliquem grande fadiga, lentidão na realização de tarefas, dispersão de atenção ou outras consequências limitativas, poderão os alunos frequentar os cursos dos vários graus de ensino, em regime de disciplinas.”</p> <p>(3_DL_174_1977, §5)</p> <p>“São aplicáveis ao ensino primário os princípios definidos no Decreto-Lei nº174/77, de 2 de Maio,...”</p> <p>(4_DL_84_1978, §1)</p> <p>“Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades”</p> <p>(9_L_46_1986, §7)</p> <p>“A escolaridade básica para crianças e jovens deficientes deve ter currículos e programas devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas.”</p> <p>(9_L_46_1986, §18)</p> <p>“A educação especial organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, (...) necessidades de atendimento específico, (...) apoios de educadores especializados.”</p> <p>(9_L_46_1986, §18)</p> <p>“O regime educativo especial consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.”</p> <p>(11_DL_319_1991, §2)</p> <p>“...equipamentos especiais de compensação... individual ou de grupo.”</p> <p>(11_DL_319_1991, §3)</p>
--	---

	<p>“...adaptações materiais...” (11_DL_319_1991, §4)</p> <p>“...adaptações curriculares...” (11_DL_319_1991, §5)</p> <p>“...condições especiais de matrícula...” (11_DL_319_1991, §6)</p> <p>“...condições especiais de frequência...” (11_DL_319_1991, §7)</p> <p>“...condições especiais de avaliação...” (11_DL_319_1991, §8)</p> <p>“O número de alunos das classes ou turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais não pode ser superior a 20.” (11_DL_319_1991, §9)</p> <p>“...não devem incluir mais de dois alunos com necessidades educativas especiais, salvo casos excepcionais adequadamente fundamentados.” (11_DL_319_1991, §9)</p> <p>“...apoio lectivo suplementar individualizado ou em pequenos grupos e tem carácter temporário...” (11_DL_319_1991, §10)</p> <p>“Considera-se ensino especial o conjunto de procedimentos pedagógicos que permitam o reforço da autonomia individual do aluno com necessidades educativas especiais devidas a deficiências físicas e mentais e o desenvolvimento pleno do seu projecto educativo...” (11_DL_319_1991, §11)</p> <p>“Os currículos escolares próprios têm como padrão os currículos do regime educativo, devendo ser adaptados ao grau e tipo de deficiência.” (11_DL_319_1991, §11)</p>
--	--

	<p>“Os currículos alternativos substituem os currículos do regime educativo comum e destinam-se a proporcionar a aprendizagem de conteúdos específicos.” (11_DL_319_1991, §11)</p> <p>“2 – As medidas são de aplicação individualizada, podendo o mesmo aluno beneficiar de uma ou mais medidas em simultâneo.” (12_Desp_173_1991)</p> <p>“19 – O encarregado de educação das crianças com necessidades educativas especiais resultantes de um atraso médio ou grave a nível do desenvolvimento global podem requerer, até 31 de Maio, que a matrícula no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico se efectue no ano seguinte ao previsto na lei da escolaridade obrigatória.” (12_Desp_173_1991, 19)</p> <p>“4 – A requerimento do encarregado de educação, dirigido ao director regional de educação, é admitido o adiamento da primeira matrícula no ensino básico às crianças e jovens com necessidades educativas especiais.” (13_DL_301_1993, §6)</p> <p>“...as associações e as cooperativas de educação especial, sem fins lucrativos, as quais visam ministrar a educação especial e promover a integração sócio-profissional dos alunos que não encontram condições adequadas às suas necessidades nas escolas de ensino regular.” (14_Portaria_1095_1995)</p> <p>“6 – Os alunos surdos com problemas associados devem fazer o seu percurso escolar em turmas que possibilitem o recurso a modificações curriculares e a metodologias e estratégias adequadas às suas necessidades educativas específicas.</p> <p>7 — As escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos compete:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Assegurar o desenvolvimento da língua gestual portuguesa como primeira língua; b) Assegurar as medidas pedagógicas específicas necessárias ao domínio do português, nomeadamente a nível da escrita e da leitura; c) Assegurar os apoios a nível da terapia da fala e do treino auditivo às crianças e jovens que deles possam beneficiar; <p>(...)</p> <p>8 — As escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos devem estar apetrechadas com equipamentos essenciais às necessidades específicas da população surda.” (19_Desp_7520_1998)</p> <p>“...garantir as condições de educação especial, em instituições particulares, para os alunos que dela necessitam e estimular a</p>
--	---

	<p>emergência, naqueles estabelecimentos, de projectos referenciais de qualidade em que se potenciem estratégias e recursos adequados.” (18_Portaria_1103_1997)</p> <p>“2 – ... são criadas por despacho ministerial:</p> <p><i>a)</i> Escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos;</p> <p><i>b)</i> Escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão.” (21_DL_3_2008, §4)</p> <p>“3 – Para apoiar a adequação do processo de ensino e de aprendizagem podem as escolas ou agrupamentos de escolas desenvolver respostas específicas diferenciadas para alunos com perturbações do espectro do autismo e com multideficiência, designadamente através da criação de:</p> <p><i>a)</i> Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo;</p> <p><i>b)</i> Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita.” (21_DL_3_2008, §4)</p> <p>“1 – O programa educativo individual é o documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e respectivas formas de avaliação.</p> <p>2 – O programa educativo individual documenta as necessidades educativas especiais da criança ou jovem, baseadas na observação e avaliação de sala de aula e nas informações complementares disponibilizadas pelos participantes no processo.” (21_DL_3_2008, §8)</p> <p>“1 – Sempre que o aluno apresente necessidades educativas especiais de carácter permanente que o impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo deve a escola complementar o programa educativo individual com um plano individual de transição destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma actividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa instituição de carácter ocupacional.” (21_DL_3_2008, §14)</p> <p>“2 – Constituem medidas educativas (...): <i>a)</i> Apoio pedagógico personalizado; <i>b)</i> Adequações curriculares individuais; <i>c)</i> Adequações no processo de matrícula; <i>d)</i> Adequações no processo de avaliação; <i>e)</i> Currículo específico individual; <i>f)</i> Tecnologias de apoio.</p> <p>3 – As medidas referidas no número anterior podem ser aplicadas cumulativamente, com excepção das alíneas <i>b)</i> e <i>e)</i>, não cumuláveis entre si.</p> <p>4 – ...planeamento de estratégias e de actividades que visam o apoio personalizado aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente que integram obrigatoriamente o plano de actividades da escola de acordo com o projecto educativo de escola.” (21_DL_3_2008, §16)</p>
--	--

1 – A educação das crianças e jovens surdos deve ser feita em ambientes bilíngues que possibilitem o domínio da LGP, o domínio do português escrito e, eventualmente, falado, competindo à escola contribuir para o crescimento linguístico dos alunos surdos, para a adequação do processo de acesso ao currículo e para a inclusão escolar e social.

(...)

10 – As respostas educativas devem ser flexíveis, assumindo carácter individual e dinâmico, e pressupõem uma avaliação sistemática do processo de ensino e de aprendizagem do aluno surdo, bem como o envolvimento e a participação da família.
(21_DL_3_2008, §23)

“1 – As escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão (...) 2 – ...constitui uma resposta educativa especializada desenvolvida em agrupamentos de escolas ou escolas secundárias que concentrem alunos cegos e com baixa visão.
(21_DL_3_2008, §24)

“1 – As unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo constituem uma resposta educativa especializada desenvolvida em escolas ou agrupamentos de escolas que concentrem grupos de alunos que manifestem perturbações enquadráveis nesta problemática.
(21_DL_3_2008, §25)

“1 – As unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita constituem uma resposta educativa especializada desenvolvida em escolas ou agrupamentos de escolas que concentrem grupos de alunos que manifestem essas problemáticas.”
(21_DL_3_2008, §26)

“6 – Os alunos com necessidades educativas especiais que frequentaram o ensino básico com currículo específico individual, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de 96aneiro, frequentam o ensino secundário ao abrigo da referida disposição legal.”
(24_DL_176_2012, §6)

5. Apoio Social Escolar

“1 - ...serviços de acção social escolar, concretizados através da aplicação de critérios de discriminação positiva que visem a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados.

2 - ...participação em refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento, manuais e material escolar, e pela concessão de bolsas de estudo.”

(9_L_46_1986, §27)

“...a gratuidade abrange (...) apoios complementares que favoreçam a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.”

(10_DL_35_1990, §3)

“... a política de apoios e complementos educativos, designadamente na afectação de recursos, deve atribuir prioridade ao ensino básico e às modalidades de educação especial.”

(10_DL_35_1990, §6)

“Os níveis de participação são anualmente definidos tendo em consideração (...) encargos especiais da família por doença, deficiência ou outro motivo atendível, sujeitos a critérios de equidade e de justiça social.”

(10_DL_35_1990, §7)

“Será assegurado o transporte escolar dentro da área de residência aos alunos com dificuldades de locomoção ou que necessitem de se deslocar para frequência de modalidades de educação especial.”

(10_DL_35_1990, §15)

“No apoio ao alojamento é atribuída primeira prioridade aos alunos (...) que frequentem (...) estruturas de educação especial.”

(10_DL_35_1990, §16)

“Aos alunos com necessidades educativas especiais são atribuídas as ajudas técnicas, os livros e o material escolar adequados, de acordo com a avaliação dos serviços competentes.”

(10_DL_35_1990, §18)

“... a adequação do processo educacional a eventuais dificuldades ou deficiências resultantes de afecções agudas ou crónicas de qualquer foro, no quadro do ensino geral ou especial.”

(10_DL_35_1990, §24)

	<p>“... c) Conceder um subsídio de 5000\$ por aluno, durante 11 meses, destinado a participar nas despesas de funcionamento; h) Atribuir subsídios de alimentação, de transporte e para material didático e escolar, ...” (14_Portaria_1095_1995, §9)</p> <p>“1 – ...atribuição de subsídios de alimentação, de transporte, correspondente ao custo da carreira pública no percurso casa-escola-casa, de material didático e escolar.” (14_Portaria_1095_1995, §10)</p> <p>“A fim de garantir a gratuidade de ensino aos alunos que em 15 de Setembro de 1995 tenham idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos, o Ministério da Educação (...) participará, mensalmente com um montante igual ao valor da mensalidade máxima fixada por portaria conjunta para o regime de semi-internato.” (14_Portaria_1095_1995, §11)</p> <p>“1 – c) Conceder um subsídio de 5250\$ por aluno, durante 11 meses, destinado a participar nas despesas de funcionamento, incluindo o seguro escolar dos alunos;” (15_Portaria_52_1997, §9)</p> <p>“1 – O Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, prestará, no ano lectivo de 1996-1997, apoio no âmbito da acção social escolar, mediante a atribuição de subsídios de alimentação, de transporte, correspondente ao custo da carreira pública casa-escola-casa, e de material didático e escolar.” (15_Portaria_52_1997, §10)</p> <p>“A fim de garantir a gratuidade do ensino aos alunos que em 15 de Setembro de 1996 tenham idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos, o Ministério da Educação (...) participará mensalmente com um montante igual ao valor da mensalidade máxima fixada por portaria conjunta para o regime de semi-internato.” (15_Portaria_52_1997, §11)</p> <p>“b) Conceder um subsídio de 5250\$ por aluno, durante 11 meses, destinado a participar nas despesas de funcionamento, incluindo o seguro escolar dos alunos; c) Atribuir subsídios para alimentação, transporte e material didático e escolar, no âmbito da acção social escolar.” (17_Portaria_1102_1997, §9)</p>
--	---

	<p>1 – O Ministério da Educação, através dos serviços competentes, prestará apoio no âmbito da acção social escolar, mediante a atribuição de subsídios de alimentação e de transporte, sendo este último determinado com base no custo da carreira pública casa-escola-casa, e de material didáctico escolar. (17_Portaria_1102_1997, §10)</p> <p>“A fim de garantir a gratuidade do ensino aos alunos que em 15 de Setembro de 1997 tenham idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, o Ministério da Educação (...) participará mensalmente com um montante igual ao valor da mensalidade máxima fixada por portaria conjunta para o regime de semi-internato.” (17_Portaria_1102_1997, §11)</p> <p>1 – O apoio financeiro a conceder aos alunos das escolas particulares de educação especial visa:</p> <p><i>a)</i> Proporcionar o ensino gratuito aos alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos; <i>b)</i> Participar nos custos decorrentes da frequência dos alunos com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos. (18_Portaria_1103_1997, §7)</p> <p>“1 – A gratuidade (...) abrange a matrícula, o seguro escolar e a faculdade de dispor de apoios técnicos específicos exigidos pelas necessidades educativas dos alunos. 2 – O regime de gratuidade será anual e progressivamente alargado até à idade de 18 anos.” (18_Portaria_1103_1997, §9)</p> <p>“1 – O Ministério da Educação, através dos serviços competentes, prestará apoio no âmbito da acção social escolar aos alunos das escolas particulares de educação especial integrados no regime de gratuidade de ensino previsto no presente diploma, mediante a atribuição de subsídios de alimentação e de transporte.” (18_Portaria_1103_1997, §13)</p> <p>“A atribuição e o funcionamento dos apoios no âmbito da acção social escolar regem -se pelos princípios da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, no sentido de assegurar o exercício efectivo do direito ao ensino e a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.” (23_DL_55_2009, §3)</p> <p>“1 – O acesso aos benefícios decorrentes dos apoios no âmbito da acção social escolar previstos no presente decreto -lei, bem como o seu carácter integral ou parcial, gratuito ou participado, são determinados em função da situação dos alunos ou dos seus agregados familiares e em particular da respectiva condição sócio -económica.”</p>
--	---

	<p>(23_DL_55_2009, §10)</p> <p>“1 – Constituem modalidades de apoios no âmbito da acção social escolar os apoios alimentares, os transportes escolares, o alojamento, os auxílios económicos, a prevenção de acidentes e o seguro escolar.”</p> <p>(23_DL_55_2009, §12)</p> <p>“3 – O apoio ao alojamento é atribuído preferencialmente aos alunos pertencentes a famílias com baixos recursos sócio -económicos que frequentem o ensino básico ou tenham necessidades educativas especiais de carácter permanente.”</p> <p>(23_DL_55_2009, §26)</p> <p>“1 – Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio, têm ainda, supletivamente em relação às ajudas técnicas a prestar por outras entidades de que beneficiem, direito às seguintes participações da responsabilidade dos municípios, no âmbito da acção social escolar e nos termos do artigo 10.º:</p> <p>a) Refeições (...); b) Transportes (...); c) Manuais e material escolar (...); d) Tecnologias de apoio...”</p> <p>(23_DL_55_2009, §32)</p> <p>“...modalidades de apoio alimentar, alojamento e auxílios económicos, destinados às crianças da educação pré-escolar, aos alunos dos ensinos básico e secundário e do ensino recorrente nocturno que frequentam escolas públicas e escolas particulares ou cooperativas em regime de contrato de associação, ...”</p> <p>(24_Despacho_18987_2009, §1)</p> <p>“1 – Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio, têm ainda, supletivamente em relação às ajudas técnicas a prestar por outras entidades de que beneficiem, direito às seguintes participações da responsabilidade dos municípios ou do Ministério da Educação, no âmbito da acção social escolar e nos termos do artigo 8.º:</p> <p>a) Alimentação (...); b) Transportes (...); c) Manuais e material escolar (...); d) Tecnologias de apoio...”</p> <p>(24_Despacho_18987_2009, §13)</p> <p>“...reforça-se no ano letivo de 2012-2013 o apoio a crianças e jovens que frequentam escolas de referência ou unidades de ensino estruturado e de apoio especializado que passam a ter participação no transporte, garantindo -se assim o pleno direito à educação a todas as crianças e jovens.”</p> <p>(27_Despacho_11886_2012)</p>
--	---

	<p>“b) Transportes — totalidade do custo para os alunos que residam a menos de 3 km do estabelecimento de ensino.” (27_Despacho_11886_2012, §13)</p> <p>“1 – É criada e gerida em cada escola ou agrupamento, nos termos a definir do respetivo regulamento interno, uma bolsa de manuais escolares destinada a apoiar os alunos que nos termos do artigo 7.º sejam considerados carenciados.” (27_Despacho_11886_2012, §7-A)</p> <p>“3 – No ano escolar de 2012 -2013 os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto -Lei n.º 3/2008, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto -Lei n.º 55/2009, têm também direito, no âmbito da ação social escolar, à comparticipação da totalidade do custo de transportes para as escolas de referência ou para as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado que frequentam, conforme o disposto nas alíneas a) e b) dos n.os 2 e 3 do artigo 4.º do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.” (27_Despacho_11886_2012, §13-A)</p> <p>“Pretendemos, com o aumento dos apoios de ação social e de responsabilização, reforçar a igualdade de oportunidades contribuindo para a formação cívica dos nossos alunos.” (28_Despacho_11306-D_2014)</p> <p>“2 — No ano escolar de 2014/2015 os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto -Lei 55/2009, têm também direito, no âmbito da ação social escolar, à comparticipação da totalidade do custo de transportes para as escolas de referência ou para as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado que frequentam, conforme o disposto nas alíneas a) e b) dos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 3/2008.” (28_Despacho_11306-D_2014)</p>
--	--

8. Anexos

Documentos Legislativos utilizados na Análise de Conteúdo

Decreto-Lei n.º 45/73
de 12 de fevereiro

**Pessoal e vencimentos
da Direcção Geral do Ensino Secundário**

MAPA II

Pessoal a que se refere o n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 44/73, de 12 de Fevereiro

Número de funcionários	Cargos	Categorias
3	Chefes de repartição (a)	F
1	Primeiro-bibliotecário arquivista	H
1	Segundo-bibliotecário arquivista	I
8	Chefes de secção	J
16	Primeiros-oficiais	L
1	Desenhador-chefe	L
1	Desenhador de 1.ª classe	M
15	Segundos-oficiais	N
1	Desenhador de 2.ª classe	O
24	Terceiros-oficiais	Q
2	Catalogadores de 1.ª classe	Q
3	Catalogadores de 2.ª classe	S
20	Escriturários-dactilógrafos de 1.ª classe	S
20	Escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe	U
3	Telefonistas de 1.ª classe	U
3	Contínuos de 1.ª classe (b)	V
3	Contínuos de 2.ª classe	X
3	Serventes	Y
3	Auxiliares de limpeza	—

(a) Dois serão extintos à medida que vagarem.

(b) Ao contínuo de 1.ª classe encarregado de dirigir o restante pessoal auxiliar será abonada a gratificação mensal de 100\$.

Nota. — Ao funcionário encarregado de secretariar o director-geral, designado por despacho do Ministro da Educação Nacional, será abonada a gratificação mensal de 1000\$.

O Ministro da Educação Nacional, *José Veiga Simão*.

**Decreto-Lei n.º 45/73
de 12 de Fevereiro**

A Direcção-Geral do Ensino Básico, criada pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro, que promulgou a Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional, sucede à Direcção-Geral do Ensino Primário e à Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, com a vantagem de nela se concentrarem todas as funções pedagógicas e disciplinares relativas ao ensino básico.

A nova Direcção-Geral do Ensino Básico, uma vez liberta das funções de gestão de pessoal, das instalações e equipamento e ainda da gestão administrativa e financeira dos estabelecimentos de ensino, mercê da criação da Direcção-Geral da Administração Escolar, para onde transitaram estas actividades, poderá dedicar-se a uma acção exclusivamente pedagógica, que muito beneficiará o sistema escolar.

Este princípio inovador na estrutura da administração central do Ministério há-de permitir que a Direcção-Geral do Ensino Básico, organizada em moldes que conferem à acção pedagógica e à orientação educativa especial e relevante importância, possa exercer uma função destacada junto dos estabelecimentos de ensino, fundamentalmente nos seguintes domínios:

- Maior atenção aos problemas do ensino especial;
- Qualidade e eficiência do ensino;
- Orientação educativa;
- Formação e actualização do pessoal docente;

- Lançamento de experiências pedagógicas;
- Renovação e actualização dos métodos e das técnicas do ensino.

Nestes termos:

De acordo com os artigos 33.º e 34.º do Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro, e ouvidos os Serviços da Reforma Administrativa da Presidência do Conselho;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

**DIPLOMA ORGÂNICO
DA DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO**

CAPÍTULO I

Das atribuições e competências

Artigo 1.º — 1. A Direcção-Geral do Ensino Básico, instituída pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro, tem por atribuições:

- Superintender na organização e funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico dependentes do Ministério da Educação Nacional, proceder à sua orientação pedagógica e à respectiva fiscalização, velando pela qualidade e eficiência do ensino e promovendo a renovação dos respectivos métodos e técnicas, a formação, a actualização e classificação do pessoal docente, a consideração dos problemas escolares dos alunos, incluindo os referentes aos diminuídos, e a acção disciplinar que se mostrar conveniente;
- Exercer as funções referidas na alínea anterior relativamente aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e ao respectivo pessoal docente;
- Proceder à orientação pedagógica do ensino básico e da educação pré-escolar particular, em colaboração com a Inspecção-Geral do Ensino Particular.

2. Pertence também a esta Direcção-Geral promover e orientar o ensino básico da língua portuguesa no estrangeiro.

Art. 2.º Compete de maneira especial à Direcção-Geral do Ensino Básico:

- Promover e orientar ou acompanhar as experiências pedagógicas e a aplicação de reformas ou aperfeiçoamentos que se mostre necessário introduzir na organização ou no funcionamento dos estabelecimentos de ensino básico e de educação pré-escolar, visando uma gradual melhoria dos processos, dos métodos e das técnicas de ensino;
- Realizar acções sistemáticas de formação e actualização do pessoal docente que permitam um constante aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de ensino;
- Organizar, com regularidade, acções de formação complementar destinadas aos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e aos professores orientadores de estágios ou de experiências pedagógicas;

- d) Executar outras medidas de fomento educativo superiormente definidas para o ensino básico e para a educação pré-escolar;
- e) Velar pela qualidade e eficiência do ensino, nomeadamente através do estudo estatístico do seu rendimento quantitativo e proceder à sua avaliação qualitativa;
- f) Promover as medidas indispensáveis a uma eficiente observação e orientação escolares;
- g) Assegurar, em colaboração com a Direcção-Geral do Ensino Secundário, uma harmónica articulação dos objectivos dos ensinos básico e secundário;
- h) Assegurar a conveniente coordenação entre a educação pré-escolar e o ensino básico;
- i) Considerar os problemas dos alunos diminuídos e inadaptados, promovendo o funcionamento e a orientação pedagógica das classes ou cursos especiais a eles destinados;
- j) Assegurar uma constante difusão de documentação pedagógica;
- k) Colaborar com a Direcção-Geral do Ensino Superior na orientação pedagógica das escolas normais superiores;
- l) Colaborar com a Direcção-Geral da Administração Escolar nos estudos relativos aos regimes do pessoal docente, técnico, administrativo e auxiliar dos estabelecimentos de ensino básico e de educação pré-escolar, bem como no inventário das instalações, do equipamento didáctico e do recenseamento escolar;
- m) Colaborar com a Direcção-Geral da Administração Escolar nos estudos indispensáveis ao estabelecimento da padronização do equipamento escolar e didáctico;
- n) Cooperar no fomento da acção social escolar, das actividades juvenis e das desportivas;
- o) Publicar o *Boletim do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário* e a *Escola Portuguesa*.

Art. 3.º — 1. Compete ao director-geral superintender em todos os serviços da Direcção-Geral, submetendo a despacho ministerial os assuntos que careçam de resolução superior.

2. Os directores de serviços chefiarão as respectivas direcções de serviços e coadjuvarão directamente o director-geral, exercendo as funções que por ele lhes forem confiadas.

3. Nas suas faltas e impedimentos o director-geral será substituído por um inspector superior por si designado.

CAPÍTULO II

Dos órgãos e serviços

Art. 4.º — 1. A Direcção-Geral compreende os seguintes órgãos e serviços:

- a) Conselho Pedagógico;
- b) Serviços de Inspecção;
- c) Direcção de Serviços do Ensino Primário;
- d) Direcção de Serviços do Ensino Preparatório;
- e) Divisão do Ensino Especial;
- f) Divisão da Educação Pré-Escolar;
- g) Gabinete Técnico de Estudos e Programação;
- h) Serviço do Ensino Básico Português no Estrangeiro;
- i) Repartição Administrativa.

2. Os órgãos e serviços externos referidos no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro, serão objecto de legislação especial.

Art. 5.º — 1. O Conselho Pedagógico do Ensino Básico é um órgão consultivo que funciona na directa dependência do director-geral.

2. Compete especialmente ao Conselho Pedagógico:

- a) Assistir ao director-geral na execução da política superiormente definida para o ensino básico e educação pré-escolar;
- b) Coadjuvar o director-geral na planificação das actividades;
- c) Dar parecer sobre as experiências pedagógicas e sobre a implantação de novas estruturas e métodos de ensino.

3. O Conselho Pedagógico terá como vogais permanentes os inspectores superiores, os directores de serviços, os chefes de divisão e um representante de cada um dos seguintes serviços: Direcção-Geral do Ensino Secundário, Direcção-Geral da Administração Escolar, Inspecção-Geral do Ensino Particular e Instituto de Tecnologia Educativa.

4. Sempre que a natureza dos problemas o justifique, poderão ser agregados ao Conselho professores do ensino básico e educadoras de infância e ainda quaisquer individualidades com especial qualificação nos assuntos a debater.

5. O Conselho Pedagógico poderá funcionar por secções, sendo desde já criadas as relativas ao ensino especial e à educação pré-escolar.

Art. 6.º — 1. Compete aos Serviços de Inspecção:

- a) Fomentar e orientar a investigação pedagógica nos estabelecimentos de ensino;
- b) Velar pela qualidade do ensino;
- c) Orientar as actividades destinadas à avaliação dos conhecimentos dos alunos e, designadamente, o serviço de exames;
- d) Superintender na classificação do serviço docente dos professores e educadoras de infância;
- e) Exercer a acção disciplinar que se mostrar conveniente no que respeita a alunos e professores;
- f) Colaborar na orientação pedagógica do pessoal docente do ensino oficial e particular;
- g) Colaborar nas acções de formação e actualização do pessoal docente, bem como nas acções de formação complementar destinadas aos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e aos professores orientadores de estágios ou de experiências pedagógicas.

2. Os Serviços de Inspecção do Ensino Primário e os Serviços de Inspecção do Ensino Preparatório serão, cada um deles, dirigidos por inspector superior designado pelo director-geral.

Art. 7.º — 1. A Direcção de Serviços do Ensino Primário compreende os Serviços de Acção Pedagógica e de Orientação Educativa e será dirigida por um director de serviços.

2. Os Serviços de Acção Pedagógica e de Orientação Educativa serão chefiados por inspectores-chefes designados pelo director-geral.

Art. 8.º Compete à Direcção de Serviços do Ensino Primário, através do Serviço de Acção Pedagógica:

- a) Promover e fomentar a realização de acções destinadas à formação contínua dos professores do ensino primário;
- b) Orientar as actividades pedagógicas dos estabelecimentos de ensino particular em colaboração com a respectiva Inspeção-Geral;
- c) Estudar, tendo em atenção a evolução da estrutura do sistema escolar, os programas e os métodos de ensino aprovados superiormente;
- d) Assegurar a realização de experiências pedagógicas, nomeadamente no que respeita ao ensino de novos programas e métodos de ensino;
- e) Assegurar a distribuição de uma actualizada documentação pedagógica.

Art. 9.º Compete à Direcção de Serviços do Ensino Primário, através do Serviço de Orientação Educativa:

- a) Propor medidas de organização escolar que visem o melhor rendimento dos alunos;
- b) Promover a observação global dos alunos;
- c) Colaborar nas acções destinadas ao recenseamento escolar.

Art. 10.º A Direcção de Serviços do Ensino Preparatório será dirigida por um director de serviços e compreende a Divisão de Acção Pedagógica e a Divisão de Orientação Educativa.

Art. 11.º Compete à Direcção de Serviços do Ensino Preparatório, através da Divisão de Acção Pedagógica:

- a) Promover e fomentar a realização de acções destinadas à formação contínua dos professores do ciclo preparatório;
- b) Promover colóquios, seminários e outras reuniões com os professores orientadores de estágios e experiências pedagógicas e com os directores de estabelecimentos de ensino;
- c) Orientar as actividades pedagógicas dos estabelecimentos de ensino particular em colaboração com a respectiva Inspeção-Geral, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º do presente diploma;
- d) Assegurar a elaboração e distribuição pelos estabelecimentos de ensino da documentação pedagógica que se mostre conveniente;
- e) Promover a aplicação dos programas, planos de estudo e métodos de ensino superiormente aprovados, tendo em atenção a evolução da estrutura do sistema escolar;
- f) Assegurar a realização de experiências pedagógicas, nomeadamente no que respeita ao ensaio de novos programas, planos de estudo e métodos de ensino.

Art. 12.º Compete à Direcção de Serviços do Ensino Preparatório, através da Divisão de Orientação Educativa:

- a) Promover a observação e a orientação educativa dos alunos em íntima colaboração com as famílias;
- b) Propor medidas de organização escolar que garantam o melhor rendimento dos alunos,

tendo em conta a possível individualização do ensino e a sua actualização;

- c) Colaborar nas acções destinadas ao recenseamento escolar.

Art. 13.º — 1. Compete à Divisão do Ensino Especial:

- a) Efectuar, em colaboração com outros departamentos públicos interessados, o rastreio das crianças deficientes ou inadaptadas;
- b) Orientar, nos estabelecimentos públicos ou privados, as actividades pedagógicas dos cursos ou classes especiais;
- c) Fomentar a criação de cursos ou classes especiais;
- d) Dedicar especial interesse à integração das crianças diminuídas ou inadaptadas em classes normais, promovendo a criação de cursos de readaptação ou recuperação;
- e) Colaborar activamente com os departamentos competentes do Ministério da Educação Nacional na formação e aperfeiçoamento dos agentes de ensino destinados às classes ou cursos especiais.

2. A Divisão do Ensino Especial exercerá as suas actividades em colaboração com os Ministérios das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência.

Art. 14.º — 1. Compete à Divisão da Educação Pré-Escolar:

- a) Promover e fomentar a realização de acções destinadas à formação contínua das educadoras de infância;
- b) Orientar as actividades pedagógicas dos estabelecimentos particulares de educação pré-escolar em colaboração com a respectiva Inspeção-Geral;
- c) Organizar reuniões com dirigentes de estabelecimentos de educação pré-escolar;
- d) Promover e fomentar a criação de estabelecimentos de educação pré-escolar;
- e) Colaborar no estudo e organização de estabelecimentos oficiais destinados à formação de educadoras de infância.

2. A Divisão da Educação Pré-Escolar exercerá as suas funções em colaboração com o Ministério das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência, com as autarquias locais e com as empresas privadas.

Art. 15.º — 1. O Gabinete Técnico de Estudos e Programação é um serviço de apoio técnico e documental, competindo-lhe, de forma especial:

- a) Preparar a documentação pedagógica para uma actualização constante do ensino;
- b) Colaborar na organização das normas tendentes à fixação do equipamento tipo dos estabelecimentos de ensino e dar parecer sobre o apetrechamento a fornecer aos mesmos;
- c) Elaborar normas de utilização dos meios áudio-visuais de ensino, em colaboração com o Instituto de Tecnologia Educativa;
- d) Promover a normalização, no aspecto técnico, do ensino de ciências experimentais e dos trabalhos oficiais dos alunos;

- c) Planear o equipamento fundamental à promoção do ensino artístico no País, ao nível do ensino preparatório.

2. O Gabinete Técnico será chefiado por um inspector-chefe ou por um técnico de 1.ª classe, a designar, para o efeito, pelo director-geral.

Art. 16.º — 1. Compete ao Serviço do Ensino Básico Português no Estrangeiro assegurar, em colaboração com os serviços competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Secretariado Nacional da Emigração, o financiamento de cursos ou escolas do ensino básico português no estrangeiro e proceder à sua orientação.

2. O Serviço referido no número anterior será chefiado por um inspector-chefe designado pelo director-geral.

Art. 17.º A Repartição Administrativa compete:

- a) Assegurar os serviços de expediente geral, contabilidade, economato e de administração do pessoal da Direcção-Geral, sem prejuízo da competência da Secretaria-Geral;
- b) Prestar apoio administrativo aos órgãos e serviços da Direcção-Geral.

CAPÍTULO III

Do pessoal

Art. 18.º — 1. A Direcção-Geral tem o pessoal dirigente e técnico constante do mapa I anexo ao presente diploma, o qual faz parte do quadro único a que se refere o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 408/71.

2. A Direcção-Geral disporá ainda do pessoal administrativo, técnico auxiliar e auxiliar constante do mapa II anexo ao presente decreto-lei, o qual será integrado no quadro único do Ministério, a que se refere o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 201/72, de 19 de Junho.

3. Os quadros a que se referem os mapas I e II poderão ser alterados por decreto referendado pelos Ministros das Finanças e da Educação Nacional.

4. O pessoal da Direcção-Geral será distribuído pelos respectivos serviços mediante despacho do director-geral.

Art. 19.º — 1. As formas de recrutamento e os regimes de provimento do pessoal da Direcção-Geral são os estabelecidos no Decreto-Lei n.º 201/72, de 19 de Junho, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes:

- a) O lugar de director-geral do Ensino Básico será provido por escolha do Presidente do Conselho e do Ministro da Educação Nacional, nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro, de entre diplomados com curso superior adequado e de reconhecida competência ou de entre inspectores-gerais da Junta Nacional da Educação;
- b) Os lugares de director de serviços serão providos por escolha do Ministro da Educação Nacional de entre diplomados com o curso superior adequado;
- c) Os lugares de inspector superior, de inspector-chefe e de inspector-orientador de 1.ª classe serão providos por escolha do Ministro da Educação Nacional de entre funcionários

de categoria imediatamente inferior a professores do ensino básico ou secundário diplomados com curso superior, habilitados com Exame de Estado;

- d) Os inspectores-orientadores de 2.ª classe serão nomeados pelo Ministro da Educação Nacional de entre professores diplomados pelas escolas do magistério primário que tenham revelado excepcional mérito e tenham obtido aproveitamento em curso de especialização, que será organizado segundo normas aprovadas por despacho ministerial.

2. O provimento no lugar de director-geral envolve o provimento, a título vitalício, na categoria de inspector-geral da Junta Nacional da Educação.

Art. 20.º — 1. O Ministro da Educação Nacional pode autorizar que, para o exercício de funções inspectivas e pedagógicas especificadas, sejam destacados para a Direcção-Geral, por períodos de três anos, professores habilitados com Exame de Estado do ensino básico ou secundário em número igual ao das vagas existentes no quadro dos inspectores-orientadores.

2. Aos inspectores-chefes, inspectores-orientadores e professores destacados nos termos do número anterior será abonada a gratificação mensal de 2000\$.

3. O tempo de serviço prestado na Direcção-Geral pelos professores a que se refere o n.º 1 deste artigo será contado como se fosse prestado nos estabelecimentos de ensino.

Art. 21.º — 1. O Ministro da Educação Nacional poderá autorizar que, pelas disponibilidades de vencimentos ou por força de verbas especialmente inscritas para vencimentos e salários, seja contratado além dos quadros pessoal técnico ou administrativo destinado a ocorrer a necessidades eventuais ou extraordinárias dos serviços.

2. A utilização das disponibilidades de vencimentos do pessoal dos quadros, para efeitos do disposto no presente artigo, carece de prévia autorização do Ministro das Finanças.

Art. 22.º O director-geral poderá propor superiormente a admissão de pessoal, em regime de prestação de serviços, bem como o convite a entidades nacionais ou estrangeiras para realizarem estudos, inquéritos e trabalhos de carácter eventual, necessários ao bom desempenho das atribuições confiadas à Direcção-Geral, nos termos previstos no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 201/72.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Art. 23.º — 1. São extintas as actuais Direcção-Geral do Ensino Primário e Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, transitando para a Direcção-Geral do Ensino Básico todo o material e equipamento que nesta data se encontrar afecto àqueles serviços.

2. É transferida para a Direcção-Geral do Ensino Básico a competência que, nos domínios mencionados no presente diploma, estava atribuída aos organismos referidos no número anterior.

3. O Ministro da Educação Nacional poderá determinar que a Direcção-Geral do Ensino Básico

assegure o exercício de funções que competiam aos organismos mencionados no n.º 1 deste artigo, enquanto não for possível atribuí-las à Direcção-Geral da Administração Escolar, mas por prazo não superior a dois anos.

Art. 24.º Até à sua reorganização, as escolas do magistério primário continuam dependentes desta Direcção-Geral, dentro do âmbito da sua competência.

Art. 25.º Até à publicação do Estatuto do Ensino Secundário, manter-se-ão em vigor as disposições previstas no Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário.

Art. 26.º Os funcionários da Direcção-Geral não poderão, por si ou por interposta pessoa, elaborar ou participar na elaboração de obras didácticas ou auxiliares destinadas a alunos do ensino básico, salvo se dessa tarefa forem encarregados por despacho ministerial.

Art. 27.º Enquanto não forem organizados os serviços do livro escolar, a actual Comissão Administrativa do Livro Único passará a designar-se Comissão Administrativa do Livro Escolar, a qual será constituída pelo director-geral do Ensino Básico, que presidirá, por um inspector-orientador de 2.ª classe, por um representante do Instituto de Acção Social Escolar e por um representante da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Art. 28.º No prazo de cento e oitenta dias será aprovado, por decreto, o Regulamento Interno da Direcção-Geral do Ensino Básico.

Art. 29.º — 1. O pessoal nomeado ou contratado que actualmente presta serviço nos quadros da Direcção-Geral do Ensino Primário ou da Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário será provido em lugares idênticos, ou de categoria equivalente, dos mapas anexas ao presente diploma, de acordo com as regras estabelecidas no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 201/72, observando-se no provimento do lugar de director-geral o disposto no n.º 2 do artigo 19.º

2. O disposto no número anterior poderá ser extensivo ao actual pessoal contratado para a Direcção-Geral do Ensino Básico, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 129/72, de 27 de Abril.

3. O pessoal que actualmente presta serviço nas condições referidas no número anterior e que não for possível prover nos termos ali previstos transita para a Direcção-Geral do Ensino Básico na situação em que se encontrar à data da publicação deste decreto-lei.

Art. 30.º Este decreto-lei entra em vigor no dia 1 de Março, devendo, porém, ser publicada, antes dessa data, embora para produzir efeitos a partir dela, a lista a que se refere o n.º 1 do artigo anterior.

Art. 31.º Os encargos resultantes da execução do presente diploma serão suportados pelas dotações inscritas no orçamento da Secretaria-Geral do Ministério da Educação Nacional para o ano de 1973.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *Manuel Artur Cotta Agostinho Dias* — *José Veiga Simão*.

Promulgado em 3 de Fevereiro de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MAPA I

Pessoal integrado no quadro único a que se refere o n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 45/73, de 12 de Fevereiro

Número de lugares	Cargos	Categorias
1	Director geral	B
3	Inspectores superiores (a)	C
2	Directores de serviços	D
4	Chefes de divisão	E
9	Inspectores-chefes	F
4	Técnicos de 1.ª classe	F
40	Inspectores-orientadores de 1.ª classe ...	G
8	Técnicos de 2.ª classe	H
3	Técnicos de 3.ª classe	I
70	Inspectores orientadores de 2.ª classe ...	J
2	Técnicos auxiliares de 1.ª classe	L
2	Técnicos auxiliares de 2.ª classe	M

(a) Quando dirigirem um serviço terão direito à gratificação mensal de 1000\$.

MAPA II

Pessoal a que se refere o n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 45/73, de 12 de Fevereiro

Número de lugares	Cargos	Categorias
1	Director de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (a)	D
2	Chefes de repartição (b)	F
8	Chefes de secção	J
4	Chefes de secção (c)	J
12	Primeiros-oficiais	L
1	Desenhador-chefe	L
1	Desenhador de 1.ª classe	M
18	Segundos-oficiais	N
1	Desenhador de 2.ª classe	O
25	Terceiros-oficiais	Q
1	Catalogador de 1.ª classe	Q
1	Catalogador de 2.ª classe	S
20	Escriturários-dactilógrafos de 1.ª classe	S
2	Telefonistas de 1.ª classe	U
20	Escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe	U
3	Contínuos de 1.ª classe (d)	V
3	Contínuos de 2.ª classe	X
3	Serventes	Y
3	Auxiliares de limpeza	—

(a) A extinguir logo que vagar.

(b) Um dos lugares será extinto quando vagar.

(c) A extinguir à medida que forem vagando.

(d) Ao contínuo de 1.ª classe encarregado de dirigir o restante pessoal auxiliar será abonada a gratificação mensal de 100\$.

Nota. — Ao funcionário encarregado de secretariar o director-geral, designado por despacho do Ministro da Educação Nacional, será abonada a gratificação mensal de 1000\$.

O Ministro da Educação Nacional, *José Veiga Simão*.

Decreto-Lei n.º 46/73

de 12 de Fevereiro

A Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional, promulgada pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro, determinou a criação da Direcção-Geral da Administração Escolar, como um dos serviços executivos no sector do ensino.

Teve-se assim em vista a concentração, num mesmo serviço de administração central, e sem prejuízo da autonomia das Universidades, das funções

Lei n.º 5/73
de 25 de julho

Lei 5/73, de 25 de Julho

- **Corpo emite**nte: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
- **Fonte**: DIARIO DO GOVERNO - 1.ª SERIE, Nº 173, de 25.07.1973, Pág. 1315
- **Data**: 1973-07-25

Sumário

Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo.

TEXTO:

Lei n.º 5/73

de 25 de Julho

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios fundamentais

BASE I

1. A educação nacional visa a formação integral dos Portugueses, preparando-os, pela valorização das faculdades espirituais e físicas, para o cumprimento dos seus deveres morais e cívicos e a realização das finalidades da vida.

2. A educação compreende não só as actividades integradas no sistema educativo, mas quaisquer outras que contribuam para a formação dos indivíduos, nomeadamente as que se desenvolvem no âmbito da família e das demais sociedades primárias e outros grupos sociais ou profissionais.

BASE II

No domínio da acção educativa, incumbe especialmente ao Estado:

a) Assegurar a todos os Portugueses o direito à educação, mediante o acesso aos vários graus de ensino e aos bens da cultura, sem outra distinção que não seja a resultante da capacidade e dos méritos de cada um, para o que deverá organizar e manter os necessários estabelecimentos de ensino, investigação e cultura e estimular a criação e o desenvolvimento de instituições particulares que prossigam os mesmos fins;

b) Tornar efectiva a obrigatoriedade de uma educação básica generalizada como pressuposto indispensável da observância do princípio fundamental da igualdade de oportunidades para todos;

c) Facilitar às famílias, mediante adequadas formas de cooperação, o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos;

d) Garantir a liberdade de ensino em todas as suas modalidades;

e) Fomentar e coordenar as actividades respeitantes à educação nacional.

BASE III

1. O sistema educativo é diversificado e comporta um processo global e permanente destinado a promover a formação dos Portugueses, facultando-lhes possibilidades múltiplas de realizarem as suas aspirações e tendências e de se integrarem no conjunto dos valores humanos e culturais comuns.

2. O sistema educativo tem como finalidades essenciais:

a) Assegurar a todos os Portugueses, além do revigoramento físico, o aperfeiçoamento das suas faculdades intelectuais, a formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas pelos princípios da moral e doutrina cristãs tradicionais no País;

b) Estimular o amor da Pátria e de todos os seus valores, dentro do espírito de compreensão e respeito mútuos entre os povos e no âmbito de uma efectiva participação na vida internacional, bem como fortalecer a consciência da solidariedade entre as comunidades lusíadas dispersas pelo Mundo;

c) Preparar todos os Portugueses para participarem na vida social como cidadãos, como membros da família e de outras sociedades primárias e como agentes e beneficiários do progresso do País.

3. O ensino ministrado pelo Estado e o ensino de religião e moral nos estabelecimentos de ensino obedecerão aos princípios estabelecidos na Constituição e na lei da liberdade religiosa.

CAPÍTULO II

Estrutura do sistema educativo

SECÇÃO 1.^a

Disposições gerais

BASE IV

1. O sistema educativo abrange a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação permanente.

2. A educação pré-escolar tem por finalidade o desenvolvimento espiritual, afectivo e físico da criança, sem a sujeitar à disciplina e deveres próprios de uma aprendizagem escolar.

3. A educação escolar tem por fins específicos:

a) Promover a formação moral, intelectual, física e profissional dos indivíduos, visando o fortalecimento da personalidade e da consciência cívica e social;

b) Fomentar o espírito científico, crítico e criador, a capacidade de observação e de reflexão e a disciplina mental, bem como despertar o interesse por constante actualização de conhecimentos e de valorização profissional.

A educação escolar é realizada através do sistema escolar, que compreende os ensinos básico, secundário e superior e a formação profissional.

4. O ensino básico abrange os ensinos primário e preparatório. O ensino secundário compõe-se de dois ciclos. O ensino superior pode ser de curta ou longa duração e ainda de pós-graduação. A formação profissional destina-se aos que possuam a habilitação do ensino básico ou do curso geral ou complementar do ensino secundário e optem por esta modalidade de ensino.

5. A educação permanente é um processo organizado de educação destinado a promover, de modo contínuo, a formação, a actualização e o aperfeiçoamento cultural, científico e profissional.

SECÇÃO 2.^a

Educação pré-escolar

BASE V

1. A educação pré-escolar tem como objectivos principais:

a) Favorecer o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da criança;

b) Estimular a sua curiosidade, pela observação e compreensão dos factos do mundo que a rodeia;

c) Desenvolver a coordenação perceptiva e motora da criança e aperfeiçoar a sua linguagem;

d) Favorecer a sua capacidade criadora e proporcionar-lhe meios de expressão;

e) Facilitar a sua integração em outros grupos sociais além da família, tendo em atenção a afectividade própria da idade;

f) Promover, com a participação de serviços ou instituições adequadas, o diagnóstico de deficiências, inaptações ou precocidades da criança e o seu tratamento e orientação.

2. A educação pré-escolar realiza-se mediante actividades correspondentes aos interesses, necessidades e possibilidades da criança, particularmente jogos, exercícios de linguagem, de expressão rítmica e plástica, lógicos e pré-numéricos, observação da natureza e apreensão de princípios morais e religiosos.

3. A educação pré-escolar destina-se a crianças dos 3 aos 6 anos.

4. A educação pré-escolar, assegurada por jardins-de-infância, reveste carácter supletivo em relação à família.

5. A educação pré-escolar será progressivamente generalizada pela conjugação dos esforços dos sectores público e privado.

6. Ao Ministério da Educação Nacional compete definir as normas a que deve subordinar-se a educação pré-escolar nos jardins-de-infância, organizar programas educativos para esclarecimento das famílias e promover a formação de educadoras de infância, sem prejuízo da necessária cooperação com outras entidades com atribuições neste domínio.

SECÇÃO 3.^a

Educação escolar

SUBSECÇÃO 1.^a

Ensino básico

BASE VI

1. São objectivos gerais do ensino básico:

a) Contribuir para a formação da personalidade, estimulando o desenvolvimento gradual e equilibrado nos domínios físico, intelectual, estético e moral, fortalecendo a educação da vontade e criando hábitos de disciplina e de trabalho pessoal e de grupo;

- b) Concorrer para a formação do sentimento e da consciência da Pátria;
- c) Assegurar a todos os Portugueses a preparação mínima indispensável à sua participação responsável na sociedade;
- d) Promover a observação e a orientação educacionais em íntima colaboração com a família;
- e) Proporcionar às crianças deficientes e inadaptadas, bem como às precoces, condições adequadas ao seu desenvolvimento educativo.

- 2. O ensino básico é obrigatório.
- 3. O ensino básico tem a duração de oito anos.

BASE VII

- 1. O ensino primário contribui para a educação integral da criança, pelo desenvolvimento da capacidade de raciocínio, pela exercitação oral e escrita da língua portuguesa e pelo aperfeiçoamento moral e físico.
- 2. O ensino primário tem a duração de quatro anos.
- 3. A obrigação da primeira matrícula abrange as crianças que completem 6 anos de idade até 31 de Dezembro do ano lectivo, não podendo, em caso algum, ser antecipada a admissão.
- 4. O primeiro período escolar da classe inicial será consagrado à observação global das crianças, de modo a encaminhar as que disso necessitem para classes de transição ou para classes ou estabelecimentos de educação especial destinados a crianças deficientes ou a inadaptadas.
- 5. O ensino primário é ministrado em escolas primárias ou em estabelecimentos congéneres.
- 6. O ensino primário compreenderá, além do exercício da língua portuguesa, escrita e oral, e da aritmética, o ensino da história e geografia pátrias, atendendo-se a aspectos de ordem local, a educação estética, a observação da natureza, a iniciação na educação física e nas actividades manuais, e ainda noções de educação cívica, moral e religiosa.

BASE VIII

- 1. O ensino preparatório tem especialmente em vista ampliar a formação do aluno e, pela observação e orientação escolares, favorecer o desenvolvimento das suas aptidões e interesses e facilitar a escolha da via escolar ou profissional que melhor se coadune com as suas tendências e capacidades.
- 2. O ensino preparatório tem a duração de quatro anos.
- 3. O ensino preparatório será ministrado em escolas preparatórias, admitindo-se, porém, a utilização de postos de recepção de telescópio e de estabelecimentos que utilizem simultaneamente os ensinos directo e televisivo, enquanto não for possível assegurar a todos os alunos o ensino directo.
- 4. O ensino preparatório proporcionará o aprofundamento dos estudos nos domínios da língua portuguesa, escrita e oral, da geografia e história pátrias, do raciocínio matemático, a aprendizagem de uma língua estrangeira, a introdução às ciências físico-químicas e naturais, e compreenderá ainda noções sobre a vida social e a estrutura política da Nação, actividades manuais e de educação estética, bem como educação física, cívica, moral e religiosa.
- 5. No primeiro ano, a organização pedagógica será estabelecida em moldes especialmente destinados a facilitar aos alunos a transição do ensino primário para o ensino preparatório e a sua melhor adaptação a este último.

SUBSECÇÃO 2.ª

Ensino secundário

BASE IX

- 1. Ao ensino básico segue-se o ensino secundário, que tem como objectivos:
 - a) Proporcionar a continuação de uma formação humanística, artística, científica e técnica suficientemente ampla e diversificada, bem como a formação física, cívica, moral e religiosa;
 - b) Desenvolver hábitos de trabalho e de disciplina mental, de reflexão metódica, de curiosidade científica e de análise e compreensão dos problemas do homem e da comunidade;
 - c) Preparar o ingresso nos diversos cursos superiores ou a inserção em futura actividade profissional.
- 2. O ensino secundário tem a duração de quatro anos, constituindo os dois anos iniciais o 1.º ciclo, designado «curso geral», e os dois últimos o 2.º ciclo, designado «curso complementar».
- 3. O curso geral é ministrado em escolas secundárias unificadas pluricurriculares, genericamente denominadas «escolas secundárias polivalentes», as quais poderão adoptar designações tradicionais, de acordo com a natureza da maioria das disciplinas vocacionais que nelas sejam professadas.
- 4. O curso complementar é assegurado por escolas secundárias polivalentes ou por estabelecimentos de ensino de índole específica, nomeadamente orientados para a formação de profissionais.

5. O curso geral compreenderá um núcleo de disciplinas comuns que facultem aos alunos uma formação geral unificada e algumas disciplinas de opção que favoreçam uma iniciação vocacional, com vista aos estudos subsequentes ou à inserção na vida prática, directamente ou após adequada formação profissional.

6. O curso complementar será mais diferenciado que o curso geral, compreendendo algumas disciplinas obrigatórias e maior número de disciplinas de opção e visará em especial a conveniente preparação para os diversos cursos superiores ou a inserção na vida prática, directamente ou após adequada formação profissional.

7. As disciplinas de opção do curso geral e do curso complementar abrangerão domínios fundamentais do conhecimento e da actividade humana, embora cada escola possa ministrar apenas o ensino de algumas delas.

8. O ensino das disciplinas de opção pode incidir de modo particular em domínios determinados, admitindo-se que nalguns estabelecimentos especializados, além das disciplinas obrigatórias, só sejam professadas as disciplinas de opção que visem certas formações profissionais específicas para as quais eles se destinam, nomeadamente de carácter tecnológico, artístico ou pedagógico.

9. As disciplinas de opção incluirão, pelo menos, uma língua estrangeira e uma matéria de índole técnico-profissional.

BASE X

1. A rede escolar do ensino secundário deverá ser organizada de modo que, em regra, o conjunto dos estabelecimentos de cada circunscrição em que se divida o território para efeitos de administração escolar garanta a maior diversidade possível de ensinos, inclua as disciplinas necessárias ao prosseguimento de quaisquer cursos superiores e tenha em conta os interesses locais ou regionais.

2. Para alcançar os objectivos enunciados no número anterior e, ainda, para conseguir o melhor aproveitamento dos meios humanos e materiais disponíveis, poderá ser determinada a integração de escolas em unidades de dimensão ou de âmbito mais amplos ou promovida a associação de unidades de ensino público e particular, em regime a fixar, bem como a criação de serviços comuns a estabelecimentos existentes, públicos ou privados.

3. Quando for conveniente assegurar a continuidade da formação vocacional dos alunos, nomeadamente no âmbito artístico, poderão ser criados estabelecimentos que reúnam os ensinos básico e secundário, de modo a promover a formação de profissionais a esse nível ou a facilitar o ingresso nos cursos superiores correspondentes.

BASE XI

1. O curso complementar do ensino secundário dá acesso ao ensino superior mediante a aprovação em todas as disciplinas do currículo em que o aluno se tiver matriculado e a obtenção de classificações mínimas em grupos de disciplinas nucleares, constituídas de acordo com o curso superior a frequentar.

2. As Universidades e as restantes instituições de ensino superior serão associadas, segundo formas a estabelecer pelo Governo, ouvida a Junta Nacional da Educação, à organização dos programas de ensino e à fixação das normas de aproveitamento escolar do curso complementar do ensino secundário.

3. Podem ingressar no ensino superior os indivíduos maiores de vinte e cinco anos que, não dispondo das qualificações académicas normalmente necessárias, revelem um nível cultural adequado à frequência desse ensino.

4. Têm acesso directo a qualquer curso do ensino superior os indivíduos que possuam outro curso superior.

SUBSECÇÃO 3.^a

Formação profissional

BASE XII

1. A formação profissional visa habilitar para o exercício de uma profissão e será acompanhada de uma educação de ordem cultural e científica que favoreça o desenvolvimento da personalidade e a adaptação às exigências sociais e profissionais.

2. De acordo com a natureza e a duração dos cursos, poderão existir vários graus de formação profissional a que correspondam títulos apropriados.

3. A passagem de um grau de formação profissional a outro mais elevado, quando exista, far-se-á mediante cursos adequados, sendo exigida a frequência, com aproveitamento, de grupos de disciplinas incluídas noutras modalidades do sistema escolar.

4. Além dos cursos de formação profissional integrados no sistema escolar, serão organizados outros com finalidades idênticas, mediante a conjugação de esforços dos sectores público e privado, os quais obedecerão a normas e programas a estabelecer pelo Governo ou por ele homologados.

SUBSECÇÃO 4.^a

Ensino superior

BASE XIII

1. Ao curso complementar do ensino secundário ou equivalente segue-se o ensino superior.

2. O ensino superior tem como objectivos fundamentais:

- a) Desenvolver o espírito científico, crítico e criador e proporcionar uma preparação cultural, científica e técnica que permita a inserção na vida profissional;
- b) Continuar a formação integral dos indivíduos, pela promoção de estudos em domínios do conhecimento diferentes do correspondente ao curso escolhido, de modo a ampliar a sua cultura e a integrá-los melhor na sociedade;
- c) Suscitar um permanente desejo de aperfeiçoamento cultural e profissional e facultar a sua concretização mediante formas adequadas de educação permanente;
- d) Incentivar o gosto pela investigação nos diversos ramos do saber, visando o desenvolvimento da ciência e a criação e difusão da cultura;
- e) Estimular o interesse pelos assuntos nacionais e regionais e o estudo de problemas da comunidade;
- f) Contribuir para a compreensão mútua entre os povos.

3. O ensino superior é assegurado por Universidades, Institutos Politécnicos, Escolas Normais Superiores e outros estabelecimentos equiparados.

BASE XIV

Serão proporcionadas ao ensino superior, em especial ao universitário, condições que favoreçam e estimulem a dedicação integral e, sempre que possível, exclusiva à docência e à pesquisa científica, bem como o apoio às formas mais adequadas desta última nos diferentes tipos de estabelecimentos de ensino superior, nomeadamente por meio da instituição de centros de estudos e de regimes de associação e alternância entre as actividades docentes e as de investigação.

BASE XV

1. Os estabelecimentos universitários conferem os graus de bacharel, de licenciado e de doutor.
2. Os Institutos Politécnicos, as Escolas Normais Superiores e os estabelecimentos equiparados conferem o grau de bacharel.
3. Aos graus de bacharel e de licenciado, quando incluam determinados grupos de disciplinas, podem corresponder títulos profissionais.

BASE XVI

1. Os estudos destinados à obtenção do grau de bacharel nos Institutos Politécnicos, nas Escolas Normais Superiores e em estabelecimentos equiparados terão a duração normal de três anos e serão organizados de modo a proporcionarem as condições necessárias para o exercício de determinadas actividades profissionais.
2. O grau de bacharel corresponderá, nos estabelecimentos universitários, a um período normal de estudos de três anos dos cursos de licenciatura e será atribuído quando os conhecimentos assim obtidos possam habilitar para o exercício de actividades profissionais. Fora destes casos, a Universidade poderá conferir o grau de bacharel, quando razões especiais o aconselhem e desde que a organização e os planos de estudos respectivos não afectem os cursos de licenciatura.
3. Os estudos destinados à obtenção do grau de licenciado deverão proporcionar o aprofundamento das matérias, de modo a assegurarem uma sólida preparação científica e cultural, a par de uma formação técnica e profissional mais completa.
4. O grau de doutor é a mais alta qualificação académica e será conferido aos licenciados que se distingam pela elaboração de trabalhos científicos originais de elevado mérito e demonstrem superior conhecimento e capacidade de investigação nos ramos do saber em que pretendam doutorar-se, ainda que hajam obtido em curso diferente o grau de licenciado.

BASE XVII

1. Serão concedidas as devidas equiparações aos alunos que pretendam transferência dos estabelecimentos universitários para outros cursos superiores.
2. O grau de bacharel obtido nos Institutos Politécnicos, nos Institutos de Educação Artística, de Educação Física e Desportos e de Educação Especial, nas Escolas Normais Superiores e em estabelecimentos equiparados permite a continuação de estudos em cursos professados nas Universidades, para a obtenção do grau de licenciado, mediante a frequência, com aproveitamento, das disciplinas consideradas necessárias.
3. Aos alunos dos Institutos Politécnicos, das Escolas Normais Superiores ou de estabelecimentos congêneres poderá ser concedida equiparação do aproveitamento obtido nas disciplinas neles frequentadas para a prossecução de estudos nas Universidades.
4. A concessão das equiparações previstas nos n.os 1 e 3 e a fixação das disciplinas a que alude o n.º 2 competem ao Ministro da Educação Nacional, ouvidos os conselhos escolares e sob parecer da Junta Nacional da Educação.

BASE XVIII

1. Nos estabelecimentos universitários realizam-se estudos de pós-graduação para licenciados, que podem visar

predominantemente a especialização em determinados domínios do curso correspondente ou deles afins e a efectivação de trabalhos de investigação científica.

2. Os estudos referidos no número anterior podem ser exigidos como condição prévia do doutoramento e dispensar de todas as provas necessárias à obtenção do grau de doutor, excepto a defesa da dissertação, desde que o objecto do curso de pós-graduação corresponda à especialidade do doutoramento.

SECÇÃO 4.^a

Educação permanente

BASE XIX

1. A educação permanente tem por objectivo garantir, de forma organizada, a possibilidade de cada indivíduo aprender ao longo da vida, tornando-o apto a acompanhar, de acordo com as suas tendências, aptidões e interesses, a evolução do saber, da cultura e das condições da vida económica, profissional e social.

2. O Ministério da Educação Nacional, por si e em colaboração com outros departamentos ou organismos e com entidades privadas, assegurará através de instituições especialmente criadas para esse fim, ou pela utilização das estruturas do sistema escolar e pela adopção de horários mais adequados:

a) Modalidades de ensino para adultos equivalentes aos ensinos básico, secundário ou superior;

b) Actividades de promoção cultural ou profissional destinadas em especial aos adultos e, nomeadamente, cursos de extensão cultural e de formação, aperfeiçoamento, actualização e especialização profissional.

3. Serão devidamente considerados no planeamento das actividades de educação permanente a evolução da ciência e da cultura, o progresso técnico, económico e social e as necessidades nacionais e regionais.

CAPÍTULO III

Formação dos agentes educativos

BASE XX

1. A formação das educadoras de infância e dos professores do ensino primário é obtida, respectivamente, em escolas de educadoras de infância e escolas do magistério primário.

2. A formação dos professores para a educação de crianças deficientes e inadaptadas é obtida em Institutos Superiores de Educação Especial.

3. A formação do pessoal docente de Educação Física é assegurada pelas Escolas de Instrutores de Educação Física e Desportos e ainda por Institutos Superiores de Educação Física e Desportos.

4. Os professores do ensino preparatório obtêm a sua formação nas Escolas Normais Superiores.

5. A formação dos professores destinados ao curso geral do ensino secundário é obtida com o grau de bacharel nas Universidades, nos Institutos Politécnicos e noutros estabelecimentos equiparados, completado por cursos que confiram uma licenciatura científico-pedagógica.

6. A formação dos professores do curso complementar do ensino secundário compete, em princípio, às Universidades, mediante a concessão de uma licenciatura científica, e terá como complemento a frequência, com aproveitamento, de cursos ministrados nos seus institutos de ciências da educação.

7. Os professores destinados ao ensino das disciplinas de Ciências da Educação nas escolas de educadoras de infância, nas escolas do magistério primário, nas Escolas Normais Superiores ou em outros estabelecimentos de preparação de professores onde deva ser ministrado o ensino daquelas ciências, serão formados nos institutos de ciências da educação das Universidades.

BASE XXI

1. O curso das escolas de educadoras de infância e o das escolas do magistério primário têm a duração de três anos, habilitando o primeiro para a acção educativa nos jardins de infância e o segundo para o ensino nas escolas primárias.

2. Têm acesso às escolas de educadoras de infância e às escolas do magistério primário os diplomados com o curso geral do ensino secundário.

3. Os dois primeiros anos dos cursos das escolas de educadoras de infância e das escolas do magistério primário abrangerão disciplinas comuns ao curso complementar do ensino secundário e um núcleo de disciplinas de Ciências da Educação; o 3.º ano destinar-se-á a proporcionar aos alunos um contacto mais intenso com a realidade da sua futura vida profissional, envolvendo a realização de um estágio em jardins de infância ou em escolas primárias, consoante o caso.

BASE XXII

1. Os cursos das Escolas Normais Superiores têm a duração de três anos, incluindo o estágio.

2. Têm acesso às Escolas Normais Superiores os diplomados com o curso complementar do ensino secundário, os que tenham concluído os dois primeiros anos das escolas de educadoras de infância ou das escolas do magistério primário e os actuais diplomados com o curso do Magistério Primário.

3. As actuais educadoras de infância terão acesso às Escolas Normais Superiores mediante a prestação de provas sobre matérias a fixar em regulamento.

BASE XXIII

As Escolas de Instrutores de Educação Física e Desportos regem-se por normas próprias, em paralelo com o estabelecido na base XXI, habilitam para a docência nas escolas de ensino básico e secundário e servem os demais objectivos específicos daquelas escolas.

BASE XXIV

Os Institutos Superiores de Educação Artística, de Educação Física e Desportos e de Educação Especial regem-se por normas próprias, habilitam para a docência nas escolas de ensino básico e secundário e servem os demais objectivos específicos dos mesmos Institutos.

BASE XXV

1. Os cursos dos institutos de ciências da educação das Universidades têm a duração fixada na lei e proporcionam a formação complementar requerida para o exercício de funções docentes no ensino secundário, incluindo um estágio.

2. Os institutos de ciências da educação poderão organizar cursos especiais destinados à formação ou actualização pedagógica dos docentes do ensino superior.

BASE XXVI

1. A formação permanente dos agentes educativos constitui obrigação do Estado, sendo a frequência dos respectivos cursos considerada serviço docente.

2. A formação prevista no número anterior deverá ser suficientemente diversificada, de modo a assegurar a actualização dos conhecimentos e o aperfeiçoamento da preparação pedagógica e a favorecer a promoção e mobilidade profissionais.

3. A formação permanente dos agentes educativos é proporcionada nos estabelecimentos referidos na base XX, nos próprios estabelecimentos onde desempenham a sua actividade profissional e ainda mediante outras modalidades adequadas.

CAPÍTULO IV

Orientação escolar

BASE XXVII

O Ministério da Educação Nacional assegurará, por meio de serviços especializados, em cooperação com a família, professores e ainda outras entidades, a orientação escolar em todos os níveis do sistema educativo, especialmente nos ensinos preparatório e secundário.

CAPÍTULO V

Disposições finais

BASE XXVIII

O ensino particular reger-se-á pelo presente diploma em tudo o que lhe for aplicável e por estatuto ou estatutos especiais aprovados por lei.

BASE XXIX

1. Leis especiais definirão as normas relativas às diversas modalidades do sistema escolar e à estrutura e funcionamento dos respectivos estabelecimentos de ensino.

2. Serão objecto de regulamento os planos de estudo e os programas e os métodos de ensino e de aproveitamento escolar dos vários níveis educativos.

3. Nos regulamentos a publicar para a execução da presente lei serão definidos os regimes e fases de transição do sistema e orgânica vigentes para os previstos neste diploma e nos referidos nos números anteriores.

Carlos Monteiro do Amaral Neto.

Promulgada em 14 de Julho de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Marcello Caetano.

Decreto-Lei n.º 174/77
de 2 de maio

2. A unidade, a funcionar nas instalações do antigo Regimento de Administração Militar, criará estruturas de apoio à custa de efectivos do quadro orgânico da Escola Prática de Polícia.

Art. 2.º O lugar de comandante do Centro de Instrução de Alistados de Torres Novas será desempenhado por um tenente-coronel ou major do Exército, de qualquer arma, com a competência disciplinar igual à de comandante de divisão da Polícia de Segurança Pública.

Art. 3.º Em execução do presente diploma, o quadro da Polícia de Segurança Pública é aumentado do seguinte pessoal:

1 tenente-coronel ou major.

Art. 4.º Todas as situações e assuntos não especificados no presente diploma reger-se-ão pelas normas do antecedente, já definidas para a Escola Prática de Polícia.

Art. 5.º Os encargos resultantes da execução deste diploma são suportados, no corrente ano económico, pelas sobras que se verifiquem nas dotações orçamentais.

Art. 6.º O presente diploma produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1977.

Mário Soares — Henrique Teixeira Queirós de Barros — Joaquim Jorge de Pinho Campinos — Manuel da Costa Brás.

Promulgado em 18 de Abril de 1977.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PISCAS

Portaria n.º 230/77

de 2 de Maio

O prédio rústico denominado «Amoreirinha e Hospitais», situado na freguesia de Nossa Senhora da Vila, concelho de Montemor-o-Novo, matriz cadastral 1-DD, com a área de 416,5000 ha (85 333,5 pontos), foi indevidamente expropriado pela Portaria n.º 492/76, de 6 de Agosto, em nome de Domingos José Comenda.

Com efeito, trata-se de dois prédios distintos — um denominado «Amoreirinha», matriz cadastral 3-DD, e outro denominado «Hospitais», matriz cadastral 2-DD — pertencentes a proprietários distintos, que não são passíveis de aplicação das medidas previstas no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 406-A/75, de 29 de Julho.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Agricultura e Pescas, derrogar a Portaria n.º 492/76, de 6 de Agosto, relativamente à expropriação do prédio rústico denominado «Amoreirinha e Hospitais», situado na freguesia de Nossa Senhora da Vila, concelho de Montemor-o-Novo, matriz cadastral 1-DD, com a área de 416,5000 ha (85 333,5 pontos).

Ministério da Agricultura e Pescas, 6 de Abril de 1977. — O Ministro da Agricultura e Pescas, *António Miguel Morais Barreto*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO INTERNO

Portaria n.º 231/77

de 2 de Maio

Condições de natureza climática afectaram o ciclo habitual de produção de batata de consumo da nova campanha, provocando um atraso na sua época normal de plantação e condicionando a sua área de cultura.

Dada a forma como se tem processado ultimamente o abastecimento de batata de consumo, devido a começar agora a ter especial significado a nova produção e enquanto esta não atingir quantitativos significativos, afigura-se recomendável não fixar para já novo preço máximo de venda ao público nem estabelecer o preço de garantia à produção.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Comércio Interno, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 75-Q/77, de 28 de Fevereiro, o seguinte:

1.º O prazo de vigência da Portaria n.º 45/77, de 28 de Janeiro, estabelecido no n.º 7 do mesmo diploma, é prorrogado até 31 de Maio de 1977.

2.º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Secretaria de Estado do Comércio Interno, 27 de Abril de 1977. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *António Escaja Gonçalves*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Decreto-Lei n.º 174/77

de 2 de Maio

Considerando a necessidade de definir o regime escolar dos alunos portadores de deficiências quando integrados no sistema educativo público:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição da República, o seguinte:

Artigo 1.º Os alunos portadores de deficiência física ou psíquica que frequentem os ensinos preparatório e secundário passam a estar sujeitos a regime especial no que respeita a matrículas, dispensa e tipo de frequência e avaliação de conhecimentos.

Art. 2.º — 1. Poderão efectuar a sua matrícula, desde que se encontrem nas condições gerais definidas por lei, os candidatos que, sendo portadores de deficiência de ordem física ou psíquica devidamente comprovada, a qual directa ou indirectamente tenha provocado um atraso na sua escolaridade, se apresentem com idade superior à legal.

2. O excesso de idade previsto no número anterior não poderá ultrapassar três anos.

Art. 3.º — 1. Sempre que um aluno deficiente se inscreva, pela primeira vez, no ensino regular, o registo de matrícula deverá mencionar a deficiência que possui, devendo esta ser comprovada pela apresentação de parecer de um médico especialista.

2. Em face da informação a que se refere o número anterior, o estabelecimento de ensino solicitará a intervenção de um serviço de apoio especializado do Ministério da Educação e Investigação Científica.

3. Decorrido o período de acompanhamento e observação considerado necessário pelo serviço de apoio especializado, este elaborará um relatório circunstanciado que irá instruir o processo a apresentar ao serviço competente do MEIC, a fim de que o aluno deficiente possa usufruir das condições especiais de frequência, regime de disciplina, formas de avaliação e simplificação curricular.

Art. 4.º — 1. Os alunos cuja deficiência implique incapacidade para executar, parcial ou totalmente, as tarefas de uma ou várias disciplinas poderão, em parte ou no todo, ser dispensados da frequência de uma ou várias disciplinas, por despacho do respectivo director-geral.

2. Para efeitos de avaliação de conhecimentos, relativa aos alunos cuja situação seja a de dispensa do cumprimento de parte das rubricas de um programa ou programas, os professores tomarão em conta as possibilidades dos alunos deficientes e o processo evolutivo neles verificado.

3. Não implica dispensa de provas de avaliação ou exame final a dispensa parcial da frequência prevista no n.º 1 deste artigo.

Art. 5.º — 1. Sempre que a natureza ou características da deficiência não afectem o nível intelectual do aluno, mas impliquem grande fadiga, lentidão na realização de tarefas, dispersão de atenção ou outras consequências limitativas, poderão os alunos frequentar os cursos dos vários graus de ensino, em regime de disciplinas.

2. As condições de frequência previstas no número anterior serão fixadas caso a caso por despacho ministerial sob parecer do estabelecimento de ensino que o aluno frequentar.

Art. 6.º As dúvidas resultantes da aplicação deste diploma serão resolvidas por despacho do Ministro da Educação e Investigação Científica.

Mário Soares — Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

Promulgado em 20 de Abril de 1977.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, URBANISMO E CONSTRUÇÃO

8.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54/72, de 15 de Fevereiro, se publica que foram autorizadas as seguintes transferências de verbas, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do mesmo diploma, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 520/76, de 5 de Julho, e ainda de conformidade com o n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 11/76, de 31 de Dezembro:

Códigos					Rubricas	Reforços e inscrições	Anulações	Referência à autorização ministerial
Capitulo	Divisão	Funcional	Económico	Alinea				
02	01	10.10 10.10	01.02 01.42	B	Pessoal dos quadros aprovados por lei	—\$—	444 000\$00	(a)
					Remunerações a pessoal diverso — Outro pessoal	—\$—	38 000\$00	(a)
		10.10	01.20		Pessoal em qualquer outra situação	482 000\$00	—\$—	(a)
05	03	60.20	02.00		Gratificações	36 000\$00	—\$—	(b)
		60.20	31.00		Aquisição de serviços — Não especificados ...	—\$—	36 000\$00	(b)
07	01	80.33	01.02		Pessoal dos quadros aprovados por lei	—\$—	1 000 000\$00	(c)
		80.33	01.42	A	Pessoal tarefeiro	1 000 000\$00	—\$—	(c)
08	01	60.10	01.02		Pessoal dos quadros aprovados por lei	—\$—	784 600\$00	(d)
		60.10	01.42	A	Pessoal tarefeiro	784 600\$00	—\$—	(d)
						2 302 600\$00	2 302 600\$00	

(a) Despacho de 25 de Janeiro de 1977 e acordo prévio de 1 de Março de 1977.

(b) Despacho de 23 de Março de 1977.

(c) Despacho de 15 de Fevereiro de 1977 e acordo prévio de 23 de Março de 1977.

(d) Despacho de 19 de Janeiro de 1977 e acordo prévio de 1 de Março de 1977.

8.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 14 de Abril de 1977. — O Director, *Dámaso Salazar dos Santos*.

Decreto-Lei n.º 84/78
de 2 de maio

valente à licenciatura num curso superior português para o efeito de provimento em cargos públicos.

Mário Firmino Miguel — Vitor Augusto Nunes de Sá Machado.

Promulgado em 14 de Abril de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA E DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Decreto n.º 44/78

de 2 de Maio

Considerando que o aproveitamento hidroeléctrico de Sela, no rio Minho, vai ser realizado em regime de associação luso-espanhola, com base num convénio a celebrar entre a Electricidade de Portugal — Empresa Pública, EDP, e Fuerzas Eléctricas del Noroeste, S. A. — Fenosa;

Considerando que, neste caso especial, importa harmonizar as disposições dos diplomas que, nos dois países, autorizam e regulam o estabelecimento e exploração do referido centro produtor de energia;

Considerando que, do lado espanhol, de harmonia com a prática normalmente seguida, se fixa para a concessão do referido aproveitamento um prazo mínimo de setenta e cinco anos e considerando ainda que a circunstância de se estabelecer, no n.º 3 do artigo 2.º do diploma que criou a EDP, Decreto-Lei n.º 502/76, de 30 de Junho, que o serviço público que lhe foi cometido será explorado por tempo indeterminado não constitui impedimento de, num caso especial e perfeitamente justificado, se proceder a uma relativa delimitação temporal da correspondente concessão outorgada à EDP:

O Governo decreta, nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. O artigo 7.º do caderno de encargos da concessão do aproveitamento hidroeléctrico do troço internacional do rio Minho (escalão de Sela), que faz parte integrante do Decreto n.º 172/77, de 20 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 7.º

Prazo da concessão

A presente concessão é outorgada por prazo indeterminado, mas não inferior a setenta e cinco anos.

Mário Soares — Vitor Augusto Nunes de Sá Machado — Carlos Montês Melancia — António Francisco Barroso de Sousa Gomes.

Promulgado em 14 de Abril de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PISCAS

Portaria n.º 248/78

de 2 de Maio

O artigo 53.º da Lei n.º 76/77, de 29 de Setembro, revogou o Decreto-Lei n.º 201/75, de 15 de Abril, bem como «toda a legislação existente sobre arrendamento rural».

A luz desse preceito, suscitaram-se dúvidas sobre se continuava em vigor a tabela de valores máximos das rendas a praticar no ano de 1977, aprovada pela Portaria n.º 363/77, de 18 de Junho.

Certo é, porém, que o n.º 1 do artigo 10.º da referida lei atribui competência ao Ministro da Agricultura e Pescas para estabelecer tabelas de rendas máximas nacionais. E tal competência não foi expressamente utilizada depois da publicação da mesma lei por se entender que subsistiam os máximos constantes da aludida portaria.

A inexistência de uma tabela de rendas rurais máximas constituiria, no circunstancialismo presente, factor de perturbação da organização agrícola, inviabilizando os esforços de uma sã política agrária no sentido da promoção dos interesses dos produtores e da sua protecção contra iniciativas especulativas dos proprietários da terra. Introduziria ainda a injustiça relativa entre as várias situações, conforme as épocas em que terminasse a vigência dos diversos contratos de arrendamento.

Assim:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Agricultura e Pescas, o seguinte:

1 — Os limites máximos das rendas constantes da Portaria n.º 363/77, de 18 de Junho, são aplicáveis aos arrendamentos rurais iniciados, continuados, prorrogados ou reservados em 1977 e em 1978.

2 — São nulas e de nenhum efeito as cláusulas contratuais que contrariem os limites máximos referidos no número anterior.

Ministério da Agricultura e Pescas, 11 de Abril de 1978. — O Ministro da Agricultura e Pescas, **Luís Silvério Gonçalves Saías.**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETARIA DE ESTADO DA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

Decreto-Lei n.º 84/78

de 2 de Maio

O Decreto-Lei n.º 174/77, de 2 de Maio, definiu o regime escolar dos alunos portadores de deficiências quando integrados no sistema educativo público, restringindo, porém, o respectivo âmbito aos ensinos preparatório e secundário.

Verificando-se, porém, a necessidade de estender o mesmo tipo de dispositivos então fixados ao ensino primário;

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição da República, o seguinte:

Artigo 1.º São aplicáveis ao ensino primário os princípios definidos no Decreto-Lei n.º 174/77, de 2

de Maio, mediante as adaptações que se tornarem necessárias em face das condições específicas deste ramo de ensino.

Art. 2.º O Ministro da Educação e Cultura determinará, por portaria, as adaptações previstas no artigo precedente.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Mário Firmino Miguel — Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.*

Promulgado em 14 de Abril de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Correios e Telecomunicações de Portugal

Portaria n.º 249/78

de 2 de Maio

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, que, ao abrigo das disposições do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 42417, de 27 de Julho de 1959, seja lançada em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão de selos com tarja fosforescente (1\$, 2\$, 2\$50, 5\$, 9\$ e 12\$50) alusiva à «Segurança Rodoviária», com as dimensões de 40 mm×27,4 mm, denteado 12×11³/₄, nas taxas, motivos e quantidades seguintes:

1\$ — Atravesse sempre nas passadeiras	10 000 000
2\$ — O capacete é a sua única protecção	5 000 000
2\$50 — Crianças sempre no banco de trás	5 000 000
5\$ — Use sempre o cinto de segurança	3 000 000
9\$ — Ver bem para bem conduzir ...	1 000 000
12\$50 — Conduzir ou beber, há que escolher	1 000 000

Ministério dos Transportes e Comunicações, 18 de Abril de 1978. — O Ministro dos Transportes e Comunicações, *Manuel Branco Ferreira Lima.*

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

SECRETARIA DE ESTADO DO ORDENAMENTO FÍSICO E AMBIENTE

Decreto n.º 45/78

de 2 de Maio

A zona lagunar do Sotavento algarvio apresenta um alto significado ecológico e grande valor científico, económico e social, que se repercute na sua área

envolvente. Nela se destaca, pela importância e nível de degradação, a ria Formosa, ou seja a formação lagunar que se estende de Tavira a Faro.

Os territórios limítrofes, quando de vocação agrícola e beneficiando de água de rega, fornecem elevadas produções, que constituem, além de tudo, um apoio inestimável ao turismo, actividade ainda em crescimento na província algarvia, embora já represente, neste momento, um poderoso alicerce não só da economia regional, mas também da própria economia nacional.

Impõe-se, portanto, uma política que defenda os solos de utilização que se afaste da sua vocação agrícola. Na verdade, são grandes as pressões da urbanização, da indústria e do turismo, que têm vindo a acentuar a degradação de todo o litoral algarvio, pondo em risco a sua integridade e equilíbrio ecológico, ao ponto de comprometer a utilização correcta e, portanto, de perigar a função social que, potencialmente, está implícita em todas as zonas costeiras, em especial com as características do Algarve.

Há, portanto, a necessidade urgente de uma intervenção na ria de Faro, harmonizando as diferentes intervenções na área, o que impõe um estudo interdisciplinar, sistémico e o respectivo ordenamento.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É criada, ao abrigo do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho, a Reserva Natural da Ria Formosa.

Art. 2.º A área da Reserva Natural da Ria Formosa é definida pelos seguintes limites, constantes do mapa publicado em anexo:

Uma linha sudoeste-nordeste com início na praia de Ancão, passando pelo posto da Guarda Fiscal de Ancão, Farrobas e contornando as várzeas de Vale Fontes e Vale da Planta. Pela estrada municipal n.º 527 projectada até ao cruzamento com o caminho municipal n.º 1302. Pelo caminho municipal n.º 1302, para norte, cruzando a ribeira de S. Lourenço e continuando depois pelo caminho carreteiro existente a sul, circundando a várzea, até ao cruzamento da estrada municipal n.º 527. Pela estrada municipal n.º 527, para sueste, até ao cruzamento da estrada municipal n.º 527-1. Pela estrada municipal n.º 527-1, para sudoeste, até Carga Palha, seguindo pela vedação da parte sul do Aeroporto de Faro no sentido poente-nascente. Pelo terminal nascente do Aeroporto na direcção sul-norte e a seguir pelo caminho carreteiro para norte, que circunda o Parchal dos Azeites, até ao cruzamento da estrada municipal n.º 527. Pela estrada municipal n.º 527 até à passagem de nível do caminho de ferro. Segue a linha do caminho de ferro, passando por Faro, até Olhão. À entrada da vila de Olhão, e a nascente das salinas de Fincão, o limite flexa para sul e contorna a zona húmida a sul da vila. Deixando a zona urbana, passa junto às salinas do Coquenão e posto da Guarda Fiscal de Marim, cruzando com a linha do caminho de ferro. Segue a linha do caminho de ferro,

Decreto-Lei n.º 538/79
de 31 de dezembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 538/79

de 31 de Dezembro

Considerando a necessidade de assegurar um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas;

Considerando igualmente a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento da escolaridade;

Considerando ainda que a incapacidade para concluir a escolaridade obrigatória e as limitações no campo escolar não correspondem necessariamente a manifesta incapacidade para o exercício de determinadas actividades e a ausência de aptidões profissionais, pelo que não poderão os deficientes em tais circunstâncias ser privados do dever e do direito ao trabalho;

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito.

2 — O ensino básico abrange os seis primeiros anos de escolaridade.

Art. 2.º — 1 — É garantida, para todas as crianças residentes em território português, a escolarização correspondente ao ensino básico, ainda que por utilização de recursos múltiplos.

2 — O Estado assegurará o cumprimento da escolaridade obrigatória às crianças que careçam de ensino especial, para o que promoverá uma cuidada despiagem dessas crianças, expandirá o ensino básico especial e o apoio às respectivas escolas e intensificará a formação dos correspondentes docentes e pessoal técnico.

3 — A iniciativa do Estado no domínio da escolaridade obrigatória, relativamente às crianças residentes em território português, concretizar-se-á pela acção conjunta dos órgãos da Administração Central, das Regiões Autónomas e da Administração Regional e Local, com respeito pelo princípio da descentralização administrativa.

Art. 3.º O Estado promoverá gradualmente, relativamente às crianças portuguesas residentes no estrangeiro, a difusão de cursos de língua e cultura portuguesa de nível básico, o apoio de escolas portuguesas e a organização do ensino básico por meios de ensino a distância, nomeadamente ensino por correspondência apoiado por meios áudio-visuais.

Art. 4.º — 1 — A frequência do ensino básico é obrigatória para todos os menores em idade escolar.

2 — A idade escolar é fixada entre os 6 anos completos e os 14 anos.

3 — Ficam sujeitos à obrigatoriedade de matrícula em cada ano escolar os menores que completarem 6 anos até 30 de Setembro do ano civil em que o ano escolar tiver início.

4 — A idade escolar considera-se terminada com a obtenção do diploma da escolaridade obrigatória

ou, não o tendo obtido, no termo do ano escolar em que os menores atinjam a idade determinada como limite superior da escolaridade obrigatória.

Art. 5.º — 1 — O âmbito da escolaridade obrigatória poderá em qualquer momento ser ampliado, por decisão do Governo, logo que estejam reunidas as condições financeiras e estruturais para uma efectiva cobertura total do território português e as condições sócio-económicas para um efectivo cumprimento dessa escolaridade, ou por decisão da Assembleia da República, nomeadamente mediante nova Lei de Bases da Educação.

2 — O alargamento do âmbito da escolaridade obrigatória provocará o alargamento da idade escolar, o que deverá ser determinado por decreto-lei.

Art. 6.º — 1 — A matrícula e a frequência até final da escolaridade obrigatória poderão ser dispensadas quando se verificar incapacidade comprovada.

2 — Para o efeito referido no número anterior, os encarregados de educação apresentarão na escola respectiva um pedido de dispensa da frequência escolar, o qual, através dos delegados de zona escolar, será encaminhado para os Centros de Medicina Pedagógica de Lisboa, Porto e Coimbra e, nas restantes zonas, para as unidades de apoio médico da Direcção-Geral de Apoio Médico ou, onde estas ainda não estiverem implantadas, para os centros de saúde do Ministério dos Assuntos Sociais.

3 — Caberá aos serviços enunciados no número anterior promover a observação dos alunos para fins de dispensa da frequência escolar obrigatória total e emitir o correspondente parecer.

4 — O reconhecimento da impossibilidade de frequência total do ensino obrigatório e a dispensa das habilitações a que se refere o n.º 1 deste artigo serão obtidos, caso a caso, por despacho do Ministro que superintender no sector em que se integra o estabelecimento de ensino.

Art. 7.º — 1 — O ensino básico para os menores referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º é ministrado em escolas públicas e em escolas particulares ou cooperativas, incluindo os postos de recepção do ensino preparatório TV, e em regime de ensino individual ou de ensino doméstico.

2 — O ensino básico é gratuito nas escolas públicas e nas escolas particulares ou cooperativas com as quais o Estado mantenha contratos com esse objectivo.

Art. 8.º — 1 — A gratuidade do ensino básico envolve:

- a) Isenção do pagamento de propinas, de inscrição, de matrícula, de frequência e de exames;
- b) Transportes gratuitos em áreas suburbanas, sempre que os alunos residam a mais de 3 km ou 4 km da escola, respectivamente nos casos de escolas sem cantina ou com cantina;
- c) Suplemento alimentar fornecido aos alunos do ensino primário e do ensino preparatório TV;
- d) Alimentação e alojamento, quando necessários, fornecidos em condições fortemente bonificadas;

- e) Auxílios económicos directos, no caso de crianças cujas dificuldades económicas do agregado familiar constituam obstáculos à frequência escolar;
- f) Isenção do imposto do selo e de emolumentos nos documentos que lhes digam respeito, à excepção do previsto no n.º 2 do artigo 11.º do presente diploma.

2 — O Estado, à medida que as disponibilidades orçamentais do Ministério da Educação o forem permitindo, procurará ampliar os auxílios económicos directos e procurará ainda assegurar a extensão da gratuidade total de ensino às seguintes áreas: material escolar, alimentação e alojamento.

Art. 9.º — 1 — Salvo disposição em contrário, a matrícula deve efectuar-se no estabelecimento escolar ou na delegação de zona escolar da área pedagógica da residência do aluno.

2 — Constitui dever dos encarregados de educação proceder à matrícula e garantir a regularidade da frequência dos menores a seu cargo sujeitos à escolaridade obrigatória.

3 — Para efeitos do presente diploma, consideram-se encarregados de educação os que tiverem menores à sua guarda por detenção do poder paternal, por decisão judicial ou por mera autoridade de facto.

Art. 10.º — 1 — Aos alunos que concluírem com aproveitamento a escolaridade obrigatória de seis anos será atribuído gratuitamente, mediante requerimento isento do imposto do selo, o respectivo diploma.

2 — Os alunos que concluírem com aproveitamento os cursos supletivos do ensino preparatório terão igualmente direito ao diploma de escolaridade obrigatória.

3 — O diploma será passado em modelo de fundo reticulado, fixado pela Direcção-Geral do Ensino Básico e editado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

4 — A habilitação a que este artigo se refere é condição indispensável para a sequência de estudos.

Art. 11.º — 1 — Não será passado qualquer diploma correspondente a parte da escolaridade obrigatória de seis anos.

2 — Em relação a qualquer fase ou ano de escolaridade pode ser passada certidão de habilitações aos alunos que mediante requerimento a solicitem.

3 — Aos alunos que tenham frequentado o ensino básico com regularidade, durante a idade escolar, sem conseguirem concluí-lo com aproveitamento, será passado certificado comprovativo dessa frequência, com indicação do nível de escolaridade atingido.

4 — Aos alunos dispensados da frequência total do ensino obrigatório, nos termos do artigo 6.º deste diploma, será passado, pela Direcção-Geral do Ensino Básico, certificado comprovativo do aproveitamento escolar obtido, do qual constará a indicação da incapacidade que fundamentou a dispensa.

5 — Sempre que os alunos dispensados nos termos do artigo 6.º deste diploma frequentem estabelecimento público de educação não integrado no Ministério da Educação, competirá àquele estabelecimento passar os certificados referidos no número anterior.

Art. 12.º — 1 — Aos indivíduos nascidos a partir de 1 de Janeiro de 1967 é já exigida a posse do di-

ploma a que se refere o artigo 10.º do presente decreto-lei, para efeitos de:

- a) Desempenho de quaisquer actividades em organismos públicos centrais, regionais ou locais, sem prejuízo das habilitações legais superiores exigidas por lei;
- b) Emprego em actividades nacionalizadas ou privadas;
- c) Entrada em competições oficiais desportivas;
- d) Exercício de funções directivas em associações ou clubes desportivos, recreativos ou culturais;
- e) Obtenção de carta de condução.

2 — Ao disposto no número anterior exceptuam-se, com o condicionalismo expresso no número seguinte, os indivíduos que se encontrem nas condições dos n.ºs 3 e 4 do artigo 11.º do presente diploma, para os quais o diploma de habilitações é substituído pelos certificados aí referidos.

3 — Para os efeitos referidos na alínea e) do n.º 1, aos mesmos indivíduos será, entretanto, exigida a prestação de provas adequadas comprovativas de habilitações suficientes.

4 — A nenhum indivíduo que se encontre nas condições referidas no n.º 3 do artigo 11.º ou que seja portador de deficiência física, sensorial ou motora poderá ser negado o direito ao trabalho, independentemente do grau de escolaridade atingido, desde que tenha a idade mínima de 14 anos e que, no segundo caso, possua condições devidamente comprovadas para o exercício de uma determinada profissão ou actividade.

5 — A confirmação a que se refere o número anterior será documentada por certificado da alegada insuficiência e da aptidão profissional de que o aluno é possuidor.

6 — No exercício de uma actividade, e uma vez satisfeitas as condições previstas no número anterior, o deficiente será abrangido pelos mesmos direitos comuns aos restantes trabalhadores, consignados na lei ou nas convenções gerais de trabalho ou estabelecidos pela entidade patronal, designadamente o de promoção, desde que a exigência de habilitação escolar seja a da escolaridade obrigatória e que o grau de responsabilidade das novas funções não implique condições específicas que o deficiente não satisfaça.

Art. 13.º — 1 — Aos indivíduos nascidos anteriormente à data fixada no n.º 1 do artigo 12.º é apenas exigida, para todos os efeitos ali determinados, a posse do antigo diploma de habilitação da 4.ª classe do ensino primário.

2 — Mediante uma autorização da Direcção-Geral da Educação Permanente, são dispensados da apresentação do diploma da 4.ª classe os indivíduos maiores de 14 anos à data da publicação do presente diploma, desde que se encontrem numa das situações abaixo indicadas devidamente justificados pela idade, saúde ou condições de vida:

- 1.º Comprovarem possuir o exame da 3.ª classe das classes de ensino especial ou serem recuperados no Instituto Adolfo Coelho e

noutras instituições similares e destinarem-se a profissões especiais e em casos bem definidos;

2.º Já se encontrarem na situação de funcionários ou de assalariados dos quadros ou além dos quadros para efeitos de manutenção dos lugares que ocupam ou de promoção nos mesmos quadros;

3.º Mediante exame feito nos dispensários do Instituto da Assistência Psiquiátrica ou no Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, comprovarem não possuir desenvolvimento mental suficiente para adquirirem as habilitações normalmente exigidas e destinarem-se a profissões especiais e em casos bem definidos.

Art. 14.º — 1 — No prosseguimento do objectivo do presente decreto-lei, as autarquias locais procederão anualmente, com a colaboração das estruturas próprias do Ministério da Educação e demais serviços e órgãos interessados, ao recenseamento das crianças em idade escolar que se não encontrem matriculadas nos ensinos público, particular ou cooperativo.

2 — O Governo regulamentará por diploma, no prazo de noventa dias, a forma de *contrôle* do cumprimento da escolaridade obrigatória por todos os menores em idade escolar não abrangidos na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º

Art. 15.º — 1 — É dever de todos os cidadãos, e mais especificamente dos educadores de infância, dos professores e de todas as autoridades, actuar junto dos encarregados de educação que não dêem cumprimento às disposições relativas à escolaridade obrigatória, esclarecendo-os sobre os seus deveres e sensibilizando-os para o valor pessoal e social do cumprimento da escolaridade.

2 — O cumprimento das obrigações que, nos termos do presente diploma, incumbem aos encarregados de educação constitui condição indispensável para a atribuição e processamento do abono de família.

3 — Para efeitos do disposto neste artigo:

a) Os encarregados de educação entregarão anualmente, na entidade ou serviço processador do abono de família, certificado comprovativo da matrícula dos menores sujeitos à escolaridade obrigatória ou da dispensa de frequência, no prazo do estabelecido em regulamento;

b) As direcções de distrito escolar ou direcções escolares, os órgãos de gestão das escolas de ensino preparatório e os responsáveis pelos estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo enviarão mensalmente às entidades ou serviços processadores de abono de família nota dos beneficiários cujos educandos tenham faltado, no mês anterior, mais de três dias, sem motivo devidamente justificado nos termos da legislação vigente.

Art. 16.º — 1 — As infracções ao disposto no artigo 12.º do presente diploma implicam para as entida-

des ou serviços contratadores ou infractores as seguintes consequências:

a) **Instauração de procedimento disciplinar, quando se trate de serviços do Estado ou das autarquias locais;**

b) **Pagamento de multa a fixar entre 50 000\$ e 200 000\$, em todos os outros casos.**

2 — Os actos praticados em contravenção ao disposto no presente diploma consideram-se juridicamente inexistentes.

3 — Nos casos de reincidência, a pena de multa a aplicar não poderá ser inferior a metade do máximo previsto na alínea b) do n.º 1.

Art. 17.º — 1 — A prestação de falsas declarações em matéria de escolaridade obrigatória integra o crime previsto e punido no artigo 242.º do Código Penal.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, as entidades escolares competentes farão a respectiva comunicação ao tribunal da comarca.

Art. 18.º Os indivíduos ou entidades privadas que admitam, durante as horas lectivas, em salas de espectáculos ou outros lugares de divertimento, menores sujeitos ao cumprimento da frequência escolar obrigatória ou os empreguem durante essas horas incorrem na multa prevista na alínea b) do artigo 16.º do presente diploma, a qual nunca será inferior a 100 000\$.

Art. 19.º A posse dos diplomas previstos nos artigos 10.º ou 13.º, consoante a idade, ou de qualquer dos certificados previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 11.º do presente decreto-lei, constitui condição indispensável para a passagem de autorização para emigração.

Art. 20.º — 1 — São revogados:

a) Os artigos 1.º a 4.º, 10.º e 12.º a 16.º do Decreto-Lei n.º 38 968, de 27 de Outubro de 1952;

b) Os artigos 1.º, 2.º e 19.º a 26.º do Decreto-Lei n.º 40 964, de 31 de Dezembro de 1956;

c) O Decreto-Lei n.º 42 443, de 10 de Agosto de 1959;

d) O Decreto-Lei n.º 42 994, de 28 de Maio de 1960;

e) O artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de Julho de 1964;

f) O Decreto-Lei n.º 4/78, de 11 de Janeiro.

2 — Mantém-se em vigor a matéria regulamentar constante do Decreto n.º 38 969, de 27 de Outubro de 1952, e legislação complementar, em tudo o que for compatível com o presente diploma e enquanto não for publicado novo regulamento.

Art. 21.º O presente decreto-lei entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de Dezembro de 1979. — *Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo* — *António Luciano Pacheco de Sousa Franco* — *Luís Eugénio Caldas Veiga da Cunha*.

Promulgado em 31 de Dezembro de 1979.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Lei n.º 66/79
de 4 de outubro

ARTIGO 5.º

Compete ao Conselho para a Liberdade do Ensino:

- a) Pronunciar-se, mediante queixas dos cidadãos ou por iniciativa própria, sobre as infracções contra a liberdade do ensino, designadamente as violações das garantias enunciadas no artigo 2.º;
- b) Fazer recomendações às entidades competentes para que sejam respeitadas a liberdade do ensino e as respectivas garantias.

ARTIGO 6.º

1 — As deliberações e recomendações do Conselho são remetidas para a Assembleia da República, para o Governo e, através do Ministério da Educação e Investigação Científica, para as entidades interessadas.

2 — Trimestral e anualmente o Conselho elabora relatórios da sua actividade, que são remetidos à Assembleia da República, para sua apreciação, e ao Governo, para seu conhecimento.

ARTIGO 7.º

1 — O Conselho e os seus membros têm direito, para o exercício das suas funções, a requerer ao Governo as informações de que careçam.

2 — O Conselho pode solicitar a presença e admitir a participação nas suas reuniões de funcionários, professores, pais de alunos e alunos, ou de outros cidadãos cujo depoimento possa interessar aos seus trabalhos.

ARTIGO 8.º

1 — Os membros do Conselho tomam posse perante o Presidente da Assembleia de República, que promoverá as diligências indispensáveis à sua entrada em exercício no prazo máximo de sessenta dias, a contar da data da publicação da presente lei.

2 — Marcado o acto de posse com uma antecedência mínima de trinta dias, a falta ou recusa de indicação de representantes por parte de qualquer partido não impedirá o normal funcionamento do Conselho com os membros que tiverem sido empossados, desde que se verifique a presença da maioria destes.

ARTIGO 9.º

1 — Compete ao Conselho elaborar o respectivo regimento, que é homologado pelo Presidente da Assembleia da República no prazo máximo de trinta dias, a contar da data do parecer favorável da comissão parlamentar competente.

2 — O regimento será publicado no *Diário da Assembleia da República*.

ARTIGO 10.º

O presidente e o secretário do Conselho são eleitos pelos respectivos membros, na primeira reunião anual.

ARTIGO 11.º

Compete ao presidente convocar as reuniões do Conselho, por sua iniciativa ou a requerimento dos representantes de qualquer partido político nele representado.

ARTIGO 12.º

1 — Por cada reunião a que assistirem, os membros do Conselho têm direito a ajudas de custo e a uma senha de presença de montante igual às atribuídas aos Deputados quando assistem às reuniões das comissões parlamentares, até ao limite de quatro reuniões por mês.

2 — Os membros do Conselho têm igualmente direito ao reembolso das despesas de transporte nos mesmos termos que os Deputados.

ARTIGO 13.º

Os encargos previstos nesta lei com o funcionamento do Conselho são cobertos pela dotação orçamental atribuída à Assembleia da República, à qual o Conselho poderá requisitar as instalações e o pessoal técnico e administrativo de que necessite para o desempenho das suas funções.

Aprovada em 26 de Julho de 1979.

O Presidente da Assembleia da República, *Teófilo Carvalho dos Santos*.

Promulgado em 3 de Setembro de 1979.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — O Primeiro-Ministro, *Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo*.

Lei n.º 66/79

de 4 de Outubro

Educação especial

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea n) do artigo 167.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza, âmbito e objectivos da educação especial

ARTIGO 1.º

Por educação especial deve entender-se, no presente diploma, o conjunto de actividades e serviços educativos destinados a crianças e jovens que, pelas características que apresentam, necessitam de um atendimento específico.

ARTIGO 2.º

A educação especial integra actividades directamente dirigidas aos educandos e serviços de acção indirecta dirigidos à família, aos educadores e às comunidades, contemplando deficientes físicos, motores, orgânicos, sensoriais e intelectuais.

ARTIGO 3.º

Para além dos objectivos da educação em geral, deverá a educação especial ter particularmente em conta:

- a) O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais de crianças deficientes;

- b) A ajuda na aquisição da estabilidade emocional;
- c) O desenvolvimento das possibilidades de comunicação;
- d) A redução das limitações e do impacte provocados pela deficiência;
- e) O apoio na inserção familiar, escolar e social;
- f) O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar;
- g) A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa por parte de jovens deficientes, em colaboração com os serviços de formação e reabilitação profissional, com os serviços de colocação e com as oficinas protegidas no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais ou do Ministério do Trabalho.

ARTIGO 4.º

1 — A educação especial, no que respeita aos educandos, processar-se-á, sempre que possível, nos estabelecimentos regulares de educação.

2 — Para o efeito, caberá aos estabelecimentos regulares de educação proceder ao progressivo reajustamento das suas estruturas, e aos serviços de educação especial caberá proporcionar as condições de apoio que se considerem necessárias.

ARTIGO 5.º

1 — Compete aos serviços de educação especial promover a criação de estruturas específicas sempre que, pela natureza dos casos, não seja aconselhável, definitiva ou temporariamente, o seu atendimento por parte dos estabelecimentos regulares de educação.

2 — A definição dos casos em que o atendimento não seja aconselhável por parte dos estabelecimentos regulares de educação cabe aos competentes departamentos do Ministério da Educação e Investigação Científica, em colaboração com os respectivos serviços do Ministério dos Assuntos Sociais.

ARTIGO 6.º

1 — Os deficientes integrados nas estruturas regulares de educação são apoiados pelos serviços de educação especial enquanto necessitem ao longo da sua escolaridade, em qualquer nível de ensino.

2 — O apoio a nível do ensino superior processa-se em colaboração com os respectivos serviços, à medida que os serviços de educação especial se forem estruturando e alargando.

3 — A orientação escolar de crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem ou com problemas de comportamento é da competência da Divisão de Orientação Educativa, da Direcção-Geral do Ensino Básico, que terá, para o efeito, sempre que necessário, o apoio dos serviços de educação especial.

ARTIGO 7.º

Os jovens que não possam prosseguir estudos integrados em estruturas regulares de educação devem ser

encaminhados para oficinas polivalentes a criar nos centros de educação especial, onde receberão adequada formação pré-profissional, para centros de reabilitação e formação profissional e para trabalho protegido no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais ou do Ministério do Trabalho, se se reconhecer a impossibilidade da sua inserção no mercado de emprego competitivo.

CAPÍTULO II

Organização central e regional das actividades de educação especial

ARTIGO 8.º

1 — É criado na dependência do Ministério da Educação e Investigação Científica o Instituto de Educação Especial.

2 — O Instituto é pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio.

3 — O Instituto tem por objecto a direcção e coordenação de todos os serviços que se destinam à educação de crianças e jovens deficientes.

ARTIGO 9.º

São atribuições do Instituto de Educação Especial:

- a) Contribuir para a definição da política de educação e ensino especial em articulação e como parte da política nacional de reabilitação de deficientes;
- b) Promover o planeamento das acções visando a progressiva cobertura das necessidades do País;
- c) Superintender na coordenação técnica e na orientação pedagógica dos serviços de educação e do ensino especial;
- d) Apoiar a acção dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, de acordo com a Lei n.º 9/79, de 19 de Março;
- e) Promover, com o apoio dos respectivos serviços de formação, a actualização e formação permanente de professores e técnicos em colaboração com os centros de educação especial e apoiar iniciativas particulares que visem os mesmos objectivos;
- f) Incentivar a investigação científica e técnica no domínio da educação e do ensino especial;
- g) Sensibilizar a opinião pública para os problemas do ensino especial, tendo em vista o reforço da solidariedade e o fomento da participação dos cidadãos na concretização do direito dos deficientes ao ensino e à integração social.

ARTIGO 10.º

Para a prossecução das suas atribuições, compete, designadamente, ao Instituto de Educação Especial:

- a) Coordenar e superintender na actividade dos serviços e instituições públicas de educação

e ensino especial que nele se integrem ou dele dependam;

- b) Planear as acções de educação especial em coordenação com os serviços centrais e regionais relacionados com o sector;
- c) Dar parecer sobre os planos de acção regional e submetê-los à consideração superior;
- d) Assegurar a articulação harmónica dos diferentes serviços a nível regional, de modo a promover o mais eficaz aproveitamento dos recursos;
- e) Estudar e propor planos de estudo e programas e formas de avaliação adequados às dificuldades individuais das crianças e dos jovens deficientes, quando integrados em escolas ou classes regulares, e assegurar a validade dos respectivos diplomas;
- f) Fomentar a permuta de experiências e programas realizados a nível regional;
- g) Organizar com regularidade acções de formação permanente de pessoal com o apoio dos demais organismos de formação;
- h) Colaborar nas acções de formação de pessoal de iniciativa regional ou local;
- i) Assegurar a difusão de documentação pedagógica actualizada;
- j) Apoiar financeira e tecnicamente iniciativas privadas e cooperativas de educação e ensino especial, de acordo com critérios objectivos de avaliação da sua viabilidade e eficácia fixados em diploma próprio;
- l) Assegurar o intercâmbio com outros países para troca de pontos de vista, apoio técnico e formação de pessoal;
- m) Colaborar com a Direcção-Geral do Equipamento Escolar no que respeita à normalização do equipamento;
- n) Desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por despacho do Ministro da Educação e Investigação Científica.

ARTIGO 11.º

Os centros de educação especial, designados abreviadamente por CEE, são órgãos regionais com autonomia administrativa que integram um ou mais serviços ou estabelecimentos de educação e ensino para crianças e jovens deficientes e exercem a sua acção em áreas a determinar, caso a caso, por despacho ministerial.

ARTIGO 12.º

1 — Os centros de educação especial são criados por decreto simples, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro.

2 — Os serviços e estabelecimentos públicos de educação e ensino especial são criados mediante portaria conjunta dos Ministros das Finanças e do Plano e da Educação e Investigação Científica, da qual constará obrigatoriamente a indicação do CEE em que ficarão integrados.

ARTIGO 13.º

Compete aos centros de educação especial, em conformidade com a orientação do Instituto de Educação Especial:

- a) Coordenar, na respectiva área, a educação e o ensino das crianças e dos jovens deficientes;
- b) Gerir os serviços e estabelecimentos próprios;
- c) Celebrar acordos com as entidades que necessitem do seu apoio ou com outras de cujo serviço careçam;
- d) Elaborar programas e planos de acção e submetê-los à aprovação do Instituto de Educação Especial;
- e) Promover a nível regional acções de formação permanente do pessoal;
- f) Sensibilizar as populações no sentido do desenvolvimento de atitudes adequadas em relação aos deficientes;
- g) Dinamizar e apoiar, com respeito pela sua autonomia, as iniciativas locais tendentes à educação e integração de crianças e jovens deficientes.

ARTIGO 14.º

1 — As acções levadas a efeito no âmbito da educação especial são programadas e executadas de acordo com a política nacional de reabilitação de deficientes planificada e coordenada pelo Secretariado Nacional de Reabilitação.

2 — Os serviços centrais e regionais de educação especial previstos nesta lei são apoiados pelos competentes departamentos de outros Ministérios intervenientes directa ou indirectamente nos problemas de educação e reabilitação dos deficientes, de acordo com as directrizes do Conselho Nacional de Reabilitação, por forma a garantir uma adequada articulação com o Serviço Nacional de Saúde, o Serviço de Emprego e o Sistema Unificado de Segurança Social.

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 15.º

1 — Os centros de educação especial existentes no âmbito do Instituto da Família e Acção Social, do Ministério dos Assuntos Sociais, transitam para o âmbito do Instituto de Educação Especial com todo o seu pessoal, património e programas de investimento.

2 — O Governo procederá à revisão do Regulamento dos Centros de Educação Especial, por forma a garantir a participação democrática dos respectivos trabalhadores na sua gestão.

ARTIGO 16.º

1 — Os serviços e estabelecimentos que prosseguem actividades de educação e de ensino especial ou afins no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais ficam na dependência técnico-pedagógica do Instituto de Educação Especial, devendo ser definida em relação a cada um deles a forma de articulação, designadamente no que respeita às condições de integração nos CEE da respectiva área.

2 — Não são considerados para efeitos do disposto no n.º 1 do presente artigo os estabelecimentos e serviços no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, nem os centros de paralisia cerebral.

ARTIGO 17.º

Os acordos de cooperação celebrados entre o Instituto da Família e Acção Social e instituições particulares de assistência no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais, relativos a serviços, à educação e ao ensino especial, transitam, nos seus precisos termos, para os CEE das respectivas áreas.

ARTIGO 18.º

1 — O Governo legislará, por decreto-lei, no prazo de cento e oitenta dias após a publicação desta lei, sobre a organização, quadro de pessoal, normas de recrutamento e regime de provimento dos serviços centrais e regionais de educação especial e condições de transferência de pessoal.

2 — Os funcionários que prestam serviço nas estruturas do Ministério da Educação e Investigação Científica e do Ministério dos Assuntos Sociais e que venham a ser integrados nos serviços de educação especial nos termos da presente lei mantêm todos os direitos e regalias que possuírem à data da sua integração.

ARTIGO 19.º

O Governo promoverá a elaboração e apresentará à Assembleia da República até ao termo do último trimestre do ano de 1979 uma proposta de lei de bases gerais do ensino especial, mantendo-se entretanto em vigor toda a legislação que não contrarie o disposto na presente lei.

ARTIGO 20.º

No prazo de noventa dias, ouvidas as respectivas estruturas representativas, o Governo publicará, mediante decreto-lei, o estatuto dos docentes e técnicos de educação especial, no qual se definam as respectivas carreiras, critérios de admissão, regime de trabalho e relações com o quadro geral dos funcionários do Ministério da Educação e Investigação Científica.

ARTIGO 21.º

O Governo incluirá na proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para o ano de 1980 um programa de isenções fiscais que promova o acesso dos deficientes aos materiais didácticos necessários ao exercício do seu direito ao ensino.

Aprovada em 26 de Julho de 1979.

O Presidente da Assembleia da República, *Teófilo Carvalho dos Santos*.

Promulgado em 3 de Setembro de 1979.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — O Primeiro-Ministro, *Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo*.

Lei n.º 67/79

de 4 de Outubro

Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 342/78, de 16 de Novembro

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 165.º e do n.º 3 do artigo 172.º da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º

O artigo 1.º, o n.º 2 do artigo 2.º, o artigo 3.º, a alínea b) do n.º 2 do artigo 6.º, o n.º 2 do artigo 9.º e os artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 342/78, de 16 de Novembro, passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

1 — O contrato passa a ser a forma de provimento dos docentes que não pertencem aos quadros dos ensinos preparatório, secundário e médio.

2 — Para os professores profissionalizados e para os professores portadores de habilitação própria, o contrato será, em regra, plurianual, podendo, no entanto, estes docentes optar pela celebração de contratos anuais.

3 — Para os professores não portadores de habilitação própria, o contrato será, em regra, anual, exceptuando-se os professores que celebrem contrato de complemento de habilitações em termos a definir por lei.

4 — Nos casos de substituição temporária de docentes, o contrato vigorará enquanto subsistir o impedimento do titular.

ARTIGO 2.º

1 —

2 — A assinatura do contrato vale, para todos os efeitos legais, como tomada de posse, dispensando-se as demais formalidades legais.

3 —

4 —

ARTIGO 3.º

1 — O contrato só poderá ser assinado se o docente se apresentar no estabelecimento de ensino no prazo de cinco dias a partir da sua notificação, devendo o docente fazer a entrega desta, que deverá ser conferida com a cópia em poder do estabelecimento de ensino.

2 — A notificação será feita por carta registada com aviso de recepção.

3 — Se o contrato se referir a colocação de docentes propostos pelo estabelecimento de ensino, este será assinado e produzirá efeitos na data em que a proposta seja formulada e remetida à Direcção-Geral de Pessoal.

4 — O contrato será elaborado num original e três cópias.

ARTIGO 6.º

1 —

2 —

a)

b) Se o contrato não vier a ser homologado, nos termos legalmente estabelecidos, a

Decreto-Lei n.º 301/84
de 7 de setembro

Número de lugares	Categoria	Letra de vencimento
	Estomatologia:	
1	Assistente hospitalar	C ou D
	Gastreenterologia:	
1	Assistente hospitalar	C ou D
	Ginecologia:	
1	Assistente hospitalar	C ou D
	Hemoterapia:	
(c) 1	Equiparado a chefe de serviço hospitalar	B
(b) 1	Assistente hospitalar	C ou D
	Medicina interna:	
2	Chefe de serviço hospitalar	B
1	Assistente hospitalar	C ou D
(c) 3	Equiparado a assistente hospitalar	C ou D
	Medicina física e de reabilitação:	
1	Assistente hospitalar	C ou D
	Neurologia:	
1	Assistente hospitalar	C ou D
	Obstetrícia:	
1	Chefe de serviço hospitalar	B
3	Assistente hospitalar	C ou D
(c) 1	Equiparado a assistente hospitalar	C ou D
	Oftalmologia:	
1	Assistente hospitalar	C ou D
	Ortopedia:	
1	Chefe de serviço hospitalar	B
1	Assistente hospitalar	C ou D
	Otorrinolaringologia:	
1	Chefe de serviço hospitalar	B
1	Assistente hospitalar	C ou D
	Pediatria:	
(b) 1	Chefe de serviço hospitalar	B
(c) 1	Equiparado a chefe de serviço hospitalar	B
3	Assistente hospitalar	C ou D
	Pediatria cirúrgica:	
2	Assistente hospitalar	C ou D
	Radiologia:	
1	Chefe de serviço hospitalar	B
1	Assistente hospitalar	B
	Fase de pré-carreira:	
(d)	Interno do internato geral	G
(d)	Interno do internato complementar	F

(a) Acréscimo de remuneração de acordo com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 310/82, de 3 de Agosto, e quadro 1 anexo.

(b) Este lugar só poderá ser preenchido quando vagar o lugar de equiparado a chefe de serviço hospitalar.

(b') Um destes lugares só poderá ser preenchido quando vagar o lugar de equiparado a chefe de serviço hospitalar.

(c) A extinguir quando vagarem.

(d) Número a fixar anualmente por despacho ministerial.

Portaria n.º 694/84

de 7 de Setembro

Em execução do disposto no artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 310/82, de 3 de Agosto, e em conformidade

com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Plano e da Saúde e pelo Secretário de Estado da Administração Pública, que o quadro de pessoal do Centro de Saúde Distrital de Braga, aprovado pela Portaria n.º 429/81, de 26 de Maio, seja alterado de acordo com o quadro anexo à presente portaria na parte referente ao pessoal técnico superior.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Saúde.

Assinada em 16 de Julho de 1984.

Pelo Ministro das Finanças e do Plano, *Alípio Barrosa Pereira Dias*, Secretário de Estado do Orçamento. — O Ministro da Saúde, *António Manuel Maldonado Gonelha*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *José Manuel San-Bento de Menezes*.

ANEXO I

Quadro de pessoal do Centro de Saúde Distrital de Braga

Número de lugares	Categoria	Letra de vencimento
	I — Pessoal técnico superior	
	1) Pessoal médico:	
	Da carreira de saúde pública:	
1	Chefe de serviço de saúde pública	B
16	Delegado de saúde	C
19	Subdelegado de saúde	D

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA JUSTIÇA, DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 301/84

de 7 de Setembro

Um dos objectivos constitucionais, aliás consubstanciado no Programa do Governo, é assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória, que, nos termos do artigo 74.º da Lei Fundamental, corresponde ao ensino básico, o qual deve ser universal e gratuito.

Na prossecução de tal objectivo já anteriores governos legislaram sobre a matéria, estabelecendo medidas no sentido de reforçar o cumprimento da mencionada escolaridade.

A experiência entretanto colhida deu a conhecer que as medidas legislativas em vigor não contêm em si a eficácia que seria de desejar.

O presente diploma visa, pois, não só a compilação da legislação já existente sobre a matéria, mas também o seu aperfeiçoamento, introduzindo-se algumas inovações com vista ao cumprimento integral daquele objectivo constitucional.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Generalidades

Artigo 1.º

(Obrigatoriedade do ensino básico)

1 — O ensino básico é obrigatório para todos os menores em idade escolar, salvo se dele forem dispensados nos termos do presente diploma, podendo ser cumprido em estabelecimentos do ensino oficial ou do ensino particular e cooperativo.

2 — O ensino básico abrange o ensino primário e o ensino preparatório.

3 — A escolaridade obrigatória é fixada entre os 6 anos completos e os 14 anos, nos termos do artigo 8.º do presente diploma.

4 — A obrigatoriedade do ensino básico implica:

- a) Dever de matrícula;
- b) Dever de frequência do ensino;
- c) Dever de aproveitamento.

5 — O ingresso no ensino primário poderá ser antecipado facultativamente, mediante regras a estabelecer em decreto regulamentar.

Artigo 2.º

(Dever de matrícula)

1 — Constitui dever dos encarregados de educação proceder à matrícula dos menores em idade escolar que estejam a seu cargo.

2 — A primeira matrícula deverá ser efectuada relativamente aos menores que completem 6 anos até 31 de Dezembro do ano civil em que o ano escolar tiver início.

3 — A primeira matrícula, bem como as que lhe forem sequentes, designadas no presente diploma por renovação da matrícula, serão efectuadas no estabelecimento escolar da área pedagógica da residência do encarregado de educação do aluno.

4 — A renovação de matrícula consiste no processo burocrático oficioso de validação da mesma para o ano escolar seguinte, de acordo com normas regulamentares a definir por decreto regulamentar.

5 — São permitidas:

- a) As transferências de alunos do ensino oficial, desde que passem a residir na zona de influência pedagógica para que os mesmos pretendem transferir-se;
- b) As transferências de alunos do ensino oficial, desde que o encarregado de educação ou um dos pais exerça a sua actividade profissional na área de influência pedagógica da escola para que esses alunos pretendem transferir-se.

6 — As transferências referidas no número anterior operar-se-ão de acordo com normas regulamentares estabelecidas em decreto regulamentar, no qual se estabelecerão os prazos em que as mesmas deverão ser requeridas.

7 — A matrícula realiza-se obrigatoriamente no início da 1.ª fase do ensino primário.

8 — A renovação de matrícula realiza-se oficiosamente em cada ano das fases do ensino primário e em cada ano do ensino preparatório.

9 — Salvo disposição em contrário, o prazo de matrícula ou da sua renovação decorre:

- a) De 15 a 30 de Junho, quanto à primeira matrícula;
- b) De 1 a 15 de Junho, quanto à renovação de matrícula.

Artigo 3.º

(Antecipação e adiamento do início da escolaridade obrigatória e interrupção da mesma)

1 — O ingresso no ensino primário poderá ser antecipado facultativamente, mediante regras a estabelecer em decreto regulamentar.

2 — Poderá ser adiado por 1 ano o início da escolaridade obrigatória em casos de deficiência, de acordo com normas regulamentares a estabelecer por decreto regulamentar.

3 — Para efeitos de cumprimento dos deveres inerentes à escolaridade obrigatória não são considerados os casos de alunos que tenham interrompido a frequência durante pelo menos 1 ano, nomeadamente devido a doença, deslocação do agregado familiar para o estrangeiro ou outros motivos de carácter excepcional.

Artigo 4.º

(Dever de frequência)

1 — Constitui dever dos alunos a frequência das respectivas aulas.

2 — Constitui dever dos encarregados de educação assegurar a frequência das aulas por parte dos alunos.

3 — Sempre que o aluno falte um dia de aulas, ou falte a uma aula, será avisado o respectivo encarregado de educação pelo director da escola, director de turma ou encarregado de posto, consoante os casos, salvo nas situações referidas no n.º 7 deste artigo.

4 — As faltas deverão ser justificadas pelo encarregado de educação no prazo de 5 dias a contar da notificação, com aviso de recepção, a que se refere o número anterior, considerando-se dispensada a justificação quanto às situações referidas no n.º 7 deste artigo.

5 — As faltas são justificadas perante:

- a) O responsável pelo estabelecimento de ensino, no ensino primário e no ciclo preparatório TV;
- b) O director de turma, no ensino preparatório.

6 — As faltas serão justificadas pelas entidades a que se refere o número anterior nos casos seguintes:

- a) Falecimento de um membro de família, tendo em conta o período legal de nojo;

- b) Doença do aluno, declarada pelo encarregado de educação, se a mesma não ultrapassar os 8 dias de impedimento, ou mediante declaração médica, para além desse prazo;
- c) Doença contagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente;
- d) Ausência temporária, por motivos ponderosos, do encarregado de educação, quando o aluno o acompanhar;
- e) Casos reconhecidos como de força maior ou devidos a factores imprevisíveis.

7 — As entidades referidas no n.º 5 justificarão oficiosamente as faltas sempre que seja público ou que seja do seu conhecimento directo que as mesmas foram determinadas por razões ponderosas, designadamente doença de afastamento obrigatório, calamidade pública ou falecimento de pessoa de família do aluno.

8 — Serão injustificadas as faltas que não se encontrem nas condições expressas nos n.ºs 6 e 7 deste artigo ou em relação às quais o encarregado de educação não tenha apresentado justificação.

9 — As faltas serão registadas em caderneta própria, com discriminação das justificadas e respectivos motivos e das injustificadas, devendo ser cumprido, neste caso, o estipulado no artigo 11.º

Artigo 5.º

(Dever de aproveitamento)

1 — Os alunos deverão frequentar o ensino básico com aproveitamento.

2 — Considera-se falta de aproveitamento:

- a) A não transição de fase, no ensino primário;
- b) A não passagem de ano, no ensino preparatório.

3 — A falta de aproveitamento não justifica a falta de cumprimento da obrigatoriedade escolar.

Artigo 6.º

(Dispensa de escolaridade)

1 — O dever de escolaridade só cessa em caso de incapacidade mental ou física do aluno, reconhecida pelas autoridades sanitária e escolar da zona.

2 — Nos casos referidos no número anterior será passado pela competente autoridade escolar documento comprovativo da dispensa de escolaridade obrigatória.

3 — O documento a que se refere o número anterior caducará se e quando a autoridade escolar verificar que cessaram as causas da sua passagem.

4 — No caso referido no número anterior, a autoridade escolar tomará, junto do respectivo encarregado de educação, as providências adequadas para que seja retomado o cumprimento da escolaridade obrigatória.

Artigo 7.º

(Viabilização da escolaridade)

1 — A fim de viabilizar a obrigatoriedade do ensino básico, o Estado assegurará:

- a) A gratuidade do ensino, através da isenção do pagamento de propinas, de inscrição e

renovação de matrícula, de frequência e de avaliação;

- b) As instalações escolares adequadas;
- c) Seguro escolar, em caso de inexistência de sistema de segurança social que o preveja;
- d) Outros benefícios conferidos em legislação anterior, nomeadamente na alínea f) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 538/79, de 31 de Dezembro.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1, a administração central, regional e local, consoante as respectivas competências, assegurará ainda:

- a) Auxílios económicos directos, no caso dos menores cujas dificuldades económicas constituam obstáculo à frequência escolar, conforme comprovação dos serviços competentes para promover a acção social escolar;
- b) Alimentação em condições bonificadas;
- c) Suplemento alimentar, sempre que fundamentalmente não for possível o cumprimento integral do disposto na alínea anterior;
- d) Alojamento, quando necessário, em condições de bonificação especial;
- e) Transportes gratuitos, sempre que os alunos residam a mais de 3 km ou 4 km da escola, respectivamente nos casos de escolas sem ou com refeitório, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 299/84.

Artigo 8.º

(Termo da escolaridade obrigatória)

A obrigatoriedade escolar considerar-se-á finda:

- a) Logo que o aluno obtenha o diploma do ensino básico; ou
- b) Quando não o tenha obtido, no termo do ano lectivo em que perfaça 14 anos.

Artigo 9.º

(Encarregado de educação)

Para efeitos do disposto no presente diploma, considera-se encarregado de educação quem tiver menores à sua guarda:

- a) Por detenção do poder paternal;
- b) Por decisão judicial;
- c) Por mera autoridade de facto.

CAPÍTULO II

Medidas preventivas de cumprimento da escolaridade

Artigo 10.º

(Controle de matrículas ou de renovação de matrículas)

1 — Será elaborado um recenseamento escolar contendo a lista de matrículas por cada estabelecimento de ensino, sendo emitida uma caderneta para cada aluno, em que se registarão a matrícula, sua renovação, as faltas, o aproveitamento e demais elementos sobre a escolaridade.

2 — O modelo da caderneta referida no número anterior será aprovado por portaria do Ministro da Educação e constituirá exclusivo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

3 — O controle da matrícula e sua renovação será efectuado no âmbito distrital e, no que respeita ao ensino primário, pelas respectivas direcções escolares.

4 — O controle da renovação de matrícula no ensino preparatório será efectuado pelos conselhos directivos das respectivas escolas.

5 — O controle será efectuado através da comparação entre:

- a) As listas de matrícula enviadas por todas as escolas do ensino primário;
- b) As listas de nascimento apresentadas pelas conservatórias de registo civil;
- c) As listas de residentes apresentadas pelas juntas de freguesia;
- d) As listas de abono de família enviadas pelos centros regionais de segurança social e demais departamentos pagadores de abono de família.

6 — O controle da segunda matrícula no ensino primário, bem como das renovações de matrícula, será efectuado pelo confronto entre a matrícula ou renovações de matrícula, consoante os casos, efectuadas no ano em curso, as efectuadas no ano anterior, as listas de residentes e as listas de abono de família.

7 — Os órgãos do poder local prestarão o apoio adequado à concretização da obrigatoriedade escolar.

8 — Serão emitidos diplomas gratuitos anuais de frequência e aproveitamento.

Artigo 11.º

(Controle de frequência)

1 — Os directores das escolas, os directores de turma ou encarregados de posto, sempre que se verifiquem faltas não justificadas, deverão, em cada caso, averiguar as causas da falta de frequência.

2 — Sempre que tal se mostre aconselhável, as entidades referidas no número anterior deverão solicitar a intervenção dos serviços de acção social, no sentido de serem determinadas as causas das faltas e de serem atenuadas ou eliminadas as mesmas.

Artigo 12.º

(Aproveitamento final)

No final do ensino básico será passado, gratuitamente, o respectivo diploma.

CAPÍTULO III

Garantias de cumprimento de escolaridade

Artigo 13.º

(Diligências quanto à falta de matrícula ou da sua renovação)

1 — Quando se verificar a falta de matrícula de um menor, os directores das escolas, os conselhos directivos ou os encarregados de posto deverão ouvir

o respectivo encarregado de educação, no sentido de o esclarecer sobre a obrigatoriedade do ensino básico e de detectar as causas da falta de matrícula.

2 — Sempre que tal se mostre conveniente e tendo em vista a concretização da matrícula ou da sua renovação, as entidades referidas no n.º 1 deverão requerer a colaboração dos serviços de acção social e das autarquias locais.

3 — Na sequência das diligências referidas nos n.ºs 1 e 2, se não tiver sido ainda efectuada a matrícula ou a renovação de matrícula de um menor, o respectivo encarregado de educação será notificado, por escrito, no sentido de proceder a esse acto no prazo de 8 dias.

4 — As diligências previstas neste artigo não se desenvolvem ou cessam no momento em que se verifique algum dos casos de dispensa de escolaridade a que se refere o artigo 6.º do presente diploma.

Artigo 14.º

(Diligências quanto à falta de frequência)

Sempre que o aluno atinja 5 faltas injustificadas, os directores das escolas, os directores de turma ou os encarregados de posto informarão do facto o encarregado de educação, requerendo a apresentação urgente de uma justificação cabal da não frequência, com indicação das medidas a adoptar no sentido de a mesma não se repetir, mostrando-lhe os efeitos negativos das faltas sobre o aproveitamento e sucesso escolares.

Artigo 15.º

(Diligências quanto à falta de aproveitamento)

1 — Sempre que se verifique não transição de fase ou não passagem de ano, os directores das escolas, os directores de turma ou os encarregados de posto diligenciarão no sentido de serem objectivamente determinadas as causas respectivas.

2 — As entidades referidas no número anterior requererão a colaboração dos serviços de acção social, dos serviços de saúde e da Inspeção-Geral de Ensino, conforme os casos e as circunstâncias determinadas, de modo a serem definidas as medidas convenientes para assegurar nos anos seguintes o aproveitamento dos alunos.

Artigo 16.º

(Falsas declarações)

A prestação dolosa de falsas declarações em matéria de escolaridade obrigatória é punida nos termos da lei geral.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 17.º

(Consequências da não titularidade da escolaridade obrigatória)

A não titularidade de diploma de ensino básico ou de dispensa de escolaridade obrigatória acarreta

todos os efeitos decorrentes da legislação geral ou específica em vigor quanto ao exercício de funções públicas ou privadas.

Artigo 18.º

(Controle)

O controle referido no artigo 10.º do presente diploma passará a ser da competência dos serviços regionais do Ministério da Educação logo que os mesmos sejam instituídos.

Artigo 19.º

(Aplicação do presente diploma)

O presente diploma entra em vigor no dia 1 de Outubro de 1984.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Agosto de 1984. — *Carlos Alberto da Mota Pinto — Eduardo Ribeiro Pereira — Rui Manuel Parente Chancelle de Machete — José Augusto Seabra — Amândio Anes de Azevedo.*

Promulgado em 16 de Agosto de 1984.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 17 de Agosto de 1984.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares.*

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SAÚDE

Decreto Regulamentar n.º 71/84

de 7 de Setembro

No artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 430/83, de 13 de Dezembro — diploma que previu medidas sistemáticas contra o tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas —, estabeleceu-se que em decreto regulamentar se desenvolveriam algumas regras necessárias à sua execução.

O enquadramento material deste decreto regulamentar deve atender ao que se dispôs no n.º 4 do artigo 2.º daquele decreto-lei, que, para além de uma regra geral, contém a especificação concreta de certas matérias a tratar, visando, em essência, o controle do mercado lícito e da utilização das drogas para fins médicos e científicos.

A regulamentação que agora se publica procura evitar repetições desnecessárias das disposições do decreto-lei, aliviando, deste modo, a sua extensão, pensa-se que sem prejuízo da clareza.

Entretanto, houve que atender aos recentes diplomas que, no âmbito do Ministério da Saúde, procederam a reformas estruturais, provocando uma certa zona secante com as atribuições fixadas ao Gabinete de Pla-

neamento e Coordenação do Combate à Droga no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 430/83. Além disso, com a extinção da Direcção-Geral de Saúde e a criação quer da Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários quer, em especial, da Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos deu-se uma transição de atribuições e de competências que não poderiam deixar de ser já tidas em conta. Assim, as referências que no Decreto-Lei n.º 430/83 se faziam à Direcção-Geral de Saúde surgem agora, no decreto regulamentar, reportadas à Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos, de par com alguns ajustamentos de funções decorrentes daqueles diplomas do Ministério da Saúde.

Assim:

Ao abrigo do n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 430/83, de 13 de Dezembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

(Âmbito de aplicação; regra interpretativa)

1 — O cultivo, a produção, o fabrico, o emprego, o comércio, a distribuição, a importação, a exportação, o trânsito, a detenção a qualquer título e o uso de substâncias e preparados referidos nos artigos 2.º, 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 430/83, de 13 de Dezembro; e tabelas anexas ficam sujeitos aos condicionamentos, autorizações e fiscalização constantes desse diploma e do presente decreto regulamentar.

2 — As normas do presente decreto regulamentar serão interpretadas de harmonia com o Decreto-Lei n.º 430/83, de 13 de Dezembro, e com as convenções sobre estupefacientes e substâncias psicotrópicas para que aquele remete.

Artigo 2.º

(Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga)

São atribuições específicas do Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga (GPCCD), no âmbito do Decreto-Lei n.º 430/83, de 13 de Dezembro:

- Acompanhar a aplicação das convenções sobre estupefacientes e substâncias psicotrópicas e manter, a nível internacional, os contactos necessários, em colaboração com a Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos;
- Fornecer às instâncias internacionais respectivas os dados estatísticos, as informações e relatórios e a previsão de necessidades de estupefacientes, nos termos das convenções, utilizando os formulários fixados, em colaboração com a Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos;

Decreto-Lei n.º 88/85
de 1 de abril

e ser-lhes-á deduzida no preço uma taxa de secagem a fixar oportunamente por despacho do Secretário de Estado do Comércio e Indústria Agrícolas.

6.º Os mecanismos de determinação do preço no mercado mundial e de concessão do diferencial às sementes de produção interna, criados pelo presente diploma, serão regulamentados, antes do início da respectiva campanha de comercialização, por despachos conjuntos dos Secretários de Estado do Orçamento, do Comércio e Indústria Agrícolas, da Produção Agrícola e do Comércio Interno.

7.º O diferencial a suportar nos termos do n.º 2.º, o diferencial entre o preço de intervenção e o preço no mercado mundial e as despesas de intervenção que se verificaram serão suportados pelo Fundo de Abastecimento.

8.º Fica revogada a Portaria n.º 173/84, de 27 de Março.

Secretarias de Estado do Orçamento, do Comércio e Indústria Agrícolas, da Produção Agrícola e do Comércio Interno.

Assinada em 12 de Março de 1985.

O Secretário de Estado do Orçamento, *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Secretário de Estado do Comércio e Indústria Agrícolas, *Carlos Alberto Antunes Filipe*. — O Secretário de Estado da Produção Agrícola, *Joaquim António Rosado Gusmão*. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *Agostinho Alberto Bento da Silva Abade*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 88/85

de 1 de Abril

Considerando que o Decreto-Lei n.º 174/77, de 2 de Maio, ao limitar o ensino especial aos alunos que frequentem os ensinos preparatório e secundário, não corresponde às necessidades de tal ensino e, ao mesmo tempo, viola o disposto na alínea g) do n.º 3 do artigo 74.º, combinado com o preceituado no n.º 2 do artigo 18.º, da Constituição da República:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É aplicável aos alunos dos ensinos primário e superior o regime constante do Decreto-Lei n.º 174/77, de 2 de Maio, com as necessárias adaptações.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Março de 1985. — *Mário Soares* — *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete* — *João de Deus Rogado Salvador Pinheiro*.

Promulgado em 15 de Março de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 18 de Março de 1985.

O Primeiro-Ministro, em exercício, *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 89/85

de 1 de Abril

O artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, dispõe que as instituições particulares de solidariedade social carecem de autorização dos serviços competentes, designadamente quanto aos actos de aquisição de bens imóveis a título oneroso e alienação de imóveis a qualquer título.

Tendo em conta que a prática tem demonstrado que a referida disposição não tem tido a eficácia prevista e que, por outro lado, cerceia de algum modo a natureza privada das instituições, que importa, acima de tudo, salvaguardar:

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É revogado o artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Fevereiro de 1985. — *Mário Soares* — *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete* — *Amândio Anes de Azevedo*.

Promulgado em 15 de Março de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 18 de Março de 1985.

O Primeiro-Ministro, em exercício, *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto-Lei n.º 90/85

de 1 de Abril

Considerando que para o desenvolvimento de qualquer política agrícola é necessário dispor-se de informações objectivas referentes ao rendimento e funcionamento técnico-económico das diferentes categorias de explorações representativas da realidade agrícola nacional;

Considerando que as contabilidades das explorações agrícolas constituem a parte fundamental das informações indispensáveis à constatação dos rendimentos e análise do funcionamento económico das mesmas;

Considerando que os dados e recolha devem provir de explorações agrícolas individuais seleccionadas segundo regras comuns, insertas num contexto técnico-económico e social que as caracterize como representativas;

Considerando que Portugal não dispõe de qualquer sistema de contabilidades agrícolas capaz de fornecer informações técnico-económicas que suportem uma política agrícola fundamentada nos reais rendimentos dos agricultores;

Lei n.º 46/86 de 14 de outubro

Lei de Bases do Sistema Educativo



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 112\$00

1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 3\$50; preço por linha de anúncio, 80\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamações de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas de «Diário da República» e de «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário da República» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 46/86:

Lei de Bases do Sistema Educativo.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Portaria n.º 600/86:

Estabelece a constituição do mapa do pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Luanda, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação:

Decreto-Lei n.º 346/86:

Torna extensivo à glicose e ao xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, I, da Pauta dos Direitos de Importação o regime previsto no Decreto-Lei n.º 62/86, de 25 de Março.

Ministério da Educação e Cultura:

Portaria n.º 601/86:

Autoriza o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, através da sua Escola Superior de Educação, a conferir o grau de bacharel em Educação Pré-Escolar e o diploma do curso de professores do ensino básico nas variantes de Português e Francês, Português e Inglês, Matemática e Ciências da Natureza, Educação Visual, Educação Musical e Trabalhos Manuais e aprova os respectivos planos de estudos.

Portaria n.º 602/86:

Autoriza a Escola Superior de Educação de Vila Real a conferir os graus de bacharel em Educação Pré-Escolar e em Ensino Primário e aprova os respectivos planos de estudos.

Declarações:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 221 551 contos.

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 359 013 contos.

Nota.— Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 165, de 21 de Julho de 1986, inserindo o seguinte:

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação:

Portaria n.º 374-A/86:

Aplica a legislação comunitária relativa ao sector do tabaco em rama na campanha de 1986-1987.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 46/86

de 14 de Outubro

Lei de Bases do Sistema Educativo

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 164.º e da alínea e) do artigo 167.º da Constituição, o seguinte:

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO

CAPÍTULO I

Âmbito e princípios

Artigo 1.º

(Âmbito e definição)

1 — A presente lei estabelece o quadro geral do sistema educativo.

2 — O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

3 — O sistema educativo desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de acções diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas.

4 — O sistema educativo tem por âmbito geográfico a totalidade do território português — continente e regiões autónomas —, mas deve ter uma expressão

suficientemente flexível e diversificada, de modo a abranger a generalidade dos países e dos locais em que vivam comunidades de portugueses ou em que se verifique acentuado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa.

5 — A coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições que o compõem, incumbe a um ministério especialmente vocacionado para o efeito.

Artigo 2.º

(Princípios gerais)

1 — Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.

2 — É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

3 — No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios:

- a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas;
- b) O ensino público não será confessional;
- c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas.

4 — O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.

5 — A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

Artigo 3.º

(Princípios organizativos)

O sistema educativo organiza-se de forma a:

- a) Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do Mundo;
- b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

- c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens;
- d) Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projectos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;
- e) Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;
- f) Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres;
- g) Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;
- h) Contribuir para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;
- i) Assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que procuram o sistema educativo por razões profissionais ou de promoção cultural, devidas, nomeadamente, a necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos;
- j) Assegurar a igualdade de oportunidade para ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional, e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo;
- l) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

CAPÍTULO II

Organização do sistema educativo

Artigo 4.º

(Organização geral do sistema educativo)

1 — O sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.

2 — A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

3 — A educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação de tempos livres.

4 — A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.

SECÇÃO I

Educação pré-escolar

Artigo 5.º

(Educação pré-escolar)

1 — São objectivos da educação pré-escolar:

- a) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;
- b) Contribuir para a estabilidade e segurança afectivas da criança;
- c) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;
- d) Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;
- e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da socialidade;
- f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica;
- g) Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva;
- h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.

2 — A prossecução dos objectivos enunciados far-se-á de acordo com conteúdos, métodos e técnicas apropriados, tendo em conta a articulação com o meio familiar.

3 — A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

4 — Incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar.

5 — A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.

6 — O Estado deve apoiar as instituições de educação pré-escolar integradas na rede pública, subvencionando, pelo menos, uma parte dos seus custos de funcionamento.

7 — Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógico e técnico, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

8 — A frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar.

SECÇÃO II

Educação escolar

SUBSECÇÃO I

Ensino básico

Artigo 6.º

(Universalidade)

1 — O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos.

2 — Ingressam no ensino básico as crianças que completem 6 anos de idade até 15 de Setembro.

3 — As crianças que completem os 6 anos de idade entre 16 de Setembro e 31 de Dezembro podem ingressar no ensino básico se tal for requerido pelo encarregado de educação, em termos a regulamentar.

4 — A obrigatoriedade de frequência do ensino básico termina aos 15 anos de idade.

5 — A gratuidade no ensino básico abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, frequência e certificação, podendo ainda os alunos dispor gratuitamente do uso de livros e material escolar, bem como de transporte, alimentação e alojamento, quando necessários.

Artigo 7.º

(Objectivos)

São objectivos do ensino básico:

- a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;

- d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;
- h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- j) Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- l) Fomentar o gosto por uma constante actualização de conhecimentos;
- m) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- n) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- o) Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

Artigo 8.º

(Organização)

1 — O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos, organizados nos seguintes termos:

- a) No 1.º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas;
- b) No 2.º ciclo, o ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se predominantemente em regime de professor por área;
- c) No 3.º ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas, e desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas.

2 — A articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo

anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico.

3 — Os objectivos específicos de cada ciclo integram-se nos objectivos gerais do ensino básico, nos termos dos números anteriores e de acordo com o desenvolvimento etário correspondente, tendo em atenção as seguintes particularidades:

- a) Para o 1.º ciclo, o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do meio físico e social, das expressões plástica, dramática, musical e motora;
- b) Para o 2.º ciclo, a formação humanística, artística, física e desportiva, científica e tecnológica e a educação moral e cívica, visando habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a informação, de modo a possibilitar a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho e de conhecimento que permitam o prosseguimento da sua formação, numa perspectiva do desenvolvimento de atitudes activas e conscientes perante a comunidade e os seus problemas mais importantes;
- c) Para o 3.º ciclo, a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida activa e ao prosseguimento de estudos, bem como a orientação escolar e profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida activa, com respeito pela realização autónoma da pessoa humana.

4 — Em escolas especializadas do ensino básico podem ser reforçadas componentes de ensino artístico ou de educação física e desportiva, sem prejuízo da formação básica.

5 — A conclusão com aproveitamento do ensino básico confere o direito à atribuição de um diploma, devendo igualmente ser certificado o aproveitamento de qualquer ano ou ciclo, quando solicitado.

SUBSECÇÃO II

Ensino secundário

Artigo 9.º

(Objectivos)

O ensino secundário tem por objectivos:

- a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa;
- b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;

- c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- d) Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;
- e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;
- g) Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.

Artigo 10.º

(Organização)

1 — Têm acesso a qualquer curso do ensino secundário os que completarem com aproveitamento o ensino básico.

2 — Os cursos do ensino secundário têm a duração de três anos.

3 — O ensino secundário organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida activa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todas elas componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos.

4 — É garantida a permeabilidade entre os cursos predominantemente orientados para a vida activa e os cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos.

5 — A conclusão com aproveitamento do ensino secundário confere direito à atribuição de um diploma, que certificará a formação adquirida e, nos casos dos cursos predominantemente orientados para a vida activa, a qualificação obtida para efeitos do exercício de actividades profissionais determinadas.

6 — No ensino secundário cada professor é responsável, em princípio, por uma só disciplina.

7 — Podem ser criados estabelecimentos especializados destinados ao ensino e prática de cursos de natureza técnica e tecnológica ou de índole artística.

SUBSECÇÃO III

Ensino superior

Artigo 11.º

(Âmbito e objectivos)

1 — O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

2 — São objectivos do ensino superior:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade portuguesa, e colaborar na sua formação contínua;
- c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.

3 — O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

4 — O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.

Artigo 12.º

(Acesso)

1 — Têm acesso ao ensino superior:

- a) Os indivíduos habilitados com um curso secundário, ou equivalente, que, cumulativamente, façam prova de capacidade para a sua frequência;
- b) Os indivíduos maiores de 25 anos que, não possuindo aquela habilitação, façam prova especialmente adequada de capacidade para a sua frequência.

2 — A prova ou provas de capacidade referidas no número anterior são de âmbito nacional e específicas para cada curso ou grupo de cursos afins.

3 — O acesso a cada curso do ensino superior deve ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do País, podendo ainda ser condicionado pela necessidade de garantir a qualidade do ensino.

4 — O Estado deve criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o ensino superior, de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou de desvantagens sociais prévias.

Artigo 13.º

(Graus e diplomas)

1 — No ensino superior são conferidos os seguintes graus:

- a) Bacharel;
- b) Licenciado;
- c) Mestre;
- d) Doutor.

2 — No ensino superior podem ainda ser atribuídos diplomas de estudos superiores especializados, bem como outros certificados e diplomas para cursos de pequena duração.

3 — No ensino universitário são conferidos os graus de licenciado, mestre e doutor e são atribuídos outros certificados e diplomas, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º

4 — No ensino politécnico é conferido o grau de bacharel e são atribuídos diplomas de estudos superiores especializados, bem como outros certificados e diplomas para cursos de pequena duração.

5 — Têm acesso aos cursos de estudos superiores especializados os indivíduos habilitados com o grau de bacharel ou licenciado.

6 — O diploma de estudos superiores especializados é equivalente ao grau de licenciado para efeitos profissionais e académicos.

7 — Os cursos de estudos superiores especializados do ensino politécnico que formem um conjunto coerente com um curso de bacharelato precedente podem conduzir à obtenção do grau de licenciado.

8 — O ensino universitário e o ensino politécnico são articulados entre si pelo reconhecimento mútuo do valor da formação e competências adquiridas em cada unidade e ainda através de um sistema de créditos baseado na análise dos planos de estudo.

9 — A duração dos cursos superiores que conferem graus deve ser regulamentada de forma a garantir o nível científico da formação adquirida.

Artigo 14.º

(Estabelecimentos)

1 — O ensino universitário realiza-se em universidades e em escolas universitárias não integradas.

2 — O ensino politécnico realiza-se em escolas superiores especializadas nos domínios da tecnologia, das artes e da educação, entre outros.

3 — As universidades podem ser constituídas por escolas, institutos ou faculdades diferenciados e ou por departamentos ou outras unidades, podendo ainda integrar escolas superiores do ensino politécnico.

4 — As escolas superiores do ensino politécnico podem ser associadas em unidades mais amplas, com designações várias, segundo critérios de interesse regional e ou de natureza das escolas.

Artigo 15.º

(Investigação científica)

1 — O Estado deve assegurar as condições materiais e culturais de criação e investigação científicas.

2 — Nas instituições de ensino superior serão criadas as condições para a promoção da investigação científica e para a realização de actividades de investigação e desenvolvimento.

3 — A investigação científica no ensino superior deve ter em conta os objectivos predominantes da instituição em que se insere, sem prejuízo da sua perspectivação em função do progresso, do saber e da resolução dos problemas postos pelo desenvolvimento social, económico e cultural do País.

4 — Devem garantir-se as condições de publicação dos trabalhos científicos e facilitar-se a divulgação dos novos conhecimentos e perspectivas do pensamento científico, dos avanços tecnológicos e da criação cultural.

5 — Compete ao Estado incentivar a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, tendo particularmente em vista os interesses da colectividade.

SUBSECÇÃO IV

Modalidades especiais de educação escolar

Artigo 16.º

(Modalidades)

1 — Constituem modalidades especiais de educação escolar:

- a) A educação especial;
- b) A formação profissional;
- c) O ensino recorrente de adultos;
- d) O ensino a distância;
- e) O ensino português no estrangeiro.

2 — Cada uma destas modalidades é parte integrante da educação escolar, mas rege-se por disposições especiais.

Artigo 17.º

(Âmbito e objectivos da educação especial)

1 — A educação especial visa a recuperação e integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais.

2 — A educação especial integra actividades dirigidas aos educandos e acções dirigidas às famílias, aos educadores e às comunidades.

3 — No âmbito dos objectivos do sistema educativo, em geral, assumem relevo na educação especial:

- a) O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais;

- b) A ajuda na aquisição da estabilidade emocional;
- c) O desenvolvimento das possibilidades de comunicação;
- d) A redução das limitações provocadas pela deficiência;
- e) O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes;
- f) O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar;
- g) A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa.

Artigo 18.º

(Organização da educação especial)

1 — A educação especial organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, e com apoios de educadores especializados.

2 — A educação especial processar-se-á também em instituições específicas quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do educando.

3 — São também organizadas formas de educação especial visando a integração profissional do deficiente.

4 — A escolaridade básica para crianças e jovens deficientes deve ter currículos e programas devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas.

5 — Incumbe ao Estado promover e apoiar a educação especial para deficientes.

6 — As iniciativas de educação especial podem pertencer ao poder central, regional ou local ou a outras entidades colectivas, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.

7 — Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação especial, nomeadamente nos seus aspectos pedagógicos e técnicos, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

8 — Ao Estado cabe promover, a nível nacional, acções que visem o esclarecimento, a prevenção e o tratamento precoce da deficiência.

Artigo 19.º

(Formação profissional)

1 — A formação profissional, para além de complementar a preparação para a vida activa iniciada no ensino básico, visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, por forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica.

2 — Têm acesso à formação profissional:

- a) Os que tenham concluído a escolaridade obrigatória;
- b) Os que não concluíram a escolaridade obrigatória até à idade limite desta;
- c) Os trabalhadores que pretendam o aperfeiçoamento ou a reconversão profissionais.

3 — A formação profissional estrutura-se segundo um modelo institucional e pedagógico suficientemente flexível que permita integrar os alunos com níveis de formação e características diferenciados.

4 — A formação profissional estrutura-se por forma a desenvolver acções de:

- a) Iniciação profissional;
- b) Qualificação profissional;
- c) Aperfeiçoamento profissional;
- d) Reconversão profissional.

5 — A organização dos cursos de formação profissional deve adequar-se às necessidades conjunturais nacionais e regionais de emprego, podendo integrar módulos de duração variável e combináveis entre si, com vista à obtenção de níveis profissionais sucessivamente mais elevados.

6 — O funcionamento dos cursos e módulos pode ser realizado segundo formas institucionais diversificadas, designadamente:

- a) Utilização de escolas de ensino básico e secundário;
- b) Protocolos com empresas e autarquias;
- c) Apoios a instituições e iniciativas estatais e não estatais;
- d) Dinamização de acções comunitárias e de serviços à comunidade;
- e) Criação de instituições específicas.

7 — A conclusão com aproveitamento de um módulo ou curso de formação profissional confere direito à atribuição da correspondente certificação.

8 — Serão estabelecidos processos que favoreçam a recorrência e a progressão no sistema de educação escolar dos que completarem cursos de formação profissional.

Artigo 20.º

(Ensino recorrente de adultos)

1 — Para os indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário é organizado um ensino recorrente.

2 — Este ensino é também destinado aos indivíduos que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade normal de formação, tendo em especial atenção a eliminação do analfabetismo.

3 — Têm acesso a esta modalidade de ensino os indivíduos:

- a) Ao nível do ensino básico, a partir dos 15 anos;
- b) Ao nível do ensino secundário, a partir dos 18 anos.

4 — Este ensino atribui os mesmos diplomas e certificados que os conferidos pelo ensino regular, sendo as formas de acesso e os planos e métodos de estudos organizados de modo distinto, tendo em conta os grupos etários a que se destinam, a experiência de vida entretanto adquirida e o nível de conhecimentos demonstrados.

5 — A formação profissional referida no artigo anterior pode ser também organizada de forma recorrente.

Artigo 21.º**(Ensino a distância)**

1 — O ensino a distância, mediante o recurso aos *multimedia* e às novas tecnologias da informação, constitui não só uma forma complementar do ensino regular, mas pode constituir também uma modalidade alternativa da educação escolar.

2 — O ensino a distância terá particular incidência na educação recorrente e na formação contínua de professores.

3 — Dentro da modalidade de ensino a distância situa-se a universidade aberta.

Artigo 22.º**(Ensino português no estrangeiro)**

1 — O Estado promoverá a divulgação e o estudo da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro mediante acções e meios diversificados que visem, nomeadamente, a sua inclusão nos planos curriculares de outros países e a criação e a manutenção de leitorados de português, sob orientação de professores portugueses, em universidades estrangeiras.

2 — Será incentivada a criação de escolas portuguesas nos países de língua oficial portuguesa e junto das comunidades de emigrantes portugueses.

3 — O ensino da língua e da cultura portuguesas aos trabalhadores emigrantes e seus filhos será assegurado através de cursos e actividades promovidos nos países de imigração em regime de integração ou de complementaridade relativamente aos respectivos sistemas educativos.

4 — Serão incentivadas e apoiadas pelo Estado as iniciativas de associações de portugueses e as de entidades estrangeiras, públicas e privadas, que contribuam para a prossecução dos objectivos enunciados neste artigo.

SECÇÃO III**Educação extra-escolar****Artigo 23.º****(Educação extra-escolar)**

1 — A educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.

2 — A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente e visa a globalidade e a continuidade da acção educativa.

3 — São vectores fundamentais da educação extra-escolar:

- a) Eliminar o analfabetismo literal e funcional;
- b) Contribuir para a efectiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentaram o sistema regular do ensino ou o abandonaram precocemente, designadamente através da alfabetização e da educação de base de adultos;
- c) Favorecer atitudes de solidariedade social e de participação na vida da comunidade;

d) Preparar para o emprego, mediante acções de reconversão e de aperfeiçoamento profissionais, os adultos cujas qualificações ou treino profissional se tornem inadequados face ao desenvolvimento tecnológico;

e) Desenvolver as aptidões tecnológicas e o saber técnico que permitam ao adulto adaptar-se à vida contemporânea;

f) Assegurar a ocupação criativa dos tempos livres de jovens e adultos com actividades de natureza cultural.

4 — As actividades de educação extra-escolar podem realizar-se em estruturas de extensão cultural do sistema escolar, ou em sistemas abertos, com recurso a meios de comunicação social e a tecnologias educativas específicas e adequadas.

5 — Compete ao Estado promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que, neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias, associações culturais e recreativas, associações de pais, associações de estudantes e organismos juvenis, associações de educação popular, organizações sindicais e comissões de trabalhadores, organizações cívicas e confessionais e outras.

6 — O Estado, para além de atender à dimensão educativa da programação televisiva e radiofónica em geral, assegura a existência e funcionamento da rádio e da televisão educativas, numa perspectiva de pluralidade de programas, cobrindo tempos diários de emissão suficientemente alargados e em horários diversificados.

CAPÍTULO III**Apoios e complementos educativos****Artigo 24.º****(Promoção do sucesso escolar)**

1 — São estabelecidas e desenvolvidas actividades e medidas de apoio e complemento educativos visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar.

2 — Os apoios e complementos educativos são aplicados prioritariamente na escolaridade obrigatória.

Artigo 25.º**(Apoios a alunos com necessidades escolares específicas)**

Nos estabelecimentos de ensino básico é assegurada a existência de actividades de acompanhamento e complemento pedagógicos, de modo positivamente diferenciado, a alunos com necessidades escolares específicas.

Artigo 26.º**(Apoio psicológico e orientação escolar e profissional)**

O apoio ao desenvolvimento psicológico dos alunos e à sua orientação escolar e profissional, bem como o apoio psicopedagógico às actividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar, são realizados por serviços de psicologia e orientação escolar profissional inseridos em estruturas regionais escolares.

Artigo 27.º**(Acção social escolar)**

1 — São desenvolvidos, no âmbito da educação pré-escolar e da educação escolar, serviços de acção social escolar, concretizados através da aplicação de critérios de discriminação positiva que visem a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados.

2 — Os serviços de acção social escolar são traduzidos por um conjunto diversificado de acções, em que avultam a comparticipação em refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento, manuais e material escolar, e pela concessão de bolsas de estudo.

Artigo 28.º**(Apoio de saúde escolar)**

Será realizado o acompanhamento do saudável crescimento e desenvolvimento dos alunos, o qual é assegurado, em princípio, por serviços especializados dos centros comunitários de saúde em articulação com as estruturas escolares.

Artigo 29.º**(Apoio a trabalhadores-estudantes)**

Aos trabalhadores-estudantes será proporcionado um regime especial de estudos que tenha em consideração a sua situação de trabalhadores e de estudantes e que lhes permita a aquisição de conhecimentos, a progressão no sistema do ensino e a criação de oportunidades de formação profissional adequadas à sua valorização pessoal.

CAPÍTULO IV**Recursos humanos****Artigo 30.º****(Princípios gerais sobre a formação de educadores e professores)**

1 — A formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios:

- a) Formação inicial de nível superior, proporcionando aos educadores e professores de todos os níveis de educação e ensino a informação, os métodos e as técnicas científicas e pedagógicas de base, bem como a formação pessoal e social adequadas ao exercício da função;
- b) Formação contínua que complemente e actualize a formação inicial numa perspectiva de educação permanente;
- c) Formação flexível que permita a reconversão e mobilidade dos educadores e professores dos diferentes níveis de educação e ensino, nomeadamente o necessário complemento de formação profissional;
- d) Formação integrada quer no plano da preparação científico-pedagógica quer no da articulação teórico-prática;

- e) Formação assente em práticas metodológicas afins das que o educador e o professor vierem a utilizar na prática pedagógica;
- f) Formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e actuante;
- g) Formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a actividade educativa;
- h) Formação participada que conduza a uma prática reflexiva e continuada de auto-informação e auto-aprendizagem.

2 — A orientação e as actividades pedagógicas na educação pré-escolar são asseguradas por educadores de infância, sendo a docência em todos os níveis e ciclos de ensino assegurada por professores detentores de diploma que certifique a formação profissional específica com que se encontram devidamente habilitados para o efeito.

Artigo 31.º**(Formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário)**

1 — Os educadores de infância e os docentes dos ensinos básico e secundário adquirem qualificação profissional em cursos específicos destinados à respectiva formação, de acordo com as necessidades curriculares do respectivo nível de educação e ensino, em escolas superiores de educação ou em universidades que disponham de unidades de formação próprias para o efeito, nos termos a seguir definidos:

- a) A formação dos educadores de infância e dos professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico realiza-se em escolas superiores de educação;
- b) A formação dos educadores e dos professores referidos na alínea anterior pode ainda ser realizada em universidades, as quais, para o efeito, atribuem os mesmos diplomas que os das escolas superiores de educação;
- c) A formação de professores do 3.º ciclo do ensino básico e de professores do ensino secundário realiza-se em universidades.

2 — A formação dos professores de disciplinas de natureza profissional, vocacional ou artística dos ensinos básico ou secundário adquire-se em cursos profissionais adequados, que se ministram em escolas superiores, complementados por uma formação pedagógica.

3 — Podem também adquirir qualificação profissional para professores do 3.º ciclo do ensino básico e para professores do ensino secundário os licenciados que, tendo as habilitações científicas requeridas para o acesso à profissionalização no ensino, obtenham a necessária formação pedagógica em curso adequado.

4 — Os cursos de formação de professores do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e de professores do ensino secundário serão cursos de licenciatura.

5 — Os cursos de licenciatura para formação de professores do 2.º ciclo do ensino básico realizados nas escolas superiores de educação organizam-se nos termos do n.º 7 do artigo 13.º

6 — As escolas superiores de educação e as instituições universitárias podem celebrar convénios entre si para a formação de educadores e professores.

Artigo 32.º

(Qualificação para professor do ensino superior)

1 — Adquirem qualificação para a docência no ensino superior os habilitados com os graus de doutor ou de mestre, bem como os licenciados que tenham prestado provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, podendo ainda exercer a docência outras individualidades reconhecidamente qualificadas.

2 — Podem coadjuvar na docência do ensino superior os indivíduos habilitados com o grau de licenciado ou equivalente.

Artigo 33.º

(Qualificação para outras funções educativas)

1 — Adquirem qualificação para a docência em educação especial os educadores de infância e os professores do ensino básico e secundário com prática de educação ou de ensino regular ou especial que obtenham aproveitamento em cursos especialmente vocacionados para o efeito realizados em escolas superiores que disponham de recursos próprios nesse domínio.

2 — Nas instituições de formação referidas no n.º 1 do artigo 31.º podem ainda ser ministrados cursos especializados de administração e inspecção escolares, de animação sócio-cultural, de educação de base de adultos e outros necessários ao desenvolvimento do sistema educativo.

3 — São qualificados para o exercício das actividades de apoio educativo os indivíduos habilitados com formação superior adequada.

Artigo 34.º

(Pessoal auxiliar de educação)

O pessoal auxiliar de educação deve possuir como habilitação mínima o ensino básico ou equivalente, devendo ser-lhe proporcionada uma formação complementar adequada.

Artigo 35.º

(Formação contínua)

1 — A todos os educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito à formação contínua.

2 — A formação contínua deve ser suficientemente diversificada, de modo a assegurar o complemento, aprofundamento e actualização de conhecimentos e de competências profissionais, bem como a possibilitar a mobilidade e a progressão na carreira.

3 — A formação contínua é assegurada predominantemente pelas respectivas instituições de formação inicial, em estreita cooperação com os estabelecimentos onde os educadores e professores trabalham.

4 — Serão atribuídos aos docentes períodos especialmente destinados à formação contínua, os quais poderão revestir a forma de anos sabáticos.

Artigo 36.º

(Princípios gerais das carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação)

1 — Os educadores, professores e outros profissionais da educação têm direito a retribuição e carreira compatíveis com as suas habilitações e responsabilidades profissionais, sociais e culturais.

2 — A progressão na carreira deve estar ligada à avaliação de toda a actividade desenvolvida, individualmente ou em grupo, na instituição educativa, no plano da educação e do ensino e da prestação de outros serviços à comunidade, bem como às qualificações profissionais, pedagógicas e científicas.

3 — Aos educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito de recurso das decisões da avaliação referida no número anterior.

CAPÍTULO V

Recursos materiais

Artigo 37.º

(Rede escolar)

1 — Compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população.

2 — O planeamento da rede de estabelecimentos escolares deve contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens.

Artigo 38.º

(Regionalização)

O planeamento e reorganização da rede escolar, assim como a construção e manutenção dos edifícios escolares e seu equipamento, devem assentar numa política de regionalização efectiva, com definição clara das competências dos intervenientes, que, para o efeito, devem contar com os recursos necessários.

Artigo 39.º

(Edifícios escolares)

1 — Os edifícios escolares devem ser planeados na óptica de um equipamento integrado e ter suficiente flexibilidade para permitir, sempre que possível, a sua utilização em diferentes actividades da comunidade e a sua adaptação em função das alterações dos diferentes níveis de ensino, dos currículos e métodos educativos.

2 — A estrutura dos edifícios escolares deve ter em conta, para além das actividades escolares, o desenvolvimento de actividades de ocupação de tempos livres e o envolvimento da escola em actividades extra-escolares.

3 — A densidade da rede e as dimensões dos edifícios escolares devem ser ajustadas às características e necessidades regionais e à capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos, de forma

a garantir as condições de uma boa prática pedagógica e a realização de uma verdadeira comunidade escolar.

4 — Na concepção dos edifícios e na escolha do equipamento devem ser tidas em conta as necessidades especiais dos deficientes.

5 — A gestão dos espaços deve obedecer ao imperativo de, também por esta via, se contribuir para o sucesso educativo e escolar dos alunos.

Artigo 40.º

(Estabelecimentos de educação e de ensino)

1 — A educação pré-escolar realiza-se em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares onde também seja ministrado o 1.º ciclo do ensino básico ou ainda em edifícios onde se realizem outras actividades sociais, nomeadamente de educação extra-escolar.

2 — O ensino básico é realizado em estabelecimentos com tipologias diversas que abarcam a totalidade ou parte dos ciclos que o constituem, podendo, por necessidade de racionalização de recursos, ser ainda realizado neles o ensino secundário.

3 — O ensino secundário realiza-se em escolas secundárias pluricurriculares, sem prejuízo de, relativamente a certas matérias, se poder recorrer à utilização de instalações de entidades privadas ou de outras entidades públicas não responsáveis pela rede de ensino público para a realização de aulas ou outras acções de ensino e formação.

4 — A rede escolar do ensino secundário deve ser organizada de modo que em cada região se garanta a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses locais ou regionais.

5 — O ensino secundário deve ser predominantemente realizado em estabelecimentos distintos, podendo, com o objectivo de racionalização dos respectivos recursos, ser aí realizados ciclos do ensino básico, especialmente o 3.º

6 — As diversas unidades que integram a mesma instituição de ensino superior podem dispersar-se geograficamente, em função da sua adequação às necessidades de desenvolvimento da região em que se inserem.

7 — A flexibilidade da utilização dos edifícios prevista neste artigo em caso algum se poderá concretizar em colisão com o n.º 3 do artigo anterior.

Artigo 41.º

(Recursos educativos)

1 — Constituem recursos educativos todos os meios materiais utilizados para conveniente realização da actividade educativa.

2 — São recursos educativos privilegiados, a exigirem especial atenção:

- a) Os manuais escolares;
- b) As bibliotecas e mediatecas escolares;
- c) Os equipamentos laboratoriais e oficinais;
- d) Os equipamentos para educação física e desportos;
- e) Os equipamentos para educação musical e plástica;
- f) Os centros regionais de recursos educativos.

3 — Para o apoio e complementaridade dos recursos educativos existentes nas escolas e ainda com o objectivo de racionalizar o uso dos meios disponíveis será incentivada a criação de centros regionais que disponham de recursos apropriados e de meios que permitam criar outros, de acordo com as necessidades de inovação educativa.

Artigo 42.º

(Financiamento da educação)

1 — A educação será considerada, na elaboração do Plano e do Orçamento do Estado, como uma das prioridades nacionais.

2 — As verbas destinadas à educação devem ser distribuídas em função das prioridades estratégicas do desenvolvimento do sistema educativo.

CAPÍTULO VI

Administração do sistema educativo

Artigo 43.º

(Princípios gerais)

1 — A administração e gestão do sistema educativo devem assegurar o pleno respeito pelas regras de democraticidade e de participação que visem a consecução de objectivos pedagógicos e educativos, nomeadamente no domínio da formação social e cívica.

2 — O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.

3 — Para os efeitos do número anterior serão adoptadas orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, cabendo ao Estado, através do ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade de acção.

Artigo 44.º

(Níveis de administração)

1 — Leis especiais regulamentarão a delimitação e articulação de competências entre os diferentes níveis de administração, tendo em atenção que serão da responsabilidade da administração central, designadamente, as funções de:

- a) Concepção, planeamento e definição normativa do sistema educativo, com vista a assegurar o seu sentido de unidade e de adequação aos objectivos de âmbito nacional;
- b) Coordenação global e avaliação da execução das medidas da política educativa a desenvolver de forma descentralizada ou desconcentrada;

- c) Inspeção e tutela, em geral, com vista, designadamente, a garantir a necessária qualidade do ensino;
- d) Definição dos critérios gerais de implantação da rede escolar, da tipologia das escolas e seu apetrechamento, bem como das normas pedagógicas a que deve obedecer a construção de edifícios escolares;
- e) Garantia da qualidade pedagógica e técnica dos vários meios didácticos, incluindo os manuais escolares.

2 — A nível regional, e com o objectivo de integrar, coordenar e acompanhar a actividade educativa, será criado em cada região um departamento regional de educação, em termos a regulamentar por decreto-lei.

Artigo 45.º

(Administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino)

1 — O funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino, nos diferentes níveis, orienta-se por uma perspectiva de integração comunitária, sendo, nesse sentido, favorecida a fixação local dos respectivos docentes.

2 — Em cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos de educação e ensino a administração e gestão orientam-se por princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo, tendo em atenção as características específicas de cada nível de educação e ensino.

3 — Na administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino devem prevalecer critérios de natureza pedagógica e científica sobre critérios de natureza administrativa.

4 — A direcção de cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário é assegurada por órgãos próprios, para os quais são democraticamente eleitos os representantes de professores, alunos e pessoal não docente, e apoiada por órgãos consultivos e por serviços especializados, num e noutro caso segundo modalidades a regulamentar para cada nível de ensino.

5 — A participação dos alunos nos órgãos referidos no número anterior circunscreve-se ao ensino secundário.

6 — A direcção de todos os estabelecimentos de ensino superior orienta-se pelos princípios de democraticidade e representatividade e de participação comunitária.

7 — Os estabelecimentos de ensino superior gozam de autonomia científica, pedagógica e administrativa.

8 — As universidades gozam ainda de autonomia financeira, sem prejuízo da acção fiscalizadora do Estado.

9 — A autonomia dos estabelecimentos de ensino superior será compatibilizada com a inserção destes no desenvolvimento da região e do País.

Artigo 46.º

(Conselho Nacional de Educação)

É instituído o Conselho Nacional de Educação, com funções consultivas, sem prejuízo das compe-

tências próprias dos órgãos de soberania, para efeitos de participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados relativamente à política educativa, em termos a regular por lei.

CAPÍTULO VII

Desenvolvimento e avaliação do sistema educativo

Artigo 47.º

(Desenvolvimento curricular)

1 — A organização curricular da educação escolar terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos.

2 — Os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito.

3 — Os planos curriculares dos ensinos básico e secundário integram ainda o ensino da moral e da religião católica, a título facultativo, no respeito dos princípios constitucionais da separação das igrejas e do Estado e da não confessionalidade do ensino público.

4 — Os planos curriculares do ensino básico devem ser estabelecidos à escala nacional, sem prejuízo da existência de conteúdos flexíveis integrando componentes regionais.

5 — Os planos curriculares do ensino secundário terão uma estrutura de âmbito nacional, podendo as suas componentes apresentar características de índole regional e local, justificadas nomeadamente pelas condições sócio-económicas e pelas necessidades em pessoal qualificado.

6 — Os planos curriculares do ensino superior respeitam a cada uma das instituições de ensino que ministram os respectivos cursos estabelecidos, ou a estabelecer, de acordo com as necessidades nacionais e regionais e com uma perspectiva de planeamento integrado da respectiva rede.

7 — O ensino-aprendizagem da língua materna deve ser estruturado de forma que todas as outras componentes curriculares dos ensinos básico e secundário contribuam de forma sistemática para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

Artigo 48.º

(Ocupação dos tempos livres e desporto escolar)

1 — As actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres.

2 — Estas actividades de complemento curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e

cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade.

3 — As actividades de complemento curricular podem ter âmbito nacional, regional ou local e, nos dois últimos casos, ser da iniciativa de cada escola ou grupo de escolas.

4 — As actividades de ocupação dos tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação.

5 — O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

Artigo 49.º

(Avaliação do sistema educativo)

1 — O sistema educativo deve ser objecto de avaliação continuada, que deve ter em conta os aspectos educativos e pedagógicos, psicológicos e sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros e ainda os de natureza político-administrativa e cultural.

2 — Esta avaliação incide, em especial, sobre o desenvolvimento, regulamentação e aplicação da presente lei.

Artigo 50.º

(Investigação em educação)

A investigação em educação destina-se a avaliar e interpretar cientificamente a actividade desenvolvida no sistema educativo, devendo ser incentivada, nomeadamente, nas instituições de ensino superior que possuam centros ou departamentos de ciências da educação, sem prejuízo da criação de centros autónomos especializados neste domínio.

Artigo 51.º

(Estatísticas da educação)

1 — As estatísticas da educação são instrumento fundamental para a avaliação e o planeamento do sistema educativo, devendo ser organizadas de modo a garantir a sua realização em tempo oportuno e de forma universal.

2 — Para este efeito devem ser estabelecidas as normas gerais e definidas as entidades responsáveis pela recolha, tratamento e difusão das estatísticas da educação.

Artigo 52.º

(Estruturas de apolo)

1 — O Governo criará estruturas adequadas que assegurem e apoiem actividades de desenvolvimento curricular, de fomento da inovação e de avaliação do sistema e das actividades educativas.

2 — Estas estruturas devem desenvolver a sua actividade em articulação com as escolas e com as instituições de investigação em educação e de formação de professores.

Artigo 53.º

(Inspeção escolar)

A inspeção escolar goza de autonomia no exercício da sua actividade e tem como função avaliar e fiscalizar a realização da educação escolar, tendo em vista a prossecução dos fins e objectivos estabelecidos na presente lei e demais legislação complementar.

CAPÍTULO VIII

Ensino particular e cooperativo

Artigo 54.º

(Especificidade)

1 — É reconhecido pelo Estado o valor do ensino particular e cooperativo, como uma expressão concreta da liberdade de aprender e ensinar e do direito da família a orientar a educação dos filhos.

2 — O ensino particular e cooperativo rege-se por legislação e estatuto próprios, que devem subordinar-se ao disposto na presente lei.

Artigo 55.º

(Articulação com a rede escolar)

1 — Os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo que se enquadrem nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objectivos do sistema educativo são considerados parte integrante da rede escolar.

2 — No alargamento ou no ajustamento da rede o Estado terá também em consideração as iniciativas e os estabelecimentos particulares e cooperativos, numa perspectiva de racionalização de meios, de aproveitamento de recursos e de garantia de qualidade.

Artigo 56.º

(Funcionamento de estabelecimentos e cursos)

1 — As instituições de ensino particular e cooperativo podem, no exercício da liberdade de ensinar e aprender, seguir os planos curriculares e conteúdos programáticos do ensino a cargo do Estado ou adoptar planos e programas próprios, salvaguardadas as disposições constantes do n.º 1 do artigo anterior.

2 — Quando o ensino particular e cooperativo adoptar planos e programas próprios, o seu reconhecimento oficial é concedido caso a caso, mediante avaliação positiva resultante da análise dos respectivos currículos e das condições pedagógicas da realização do ensino, segundo normas a estabelecer por decreto-lei.

3 — A autorização para a criação e funcionamento de instituições e cursos de ensino superior particular e cooperativo, bem como a aprovação dos respectivos planos de estudos e o reconhecimento oficial dos correspondentes diplomas, faz-se, caso a caso, por decreto-lei.

Artigo 57.º**(Pessoal docente)**

1 — A docência nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo integrados na rede escolar requer, para cada nível de educação e ensino, a qualificação académica e a formação profissional estabelecidas na presente lei.

2 — O Estado pode apoiar a formação contínua dos docentes em exercício nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que se integram na rede escolar.

Artigo 58.º**(Intervenção do Estado)**

1 — O Estado fiscaliza e apoia pedagógica e tecnicamente o ensino particular e cooperativo.

2 — O Estado apoia financeiramente as iniciativas e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo quando, no desempenho efectivo de uma função de interesse público, se integrem no plano de desenvolvimento da educação, fiscalizando a aplicação das verbas concedidas.

CAPÍTULO IX**Disposições finais e transitórias****Artigo 59.º****(Desenvolvimento da lei)**

1 — O Governo fará publicar no prazo de um ano, sob a forma de decreto-lei, a legislação complementar necessária para o desenvolvimento da presente lei que contemple, designadamente, os seguintes domínios:

- a) Gratuitidade da escolaridade obrigatória;
- b) Formação de pessoal docente;
- c) Carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação;
- d) Administração e gestão escolares;
- e) Planos curriculares dos ensinos básico e secundário;
- f) Formação profissional;
- g) Ensino recorrente de adultos;
- h) Ensino a distância;
- i) Ensino português no estrangeiro;
- j) Apoios e complementos educativos;
- l) Ensino particular e cooperativo;
- m) Educação física e desporto escolar;
- n) Educação artística.

2 — Quando as matérias referidas no número anterior já constarem de lei da Assembleia da República, deverá o Governo, em igual prazo, apresentar as necessárias propostas de lei.

3 — O Conselho Nacional de Educação deve acompanhar a aplicação e o desenvolvimento do disposto na presente lei.

Artigo 60.º**(Plano de desenvolvimento do sistema educativo)**

O Governo, no prazo de dois anos, deve elaborar e apresentar, para aprovação na Assembleia da Repú-

blica, um plano de desenvolvimento do sistema educativo, com um horizonte temporal a médio prazo e limite no ano 2000, que assegure a realização faseada da presente lei e demais legislação complementar.

Artigo 61.º**(Regime de transição)**

O regime de transição do sistema actual para o previsto na presente lei constará de disposições regulamentares a publicar em tempo útil pelo Governo, não podendo professores, alunos e pessoal não docente ser afectados nos direitos adquiridos.

Artigo 62.º**(Disposições transitórias)**

1 — Serão tomadas medidas no sentido de dotar os ensinos básico e secundário com docentes habilitados profissionalmente, mediante modelos de formação inicial conformes com o disposto na presente lei, de forma a tornar desnecessária a muito curto prazo a contratação em regime permanente de professores sem habilitação profissional.

2 — Será organizado um sistema de profissionalização em exercício para os docentes devidamente habilitados actualmente em exercício ou que venham a ingressar no ensino, de modo a garantir-lhes uma formação profissional equivalente à ministrada nas instituições de formação inicial para os respectivos níveis de ensino.

3 — Na determinação dos contingentes a estabelecer para os cursos de formação inicial de professores a entidade competente deve ter em consideração a relação entre o número de professores habilitados já em exercício e a previsão de vagas disponíveis no termo de um período transitório de cinco anos.

4 — Enquanto não forem criadas as regiões administrativas, as competências e o âmbito geográfico dos departamentos regionais de educação referidos no n.º 2 do artigo 44.º serão definidos por decreto-lei, a publicar no prazo de um ano.

5 — O Governo elaborará um plano de emergência de construção e recuperação de edifícios escolares e seu apetrechamento, no sentido de serem satisfeitas as necessidades da rede escolar, com prioridade para o ensino básico.

6 — No 1.º ciclo do ensino básico as funções dos actuais directores de distrito escolar e dos delegados escolares são exclusivamente de natureza administrativa.

Artigo 63.º**(Disposições finais)**

1 — As disposições relativas à duração da escolaridade obrigatória aplicam-se aos alunos que se inscreverem no 1.º ano do ensino básico no ano lectivo de 1987-1988 e para os que o fizerem nos anos lectivos subsequentes.

2 — Lei especial determinará as funções de administração e apoio educativos que cabem aos municípios.

3 — O Governo deve definir por decreto-lei o sistema de equivalência entre os estudos, graus e diplomas

do sistema educativo português e os de outros países, bem como as condições em que os alunos do ensino superior podem frequentar em instituições congéneres estrangeiras parte dos seus cursos, assim como os critérios de determinação das unidades de crédito transferíveis.

4 — Devem ser criadas condições que facilitem aos jovens regressados a Portugal filhos de emigrantes a sua integração no sistema educativo.

Artigo 64.º

(Norma revogatória)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei.

Aprovada em 24 de Julho de 1986.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Promulgada em Guimarães em 23 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendada em 30 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral do Pessoal

Portaria n.º 600/86

de 14 de Outubro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, nos termos do § 1.º do artigo 158.º do Regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 433/72, de 3 de Novembro, que o mapa do pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Luanda, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986, passe a ser o seguinte:

Embaixada de Portugal em Luanda:

- Um chanceler;
- Um secretário de 1.ª classe;
- Dois secretários de 2.ª classe;
- Três escriturários-dactilógrafos;
- Um consultor médico.
- Uma telefonista;
- Dois motoristas;
- Dois porteiros;
- Um zelador;
- Três guardas;
- Um contínuo;
- Um jardineiro;
- Três auxiliares de serviços.

Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 12 de Setembro de 1986.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Pedro José Rodrigues Pires de Miranda*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PISCAS E ALIMENTAÇÃO

Decreto-Lei n.º 346/86

de 14 de Outubro

De acordo com o Regulamento CEE n.º 2730/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, a glicose e o xarope de glicose contendo em peso, no estado seco, 99 % ou mais de produto puro deverão ser submetidos ao mesmo regime de importação que a glicose com menor grau de pureza. As razões determinantes deste procedimento são transponíveis para a situação portuguesa.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O regime previsto no Decreto-Lei n.º 62/86, de 25 de Março, para a glicose e o xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, II, da Pauta dos Direitos de Importação é extensível à glicose e ao xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, I, da mesma Pauta.

Art. 2.º Este diploma produz efeitos a partir de 1 de Março de 1986.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Setembro de 1986. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Alvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto* — *Fernando Augusto dos Santos Martins*.

Promulgado em Guimarães em 23 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 30 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria n.º 601/86

de 14 de Outubro

Sob proposta das comissões instaladoras do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e da sua Escola Superior de Educação;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 59/86, de 21 de Março, e o disposto no Despacho n.º 78/MEC/86, de 3 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de Abril de 1986;

Tendo em atenção o disposto na Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho;

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto, e do disposto no

Decreto-Lei n.º 35/90
de 25 de janeiro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**Decreto-Lei n.º 35/90**

de 25 de Janeiro

A gratuitidade da escolaridade obrigatória e os apoios e complementos educativos previstos na Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), são aspectos que, embora distintos, se encontram intimamente relacionados. A relevância dos pontos comuns justifica, e até recomenda, que os dois domínios sejam regulamentados em diploma único, sem prejuízo das matérias específicas da escolaridade obrigatória.

A definição do princípio da gratuitidade da escolaridade obrigatória, agora alargada a um período de nove anos, pressupõe o objectivo de tornar efectiva a universalidade do ensino básico, garantindo a todas as crianças o acesso à escola, a obtenção das qualificações mínimas que as habilitem ou a prosseguir os estudos ou a enveredar pela actividade profissional e, em consequência, as condições indispensáveis não só à concretização daquele objectivo como também à prossecução de um efectivo sucesso escolar.

Com efeito, os grandes esforços desenvolvidos até agora na área da educação e no âmbito da acção social escolar não têm sido suficientes para fazer inverter os casos de insucesso escolar que são ainda uma manifesta causa de injustiça social e de quebra do princípio de igualdade de oportunidades. Facto preocupante é, também, o baixo índice de escolarização das crianças com necessidades educativas específicas, devidas a deficiências físicas e mentais, a quem importa garantir as condições educativas adequadas às suas características e o seu pleno acesso à educação, em todo o período compreendido pela escolaridade obrigatória.

Urge, portanto, enveredar pela consagração legislativa de alguns dos vectores de cuja concretização depende a promoção do sucesso educativo nos próximos anos.

Assim, alarga-se aos estabelecimentos dependentes de instituições públicas, privadas ou cooperativas de educação especial o princípio da gratuitidade consagrada para o ensino básico e, por outro lado, reforça-se em todo o sistema o apoio social e escolar aos alunos e às famílias e o apoio médico e alimentar, de modo a promover as condições físicas e ambientais mais favoráveis ao pleno desenvolvimento dos educandos.

No que respeita aos apoios sócio-educativos, são de salientar os que respeitam:

- À alimentação, com distribuição diária de leite e atribuição de refeições subsidiadas ou gratuitas;
- Ao alojamento, através da manutenção e desenvolvimento da rede nacional de residências para estudantes e de outras modalidades;
- Aos apoios económicos, tais como a atribuição de livros e material escolar, a concessão de bolsas de estudo, de isenção de propinas e de empréstimos para prosseguimento de estudos;
- Aos transportes escolares, destinados a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e a possibilitar a continuação dos estudos;
- Ao seguro escolar, destinado a garantir cobertura financeira na assistência a alunos sinistrados.

No que se refere ao apoio de saúde escolar, serão desenvolvidas acções de prevenção e educação para a saúde. Para permitir uma maior adaptabilidade do conteúdo dos benefícios concedidos às condições sócio-económicas dos destinatários e aos meios financeiros disponíveis, remete-se para portaria do Ministro da Educação a regulamentação do conteúdo das acções previstas.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I**Princípios gerais****Artigo 1.º****Âmbito da aplicação**

O presente diploma aplica-se aos alunos que frequentam o ensino não superior em estabelecimentos de ensino oficial, particular ou cooperativo.

Artigo 2.º**Cumprimento da escolaridade obrigatória**

1 — A frequência do ensino básico, com a duração de nove anos, é obrigatória para todas as crianças em idade escolar, nos termos do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).

2 — Os alunos com necessidades educativas específicas, resultantes de deficiências físicas ou mentais, estão sujeitos ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não podendo ser isentos da sua frequência.

3 — A frequência a que se refere o número anterior processa-se em estabelecimentos regulares de ensino ou em instituições específicas de educação especial, quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do aluno.

Artigo 3.º**Gratuidade da escolaridade obrigatória**

1 — Durante o período da escolaridade obrigatória o ensino é gratuito.

2 — A gratuitidade da escolaridade obrigatória consiste na isenção total de propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, a frequência escolar e a certificação de aproveitamento.

3 — Além do disposto no número anterior, a gratuitidade abrange ainda o seguro escolar e a faculdade de dispor, nos termos do presente diploma, de apoios complementares que favoreçam a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

4 — O disposto nos números anteriores não prejudica a eventual existência de taxas ou outro modo de participação nos custos, decorrentes de acções de natureza extracurricular ou de ocupação de tempos livres, bem como de actividades extraordinárias, promovidas pelos estabelecimentos de ensino e organizadas por



estes isoladamente ou em colaboração com associações de pais e encarregados de educação ou quaisquer outras entidades.

Artigo 4.º

Apoios e complementos educativos

Os apoios e complementos educativos exercem-se nos domínios da orientação e psicologia educacional, da acção social escolar e da saúde escolar.

CAPÍTULO II

Apoios e complementos educativos

Artigo 5.º

Apoios e complementos

1 — Os apoios e complementos educativos incluem modalidades de aplicação geral e modalidades de aplicação restrita.

2 — São modalidades de aplicação geral as que são susceptíveis de abranger todos os alunos, designadamente os apoios alimentares, os transportes escolares e os esquemas de alojamento.

3 — São modalidades de aplicação restrita as que se destinam, em exclusivo, aos alunos de mais baixos recursos sócio-económicos, designadamente a cedência de livros e material escolar e os auxílios económicos directos.

4 — Sem prejuízo do seu carácter geral, a gestão das modalidades a que se refere o n.º 2 orienta-se por critérios de compensação a favor dos alunos mais carenciados.

Artigo 6.º

Prioridade por níveis de educação e ensino

1 — A aplicação das diversas modalidades de apoios e complementos educativos aos diferentes níveis de ensino deve ter em conta a especificidade da acção educativa própria, os grupos etários envolvidos e a organização da rede nacional respectiva.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a política de apoios e complementos educativos, designadamente na afectação de recursos, deve atribuir prioridade ao ensino básico e às modalidades de educação especial.

Artigo 7.º

Níveis de comparticipação

1 — O acesso aos apoios e complementos educativos é gratuito ou comparticipado, consoante a situação sócio-económica dos alunos.

2 — Os níveis de comparticipação são anualmente definidos tendo em consideração os factores pertinentes, designadamente o rendimento familiar, a composição da família, encargos especiais da família por doença, deficiência ou outro motivo atendível, sujeitos a critérios de equidade e de justiça social.

Artigo 8.º

Referenciais de aplicação

Para efeitos de definição do universo populacional abrangido pelas modalidades de aplicação restrita, em cada ano escolar são fixadas tabelas indicativas com base em referenciais sócio-económicos.

SECÇÃO I

Orientação e psicologia educacional

Artigo 9.º

Apoio psicológico e orientação escolar e profissional

1 — O apoio psicológico e a orientação escolar e profissional traduzem-se num conjunto de acções diversificadas, que visam o acompanhamento do aluno, individual ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio psicopedagógico às actividades educativas e ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar.

2 — O apoio referido no número anterior é prestado por serviços especializados.

SECÇÃO II

Modalidades de acção social escolar

Artigo 10.º

Apoios alimentares

O apoio a prestar em matéria de alimentação abrange:

- a) A distribuição diária e gratuita de leite;
- b) A atribuição de refeições subsidiadas ou gratuitas;
- c) A promoção de acções no âmbito da educação e higiene alimentar.

Artigo 11.º

Programa de leite escolar

1 — O programa de leite escolar tem finalidades educativas e de saúde.

2 — Os alunos do ensino básico recebem o leite escolar, diário e gratuitamente, ao longo de todo o ano lectivo.

3 — Serão assegurados todos os cuidados necessários em matéria de higiene, conservação e garantia das boas condições em que o leite é distribuído.

4 — Promover-se-á o consumo de leite e seus derivados junto dos alunos do ensino secundário, mediante a sua venda não lucrativa nos respectivos estabelecimentos escolares.

5 — No caso da população referida no n.º 2 deste artigo, poderão ser associados ao leite escolar outros alimentos nutritivos, tendo em conta, designadamente, as necessidades alimentares dos alunos.

Artigo 12.º

Refeitórios

1 — Os estabelecimentos de ensino devem dispor de refeitórios escolares.

2 — Nos casos em que o número de alunos não justifique a sua existência, o refeitório pode ser substituído pela utilização de refeitórios de estabelecimentos vizinhos ou outras formas de prestação de serviço.

3 — Os refeitórios fornecerão o almoço e, quando funcionem por cursos nocturnos e o número de alunos o justifique, também o jantar.

4 — As refeições são fornecidas sem fins lucrativos, não prejudicando o esquema de auxílios económicos previsto no presente diploma.

Artigo 13.º

Bufetes

1 — Para além dos refeitórios, os estabelecimentos de ensino podem dispor de um serviço de bufete.

2 — Nos casos em que os estabelecimentos não dispõem de refeitório e os respectivos alunos não possam frequentar um refeitório localizado a distância razoável, o bufete terá uma função supletiva daquele, para o que será convenientemente apetrechado e dotado dos meios necessários.

Artigo 14.º

Educação e higiene alimentar

1 — As refeições devem contribuir para a melhoria dos níveis alimentar e de saúde dos alunos, considerando os hábitos alimentares das regiões.

2 — As actividades escolares devem fomentar, com a participação activa dos alunos, uma alimentação saudável.

3 — Os refeitórios e bufetes referidos nos artigos 12.º e 13.º do presente diploma são objecto de inspecções sanitárias periódicas, pelo menos uma vez por ano, da responsabilidade da autoridade sanitária da área, a fim de garantir o seu funcionamento em boas condições de higiene e de salubridade.

Artigo 15.º

Transportes escolares

1 — Aos alunos dos ensinos básico e secundário que residam em localidades que não disponham de estabelecimentos escolares acessíveis a pé, em termos de distância ou de tempo, nem de transportes públicos colectivos utilizáveis será facultado um esquema adequado de transportes escolares.

2 — Será assegurado o transporte escolar dentro da área de residência aos alunos com dificuldades de locomoção ou que necessitem de se deslocar para frequência de modalidades de educação especial.

3 — A utilização do esquema de transportes escolares será gratuita para os alunos do ensino básico e participada para os do ensino secundário.

4 — A organização e controlo do funcionamento dos transportes escolares é da competência dos municípios de residência dos alunos, nos termos do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro.

Artigo 16.º

Alojamento

1 — Com vista a garantir o cumprimento da escolaridade obrigatória e o acesso à escola por parte de alunos forçados a separarem-se da família durante o período de frequência da escola será organizado um esquema de apoio ao alojamento.

2 — O apoio ao alojamento pode abranger as seguintes modalidades:

- a) Rede oficial de residências para estudantes;
- b) Colocações familiares;
- c) Acordos de cooperação com entidades privadas.

3 — No apoio ao alojamento é atribuída primeira prioridade aos alunos com fracos recursos económicos que frequentem o ensino básico ou estruturas de educação especial.

4 — Em qualquer das modalidades referidas no n.º 2, o custo suportado pelo aluno é participado, sem prejuízo do esquema de apoios económicos previsto neste diploma.

Artigo 17.º

Prevenção e seguro escolar

1 — Nos estabelecimentos de ensino existirá um programa de prevenção de acidentes e seguro escolar.

2 — O programa referido no número anterior consiste em acções educativas no campo da segurança e prevenção de acidentes nas actividades escolares e num esquema de seguro que garanta a cobertura financeira da assistência a prestar aos sinistrados, complementariamente aos apoios assegurados pelo sistema nacional de saúde.

Artigo 18.º

Cedência de livros e material escolar

1 — Os livros e material escolar são atribuídos em espécie.

2 — Aos alunos com necessidades educativas especiais são atribuídas as ajudas técnicas, os livros e o material escolar adequados, de acordo com a avaliação dos serviços competentes.

Artigo 19.º

Auxílios económicos

1 — Os auxílios económicos directos são formas de apoio sócio-educativo destinados a alunos de mais fracos recursos, visando contribuir para que possam fazer face aos encargos directa ou indirectamente relacionados com as actividades escolares e circum-escolares.

2 — Os auxílios económicos directos abrangem as seguintes modalidades:

- a) Isenção de propinas;
- b) Bolsa de estudo;
- c) Empréstimo.

Artigo 20.º

Isenção de propinas

A modalidade «isenção de propinas» aplica-se aos alunos do ensino secundário que, nos termos do disposto no artigo 8.º, se situem no respectivo referencial sócio-económico.

Artigo 21.º

Bolsa de estudo

1 — A modalidade «bolsa de estudo» tem carácter mensal durante o período do ano lectivo e aplica-se aos alunos do ensino secundário que, nos termos do dis-

posto no artigo 8.º, se situem no respectivo referencial sócio-económico.

2 — A fixação do montante das bolsas de estudo é estabelecida por despacho do Ministro da Educação, tendo em atenção o nível de ensino a que respeita, a condição sócio-económica do aluno e os encargos que visa satisfazer.

Artigo 22.º

Empréstimo

1 — A modalidade «empréstimo» destina-se a alunos do ensino secundário nas suas diferenciadas formas, bem como dos cursos organizados nos termos do artigo 19.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, e visa proporcionar os meios necessários à respectiva frequência.

2 — A modalidade «empréstimo» tem carácter suplementar ou complementar das restantes modalidades.

3 — Os empréstimos serão concedidos por instituições de crédito que venham a criar esquemas adequados aos estudantes.

4 — O empréstimo a conceder a estudantes menores será contratado entre os legais representantes destes e as instituições de crédito.

5 — Deverão ser celebrados protocolos de cooperação entre os serviços especializados do Ministério da Educação e as instituições de crédito interessadas tendo em vista a comunicação de elementos estatísticos e a prestação de quaisquer outros apoios técnicos adequados à realização do objecto do presente artigo.

Artigo 23.º

Serviços de acção social escolar

1 — A acção social escolar desenvolve-se no âmbito da educação escolar e visa assegurar as condições que permitam, com sucesso, o efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória e a frequência da escola após o ensino básico.

2 — Os serviços de acção social escolar exercem a sua actividade nos estabelecimentos de ensino públicos.

Artigo 24.º

Apoio da saúde escolar

1 — Com vista à promoção da saúde de todos os alunos em idade escolar, será desenvolvido um conjunto de acções tendo por objectivos a educação para a saúde, a prevenção primária e secundária da doença e a adequação do processo educacional a eventuais dificuldades ou deficiências resultantes de afecções agudas ou crónicas de qualquer foro, no quadro do ensino geral ou especial.

2 — As acções referidas no número anterior são desenvolvidas, nos termos do disposto no artigo 28.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, por serviços especializados dos centros de saúde, articulados com outros serviços dependentes do Ministério da Saúde, bem como pelos Serviços de Medicina Pedagógica do Ministério da Educação e por estruturas educacionais adequadas.

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

Artigo 25.º

Ensino particular e cooperativo

O cálculo dos encargos decorrentes da aplicação do presente diploma ao ensino particular e cooperativo e a assumir por conta das dotações do Estado será feito com base nos custos relativos ao ensino oficial.

Artigo 26.º

Financiamento

Constituem fontes de financiamento do conjunto de acções previstas no presente diploma:

- a) As verbas inscritas no Orçamento do Estado;
- b) As receitas próprias do Instituto de Apoio Sócio-Educativo;
- c) As receitas próprias dos municípios;
- d) Os fundos provenientes da CEE ou de outras organizações internacionais no âmbito de programas específicos de apoio a alunos carenciados.

Artigo 27.º

Regulamentação

1 — As normas de execução destinadas a concretizar a gratuidade da escolaridade obrigatória serão aprovadas por portaria do Ministro da Educação.

2 — Quando das acções de concretização previstas no número anterior resultar aumento de encargos, a portaria de aprovação deverá também ser assinada pelo Ministro das Finanças.

Artigo 28.º

Disposição transitória

A aplicação do disposto no presente diploma ao ensino particular e cooperativo far-se-á de modo gradual, de acordo com os meios financeiros disponíveis e com base no disposto no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro.

Artigo 29.º

Norma revogatória

É revogado o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 301/84, de 7 de Setembro, na redacção dada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 243/87, de 15 de Junho.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 16 de Novembro de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *José Manuel Nunes Liberato* — *Roberto Artur da Luz Carneiro* — *Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares*.

Promulgado em 12 de Janeiro de 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 16 de Janeiro de 1990.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Decreto-Lei n.º 319/91
de 23 de agosto

de certificação de sementes, a aprovar por portaria do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

2 — A certificação de sementes depende do pagamento de taxas, de montante a fixar por portaria do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Artigo 5.º

Comercialização

Só é permitida a comercialização de sementes:

- a) Produzidas e certificadas em Portugal nos termos do presente diploma e seus regulamentos;
- b) Produzidas e certificadas em Estados membros das Comunidades Europeias de acordo com as exigências do direito comunitário;
- c) Produzidas em Estados não pertencentes às Comunidades Europeias com equivalência reconhecida pelas mesmas e ou acreditados pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico ou pela Associação Internacional de Ensaio de Sementes.

Artigo 6.º

Fiscalização

1 — Compete à Direcção-Geral das Alfândegas fiscalizar a observância do disposto no presente diploma e seus regulamentos no que respeita à importação de sementes agrícolas e hortícolas.

2 — Compete à Direcção-Geral de Inspeção Económica fiscalizar a observância do disposto no presente diploma e seus regulamentos no que respeita à comercialização de sementes agrícolas e hortícolas.

3 — No exercício das suas competências previstas nos números anteriores podem os serviços em causa solicitar ao CNPPA a colaboração que se revele necessária, atenta a especificidade das questões suscitadas.

Artigo 7.º

Contra-ordenações

1 — A produção e a comercialização de sementes em infracção ao disposto no n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 5.º constituem contra-ordenação punível com coima de 100 000\$ a 500 000\$.

2 — No caso de a responsabilidade pela contra-ordenação pertencer a pessoas colectivas, o valor máximo da coima é de 1 000 000\$.

3 — Como sanção acessória das contra-ordenações previstas no n.º 1 e nos termos do regime geral, pode ser determinada:

- a) A apreensão das sementes objecto de infracção;
- b) A suspensão até dois anos da licença de produtor de sementes.

Artigo 8.º

Competência em matéria contra-ordenacional

1 — A instrução dos processos contra-ordenacionais das coimas é da competência da Direcção-Geral de Inspeção Económica.

2 — A aplicação das coimas compete ao director do CNPPA.

3 — O produto das coimas cobradas no território do continente é distribuído da seguinte forma:

- a) 60 % para o Estado;
- b) 20 % para a Direcção-Geral de Inspeção Económica;
- c) 20 % para o CNPPA.

4 — O produto das coimas cobradas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira constitui receita dos respectivos orçamentos regionais, excepto a percentagem atribuída ao CNPPA, nos termos da alínea c) do número anterior.

Artigo 9.º

Regiões Autónomas

As competências atribuídas pelo presente diploma à Direcção-Geral de Inspeção Económica e às direcções regionais de agricultura são exercidas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira pelos serviços competentes em matéria de agricultura, nos termos a definir por diploma das respectivas assembleias legislativas regionais.

Artigo 10.º

Regulamentação

As normas técnicas necessárias à execução do disposto no presente diploma serão aprovadas por portaria do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Artigo 11.º

Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 269/81, de 17 de Setembro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Junho de 1991. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Mário Fernando de Campos Pinto* — *Lino Dias Miguel* — *José Oliveira Costa* — *Arlindo Marques da Cunha* — *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*.

Promulgado em 4 de Agosto de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 8 de Agosto de 1991.

Pelo Primeiro-Ministro, *Joaquim Fernando Nogueira*,
Ministro da Presidência.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 319/91

de 23 de Agosto

A legislação que regula a integração dos alunos portadores de deficiência nas escolas regulares, publicada há mais de 10 anos, carece de actualização e de alargamento. A evolução dos conceitos relacionados com a educação especial, que se tem processado na genera-

lidade dos países, as profundas transformações verificadas no sistema educativo português decorrentes da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, as recomendações relativas ao acesso dos alunos deficientes ao sistema regular de ensino emanadas de organismos internacionais a que Portugal está vinculado e, finalmente, a experiência acumulada durante estes anos levam a considerar os diplomas vigentes ultrapassados e de alcance limitado. Com efeito, foi considerada no presente diploma a evolução dos conceitos resultantes do desenvolvimento das experiências de integração, havendo a salientar:

- A substituição da classificação em diferentes categorias, baseada em decisões de foro médico, pelo conceito de «alunos com necessidades educativas especiais», baseado em critérios pedagógicos;
- A crescente responsabilização da escola regular pelos problemas dos alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem;
- A abertura da escola a alunos com necessidades educativas especiais, numa perspectiva de «escolas para todos»;
- Um mais explícito reconhecimento do papel dos pais na orientação educativa dos seus filhos;
- A consagração, por fim, de um conjunto de medidas cuja aplicação deve ser ponderada de acordo com o princípio de que a educação dos alunos com necessidades educativas especiais deve processar-se no meio menos restritivo possível, pelo que cada uma das medidas só deve ser adoptada quando se revele indispensável para atingir os objectivos educacionais definidos.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

As disposições constantes do presente diploma aplicam-se aos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam os estabelecimentos públicos de ensino dos níveis básico e secundário.

Artigo 2.º

Regime educativo especial

1 — O regime educativo especial consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

2 — As adaptações previstas no número anterior podem traduzir-se nas seguintes medidas:

- a) Equipamentos especiais de compensação;
- b) Adaptações materiais;
- c) Adaptações curriculares;
- d) Condições especiais de matrícula;
- e) Condições especiais de frequência;
- f) Condições especiais de avaliação;
- g) Adequação na organização de classes ou turmas;
- h) Apoio pedagógico acrescido;
- i) Ensino especial.

3 — A aplicação das medidas previstas no número anterior tem em conta o caso concreto, procurando que as condições de frequência dos alunos objecto da sua aplicação se assemelhem às seguidas no regime educativo comum, optando-se pelas medidas mais integradoras e menos restritivas.

Artigo 3.º

Equipamentos especiais de compensação

1 — Consideram-se equipamentos especiais de compensação o material didáctico especial e os dispositivos de compensação individual ou de grupo.

2 — Considera-se material didáctico especial, entre outros:

- a) Livros em braille ou ampliados;
- b) Material áudio-visual;
- c) Equipamento específico para leitura, escrita e cálculo.

3 — Consideram-se dispositivos de compensação individual ou de grupo, entre outros:

- a) Auxiliares ópticos ou acústicos;
- b) Equipamento informático adaptado;
- c) Máquinas de escrever braille;
- d) Cadeiras de rodas;
- e) Próteses.

Artigo 4.º

Adaptações materiais

Consideram-se adaptações materiais:

- a) Eliminação de barreiras arquitectónicas;
- b) Adequação das instalações às exigências da acção educativa;
- c) Adaptação de mobiliário.

Artigo 5.º

Adaptações curriculares

1 — Consideram-se adaptações curriculares:

- a) Redução parcial do currículo;
- b) Dispensa da actividade que se revele impossível de executar em função da deficiência.

2 — As adaptações curriculares previstas no presente artigo não prejudicam o cumprimento dos objectivos gerais dos ciclos e níveis de ensino frequentados e só são aplicáveis quando se verifique que o recurso a equipamentos especiais de compensação não é suficiente.

Artigo 6.º

Condições especiais de matrícula

1 — Compreende-se nas condições especiais de matrícula a faculdade de a efectuar:

- a) Na escola adequada, independentemente do local de residência do aluno;

- b) Com dispensa dos limites etários existentes no regime educativo comum;
- c) Por disciplinas.

2 — A matrícula efectuada ao abrigo da alínea a) do número anterior efectua-se quando as condições de acesso e os recursos de apoio pedagógico existentes facilitem a integração do aluno com necessidades educativas especiais.

3 — A matrícula efectuada ao abrigo da alínea b) do n.º 1 apenas é autorizada aos alunos que, devidamente avaliados e preenchendo condições a regulamentar por despacho do Ministro da Educação, demonstrem um atraso de desenvolvimento global que justifique o ingresso escolar um ano mais tarde do que é obrigatório ou que revelem uma precocidade global que aconselhe o ingresso um ano mais cedo do que é permitido no regime educativo comum.

4 — A matrícula efectuada ao abrigo da alínea c) do n.º 1 pode efectuar-se nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário desde que se assegure a sequencialidade do regime educativo comum.

Artigo 7.º

Condições especiais de frequência

Consideram-se condições especiais de frequência as decorrentes do regime de matrícula previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 8.º

Condições especiais de avaliação

Consideram-se condições especiais de avaliação as seguintes alterações ao regime educativo comum:

- a) Tipo de prova ou instrumento de avaliação;
- b) Forma ou meio de expressão do aluno;
- c) Periodicidade;
- d) Duração;
- e) Local de execução.

Artigo 9.º

Adequação na organização de classes ou turmas

1 — O número de alunos das classes ou turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais não pode ser superior a 20.

2 — As classes ou turmas previstas no número anterior não devem incluir mais de dois alunos com necessidades educativas especiais, salvo casos excepcionais adequadamente fundamentados.

3 — O limite previsto no n.º 1 aplica-se apenas aos casos em que, de acordo com o órgão de administração e gestão da escola ou área escolar, as necessidades especiais dos alunos requeiram atenção excepcional do professor.

Artigo 10.º

Apoio pedagógico acrescido

O apoio pedagógico acrescido consiste no apoio lectivo suplementar individualizado ou em pequenos grupos e tem carácter temporário.

Artigo 11.º

Ensino especial

1 — Considera-se ensino especial o conjunto de procedimentos pedagógicos que permitam o reforço da autonomia individual do aluno com necessidades educativas especiais devidas a deficiências físicas e mentais e o desenvolvimento pleno do seu projecto educativo próprio, podendo seguir os seguintes tipos de currículos:

- a) Currículos escolares próprios;
- b) Currículos alternativos.

2 — Os currículos escolares próprios têm como padrão os currículos do regime educativo comum, devendo ser adaptados ao grau e tipo de deficiência.

3 — Os currículos alternativos substituem os currículos do regime educativo comum e destinam-se a proporcionar a aprendizagem de conteúdos específicos.

4 — As medidas previstas nos artigos anteriores podem ser aplicadas em acumulação com as estabelecidas no presente artigo.

Artigo 12.º

Encaminhamento

Nos casos em que a aplicação das medidas previstas nos artigos anteriores se revele comprovadamente insuficiente em função do tipo e grau de deficiência do aluno, devem os serviços de psicologia e orientação em colaboração com os serviços de saúde escolar, propor o encaminhamento apropriado, nomeadamente a frequência de uma instituição de educação especial.

Artigo 13.º

Competências

Compete ao órgão de administração e gestão da escola decidir:

- a) Aplicar o regime educativo especial, sob proposta conjunta dos professores do ensino regular e de educação especial, ou dos serviços de psicologia e orientação, consoante a complexidade das situações;
- b) O encaminhamento a que se refere o artigo anterior.

Artigo 14.º

Propostas

1 — As situações menos complexas cuja avaliação não exija especialização de métodos e instrumentos ou cuja solução não implique segregação significativa dos alunos podem dar lugar a propostas subscritas pelos professores do ensino regular e de educação especial, de carácter não formal mas devidamente fundamentadas.

2 — As situações mais complexas são analisadas pelos serviços de psicologia e orientação, em colaboração com os serviços de saúde escolar, e dão lugar a

propostas formais, consubstanciadas num plano educativo individual, de acordo com os requisitos do artigo seguinte.

Artigo 15.º

Plano educativo individual

1 — Do plano educativo individual constam obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Identificação do aluno;
- b) Resumo da história escolar e outros antecedentes relevantes, designadamente grau de eficácia das medidas menos restritivas anteriormente adoptadas;
- c) Caracterização das potencialidades, nível de aquisições e problemas do aluno;
- d) Diagnóstico médico e recomendações dos serviços de saúde escolar, se tal for adequado;
- e) Medidas do regime educativo especial a aplicar;
- f) Sistema de avaliação da medida ou medidas aplicadas;
- g) Data e assinatura dos participantes na sua elaboração.

2 — O recurso à medida prevista na alínea i) do n.º 2 do artigo 2.º implica que no plano educativo individual conste:

- a) A orientação geral sobre as áreas e conteúdos curriculares especiais adequados ao aluno;
- b) Os serviços escolares e outros de que o aluno deverá beneficiar.

Artigo 16.º

Programa educativo

1 — A aplicação da medida prevista na alínea i) do n.º 2 do artigo 2.º dá lugar à elaboração, por ano escolar, de um programa educativo de que conste obrigatoriamente:

- a) O nível de aptidão ou competência do aluno nas áreas ou conteúdos curriculares previstos no plano educativo individual;
- b) Os objectivos a atingir;
- c) As linhas metodológicas a adoptar;
- d) O processo e respectivos critérios de avaliação do aluno;
- e) O nível de participação do aluno nas actividades educativas da escola;
- f) A distribuição das diferentes tarefas previstas no programa educativo pelos técnicos responsáveis pela sua execução;
- g) A distribuição horária das actividades previstas no programa educativo;
- h) A data do início, conclusão e avaliação do programa educativo;
- i) A assinatura dos técnicos que intervieram na sua elaboração.

2 — O programa educativo previsto no número anterior é submetido à aprovação do órgão de administração e gestão da escola.

Artigo 17.º

Responsável

1 — A elaboração do programa educativo é da responsabilidade do professor de educação especial que superintende na sua execução.

2 — Na elaboração do programa educativo participam os técnicos responsáveis pela sua execução.

Artigo 18.º

Encarregados de educação

1 — A avaliação do aluno tendente à aplicação de qualquer medida do regime educativo especial carece da anuência expressa do encarregado da educação.

2 — Os encarregados de educação devem ser convocados para participar na elaboração e na revisão do plano educativo individual e do programa educativo.

Artigo 19.º

Revisão

1 — O plano educativo individual pode ser revisto sempre que o aluno mude de estabelecimento de ensino ou área escolar ou quando seja formulado pedido fundamentado por qualquer dos elementos responsáveis pela sua execução.

2 — O programa educativo dos alunos que transitem para outro estabelecimento de ensino no decurso do ano escolar poderá ser revisto quando se verifique a sua inexecutabilidade ou mediante pedido fundamentado por qualquer dos elementos responsáveis pela sua execução.

3 — Nos casos previstos nos números anteriores o plano educativo individual ou programa educativo deve ser submetido à aprovação do órgão de administração e gestão da escola no prazo de 30 dias.

Artigo 20.º

Certificado

Para efeitos de formação profissional e emprego o aluno cujo programa educativo se traduza num currículo alternativo obtém, no termo da sua escolaridade, um certificado que especifique as competências alcançadas.

Artigo 21.º

Educação pré-escolar e ensino básico mediatizado

Por portaria do Ministro da Educação serão fixadas as normas técnicas de execução necessárias à aplicação das medidas fixadas neste diploma à educação pré-escolar e ao ensino básico mediatizado.

Artigo 22.º

Regime de transição

1 — Nos estabelecimentos de ensino ou áreas escolares em que não tenham sido criados os serviços de psicologia e orientação, o plano educativo individual

é elaborado por uma equipa de avaliação, designada para o efeito pelo órgão de administração e gestão da escola.

2 — A equipa referida no número anterior tem a seguinte composição:

- a) Um representante do órgão de administração e gestão da escola;
- b) O professor do aluno ou o director de turma;
- c) O professor de educação especial;
- d) Um psicólogo, quando possível;
- e) Um elemento da equipa de saúde escolar.

3 — A equipa de avaliação é coordenada pelo órgão de administração e gestão da escola ou seu representante, que promove as respectivas reuniões.

4 — Até à plena aplicação do modelo de direcção, administração e gestão instituído pelo Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio, as competências atribuídas pelo presente diploma ao órgão de administração e gestão da escola são exercidas, nos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico, pelo órgão com competência pedagógica.

Artigo 23.º

Condições de aplicação

As condições e os procedimentos necessários à aplicação das medidas previstas no n.º 2 do artigo 2.º são estabelecidos por despacho do Ministro da Educação, que determinará ainda as condições de reordenamento e de reafecção dos meios humanos, materiais e institucionais existentes no sistema educativo, visando atingir a máxima eficácia social e pedagógica na prossecução das medidas constantes do presente diploma.

Artigo 24.º

Revogação

São revogados os seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 174/77, de 2 de Maio;
- b) Decreto-Lei n.º 84/78, de 2 de Maio.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Julho de 1991. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Roberto Artur da Luz Carneiro* — *Arlindo Gomes de Carvalho*.

Promulgado em 4 de Agosto de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 8 de Agosto de 1991.

Pelo Primeiro-Ministro, *Joaquim Fernando Nogueira*,
Ministro da Presidência.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Decreto-Lei n.º 320/91

de 23 de Agosto

O quadro de pessoal anexo ao Decreto-Lei n.º 398/82, de 22 de Setembro, diploma que reorganizou o Departamento de Estudos e Planeamento da

Saúde (DEPS), foi aumentado de um lugar de chefe de repartição por força da Portaria n.º 514/87, de 25 de Junho.

A justificação que esteve na base do referido aumento assentou no desenvolvimento que têm tido as actividades que competem ao DEPS no âmbito da cooperação internacional no domínio da saúde, na perspectiva de que tal se intensificaria.

Concretizada aquela perspectiva, revelou-se necessário estruturar um apoio administrativo e de coordenação das actividades resultantes das atribuições do DEPS no âmbito da cooperação internacional no domínio da saúde, o que se prossegue através da criação da Repartição de Apoio Geral.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos 7.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 398/82, de 22 de Setembro, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 7.º

Serviços

O DEPS compreende os seguintes serviços:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f) Repartição de Apoio Geral;
- g) Centro de Documentação e Informação.

Artigo 22.º

Chefes de repartição

Os lugares de chefe de repartição são providos mediante concurso de entre chefes de secção com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de *Muito bom* ou de indivíduos possuidores de curso superior e adequada experiência profissional, não inferior a três anos.

Art. 2.º São aditados ao Decreto-Lei n.º 398/82, de 22 de Setembro, os artigos 16.º-A e 16.º-B, com a seguinte redacção:

Artigo 16.º-A

Repartição de Apoio Geral

A Repartição de Apoio Geral compreende:

- a) Secção de Apoio aos Serviços Técnicos;
- b) Secção de Apoio à Cooperação Técnica Internacional.

Artigo 16.º-B

Competência da Repartição de Apoio Geral

1 — À Repartição de Apoio Geral compete dar apoio administrativo às actividades resultantes das atribuições do DEPS.

2 — A Secção de Apoio dos Serviços Técnicos assegura o apoio de secretariado à direcção, serviços anexos a esta, serviços técnicos e coordena a dactilografia.

Despacho n.º 173/ME/91
de 23 de outubro

Despacho nº 173/ME/91 de 23 de Outubro

Regulamenta as medidas constantes do regime educativo especial.

O Dec.-Lei 319/91, de 23-8, consagra um conjunto de medidas destinadas a alunos com necessidades educativas especiais, prevendo o diploma que as condições e os procedimentos necessários à sua aplicação sejam regulamentados por despacho do Ministro da Educação.

Assim:

Nos termos do n.º 3 do art. 6.º e do art. 23.º do Dec.-Lei 319/91, de 23-8, determino:

1 - As medidas constantes do regime educativo especial aplicam-se aos alunos com necessidades educativas especiais, optando-se pelas medidas mais integradoras e menos restritivas, de forma que as condições de frequência se aproximem das existentes no regime educativo comum.

2 - As medidas são de aplicação individualizada, podendo o mesmo aluno beneficiar de uma ou mais medidas em simultâneo.

3 - A aplicação das medidas obedece aos procedimentos previstos nos números seguintes.

4 - Compete ao professor do 1.º ciclo do ensino básico identificar os alunos com necessidades educativas especiais e dar conhecimento ao coordenador de núcleo. O coordenador promove a reunião do núcleo em que participa o professor de educação especial para análise da situação do aluno identificado.

5 - Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário compete a qualquer docente identificar o aluno com necessidades educativas especiais e dar conhecimento ao director de turma. O director de turma promove a reunião do respectivo conselho em que participa o professor de educação especial para análise da situação do aluno identificado.

6 - As conclusões das reuniões referidas nos n.ºs 4 e 5 dão lugar a propostas, que são remetidas no prazo de oito dias ao órgão de administração e gestão da escola.

7 - Nos casos em que a avaliação não exija especialização de métodos e instrumentos ou cuja solução não implique segregação significativa do aluno, o órgão de administração e gestão da escola decide no prazo de oito dias a contar da data da recepção da proposta referida no número anterior.

8 - Não havendo a decisão a que se refere o n.º 7, é efectuado, no decurso daquele prazo, o pedido de análise das situações previstas no n.º 2 do art. 14.º do Dec.-Lei 319/91, de 23-8.

9 - Os serviços de psicologia e orientação elaboram o plano educativo individual, submetendo-o no prazo de 30 dias à decisão do órgão de administração e gestão da escola.

10 - Quando da elaboração do plano educativo individual deva constar um programa educativo, compete ao professor de educação especial assegurar que

aquele seja elaborado no prazo solicitado pelo coordenador dos serviços de psicologia e orientação.

11 - O órgão de administração e gestão da escola aprecia a proposta remetida pelos serviços de psicologia e orientação e decide no prazo de oito dias da aplicação das medidas do regime educativo especial.

12 - O plano educativo individual e o programa educativo são homologados no prazo previsto no número anterior.

13 - O plano educativo individual dos alunos abrangidos por qualquer das medidas do regime educativo especial que ingressem ou transitem para outro estabelecimento de ensino é apreciado pelo órgão de administração e gestão que o confirma ou solicita parecer aos serviços de psicologia e orientação no prazo de oito dias.

14 - O parecer a que se refere o número anterior respeita a tramitação prevista no presente diploma.

15 - Os alunos que tenham beneficiado de programas de educação especial durante a frequência da educação pré-escolar devem efectuar a matrícula no 1.º ciclo do ensino básico acompanhada do plano educativo individual.

16 - No plano educativo individual, a que se refere o n.º 15, os elementos constantes do art. 15.º do Dec.-Lei 319/91, de 23-8, obedecem as adaptações técnicas necessárias à sua aplicação na educação pré-escolar.

17 - O documento referido no número anterior é substituído, quando não tenha sido elaborado ou não se encontre disponível, por um relatório detalhado, elaborado pelo docente de educação especial, em que conste os elementos relevantes para a integração escolar.

18 - Os alunos abrangidos por programas de educação especial, ainda que não tenham frequentado a educação pré-escolar, ao efectuar a matrícula devem juntar relatório em que constem os elementos relevantes para a integração escolar, que é apreciado nos termos e prazos previstos.

19 - O encarregado de educação das crianças com necessidades educativas especiais resultantes de um atraso médio ou grave a nível do desenvolvimento global podem requerer, até 31 de Maio, que a matrícula no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico se efectue no ano seguinte ao previsto na lei da escolaridade obrigatória.

20 - O requerimento é dirigido ao director regional de Educação e instruído com os seguintes documentos:

- a) Declaração de frequência e de aceitação de inscrição no ano lectivo seguinte, emitida por director de jardim-de-infância;
- b) Programa de educação especial;
- c) Relatório de avaliação psico-pedagógica elaborado por serviços especializados ou especialista da área de educação credenciados pela direcção regional de educação.

21 - A requerimento fundamentado, subscrito pelo encarregado de educação e dirigido ao director regional de Educação, pode ser autorizada a matrícula das crianças que completem os cinco anos de idade antes do início do ano escolar.

22 - O requerimento a que se refere o número anterior é instruído com relatório de avaliação psico-pedagógica, elaborado por serviços especializados ou especialista

da área de educação credenciados pela direcção regional de educação, no qual se conclua pela existência de precocidade excepcional, a nível do desenvolvimento global, e que justifique ser adequada a medida solicitada.

23 - O requerimento será deferido sempre que existam vagas sobranes após a aplicação do disposto na Port. 18/91, de 9-1.

24 - Nas escolas em que não está em aplicação o regime instituído pelo Dec.-Lei 172/91, de 10-5, o disposto no n.º 4 do presente despacho é assegurado pelo director da escola.

3-10-91.-O Ministro da Educação, Roberto Artur da Luz Carneiro,

Decreto-Lei n.º 301/93
de 31 de agosto

serviço, por períodos trienais, por despacho do Ministro da Justiça, de entre conservadores do registo civil com mais de oito anos de serviço e com classificação não inferior a *Bom com distinção*.

2 — Os lugares de conservador-adjunto da Conservatória dos Registos Centrais são providos, em comissão de serviço, por períodos trienais, por despacho do Ministro da Justiça, de entre conservadores do registo civil com mais de cinco anos de serviço e classificação não inferior a *Bom*.

3 — Ao provimento dos lugares de conservador auxiliar da Conservatória dos Registos Centrais é aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 30.º do presente diploma.

Art. 2.º — 1 — O conservador e os conservadores-adjuntos da Conservatória dos Registos Centrais que, à data da entrada em vigor do presente diploma, se encontrem no exercício efectivo de funções passam ao regime de comissão de serviço.

2 — A comissão de serviço referida no número anterior cessa no prazo de 30 dias a contar da data da entrada em vigor do presente diploma, se não for confirmada por despacho do Ministro da Justiça.

Art. 3.º — 1 — A cessação da comissão de serviço, independentemente do momento em que ocorrer, confere ao conservador e aos conservadores-adjuntos da Conservatória dos Registos Centrais que se encontrem nomeados definitivamente, à data da entrada em vigor do presente diploma, o direito ao provimento em lugares de conservador do registo civil de 1.ª classe, mantendo as respectivas classes pessoais, na Conservatória dos Registos Centrais e o direito à participação emolumentar correspondente à média dos últimos 12 meses anteriores à data da cessação da comissão de serviço, ou à do lugar do provimento conforme opção do próprio.

2 — O pessoal provido nos termos do número anterior é concorrente obrigatório aos lugares de conservador do registo civil de 1.ª classe, em Lisboa, nos concursos que se realizarem após a cessação da comissão de serviço, considerando-se em igualdade com conservadores de classe pessoal correspondente à do lugar a concurso.

3 — A criação dos lugares necessários à execução do disposto no n.º 1 deste artigo faz-se mediante despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Justiça.

4 — Os lugares criados, necessários à execução deste diploma, serão extintos à medida que vagarem.

Art. 4.º São revogados os n.ºs 4 e 5 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 519-F2/79, de 29 de Dezembro.

Art. 5.º O presente diploma entra em vigor no 1.º dia do mês imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Julho de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Jorge Braga de Macedo* — *Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio*.

Promulgado em 28 de Julho de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 30 de Julho de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral das Comunidades Europeias

Aviso n.º 209/93

Por ordem superior se torna público que, nos termos do artigo 67.º da Convenção Relativa à Competência Judiciária e à Execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial, concluída em Lugano em 16 de Setembro de 1988, o Departamento Federal dos Negócios Estrangeiros do Conselho Federal Suíço notificou o seguinte:

Por nota de 7 de Maio de 1993, ter o Reino da Noruega depositado, em 2 de Fevereiro de 1993, o seu instrumento de ratificação da mencionada Convenção;

Igualmente por nota de 7 de Maio de 1993, ter a República da Finlândia depositado, em 27 de Abril de 1993, o seu instrumento de ratificação da mencionada Convenção.

Nos termos do artigo 61.º, a Convenção vigora no Reino da Noruega desde 1 de Maio de 1993 e na República da Finlândia desde 1 de Julho de 1993.

Portugal é parte na mesma Convenção, que foi aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia n.º 33/91, publicada no *Diário da República*, n.º 250, de 30 de Outubro de 1991, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 14 de Abril de 1992, conforme aviso publicado no *Diário da República*, n.º 157, de 10 de Julho de 1992.

A Convenção vigora para Portugal desde 1 de Julho de 1992.

Nos termos do artigo 61.º, a Convenção entrou em vigor igualmente nos Estados abaixo indicados conforme avisos publicados no *Diário da República*, n.ºs 157, de 10 de Julho de 1992, e 7, de 8 de Janeiro de 1993:

Países Baixos, França e Suíça — em 1 de Janeiro de 1992;

Luxemburgo — em 1 de Fevereiro de 1992;

Reino Unido — em 1 de Maio de 1992;

Itália — em 7 de Dezembro de 1992;

Suécia — em 1 de Janeiro de 1993.

Direcção-Geral das Comunidades Europeias, 28 de Julho de 1993. — O Director de Serviços dos Assuntos Jurídicos, *Luís Inêz Fernandes*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 301/93

de 31 de Agosto

A Constituição da República Portuguesa assegura, como direito fundamental de cada cidadão, o direito à educação e à cultura, incumbindo ao mesmo tempo o Estado de assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito.

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) instituiu, por seu turno, o ensino básico de nove anos, composto por três ciclos sequenciais de ensino, o qual tem vindo a abranger progressivamente os diversos anos de escolaridade, a partir do ano lectivo de 1987-1988.

Importa, agora, adaptar o regime legal vigente ao alargamento da escolaridade obrigatória, definindo as medidas necessárias para o seu cumprimento efectivo.

A harmonização prática do direito ao ensino com o dever de frequência da escolaridade obrigatória resulta num complexo de deveres recíprocos do Estado, da escola, do aluno e da respectiva família.

O investimento de confiança da comunidade e do Estado no regime de escolaridade obrigatória, criando a rede pública de escolas e assegurando o corpo docente necessário ao ensino, responsabiliza o aluno e a sua família, através do encarregado de educação, em ordem ao seu efectivo cumprimento.

Por outro lado, o rigor e a exigência da educação escolar justificam a exigência de frequência assídua das actividades escolares, bem como a fixação de um limite para as faltas injustificadas do aluno, limite que, uma vez ultrapassado, pode ocasionar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade.

Em todo o caso, afigura-se necessário diferenciar as situações, materialmente distintas, da falta de assiduidade dos alunos do 1.º ciclo e da falta de assiduidade dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. A diferença de idades e de práticas educativas fundamentam esta distinção. Desta sorte, e em termos comuns aos vários ciclos do ensino básico, a falta de assiduidade pode determinar a retenção do aluno quando inviabilize a avaliação sumativa ou se repercuta negativamente no seu aproveitamento escolar.

Especificamente, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a falta de assiduidade pode ainda determinar a realização de uma avaliação sumativa extraordinária. Ainda em relação aos alunos destes ciclos de ensino, estabelece-se a retenção no mesmo ano de escolaridade quando a falta de assiduidade indique a recusa de inserção dos alunos no grupo, turma ou classe. O prudente uso que as escolas possam fazer desta previsão legal pode constituir estímulo para maior dedicação do aluno à escola e mais intensa integração comunitária no conjunto da comunidade educativa.

Finalmente, sendo a retenção decidida no final de cada ano lectivo, compagina-se o regime de obrigatoriedade com o dever de frequência assídua, como componente indissociável para a transição de ano e de ciclo de ensino.

A responsabilização da família, através dos pais e encarregados de educação, constitui igualmente faceta fundamental do regime da escolaridade obrigatória. Assim, constitui dever dos pais e encarregados de educação proceder à primeira matrícula das crianças a seu cargo no 1.º ano de escolaridade do 1.º ciclo do ensino básico. E constitui dever fundamental dos pais e encarregados de educação assegurar a frequência assídua das aulas e das actividades escolares, por parte do seu educando.

Corolário deste dever de frequência, o certificado do cumprimento da escolaridade obrigatória só será emitido em relação aos alunos que tenham cumprido nove anos de escolaridade com assiduidade. Com efeito, a não ser assim ficaria frustrada a exigência, constitucional e legal, de que o ensino é obrigatório: obrigatório para o Estado, que deve assegurar a rede de escolas públicas, mas também obrigatório para os alunos, que devem frequentar de forma assídua as aulas e as actividades escolares.

O ensino básico obrigatório implica, igualmente, responsabilidades acrescidas para o Estado e para a escola, para os seus órgãos de gestão e para os professores. Assim, simplifica-se o processo de matrícula, estabelecendo-se como regra a renovação anual das matrículas, atribuição da escola em que o aluno frequentou o ano lectivo anterior.

Compete, por fim, à escola, nomeadamente através dos seus órgãos e das estruturas de orientação educativa, bem como do órgão de gestão, verificar o cumprimento do dever de frequência assídua das actividades escolares, pelos alunos, informando e comunicando aos pais e encarregados de educação a assiduidade dos alunos.

Neste contexto, constitui dever do Estado a prestação de serviços de acção social, de saúde e de psicologia e orientação escolar, para apoiar e tornar efectivo o cumprimento do dever de frequência assídua dos alunos.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma estabelece o regime de matrícula e de frequência no ensino básico para as crianças e jovens em idade escolar.

Artigo 2.º

Obrigatoriedade de matrícula e de frequência

1 — A frequência do ensino básico é obrigatória para todas as crianças e jovens em idade escolar.

2 — Consideram-se em idade escolar as crianças e jovens entre os 6 e os 15 anos de idade.

3 — O ensino básico tem a duração de nove anos e compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º ciclo de quatro anos, o 2.º ciclo de dois anos e o 3.º ciclo de três anos.

4 — A obrigatoriedade a que se refere o n.º 1 determina, para o encarregado de educação, o dever de proceder à matrícula do seu educando e, para este, o dever de frequência.

5 — A escolaridade obrigatória pode ser cumprida em escolas públicas ou em escolas particulares e cooperativas.

6 — A obrigatoriedade de matrícula e frequência cessa:

- a) Com a obtenção do diploma do ensino básico;
- b) Independentemente da obtenção do diploma, no final do ano lectivo em que os alunos perfazem 15 anos de idade, com excepção das situações em que é permitido o adiamento da matrícula.

7 — Tem carácter facultativo a frequência do ensino básico após a cessação da escolaridade obrigatória.

Artigo 3.º**Alunos com necessidades educativas especiais**

1 — Os alunos com necessidades educativas especiais estão sujeitos ao cumprimento do dever de frequência da escolaridade obrigatória.

2 — O regime educativo aplicável aos alunos com necessidades educativas especiais consta de diploma próprio.

Artigo 4.º**Cumprimento dos deveres de matrícula e frequência**

O cumprimento do dever de matrícula e do dever de frequência é controlado nos termos previstos no presente diploma e deve ser verificado pelos órgãos e serviços competentes.

CAPÍTULO II**Matrícula****Artigo 5.º****Dever de matrícula**

Constitui dever dos encarregados de educação proceder à primeira matrícula das crianças e jovens em idade escolar a seu cargo.

Artigo 6.º**Primeira matrícula**

1 — A primeira matrícula no ensino básico é obrigatória em relação às crianças que completem 6 anos de idade até 15 de Setembro e realiza-se no primeiro ano do 1.º ciclo.

2 — A matrícula no ensino básico é efectuada na escola da área pedagógica da residência do aluno.

3 — A requerimento do encarregado de educação ao órgão de gestão da escola, é admitida a antecipação da primeira matrícula no ensino básico em relação às crianças que completem 6 anos de idade entre 15 de Setembro e 31 de Dezembro do ano em que se inicia o ano lectivo.

4 — A requerimento do encarregado de educação, dirigido ao director regional de educação, é admitido o adiamento da primeira matrícula no ensino básico às crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Artigo 7.º**Renovação da matrícula**

1 — A matrícula é renovada anualmente.

2 — A renovação da matrícula opera-se oficiosamente na escola frequentada pelo aluno no ano lectivo findo.

3 — O prazo da matrícula e da sua renovação, bem como os termos em que as mesmas se processam, são definidos por despacho do Ministro da Educação.

Artigo 8.º**Mudança de ciclo**

Quando tenha lugar a mudança de ciclo, são oficiosamente remetidos aos órgãos de gestão da escola para que o aluno transita o processo individual e o registo biográfico do aluno.

Artigo 9.º**Transferências**

1 — A requerimento do encarregado de educação, é admitida a transferência dos alunos entre escolas públicas do ensino básico, desde que a escola para a qual os alunos pretendam transferir-se corresponda à área pedagógica da residência ou da actividade profissional dos pais ou encarregados de educação.

2 — Em caso de transferência é aplicável o disposto no artigo anterior.

3 — A transferência de alunos de escolas particulares e cooperativas para escolas públicas obedece ao disposto no estatuto do ensino particular e cooperativo.

4 — Os prazos e outras condições de realização da transferência são definidos por despacho do Ministro da Educação.

Artigo 10.º**Controlo das matrículas**

1 — O controlo do cumprimento do dever de matrícula é efectuado com base nos seguintes elementos:

- a) Listas de matrícula enviadas por todas as escolas integradas na área de coordenação regional;
- b) Listas de nascimento apresentadas pelas conservatórias de registo civil;
- c) Listas de residentes apresentadas pelas juntas de freguesia;
- d) Listas de abono de família enviadas pelos centros regionais de segurança social e demais departamentos processadores de abono de família.

2 — O controlo das matrículas compete:

- a) Quanto à primeira matrícula no ensino básico, aos centros de área educativa das direcções regionais de educação;
- b) Quanto às renovações de matrícula, aos órgãos de gestão das respectivas escolas.

Artigo 11.º**Diligências complementares
em caso de falta de matrícula ou da sua renovação**

1 — Sempre que se verifique a falta de matrícula, ou da sua renovação quanto a uma criança ou jovem em idade escolar, será ouvido, pelos órgãos de gestão da área escolar ou pelos órgãos de gestão da escola, o encarregado de educação.

2 — Tendo em vista a concretização da matrícula, as entidades referidas no número anterior solicitam a colaboração dos serviços de assistência social e das autarquias locais e informam os serviços com competência fiscalizadora em matéria laboral.

3 — Quando se mostre conveniente, é ainda enviada comunicação aos serviços com competência para o acompanhamento de crianças e jovens em risco e de assistência e segurança social.

4 — Depois de efectuada a diligência referida no n.º 1, e subsistindo a falta de matrícula, o encarregado de educação é notificado, por escrito, no sentido de proceder à matrícula no prazo de oito dias.

CAPÍTULO III

Frequência

Artigo 12.º

Dever de frequência

1 — Constitui dever do aluno a frequência das aulas e das actividades escolares obrigatórias.

2 — Cabe ao encarregado de educação assegurar o cumprimento do dever de frequência por parte do seu educando.

3 — Cabe à escola, nomeadamente através dos professores, dos órgãos e estruturas de orientação educativa e do órgão de gestão, verificar o cumprimento do dever de frequência:

- a) Adoptando ou promovendo a adopção de medidas que se mostrem necessárias à sua efectivação;
- b) Informando e comunicando aos encarregados de educação a assiduidade dos respectivos educandos.

4 — O Estado assegura a prestação de serviços de acção social, de saúde e de psicologia e orientação escolar, para apoiar e tornar efectivo o cumprimento do dever de frequência assídua dos alunos.

Artigo 13.º

Faltas

1 — A não comparência do aluno a uma aula ou a outra actividade escolar de frequência obrigatória corresponde a uma falta.

2 — A não comparência do aluno a uma aula ou actividade lectiva com duração superior a cinquenta minutos corresponde a uma única falta, excepto em relação a aulas que decorram em tempos consecutivos, caso em que será marcada uma falta por cada tempo lectivo.

3 — A ordem de saída da sala de aula imposta ao aluno pelo professor corresponde a uma falta de presença.

4 — As faltas serão registadas:

- a) Pelo professor, no livro de ponto ou de frequência;
- b) Pelo director de turma, nos suportes administrativos adequados ao efeito.

Artigo 14.º

Faltas justificadas

1 — Consideram-se justificadas as faltas dadas:

- a) Por doença do aluno, declarada pelo encarregado de educação, se a mesma não determinar

impedimento superior a cinco dias úteis, ou declarada por médico, para impedimento de duração superior;

- b) Por isolamento profiláctico determinado por doença infecto-contagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária da área;
- c) Por falecimento de familiar, durante o período legal de luto;
- d) Por acompanhamento do encarregado de educação, em caso de deslocação deste por motivo ponderoso;
- e) Por nascimento de irmão do aluno, até um dia de faltas;
- f) Para realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efectuar-se fora do período das actividades lectivas;
- g) Por assistência na doença a membro do agregado familiar do aluno, nos termos da alínea a);
- h) Por impedimento decorrente de religião professada pelo aluno;
- i) Por participação em provas desportivas ou eventos culturais, nos termos da legislação em vigor;
- j) Por facto não imputável ao aluno, designadamente determinado por motivos imprevistos ou por cumprimento de obrigações legais.

Artigo 15.º

Faltas de material didáctico

As escolas fixarão, no respectivo regulamento interno, a forma de justificação e limites das faltas do aluno determinadas pelo facto de este não se fazer acompanhar do material indispensável às actividades escolares.

Artigo 16.º

Justificação de faltas

1 — As faltas de comparência devem ser justificadas pelo encarregado de educação.

2 — As faltas podem, ainda, ser justificadas pelas entidades que determinaram a não comparência do aluno ou que obtiveram conhecimento directo do seu motivo.

3 — A justificação é apresentada por escrito, designadamente na caderneta escolar, com indicação do dia, aula ou actividade lectiva em que a não comparência se verificou e dos motivos justificativos.

Artigo 17.º

Momento da justificação

1 — A justificação deve ser apresentada:

- a) Previamente, se o motivo for previsível;
- b) Até ao 5.º dia útil subsequente à falta, nos demais casos.

2 — Sempre que, após o decurso do prazo referido no número anterior, a falta de frequência não seja adequadamente justificada, compete ao professor, no 1.º ciclo, e ao director de turma, nos 2.º e 3.º ciclos,

dar conhecimento dela ao encarregado de educação, solicitando resposta nos 10 dias subsequentes.

Artigo 18.º

Comprovação

1 — Os directores de turma podem solicitar aos encarregados de educação os comprovativos que entenderem necessários à plena justificação das faltas.

2 — As escolas, no exercício da sua autonomia pedagógica, podem aprovar procedimentos complementares, os quais constarão do seu regulamento interno.

Artigo 19.º

Faltas injustificadas

1 — São faltas injustificadas as que não se encontram compreendidas no artigo 14.º, bem como aquelas para as quais não tenha sido apresentada a tempo a respectiva justificação.

2 — As infracções disciplinares praticadas pelos alunos podem, nos termos previstos no regime disciplinar que lhes seja aplicável, determinar o registo de falta injustificada pelo professor ou pelo director de turma, conforme o caso.

Artigo 20.º

Comunicação aos encarregados de educação

1 — Os professores, no 1.º ciclo, e os directores de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, informarão o encarregado de educação, através da caderneta escolar ou de outros meios considerados convenientes, das faltas dadas pelo aluno.

2 — A informação aos encarregados de educação sobre as faltas injustificadas dos alunos, se as houver, será prestada mensalmente pelo director de turma ou pelo professor, consoante o ciclo de ensino.

Artigo 21.º

Limite de faltas injustificadas

1 — As faltas injustificadas não podem exceder em cada ano lectivo:

- a) No 1.º ciclo do ensino básico, o dobro do número de dias do horário semanal;
- b) Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, o triplo do número de tempos lectivos semanais, por disciplina.

2 — Quando o aluno exceder metade do limite de faltas injustificadas, quando atingir esse limite, e sempre que for entendido necessário, o encarregado de educação e o aluno serão convocados para uma reunião com as estruturas de orientação pedagógica da escola, para encontrar as soluções mais adequadas a superar a falta de assiduidade do aluno.

3 — Na mesma ocasião, o encarregado de educação e o aluno serão advertidos para as consequências da falta de assiduidade no aproveitamento escolar e na avaliação contínua do aluno.

Artigo 22.º

Efeitos da falta de assiduidade

1 — Os alunos do 1.º ciclo do ensino básico estão sujeitos a retenção quando a falta de assiduidade:

- a) Inviabilizar a avaliação sumativa do aluno, tal como previsto no n.º 25 do Despacho Normativo n.º 98-A/92;
- b) Determinar a falta de aproveitamento escolar do aluno.

2 — Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico será, quando for excedido o limite referido no n.º 1, convocado um conselho de turma que deliberará sobre:

- a) A aplicação de medidas de orientação pedagógica e de apoio social adequadas a pôr termo à falta de assiduidade do aluno;
- b) A realização de uma avaliação sumativa extraordinária, de acordo com o regime previsto no n.º 36 do Despacho Normativo n.º 98-A/92, de 20 de Junho, do Ministro da Educação, para efeitos de apreciar a necessidade de retenção do aluno.

3 — Os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico estão sujeitos a retenção quando a falta de assiduidade:

- a) Inviabilizar a avaliação sumativa do aluno;
- b) Determinar a falta de aproveitamento escolar do aluno;
- c) Indicar a recusa de integração cívica do aluno na comunidade escolar.

Artigo 23.º

Retenção no 1.º ciclo do ensino básico

1 — A retenção consiste na manutenção do aluno no ano de escolaridade a que se reporta a avaliação e pode traduzir-se no cumprimento de um plano de apoio específico.

2 — A retenção por falta de assiduidade não determina a exclusão da frequência do aluno, subsistindo o dever de assiduidade mesmo quando excedido o limite anual de faltas injustificadas.

3 — A retenção por falta de assiduidade é decidida no final do ano lectivo.

Artigo 24.º

Retenção nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico

1 — A retenção nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico consiste na manutenção do aluno:

- a) No mesmo ano de escolaridade, se o aluno frequenta o ensino básico em regime de classe;
- b) Na disciplina ou disciplinas em que o limite de faltas foi excedido, se o aluno está matriculado em regime de disciplina.

2 — A retenção pode traduzir-se no cumprimento de um plano de apoio específico.

3 — A retenção por falta de assiduidade não determina a exclusão da frequência do aluno, subsistindo o dever de assiduidade mesmo quando excedido o limite anual de faltas injustificadas.

4 — A retenção por falta de assiduidade é decidida no final do ano lectivo.

Artigo 25.º**Exclusão de frequência**

1 — Sempre que um aluno dos 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico, que tenha atingido a idade em que cessa a obrigatoriedade escolar, exceder o limite anual de faltas injustificadas é excluído da frequência até final do ano lectivo.

2 — A exclusão da frequência prevista no número anterior respeita à totalidade das disciplinas do currículo, se o aluno frequenta o ensino básico em regime de classe, e à disciplina ou disciplinas em que o limite de faltas foi excedido, se o aluno está matriculado em regime de disciplina.

CAPÍTULO IV**Disposições finais****Artigo 26.º****Instrumentos de registo**

1 — Constituem instrumentos de registo da escolaridade de cada aluno:

- a) O processo individual;
- b) O registo biográfico;
- c) A caderneta escolar;
- d) A ficha trimestral de avaliação.

2 — O processo individual contém os elementos relativos ao percurso escolar do aluno, devendo acompanhá-lo ao longo de toda a escolaridade básica e ser devolvido, no termo da mesma, aos encarregados de educação.

3 — O registo biográfico contém os elementos relativos à assiduidade e aproveitamento do aluno, cabendo à escola a sua organização, conservação e gestão.

4 — A caderneta escolar contém as informações da escola e do encarregado de educação, bem como outros elementos relevantes para a comunicação entre a escola e os pais e encarregados de educação, sendo propriedade do aluno e devendo ser por este conservada.

5 — A ficha de avaliação contém um juízo globalizante sobre o desenvolvimento dos conhecimentos e competências, capacidades e atitudes do aluno e é entregue no final de cada período escolar ao encarregado de educação pelo professor, no 1.º ciclo, ou, nos 2.º e 3.º ciclos, pelo director de turma.

6 — Os modelos do processo individual, registo biográfico, caderneta do aluno e ficha de avaliação são definidos por despacho do Ministro da Educação.

Artigo 27.º**Controlo de frequência**

1 — A assiduidade deve ser analisada no âmbito da avaliação formativa dos alunos, com o objectivo de determinar as medidas pedagógicas mais adequadas à sua efectivação.

2 — Sempre que tal se mostre aconselhável, o professor, no 1.º ciclo, e o director de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, solicitam a intervenção dos serviços de assistência social e dos restantes intervenientes no processo educativo, no sentido de serem determinadas as causas das faltas e de se conseguir a sua eliminação.

3 — Para além das medidas de apoio e complemento educativo e de orientação a adoptar pela escola, os órgãos de gestão da escola devem requerer a colaboração dos serviços de acção social, de saúde e de psicologia e orientação escolar, de modo a assegurar o aproveitamento do aluno nos anos lectivos seguintes.

4 — Para o efeito previsto nos números anteriores, será comunicada a falta de frequência do aluno aos serviços do Estado com competência fiscalizadora em matéria laboral.

5 — Sempre que se mostre conveniente, será ainda enviada comunicação aos serviços competentes em matéria de acompanhamento de crianças e jovens em risco e de assistência e segurança social.

Artigo 28.º**Certificação**

1 — Ao aluno que atingir a idade limite da escolaridade obrigatória sem aproveitamento e que frequentou a escola com assiduidade será passado certificado do cumprimento da escolaridade obrigatória, a requerimento do próprio ou do respectivo encarregado de educação, pelo órgão de gestão da escola.

2 — Poderão ser passados pelos órgãos de gestão das escolas, mediante requerimento, outros certificados de frequência e de aproveitamento escolar.

3 — Ao aluno do ensino público ou do ensino particular e cooperativo com paralelismo pedagógico que obtiver aprovação na avaliação sumativa final do 3.º ciclo será atribuído, pelo órgão de gestão da escola, o diploma do ensino básico.

4 — Poderá igualmente ser emitido o diploma do ensino básico aos alunos que tenham frequentado escolas de ensino particular e cooperativo sem autonomia pedagógica ou escolas de ensino no estrangeiro, mediante reconhecimento de equivalências.

5 — O aluno que tenha cumprido a escolaridade obrigatória sem aprovação na avaliação sumativa final do 3.º ciclo pode candidatar-se à obtenção do diploma do ensino básico, mediante a prestação de provas de exame realizadas a nível da escola.

Artigo 29.º**Condições de emissão de certificado**

1 — Considera-se que um aluno frequentou com assiduidade os nove anos de escolaridade obrigatória se, durante o seu cumprimento, não foi retido no mesmo ano de escolaridade por excesso de faltas injustificadas, de acordo com o disposto no artigo 22.º

2 — O disposto no número anterior não prejudica a obtenção do certificado de cumprimento da escolaridade obrigatória por parte do aluno que, tendo ficado retido no mesmo ano de escolaridade por falta de assiduidade, venha a frequentar, com assiduidade, um ano lectivo suplementar por cada ano de retenção.

Artigo 30.º**Modelo**

Os modelos do diploma do ensino básico e do certificado de cumprimento da escolaridade obrigatória são definidos por despacho do Ministro da Educação.

Artigo 31.º**Ensino recorrente**

Para os alunos que excedam a idade normal de frequência do ensino básico sem terem completado, com sucesso, o 3.º ciclo, serão organizados pelas escolas cursos do ensino básico, na modalidade de ensino recorrente, podendo os alunos candidatar-se à obtenção do respectivo diploma.

CAPÍTULO V**Disposições transitórias e revogação****Artigo 32.º****Norma transitória**

As funções atribuídas pelo presente diploma ao coordenador de núcleo serão desempenhadas pelo director da escola até à entrada em funcionamento das áreas escolares previstas no Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio, e pelo encarregado de posto, no ensino básico mediatizado.

Artigo 33.º**Disposições sobre duração de escolaridade obrigatória**

1 — As disposições relativas à duração da escolaridade obrigatória aplicam-se, nos termos no n.º 1 do artigo 63.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, aos alunos inscritos no 1.º ano do ensino básico, no ano escolar de 1987-1988 e anos lectivos subsequentes.

2 — O disposto no presente diploma aplica-se ainda ao ensino básico, após a idade em que cessa o ensino obrigatório e ao ensino secundário, nomeadamente quanto a:

- a) Transferências;
- b) Dever de frequência;
- c) Registo e justificação de faltas.

Artigo 34.º**Norma revogatória**

É revogado o Decreto-Lei n.º 301/84, de 7 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 243/87, de 15 de Junho, e respectiva legislação complementar.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Julho de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *António Fernando Couto dos Santos*.

Promulgado em 28 de Julho de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado, em 30 de Julho de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO**Decreto-Lei n.º 302/93**

de 31 de Agosto

O Decreto Regulamentar n.º 56/84, de 9 de Agosto, procedeu à fixação das obrigações mínimas para a adjudicação da zona de jogo do Estoril.

Nos termos daquele diploma, a concessionária da exploração permanente da zona de jogo vinculou-se à prestação de contrapartidas de interesse público, de entre as quais releva a que se traduz no pagamento anual de um valor igual a 50% das respectivas receitas brutas declaradas, após a dedução de certos encargos e pela forma prevista na correspondente disposição legal.

As importâncias assim percebidas têm-se destinado exclusivamente a subsidiar obras de interesse turístico a realizar nos municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Todavia, tem-se demonstrado como insuficiente e incompleta uma afectação unívoca da mencionada contrapartida que, contribuindo singularmente para a realização de infra-estruturas de interesse turístico e para a melhoria do património histórico e arquitectónico dos municípios que integram a zona de jogo — assim permitindo o aumento da qualidade da respectiva oferta turística —, não possa, em concomitância, destinar-se à sua promoção e, correlativamente, à atracção de turistas, nacionais ou estrangeiros.

Por outro lado, a crescente competitividade dos mercados turísticos internacionais, a necessidade de se dinamizar o turismo interno — mercado de reconhecido potencial — e a circunstância de os municípios que integram a zona de jogo se configurarem como um particular produto turístico que, simultaneamente, alia o sol e praia à montanha e à existência de um significativo património histórico e cultural justificam que se subvencione a realização de planificadas e dinamizadas acções de promoção turística dos mesmos.

Assim, considerando o exposto, importa prever normativamente que parte das importâncias depositadas no Fundo de Turismo, por força da contrapartida mencionada, se destine a subsidiar a realização de acções de promoção turística dos municípios que integram a zona do jogo do Estoril.

Refira-se, por último, que esta previsão se encontra já acolhida, com as devidas adaptações, em alguns dos diplomas que fixam as obrigações mínimas a assumir pelas empresas concessionárias de outras zonas de jogo, como as de Espinho e Póvoa de Varzim e do Algarve.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. — 1 — As importâncias a pagar pela concessionária da exploração permanente da zona de jogo do Estoril, pela forma prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 56/84, de 9 de Agosto, poderão destinar-se, até ao limite de 15%, a subsidiar acções de promoção turística dos municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

2 — À determinação dos subsídios a conceder, bem como às condições e prazos da sua utilização, aplica-se o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 5.º do diploma referido no número anterior.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Julho de 1993. — *Joaquim Fernando Nogueira* — *Jorge Braga de Macedo* — *Luís Francisco Valente de Oliveira* — *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*.

Promulgado em 28 de Julho de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 29 de Julho de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Portaria n.º 1095/95
de 6 de setembro

ANEXO

Áreas indicativas onde se podem situar as ideias relativas aos projectos mobilizadores para o desenvolvimento tecnológico das indústrias da saúde.

- Área A — Tecnologias de informação e de comunicações associadas aos subsistemas da saúde, nomeadamente linhas de alta densidade de informação que permitam a informatização dos hospitais.
- Área B — Bens de equipamento associados à melhoria da qualidade e produtividade dos sistemas de saúde, nomeadamente:

Equipamentos de laser e optoelectrónica (ensaios e produção);
Equipamentos de detecção e remoção de células cancerígenas;
Aparelhos e equipamento médico-cirúrgico, dentário e ortopédico.

Área C — Desenvolvimento de projectos integrados na área da biotecnologia, envolvendo fortemente as infra-estruturas tecnológicas já existentes com competências nesta área, com base em associações ou integração de empresas, pressupondo ligações internacionais bem caracterizadas em domínios específicos e a eventual participação no capital por parte de instituições científicas portuguesas.

Área D — Pesquisa e desenvolvimento de novas moléculas.

Área E — Desenvolvimento de sistemas de libertação de fármacos: transdérmicos, formulações de libertação controlada, microencapsulação, microemulsões, lipossomas, microesferas, etc.

Área F — Desenvolvimento de ensaios de biodisponibilidade e bioequivalência de fármacos e de estudos farmacocinéticos vários, com o intuito de comparar formulações, seleccionar vias de administração, etc., com vista a encontrar os meios terapêuticos mais eficazes e que melhor satisfaçam as reais necessidades dos doentes, melhorar a adesão às terapêuticas e promover, portanto, um salto qualitativo em termos de saúde pública.

Área G — Desenvolvimento de produtos imunológicos especialmente na área das vacinas para medicina humana e ou veterinária, nomeadamente aproveitando as competências existentes no País no âmbito da medicina tropical.

Área H — Desenvolvimento de tecnologias de ponta na área da engenharia médica, nomeadamente na concepção de novos materiais para próteses ortopédicas, bem como de equipamento e ou sistemas de diagnóstico, aproveitando as competências existentes no domínio das fibras ópticas, digitalização de imagem, sistemas informáticos, etc.

Área I — Apoio ao desenvolvimento de novos sistemas e técnicas na área do diagnóstico clínico, nomeadamente de natureza bioquímica, imunológica, radioimunológica ou outras.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**Portaria n.º 1095/95**

de 6 de Setembro

A Lei de Bases do Sistema Educativo preconiza que a educação especial deve organizar-se, preferencialmente, segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, com apoio de educadores especializados, podendo, também, processar-se em instituições específicas, quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do educando.

De entre estas instituições figuram as associações e as cooperativas de educação especial, sem fins lucrativos, as quais visam ministrar a educação especial e promover a integração sócio-profissional dos alunos que não encontram condições adequadas às suas necessidades nas escolas de ensino regular.

Considerando que, nos termos do Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro, os alunos com necessidades educativas especiais estão igualmente sujeitos ao cumprimento da escolaridade obrigatória, a que corresponde o conceito de gratuidade de ensino, gradualmente implementada, o Ministério da Educação tem vindo a assumir os encargos técnicos e financeiros decorrentes da frequência destes alunos nas referidas ins-

tituições, mediante a concessão de apoios e subsídios a estas.

Não obstante a concessão dos referidos apoios e subsídios, os alunos com necessidades educativas especiais que frequentam estas instituições, têm sido sujeitos ao pagamento de mensalidades, cujo valor é fixado anualmente por portaria conjunta dos Ministros da Educação e do Emprego e da Segurança Social.

Considerando que é propósito do Governo aplicar aos estabelecimentos de educação especial sem fins lucrativos o princípio da gratuidade, à semelhança do regime já consagrado para os estabelecimentos de ensino com fins lucrativos;

Urge definir as condições de acesso e de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam os estabelecimentos de educação especial sem fins lucrativos, bem como os apoios técnicos e financeiros a conceder-lhes, visando garantir o princípio da gratuidade consagrado para o ensino básico.

Assim, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, e do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro:

Manda o Governo, pela Ministra da Educação, o seguinte:

1.º

Âmbito de aplicação

A presente portaria aplica-se a instituições de educação especial, sem fins lucrativos, que prestem uma ou duas das seguintes modalidades de serviço, através de:

- a) Estabelecimentos de educação especial tutelados pelo Ministério da Educação, nos termos do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro;
- b) Actividades de integração educacional e social de crianças e jovens com necessidades educativas especiais através de uma equipa de pessoal técnico e auxiliar.

2.º

Definição

Para os efeitos do presente diploma consideram-se:

- 1) Estabelecimentos de educação especial os que se destinam a alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos com necessidades educativas especiais que exijam um atendimento educativo específico, resultante de:

- a) Dificuldades graves de comunicação no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e da audição;
- b) Dificuldades graves de compreensão do currículo regular;
- c) Problemas graves do foro emocional e comportamental;

- 2) Actividades de apoio à integração os serviços técnicos e os apoios complementares prestados por pessoal qualificado a alunos com necessidades educativas especiais integrados em escolas de ensino regular, em articulação com as equipas de educação especial.

3.º

Requisitos gerais de funcionamento

Às instituições de educação especial sem fins lucrativos são exigidos os seguintes requisitos de funcionamento:

- a) Estarem legalmente constituídas e desenvolverem o exercício da sua actividade em conformidade com a legislação aplicável;
- b) Terem órgãos directivos que assegurem o normal funcionamento dos seus serviços;
- c) Celebrarem acordo específico com o Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica;
- d) Cumprirem o contrato colectivo de trabalho para o ensino particular e cooperativo.

4.º

Requisitos específicos de funcionamento

1 — Aos estabelecimentos de educação especial referidos no n.º 1 do n.º 2.º são exigidos os seguintes requisitos específicos:

- a) Funcionarem, perante o Ministério da Educação, de acordo com as disposições aplicáveis ao ensino particular e cooperativo;
- b) Disporerem de direcção pedagógica constituída nos termos da lei;
- c) Disporerem de instalações adequadas às necessidades dos alunos, nomeadamente no que respeita à dimensão, arejamento e acessibilidade;
- d) Terem uma lotação máxima de 80 alunos;
- e) Admitirem alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos;
- f) Terem regularizada a situação de matrícula dos alunos;
- g) Disporerem de processo individual do aluno, do qual conste o plano educativo individual e o programa educativo para cada ano escolar, nos termos dos artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto;
- h) Elaborarem o projecto educativo adequado às necessidades dos alunos;
- i) Cumprirem o calendário escolar de funcionamento estipulado;
- j) Disporerem de regulamento interno, a ser entregue no acto da matrícula ou inscrição ao encarregado de educação;
- k) Apresentarem ao Departamento da Educação Básica, até 31 de Julho de cada ano, o relatório de funcionamento pedagógico relativo ao ano findo, de que conste, nomeadamente, a organização e o funcionamento dos grupos escolares, a relação com os pais ou encarregados de educação, o movimento dos alunos admitidos e dos que abandonaram ou terminaram a escolaridade obrigatória e local para onde transitaram;
- m) Apresentarem ao Departamento da Educação Básica, até 15 de Outubro de cada ano, a lista nominal dos alunos, com a indicação da data de nascimento, data de admissão no estabelecimento e escola de origem.

2 — Às instituições que prestam actividades de integração educacional e social é exigida a apresentação no Departamento da Educação Básica, até 31 de Julho de cada ano, do relatório das actividades desenvolvidas, nomeadamente as modalidades e periodicidade dos serviços prestados, o número de alunos abrangidos em cada modalidade e a relação com as escolas de ensino regular e com as equipas de educação especial.

5.º

Apoio técnico-pedagógico

1 — O apoio técnico-pedagógico a prestar aos estabelecimentos de educação especial sem fins lucrativos destina-se a dotar estas instituições dos meios necessários para a prossecução das acções que se propõem realizar.

2 — O apoio técnico-pedagógico a prestar aos estabelecimentos de educação especial referidos no n.º 1 do n.º 2.º consiste no seguinte:

- a) Destacamento de docentes, em número correspondente ao quociente, arredondado por excesso, da divisão do número total de alunos por cinco;
- b) Criação de condições para a contratação de psicólogos, de terapeutas e de pessoal auxiliar pedagógico de educação especial;
- c) Fornecimento de documentação especializada;
- d) Acompanhamento técnico-pedagógico através de acções de formação para pessoal técnico e auxiliar e de visitas e reuniões nos estabelecimentos de ensino.

3 — O apoio técnico-pedagógico a conceder às instituições que prestam as actividades referidas no n.º 2 do n.º 2.º consiste no seguinte:

- a) Criação de condições para a contratação de psicólogos, de terapeutas e de pessoal auxiliar pedagógico de educação especial;
- b) Fornecimento de documentação especializada;
- c) Acompanhamento técnico-pedagógico através de acções de formação para pessoal técnico e auxiliar.

4 — Compete à direcção regional de educação competente a afectação dos docentes referidos na alínea a) do n.º 2 deste número.

5 — Os outros apoios técnico-pedagógicos são prestados pela direcção regional de educação competente e pelo Departamento da Educação Básica.

6.º

Equipa multidisciplinar

A equipa multidisciplinar, adequada ao tipo e grau de deficiência, à faixa etária dos alunos e ao projecto pedagógico da escola, é constituída por:

- a) Pessoal docente a recrutar de entre educadores de infância, professores do 1.º ciclo do ensino básico, professores de trabalhos manuais, de educação visual e tecnológica e de educação física;
- b) Pessoal técnico, designadamente psicólogo(s) e terapeuta(s);
- c) Pessoal auxiliar pedagógico de ensino especial.

7.º

Condições de acesso

A matrícula no ensino básico é efectuada na escola da área pedagógica da residência do aluno, dependendo o encaminhamento para estabelecimento de ensino especial do envio ao Departamento da Educação Básica dos seguintes documentos:

- a) Proposta de encaminhamento do aluno formulada pelo órgão de gestão e administração da escola onde foi efectuada a matrícula;
- b) Declaração de aceitação do aluno por parte do estabelecimento de ensino especial;
- c) Declaração de concordância do encarregado de educação;
- d) Plano educativo individual do aluno.

8.º

Processo individual do aluno

Do processo individual do aluno deve constar obrigatoriamente o plano educativo individual constituído pelos seguintes elementos:

- a) Resumo da história escolar e outros antecedentes relevantes, designadamente grau de eficácia de medidas anteriormente adoptadas;
- b) Caracterização das potencialidades, nível de aquisições e problemas do aluno;
- c) Diagnóstico médico e recomendações dos serviços de saúde;
- d) Medidas do regime educativo especial a aplicar.

9.º

Apoio financeiro

1 — O apoio financeiro a conceder aos estabelecimentos de educação especial referidos na alínea a) do n.º 1.º da presente portaria destina-se a:

- a) Suportar os encargos com os vencimentos do pessoal docente;
- b) Conceder, mensalmente, subsídios para os encargos com os vencimentos de psicólogos, terapeutas e pessoal auxiliar pedagógico de ensino especial;
- c) Conceder um subsídio de 5000\$ por aluno, durante 11 meses, destinado a participar nas despesas de funcionamento;
- d) Atribuir subsídios de alimentação, de transporte e para material didáctico e escolar, no âmbito da acção social escolar.

2 — A concessão de subsídios destinados aos encargos com os vencimentos, com exclusão dos encargos sociais, de psicólogos, terapeutas e pessoal auxiliar pedagógico de educação especial obedece aos parâmetros seguintes:

- a) Um psicólogo por estabelecimento, e em caso de estabelecimento de educação especial com lotação inferior a 80 alunos o psicólogo deverá completar o seu horário de trabalho numa equipa de educação especial;

b) Terapeutas em número correspondente ao quociente, arredondado por excesso, da divisão do número de alunos por 20;

c) Pessoal auxiliar pedagógico de educação especial em número correspondente ao quociente, arredondado por excesso, da divisão do número de alunos por 10, excepto no caso em que o número de alunos totalmente dependentes seja igual ou superior a 5, em que o quociente é de 1 para 5.

3 — O apoio financeiro a conceder mensalmente às instituições de educação especial referidas na alínea b) do n.º 1.º destina-se a suportar, até ao limite máximo, os encargos com os vencimentos do pessoal técnico e auxiliar, dependendo de projecto pedagógico elaborado pela instituição e pela equipa de educação especial, após aprovação do Departamento da Educação Básica.

4 — As instituições de educação especial que pela primeira vez pretendam beneficiar das modalidades de apoio previstas na presente portaria devem apresentar, até 31 de Janeiro de cada ano, a sua candidatura no Departamento da Educação Básica.

5 — O apoio financeiro é atribuído pelo Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, excepto no que respeita aos encargos com os vencimentos do pessoal docente.

10.º

Acção social escolar

1 — O Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, prestará, no ano lectivo de 1995-1996, apoio no âmbito da acção social escolar, mediante a atribuição de subsídios de alimentação, de transporte, correspondente ao custo da carreira pública no percurso casa-escola-casa, e de material didáctico e escolar.

2 — Os subsídios de alimentação e para material didáctico e escolar são os seguintes:

- a) Subsídio de alimentação — 370\$ aluno/dia;
- b) Subsídio para material didáctico e escolar — 21 100\$ aluno/ano.

11.º

Gratuidade de ensino

A fim de garantir a gratuidade de ensino aos alunos que em 15 de Setembro de 1995 tenham idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos, o Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, participará mensalmente com um montante igual ao valor da mensalidade máxima fixada por portaria conjunta para o regime de semi-internato.

12.º

Norma transitória

Aos alunos que em 15 de Setembro de 1995 tenham idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos o Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, e até 31 de Dezembro de 1995, efectua o pagamento do montante correspondente à participação familiar prevista no Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril.

13.º

Disposições finais

1 — O disposto na presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1995, excepto o disposto na alínea c) do n.º 1 do n.º 9.º e no n.º 11.º, que produzirá os respectivos efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

2 — Pelo presente diploma é revogado o Despacho n.º 8/SERE/SEAM/91, de 17 de Abril.

Ministério da Educação.

Assinada em 11 de Agosto de 1995.

A Ministra da Educação, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*.

Portaria n.º 1096/95

de 6 de Setembro

A requerimento da ARCA — Associação Recreativa de Coimbra Artística, entidade instituidora da Escola de Tecnologias Artísticas de Coimbra — ETAC, reconhecida como estabelecimento de ensino superior particular pela Portaria n.º 964/89, de 31 de Outubro;

Instruído e organizado o respectivo processo em conformidade com o preceituado no n.º 1 do artigo 57.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro;

Tendo em consideração os critérios estabelecidos para a apreciação dos pedidos de autorização de funcionamento de cursos conferentes de grau de licenciado;

Nos termos do artigo 64.º do Estatuto acima referido:

Manda o Governo, pela Ministra da Educação, o seguinte:

1.º É autorizado o funcionamento dos cursos a seguir indicados na Escola de Tecnologias Artísticas de Coimbra — ETAC, com início no ano lectivo de 1995-1996:

Curso de Design de Equipamento;
Curso de Design Gráfico e Ilustração.

2.º Os planos de estudos aprovados para os cursos referidos no número anterior são os constantes do anexo à presente portaria.

3.º É reconhecido o grau de licenciado pela conclusão de cada um dos cursos autorizados pelo presente diploma.

4.º O acesso aos cursos de Design de Equipamento e de Design Gráfico e Ilustração está sujeito às condições legalmente fixadas para o ensino superior, sem prejuízo dos requisitos específicos estipulados no regulamento interno do estabelecimento de ensino.

5.º A autorização e reconhecimento estabelecidos na presente portaria não prejudicam, sob pena de revogação, a obrigatoriedade do cumprimento de eventuais adaptações ou correcções que sejam determinadas pelo Ministério da Educação, quer em resultado de pareceres especializados, quer no âmbito das acções previstas no artigo 75.º do Estatuto do Ensino Superior Par-

ticular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro.

Ministério da Educação.

Assinada em 16 de Agosto de 1995.

Pela Ministra da Educação, *Pedro Lynce de Faria*,
Secretário de Estado do Ensino Superior.

ANEXO

Escola de Tecnologias Artísticas de Coimbra — ETAC

Curso de Design de Equipamento

Nome da disciplina	Tipo	Carga horária semanal — Aulas teórico-práticas
1.º ano		
Desenho I	Anual	3
Introdução ao Projecto	Anual	6
Introdução ao Estudo da Forma e da Cor	Anual	9
Introdução às Técnicas de Impressão	Anual	4
Geometria Descritiva I	Anual	4
Geometria Analítica e Computacional	Anual	2
História da Arte I	Anual	2
Estética	Anual	2
2.º ano		
Desenho II	Anual	3
Projecto I	Anual	12
Anatomia	Anual	3
Geometria Descritiva II	Anual	4
Desenho Assistido por Computador I	Anual	2
Matemática	Anual	2
Sistemas Construtivos	Anual	4
História da Arte II	Anual	2
3.º ano		
Projecto de Equipamento e de Interiores	Anual	12
Design Industrial	Anual	6
Geometria Operativa	Anual	2
Desenho Assistido por Computador II	Anual	2
Ergonomia	Anual	2
História do Design	Anual	2
Introdução à Sociologia	1.º semestre	2
4.º ano		
Design de Equipamento e de Interiores	Anual	10
Design Industrial e Sistemas de Produção	Anual	6
Tecnologia dos Materiais	Anual	2
Design Informal	Anual	2
Arquitectura do Conforto	Anual	3
História do Equipamento Ambiental	Anual	2
História da Educação Moderna e Contemporânea (*)	1.º semestre	3
Sociologia da Educação (*)	1.º semestre	3
Psicologia do Desenvolvimento (*)	2.º semestre	3
Métodos e Técnicas em Educação (*)	2.º semestre	3
5.º ano		
Projecto final	Anual	25
Teoria do Desenvolvimento Curricular (*)	Anual	3
Metodologia e Didáctica das Artes Visuais (*)	Anual	3

(*) Componente de formação pedagógica — carácter facultativo.

Portaria n.º 52/97
de 21 de janeiro

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Portaria n.º 51/97**

de 21 de Janeiro

Manda o Governo, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, nos termos do n.º 4 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, e dos artigos 43.º do Regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e 11.º do Regulamento Consular Português, aprovados, respectivamente, pelos Decretos n.ºs 47 478, de 31 de Dezembro de 1966, e 6462, de 7 de Março de 1920, alterar a lista anexa Portaria n.º 23 232, de 20 de Fevereiro de 1968, com a redacção dada pela Portaria n.º 647/94, de 16 de Julho, passando os distritos consulares de Berna, Genebra e Zurique a figurar na referida lista pela forma a seguir indicada:

14) Distrito consular de Berna:

Secção consular da Embaixada em Berna — Cantões de Berna, Friburgo, Jura, Neuchâtel e Soleure;

43) Distrito consular de Genebra:

Consulado-Geral em Genebra — Cantões de Genebra, Vaud e Valais;

115) Distrito consular de Zurique:

Consulado-Geral em Zurique — Cantões de Zurique, Lucerna, Uri, Schwyz, Unterwald (Alto e Baixo), Glaris, Zugue, Basileia (Ble-Ville e Ble-Campagne), Schaffouse, Appensel (Rhodes exterior e Rhodes interior), Saint-Gall, Grisões, Argovia, Turgovia e Tessino e o Principado de Listens-taina.

Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 31 de Dezembro de 1996.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime Jos Matos da Gama*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**Portaria n.º 52/97**

de 21 de Janeiro

Através da Portaria n.º 1095/95, de 6 de Setembro, foram definidas as condições de acesso e de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam estabelecimentos de associações e de cooperativas de educação especial sem fins lucrativos, bem como os apoios técnicos e financeiros a conceder-lhes, visando garantir o princípio da gratuidade consagrado para o ensino básico.

Na sequência do di logo realizado com estruturas representativas de associações e de cooperativas de educação especial sem fins lucrativos, considerou-se ser necessário proceder à revisão da Portaria n.º 1095/95, designadamente pela alteração de alguns normativos que se encontravam desadaptados à realidade do ano lectivo de 1996-1997. Considerando, entretanto, que se encontra em curso no âmbito do Ministério da Educação

um processo de reflexão sobre os princípios orientadores de política para a educação especial, processo que se pretende concluir até ao final do 1.º semestre de 1997, entendeu o Governo não ser este o momento para proceder a alterações de fundo nas disposições constantes do referido diploma legal, antes optando pela revisão de alguns aspectos parcelares, semelhança do efectuado com a revisão da Portaria n.º 994/95, de 18 de Agosto, que definiu as condições de acesso e de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam os estabelecimentos de ensino particular de educação especial.

Neste sentido, a revisão da Portaria n.º 1095/95 privilegiou, por um lado, a consagração de soluções e valores identificados aos que foram fixados para os estabelecimentos de ensino particular de educação especial, com as adaptações inerentes, e procurou, por outro, introduzir algumas medidas mínimas visando tornar efectivamente mais semelhantes os processos de encaminhamento dos alunos com necessidades educativas especiais para as associações e cooperativas de educação especial sem fins lucrativos e para os estabelecimentos de ensino particular de educação especial, de modo a tornar a situação mais equitativa e a permitir uma relação custos/aluno tendencialmente mais equilibrada do que a verificada actualmente.

A presente revisão visa ainda estimular uma efectiva articulação entre as associações e cooperativas de educação especial e as equipas de educação especial, valorizando respostas integradas e de qualidade que estas instituições sem fins lucrativos pretendam desenvolver e perspectivando o reforço dos apoios a conceder aos respectivos projectos.

Assim, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, e do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Os n.ºs 1.º, 2.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 9.º, 10.º, 11.º e 13.º da Portaria n.º 1095/95, de 6 de Setembro, passam a ter a seguinte redacção:

«1.º

Âmbito de aplicação

A presente portaria aplica-se a instituições de educação especial, sem fins lucrativos, que prestem uma ou mais das seguintes modalidades de serviço, através de:

- a)
- b)
- c) Actividades de intervenção precoce para crianças com deficiência ou em situações de alto risco.

2.º

Definição

-
- 1)
- a)
- b)
- c)

- d) Outros problemas que, por razões conjunturais ou contextuais devidamente fundamentadas, exijam um atendimento especializado não disponível no quadro do atendimento regular;

- 2)
3) Actividades de intervenção precoce às desenvolvidas em articulação com as equipas de educação especial, dirigidas a famílias e a crianças, entre os 0 e os 6 anos de idade, com deficiência ou em situação de alto risco, em complemento da acção educativa desenvolvida no âmbito dos contextos educativos normais, formais ou informais, em que a criança se encontra inserida.

4.º

Requisitos específicos de funcionamento

- 1 —
2 — Aos estabelecimentos de educação especial para realizarem actividades de integração educacional ou de intervenção precoce nos termos dos n.ºs 2) e 3) do n.º 2.º são exigidos os seguintes requisitos específicos:

- a) Apresentar ao Departamento da Educação Básica um projecto detalhado de intervenção, até ao final do 2.º período lectivo;
b) Caracterizar devidamente o projecto, referindo, designadamente, o levantamento de necessidades dos alunos a abranger, a existência de seguro para os alunos, os objectivos do projecto, as estratégias de intervenção e de interacção com a comunidade, os tempos em que se realizam as intervenções, os recursos humanos e materiais necessários à implementação do projecto, bem como as modalidades de avaliação do projecto;
c) Apresentar as medidas concretas previstas no projecto, em protocolos estabelecidos para o efeito com as equipas de educação especial e com as escolas envolvidas, bem como com os serviços de psicologia e orientação e de saúde escolar existentes e outras instituições tidas como adequadas;
d) Apresentar ao Departamento da Educação Básica, até 30 de Junho, um relatório de avaliação da execução do projecto.

5.º

Apoio técnico-pedagógico

- 1 —
2 —
3 — O apoio técnico-pedagógico a conceder às instituições que prestam as actividades referidas nos n.ºs 2) e 3) do n.º 2.º será atribuído em conformidade com a análise dos projectos que forem apresentados e as necessidades de recursos a referenciadas, não podendo ser ultrapassados os níveis de apoio técnico-pedagógico estabelecidos no número anterior.
4 —
5 — Ao Departamento da Educação Básica compete a apreciação dos projectos decorrentes dos n.ºs 2) e 3) do n.º 2.º, a definição dos respectivos apoios técnicos-pedagógicos a conceder e a decisão sobre as modalidades de funcionamento inerentes a esses apoios, devendo, para o efeito, comunicar respectiva direcção regional de educação, para efeitos de concretização, as afectações decorrentes.

6 — (Actual n.º 5.)

6.º

Equipa multidisciplinar

-
a) Pessoal docente, a recrutar de entre educadores de infância, professores do 1.º ciclo do ensino básico, professores de Trabalhos Manuais, de Educação Visual e Tecnológica, de Educação Física e de Educação Musical;
b)
c)

7.º

Condições de acesso

1 — A matrícula no ensino básico efectuada na escola da área pedagógica de residência do aluno, dependendo o encaminhamento do aluno para estabelecimento de ensino especial de envio, ao Departamento da Educação Básica, dos seguintes documentos:

- a) Proposta de encaminhamento do aluno formulada pelo órgão de gestão e administração do estabelecimento educativo onde foi efectuada a matrícula;
b) Declaração de concordância do encarregado de educação;
c) Parecer fundamentado da equipa de educação especial da área escolar;
d) Declaração de aceitação do aluno por parte do estabelecimento de ensino especial;
e) Plano educativo individual do aluno.

2 — Nos casos de encaminhamento que se reportem a crianças matriculadas pela primeira vez, o processo deverá ser enviado pelo órgão de gestão e administração do estabelecimento para o Departamento da Educação Básica até 30 de Junho.

3 — Nas situações de alunos provenientes de escolas públicas, particulares ou cooperativas, do ensino regular, que necessitem de encaminhamento, no ano lectivo seguinte, para instituições de educação especial sem fins lucrativos deverá o órgão de gestão e administração da escola de origem remeter para o Departamento da Educação Básica, até ao final do 2.º período do ano lectivo, o plano educativo do aluno, de acordo com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, bem como os documentos referidos no n.º 1 deste número.

4 — Após decisão das situações referidas no número anterior, e até 30 de Junho, o Departamento da Educação Básica remeterá ao estabelecimento de educação especial o documento comprovativo da necessidade de encaminhamento, bem como os elementos do respectivo processo.

5 — São situações excepcionais, devidamente justificadas, poder o ser considerados pedidos de encaminhamento apresentados fora dos prazos estipulados.

9.º

Apoio financeiro

- 1 —
- a)
- b) Conceder, mensalmente, subsídios para os encargos com os vencimentos do pessoal previsto nas alíneas b) e c) do n.º 6.º;
- c) Conceder um subsídio de 5250\$ por aluno, durante 11 meses, destinado a participar nas despesas de funcionamento, incluindo o seguro escolar dos alunos;
- d)
- 2 —
- a) Um psicólogo por estabelecimento, que, nos casos de estabelecimentos de educação especial com lotação inferior a 80 alunos, deverá completar, proporcionalmente, o seu horário com serviço prestado à equipa de educação especial mais próxima mediante o horário que, no início do ano, enviar para a respectiva direcção regional de educação;
- b)
- c)

3 — O apoio financeiro a conceder mensalmente às instituições de educação especial em função dos projectos decorrentes das alíneas b) e c) do n.º 1 destina-se a suportar os encargos com pessoal técnico e auxiliar, dependendo os seus valores da análise das situações propostas pelo Departamento da Educação Básica.

- 4 —
- 5 —

10.º

Acção social escolar

1 — O Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, prestará, no ano lectivo de 1996-1997, apoio no âmbito da acção social escolar, mediante a atribuição de subsídios de alimentação, de transporte, correspondente ao custo da carreira pública casa-escola-casa, e de material didáctico e escolar.

- 2 —
- a) Subsídio de alimentação, incluindo produtos lácteos — 415\$ aluno/dia;
- b) Subsídio para material didáctico e escolar — 21 950\$ aluno/ano.

11.º

Gratuidade de ensino

A fim de garantir a gratuidade do ensino aos alunos que em 15 de Setembro de 1996 tenham idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos, o Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, compartilhará mensalmente com um montante igual ao valor da mensalidade máxima fixada por portaria conjunta para o regime de semi-internato.

13.º

Disposições finais

1 — O disposto na presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1996.

- 2 —

2.º

É publicada em anexo a versão consolidada da Portaria n.º 1095/95, de 6 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo presente diploma.

Ministério da Educação.

Assinada em 12 de Dezembro de 1996.

O Ministro da Educação, *Eduardo Carreira Marçal Grilo*.

ANEXO

Versão consolidada da Portaria n.º 1095/95, de 6 de Setembro

1.º

Âmbito de aplicação

A presente portaria aplica-se a instituições de educação especial, sem fins lucrativos, que prestem uma ou mais das seguintes modalidades de serviço, através de:

- a) Estabelecimentos de educação especial tutelados pelo Ministério da Educação, nos termos do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro;
- b) Actividades de integração educacional e social de crianças e jovens com necessidades educativas especiais através de uma equipa de pessoal técnico e auxiliar;
- c) Actividades de intervenção precoce para crianças com deficiência ou em situações de alto risco.

2.º

Definição

Para efeitos do presente diploma, consideram-se:

- 1) Estabelecimentos de educação especial os que se destinam a alunos de idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos com necessidades educativas especiais que exijam um atendimento específico, resultante de:
- a) Dificuldades graves de comunicação no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e da audição;
- b) Dificuldades graves de compreensão do currículo regular;
- c) Problemas graves do foro emocional e comportamental;
- d) Outros problemas que, por razões conjunturais ou contextuais devidamente fundamentadas, exijam um atendimento especializado não disponível no quadro do atendimento regular;
- 2) Actividades de apoio às integrações dos serviços técnicos e os apoios complementares prestados por pessoal qualificado a alunos com necessidades educativas especiais integrados em escolas do ensino regular, em articulação com as equipas de educação especial;
- 3) Actividades de intervenção precoce às desenvolvidas em articulação com as equipas de educação especial, dirigidas a famílias e a crianças, entre os 0 e os 6 anos de idade, com deficiência

ou em situação de alto risco, em complemento da acção educativa desenvolvida no âmbito dos contextos educativos normais, formais ou informais, em que a criança se encontra inserida.

3.º

Requisitos gerais de funcionamento

Às instituições de educação especial sem fins lucrativos são exigidos os seguintes requisitos de funcionamento:

- a) Estarem legalmente constituídas e desenvolverem o exercício da sua actividade em conformidade com a legislação aplicável;
- b) Terem regidos directivos que assegurem o normal funcionamento dos seus serviços;
- c) Cumprirem o contrato colectivo de trabalho para o ensino particular e cooperativo.

4.º

Requisitos específicos de funcionamento

1 — Aos estabelecimentos de educação especial referidos no n.º 1) do n.º 2.º são exigidos os seguintes requisitos específicos:

- a) Funcionarem, perante o Ministério da Educação, de acordo com as disposições aplicáveis do ensino particular e cooperativo;
- b) Disporem de direcção pedagógica, constituída nos termos da lei;
- c) Disporem de instalações adequadas às necessidades dos alunos, nomeadamente no que respeita à dimensão, arejamento e acessibilidade;
- d) Terem uma lotação máxima de 80 alunos;
- e) Admitirem alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos;
- f) Terem regularizada a situação de matrícula dos alunos;
- g) Disporem de processo individual dos alunos, do qual constem o plano educativo individual e o programa educativo para cada ano escolar, nos termos dos artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto;
- h) Elaborarem o projecto educativo adequado às necessidades dos alunos;
- i) Cumprirem o calendário escolar de funcionamento estipulado;
- j) Disporem de regulamento interno, a ser entregue, no acto da matrícula ou inscrição, ao encarregado de educação;
- k) Apresentarem ao Departamento da Educação Básica, at 31 de Julho de cada ano, o relatório de funcionamento pedagógico relativo ao ano findo, de que constem, nomeadamente, a organização e funcionamento dos grupos escolares, a relação com os pais e encarregados de educação, o movimento de alunos admitidos e dos que abandonaram ou terminaram a escolaridade obrigatória e local para onde transitaram;
- m) Apresentarem ao Departamento da Educação Básica, at 15 de Outubro de cada ano, a lista nominal dos alunos, com indicação da data de nascimento, data de admissão no estabelecimento e escola de origem.

2 — Aos estabelecimentos de educação especial para realizarem actividades de integração educacional ou de intervenção precoce nos termos dos n.ºs 2) e 3) do n.º 2.º são exigidos os seguintes requisitos específicos:

- a) Apresentar ao Departamento da Educação Básica um projecto detalhado de intervenção, at ao final do 2.º período lectivo;
- b) Caracterizar devidamente o projecto, referindo, designadamente, o levantamento de necessidades dos alunos a abranger, a existência de seguro para os alunos, os objectivos do projecto, as estratégias de intervenção e de interacção com a comunidade, os tempos em que se realizam as intervenções, os recursos humanos e materiais necessários à implementação do projecto, bem como as modalidades de avaliação do projecto;
- c) Apresentar as medidas concretas previstas no projecto, em protocolos estabelecidos para o efeito com as equipas de educação especial e com as escolas envolvidas, bem como com os serviços de psicologia e orientação e de saúde escolar existentes e outras instituições tidas como adequadas;
- d) Apresentar ao Departamento da Educação Básica, at 30 de Junho, um relatório de avaliação da execução do projecto.

5.º

Apoio técnico-pedagógico

1 — O apoio técnico-pedagógico a prestar aos estabelecimentos de educação especial sem fins lucrativos destina-se a dotar estas instituições dos meios necessários à prossecução das acções que se propõem realizar.

2 — O apoio técnico-pedagógico a prestar aos estabelecimentos de educação especial referidos no n.º 1) do n.º 2.º consiste no seguinte:

- a) Destacamento de docentes, em número correspondente ao quociente, arredondado por excesso, da divisão do número total de alunos por cinco;
- b) Criação de condições para a contratação de psicólogos, de terapeutas e de pessoal auxiliar pedagógico de educação especial;
- c) Fornecimento de documentação especializada;
- d) Acompanhamento técnico-pedagógico através de acções de formação para pessoal técnico e auxiliar e de visitas e reuniões nos estabelecimentos de ensino.

3 — O apoio técnico-pedagógico a conceder às instituições que prestam as actividades referidas nos n.ºs 2) e 3) do n.º 2.º será atribuído em conformidade com a análise dos projectos que forem apresentados e as necessidades de recursos a referenciadas, não podendo ser ultrapassados os níveis de apoio técnico-pedagógico estabelecidos no número anterior.

4 — Compete à direcção regional de educação competente a afectação dos docentes referidos no alínea a) do n.º 2 deste número.

5 — Ao Departamento da Educação Básica compete a apreciação dos projectos decorrentes dos n.ºs 2) e 3) do n.º 2.º, a definição dos respectivos apoios técnicos-pedagógicos a conceder e a decisão sobre as modalidades de funcionamento inerentes a esses apoios,

devendo, para o efeito, comunicar a respectiva direcção regional de educação, para efeitos de concretização, as afectações deles decorrentes.

6 — Os outros apoios técnico-pedagógicos são prestados pela direcção regional de educação competente e pelo Departamento da Educação Básica.

6.º

Equipa multidisciplinar

A equipa multidisciplinar, adequada ao tipo e grau de deficiência, faixa etária dos alunos e ao projecto pedagógico da escola, constitui-se por:

- a) Pessoal docente a recrutar de entre educadores de infância, professores do 1.º ciclo do ensino básico, professores de Trabalhos Manuais, de Educação Visual e Tecnológica, de Educação Física e de Educação Musical;
- b) Pessoal técnico, designadamente psicólogo(s) e terapeuta(s);
- c) Pessoal auxiliar pedagógico de ensino especial.

7.º

Condições de acesso

1 — A matrícula no ensino básico efectuada na escola da área pedagógica de residência do aluno, dependendo o encaminhamento do aluno para estabelecimento de ensino especial de envio, ao Departamento da Educação Básica, dos seguintes documentos:

- a) Proposta de encaminhamento do aluno formulada pelo órgão de gestão e administração do estabelecimento educativo onde foi efectuada a matrícula;
- b) Declaração de concordância do encarregado de educação;
- c) Parecer fundamentado da equipa de educação especial da área escolar;
- d) Declaração de aceitação do aluno por parte do estabelecimento de ensino especial;
- e) Plano educativo individual do aluno.

2 — Nos casos de encaminhamento que se reportem a crianças matriculadas pela primeira vez, o processo deverá ser enviado pelo órgão de gestão e administração do estabelecimento para o Departamento da Educação Básica até 30 de Junho.

3 — Nas situações de alunos provenientes de escolas públicas, particulares ou cooperativas, do ensino regular, que necessitem de encaminhamento, no ano lectivo seguinte, para instituições de educação especial sem fins lucrativos deverá o órgão de gestão e administração da escola de origem remeter para o Departamento da Educação Básica, até ao final do 2.º período do ano lectivo, o plano educativo do aluno, de acordo com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, bem como os documentos referidos no n.º 1 deste n.º.

4 — Após decisão das situações referidas no n.º anterior, e até 30 de Junho, o Departamento da Educação Básica remeter ao estabelecimento de educação especial o documento comprovativo da necessidade de encaminhamento, bem como os elementos do respectivo processo.

5 — Situações excepcionais, devidamente justificadas, poderão ser considerados pedidos de encaminhamento apresentados fora dos prazos estipulados.

8.º

Processo individual do aluno

Do processo individual do aluno deve constar obrigatoriamente o plano educativo individual, constituído pelos seguintes elementos:

- a) Resumo da história escolar e outros antecedentes relevantes, designadamente grau de eficácia de medidas anteriormente adoptadas;
- b) Caracterização das potencialidades, nível de aquisições e problemas do aluno;
- c) Diagnóstico médico e recomendações dos serviços de saúde;
- d) Medidas do regime educativo especial a aplicar.

9.º

Apoio financeiro

1 — O apoio financeiro a conceder aos estabelecimentos de educação especial referidos na alínea a) do n.º 1.º da presente portaria destina-se a:

- a) Suportar os encargos com os vencimentos do pessoal docente;
- b) Conceder, mensalmente, subsídios para os encargos com os vencimentos do pessoal previsto nas alíneas b) e c) do n.º 6.º;
- c) Conceder um subsídio de 5250\$ por aluno, durante 11 meses, destinado a participar nas despesas de funcionamento, incluindo o seguro escolar dos alunos;
- d) Atribuir subsídios de alimentação, de transporte e para material didáctico e escolar, no âmbito da acção social escolar.

2 — A concessão de subsídios destinados aos encargos com os vencimentos, com exclusão dos encargos sociais, de psicólogos, terapeutas e pessoal auxiliar pedagógico de educação especial obedece aos parâmetros seguintes:

- a) Um psicólogo por estabelecimento, que, nos casos de estabelecimentos de educação especial com lotação inferior a 80 alunos, deverá completar, proporcionalmente, o seu horário com serviço prestado pela equipa de educação especial mais próxima, mediante o horário que, no início do ano, enviará para a respectiva direcção regional de educação;
- b) Terapeutas em número correspondente ao quociente, arredondado por excesso, da divisão do número de alunos por 20;
- c) Pessoal auxiliar pedagógico de educação especial em número correspondente ao quociente, arredondado por excesso, da divisão do número de alunos por 10, excepto no caso em que o número de alunos totalmente dependentes seja igual ou superior a 5, em que o quociente será de 1 para 5.

3 — O apoio financeiro a conceder mensalmente às instituições de educação especial em função dos projectos decorrentes das alíneas b) e c) do n.º 1 destina-se a suportar os encargos com pessoal técnico e auxiliar,

dependendo os seus valores da análise das situações propostas pelo Departamento da Educação Básica.

4 — As instituições de educação especial que pela primeira vez pretendam beneficiar das modalidades de apoio previstas na presente portaria devem apresentar, até 31 de Janeiro de cada ano, a sua candidatura no Departamento da Educação Básica.

5 — O apoio financeiro atribuído pelo Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, excepto no que respeita aos encargos com o vencimento do pessoal docente.

10.º

Acção social escolar

1 — O Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, prestar, no ano lectivo de 1996-1997, apoio no âmbito da acção social escolar, mediante a atribuição de subsídios de alimentação, de transporte, correspondente ao custo da carreira pública casa-escola-casa, e de material didáctico e escolar.

2 — Os subsídios de alimentação e para material didáctico e escolar são os seguintes:

- a) Subsídio de alimentação, incluindo produtos lácteos — 415\$ aluno/dia;
- b) Subsídio para material didáctico e escolar — 21 950\$ aluno/ano.

11.º

Gratuidade de ensino

A fim de garantir a gratuidade do ensino aos alunos que em 15 de Setembro de 1996 tenham idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos, o Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, compartilhar mensalmente com um montante igual ao valor da mensalidade máxima fixada por portaria conjunta para o regime de semi-internato.

12.º

Norma transitória

Aos alunos que em 15 de Setembro de 1995 tenham idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos o Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, e até 31 de Dezembro de 1995, efectua o pagamento do montante correspondente à participação familiar prevista no Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril.

13.º

Disposições finais

1 — O disposto na presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1996.

2 — Pelo presente diploma revogado o Despacho n.º 8/SERE/SEAM/91, de 17 de Abril.

Despacho-Conjunto n.º
105/97 de 1 de julho

Despacho n.º 2947/97 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Maio de 1997 da subdirectora regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, no uso da delegação de competências:

Luísa Maria Gonçalves Hipólito e Manuel António Ovelheiro, assessores da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, a exercerem, em comissão de serviço, os cargos de directores de serviços — nomeados definitivamente assessores principais da carreira de engenheiro do mesmo quadro, processando-se a integração na categoria de assessor principal da carreira de engenheiro no escalão 1, índice 700, com efeitos a partir de 29 de Junho de 1996, data a partir da qual produz efeitos a criação do lugar, conforme o n.º 2 da Portaria n.º 259/97 (2.ª série), mantendo-se a exercerem os cargos de directores de serviços em comissão de serviço. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Junho de 1997. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão, *Jorge Fernandes de Brito*.

Despacho n.º 2948/97 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Julho de 1997 do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho:

José Tomás Esteves do Souto Gonçalves — celebrado contrato administrativo de provimento, a partir da data da publicação no *Diário da República*, como estagiário na sequência de concurso externo de ingresso de admissão a estágio para preenchimento de lugar de técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, com a remuneração mensal de 156 800\$, escalão 1, índice 300. (Visado pelo Tribunal de Contas em 8 de Abril de 1997. São devidos emolumentos.)

6 de Junho de 1997. — Pelo Director Regional, a Subdirectora Regional, *Maria Ângela Vasconcelos*.

Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes

Despacho n.º 2949/97 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Abril de 1997 do director regional de Agricultura de Trás-os-Montes:

José Rui Barreto Cachim, médico veterinário — contratado, em regime de contrato de avença, para exercer funções nesta Direcção Regional, com efeitos a partir da data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Junho de 1997. — Pelo Director Regional, *Domingos A. Fernandes Amaro*.

Despacho n.º 2950/97 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Maio de 1997, do director regional de Agricultura de Trás-os-Montes:

José António Ribeiro da Costa, técnico-adjunto de 1.ª classe da carreira de técnico-adjunto de pecuária do quadro da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes — promovido, mediante concurso, a técnico-adjunto principal da mesma carreira e quadro, ficando exonerado das anteriores funções a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Junho de 1997. — Pelo Director Regional, *Domingos A. Fernandes Amaro*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Educativa

Despacho n.º 2951/97 (2.ª série). — A atribuição do nome de uma professora do 1.º ciclo do ensino básico a uma escola constitui não apenas um sinal de apreço e homenagem, mas sobretudo pretende ser um incentivo e um apelo a todos os professores no sentido da mobilização e da entrega à causa da educação.

A valorização da profissão docente constitui o principal factor de aperfeiçoamento, de exigência e de qualidade na vida das escolas.

Maria de Lurdes Monteiro Sampaio Ribeiro de Melo, *Senhora Professora do Casalinho*, é um exemplo, que dedicou mais de 40 anos da sua vida à instrução, cultura e educação das crianças ao longo de várias gerações.

Professora do ensino primário, iniciou funções na velha Escola de Lamelas e posteriormente exerceu funções na Escola da Boavista, na freguesia de Vizela, tendo sido directora da Escola da Boavista n.º 1 durante 32 anos, até à aposentação.

Os felgueirenses de Santo Adrião de Vizela não esquecem a sua mestra e educadora relativamente a quem podem afirmar: que todos são tributários da sua generosa forma de aprender e ensinar.

É, deste modo, de inteira justiça a proposta da Junta de Freguesia de Vizela (Santo Adrião), com o que concordou a Câmara Municipal de Felgueiras e a Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Boavista n.º 1, Santo Adrião de Vizela, Felgueiras, no sentido da atribuição do nome de Maria de Lurdes Sampaio de Melo àquele estabelecimento de ensino.

Assim, e preenchidos que estão os requisitos e demais formalidades previstos no Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, determino que a Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Boavista n.º 1, Santo Adrião de Vizela, Felgueiras, passa a denominar-se Escola Básica do 1.º Ciclo Maria de Lurdes Sampaio de Melo, Boavista, Felgueiras.

4 de Junho de 1997. — O Secretário de Estado da Administração Educativa, *Guilherme d'Oliveira Martins*.

Despacho n.º 2952/97 (2.ª série). — Joaquim Mendes dos Remédios (1867-1932) alcançou notoriedade «não pelos caprichos da fortuna ou pelo patrocínio dos amigos poderosos, mas, somente, pelo imperioso prestígio dos seus dotes intelectuais e morais», na expressão de Eugénio de Castro.

Professor universitário, filólogo e escritor, nasceu em Nisa, estudou no Liceu e no Seminário de Portalegre, tendo-se matriculado na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, onde se doutorou, em 1895.

Depois da extinção da Faculdade de Teologia passou a professor da Faculdade de Letras, tendo integrado o seu corpo de catedráticos. Notabilizou-se como especialista em História da Literatura Portuguesa e investigador prolífero. Exerceu as funções de secretário da biblioteca, de director da sua Faculdade e de reitor da Universidade de 1911 a 1913 e de 1918 a 1919, a ele se ficando a dever a criação da *Revista da Universidade* e dos cursos de férias e dos institutos de cultura estrangeiras. Chegou fugazmente a Ministro da Instrução durante a ditadura que se seguiu ao golpe de 28 de Maio de 1926.

Investigador incansável, deixou vastíssima bibliografia, onde se revela a grande erudição do professor, da qual se destaca: *Uma Bíblia Hebraica da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Camões e o Ideal da sua Obra, As Comédias de Sá de Miranda, História da Literatura Portuguesa, Introdução à História da Literatura Portuguesa, Os Judeus em Portugal e Os Judeus Portugueses em Amesterdão*. Organizou edições críticas e publicou antologias de autores como Fr. Agostinho da Cruz, António José da Silva (*O Judeu*), Camões, Garcia de Resende e Gil Vicente.

A Escola Preparatória de Nisa, actual Escola Preparatória e Secundária (C+S) de Nisa, deteve o nome do patrono, Prof. Mendes dos Remédios aquando da sua criação.

É assim de justiça a proposta do conselho directivo da Escola Preparatória e Secundária (C+S) de Nisa, com a concordância da Câmara Municipal, no sentido de retomar a anterior designação, atribuindo o nome do Prof. Mendes dos Remédios ao referido estabelecimento de ensino.

Assim, e preenchidos que estão os requisitos e demais formalidades previstas no Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, determino:

1.º A Escola Preparatória e Secundária (C+S) de Nisa passa a denominar-se Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Prof. Mendes dos Remédios, Nisa.

2.º A Escola referida no número anterior (com o código 2445) constará da portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, com a denominação que lhe é atribuída nos termos do presente despacho.

4 de Junho de 1997. — O Secretário de Estado da Administração Educativa, *Guilherme d'Oliveira Martins*.

Gabinetes dos Secretários de Estado da Administração Educativa e da Educação e Inovação

Despacho conjunto n.º 105/97. — A construção de uma escola democrática e de qualidade constitui objectivo central da política do Governo. Nessa perspectiva, o enquadramento normativo dos apoios educativos deve materializar-se num conjunto de medidas que constituam uma resposta articulada e integrada aos problemas e necessidades sentidas nas e pelas escolas, de acordo com um conjunto de princípios orientadores, nomeadamente:

Centrar nas escolas as intervenções diversificadas necessárias para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens; Assegurar, de modo articulado e flexível, os apoios indispensáveis ao desenvolvimento de uma escola de qualidade para todos; Perspectivar uma solução simultaneamente adequada às condições e possibilidades actuais, mas orientada também para uma evolução gradual para novas e mais amplas respostas.

Partindo de tais princípios, o presente despacho visa introduzir uma mudança significativa na situação actualmente existente no âmbito dos apoios a crianças com necessidades educativas especiais. Avaliando os aspectos mais positivos da experiência já adquirida neste domínio, procura-se criar as condições que facilitem a diversificação das práticas pedagógicas e uma mais eficaz gestão dos recursos especializados disponíveis, visando a melhoria da intervenção educativa.

Confere-se clara prioridade à colocação de pessoal docente e de outros técnicos nas escolas, consubstanciando as condições para a integração e o sucesso de todos os alunos. Simultaneamente, salvaguarda-se a existência de uma «rectaguarda» técnico-científica susceptível de se constituir como um espaço de reflexão, de partilha de saberes, de coordenação de intervenções e de articulação de recursos, na perspectiva de uma valorização acrescida dos meios humanos especializados postos ao serviço das e nas escolas para apoio aos alunos.

Pretende-se, de igual modo, que os apoios educativos constituam uma resposta consistente com a descentralização e territorialização das políticas educativas, preconizando-se a possibilidade de articular apoios educativos diversificados necessários para a integração das crianças com necessidades educativas específicas, para o alargamento das aprendizagens, para a promoção da interculturalidade e para a melhoria do ambiente educativo nas escolas.

Ainda que se pretenda criar as condições facilitadoras do desenvolvimento da prestação dos apoios educativos em domínios diversificados, perspectiva-se, nesta fase, o desenvolvimento de respostas, sobretudo no domínio da diferenciação pedagógica e da educação especial.

O presente despacho reconhece a importância primordial da actuação dos professores com formação especializada e articula-se com outros projectos em curso no âmbito do Ministério da Educação, nomeadamente a reorganização da rede escolar, a reestruturação da gestão pedagógica e administrativa das escolas, a descentralização e a contratualização das autonomias e a criação de condições de maior estabilidade do corpo docente.

Neste contexto, as medidas previstas no presente despacho para o funcionamento dos apoios educativos vão ao encontro dos princípios gerais consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, e em particular dos seus artigos 17.º e 18.º, inserindo-se numa linha de intervenção que visa fazer da escola o centro privilegiado da acção educativa.

Nestes termos, determina-se:

1 — O presente despacho estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo, de acordo com os princípios consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo.

1.1 — Os apoios educativos abrangem todo o sistema de educação e ensino não superior e desenvolvem-se com base na articulação dos recursos e das actividades de apoio especializado existente nas escolas, com vista à promoção de uma escola integradora.

2 — A prestação dos apoios educativos visa, no quadro do desenvolvimento dos projectos educativos das escolas, designadamente:

- a) Contribuir para a igualdade de oportunidades de sucesso educativo para todas as crianças e jovens, promovendo a existência de respostas pedagógicas diversificadas adequadas às suas necessidades específicas e ao seu desenvolvimento global;
- b) Promover a existência de condições nas escolas para a integração sócio-educativa das crianças e jovens com necessidades educativas especiais;
- c) Colaborar na promoção da qualidade educativa, nomeadamente nos domínios relativos à orientação educativa, à interculturalidade, à saúde escolar e à melhoria do ambiente educativo;
- d) Articular as respostas a necessidades educativas com os recursos existentes noutras estruturas e serviços, nomeadamente nas áreas da saúde, da segurança social, da qualificação profissional e do emprego, das autarquias e de entidades particulares e não governamentais.

3 — Para efeitos do presente despacho, entende-se por:

- a) Docente de apoio — o docente que tem como função prestar apoio educativo à escola no seu conjunto, ao professor, ao aluno e à família, na organização e gestão dos recursos e medidas diferenciadas a introduzir no processo de ensino/aprendizagem;
- b) Formação especializada — a qualificação para o exercício de outras funções educativas obtida pelos docentes pela frequência com aproveitamento de cursos especializados, a que se refere o artigo 33.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, os artigos 23.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 344/89, de 11 de Outubro, o artigo 56.º do Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 105/97, de 29 de Abril, bem como o Regime Jurídico da Formação Especializada de Educadores de Infância e dos

Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 95/97, de 23 de Abril.

4 — Para promoção de actividades de apoio educativo são colocados nas escolas, em regime de destacamento, docentes com formação especializada em áreas específicas.

4.1 — Para orientação técnico-científica dos docentes que desempenham funções de apoio educativo especializado são designadas, em função das necessidades, equipas de coordenação ou coordenadores a nível concelhio.

5 — Compete ao educador de infância, na educação pré-escolar, ao professor da turma, no 1.º ciclo do ensino básico, e aos docentes em geral, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, identificar os alunos que exigem recursos ou adaptações no processo de ensino/aprendizagem, dando posterior conhecimento ao órgão de administração e gestão da escola.

5.1 — A identificação das necessidades detectadas será acompanhada com a indicação do tipo de apoio especializado que é considerado mais adequado.

5.2 — O processo de identificação dos alunos é sempre articulado com os professores que desempenham funções de apoio educativo.

6 — Para fundamentar a proposta de colocação de um docente em funções de apoio educativo devem ser tomados em consideração os seguintes factores:

- a) Número de alunos que exigem novos recursos ou adaptações específicas dos recursos existentes;
- b) Características do projecto pedagógico que fundamenta a necessidade de um professor para o desempenho de funções de apoio educativo;
- c) Dimensão da escola, considerando o número de alunos e de turmas;
- d) Localização geográfica da escola em relação às escolas adjacentes.

6.1 — Da proposta deve constar ainda:

- a) A identificação da escola;
- b) As escolas, creches, domicílios, hospitais ou outras instituições a abranger pela colocação para funções de apoio educativo;
- c) O número de alunos abrangidos;
- d) O tipo de habilitação e formação especializada preferenciais do docente.

6.2 — Os factores indicados nos n.ºs 6 e 6.1 devem tomar em consideração o maior e mais diferenciado atendimento educativo a prestar aos alunos e o máximo aproveitamento dos espaços educativos e dos recursos disponíveis.

7 — A equipa de coordenação dos apoios educativos, em estreita colaboração com o órgão de gestão da escola, elabora a proposta de colocação de professores de apoio educativo, a submeter à consideração do respectivo director regional de educação, até 31 de Março de cada ano, sem prejuízo da consideração de situações supervenientes.

7.1 — Compete ao director regional de educação respectivo, em função das necessidades detectadas, propor ao Ministro da Educação o número global de docentes de apoio educativo a colocar anualmente nas escolas.

7.2 — Os docentes colocados nos termos do número anterior integram o corpo docente do respectivo estabelecimento de educação ou de ensino enquanto durar a situação de destacamento.

7.3 — Em situações devidamente fundamentadas, os docentes de apoio educativo podem, por decisão do respectivo director regional de educação, ouvida a equipa de coordenação, prestar apoio a outros estabelecimentos educativos ou instituições próximos.

8 — Em situações específicas podem os directores regionais de educação propor o destacamento de docentes ou a requisição de outros técnicos especialistas, nomeadamente para o desempenho de funções de apoio educativo a crianças e jovens com deficiências de baixa incidência, a creches, a apoio domiciliário, a hospitais ou outras instituições.

8.1 — Os docentes ou técnicos referidos no número anterior são afectos à escola em que estiver sediada a equipa de coordenação dos apoios educativos da zona, excepto nos casos em que a respectiva direcção regional de educação, em função de uma adequada política de gestão de recursos, determine a sua ligação a outra escola.

9 — Os educadores e professores colocados nas escolas com funções de apoio educativo são docentes habilitados com formação especializada, nomeadamente nas áreas da educação especial, da supervisão pedagógica, da orientação educativa, da animação sócio-cultural, ou de outra especialização vocacionada para o apoio que devem realizar.

9.1 — O docente com formação especializada que ocupe na escola, a cujo quadro pertence, lugar da sua especialidade poderá manter essa colocação mediante apresentação de declaração manifestando tal interesse, não sendo esse lugar considerado para efeitos de seriação.

9.2 — Quando não existirem docentes com formação especializada em número suficiente para fazer face às necessidades, ou em casos excepcionais devidamente justificados, podem os directores regionais de educação seleccionar educadores e professores com formação nos domínios da psicologia, das ciências da educação, da sociologia, ou outros, com preferência para os possuidores de experiência numa ou mais áreas de especialização referidas no n.º 9.

10 — Podem ser candidatos ao desempenho de funções de apoio educativo os docentes com nomeação definitiva, os quais serão ordenados por áreas correspondentes à formação especializada requerida pela especificidade das funções a desempenhar.

10.1 — A área de formação especializada é a que consta na certidão do respectivo curso.

10.2 — Caso a área de formação especializada não conste da certidão a que se refere o número anterior, será considerada aquela em que o docente comprovar ter realizado o estágio final do curso de especialização.

10.3 — Os candidatos são ordenados de acordo com as prioridades a seguir indicadas:

- 1.º Docentes com formação especializada que concorrem para o desempenho de funções da sua especialidade;
- 2.º Docentes que possuam experiência reconhecida na área de especialização requerida pela função a que se candidatam;
- 3.º Docentes com formação especializada que concorrem para o desempenho de funções de especialidade diferente da sua;
- 4.º Docentes sem formação especializada que possuam experiência em área de especialização afim à da função a que se candidatam.

10.4 — Em caso de igualdade, os candidatos são ordenados, dentro de cada prioridade, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Tempo de serviço na área de especialidade requerida pela função a que se candidata, contado após a conclusão do curso de especialização;
- b) Tempo de serviço docente na área de especialização para a função a que se candidata;
- c) Tempo total de serviço docente.

10.5 — Nos casos em que o mesmo candidato seja graduado em mais de uma prioridade, a sua colocação será prioritariamente na função que melhor corresponder à sua formação especializada.

11 — A candidatura é apresentada mediante o preenchimento de um formulário, do qual constem, obrigatoriamente:

- a) Elementos legais de identificação do candidato;
- b) Habilitação profissional;
- c) Formação especializada, com indicação da área de especialização;
- d) Área de especialidade a que se candidata;
- e) Tempo de serviço docente na área de especialidade a que se candidata, obtido após a conclusão do curso de especialização;
- f) Tempo de serviço docente em cada uma das áreas de especialidade a que se candidata;
- g) Tempo total de serviço docente;
- h) Declaração de não candidatura a outra forma de mobilidade.

11.1 — O formulário será obrigatoriamente acompanhado por certidão ou certidões comprovativas dos elementos correspondentes às alíneas b), c), e), f) e g) do número anterior.

11.2 — As certidões referidas no número anterior poderão ser substituídas por declaração comprovativa, passada pelo órgão de administração e gestão da escola ou pelos serviços competentes dos centros de área educativa a que o docente se encontra vinculado, autenticada, com selo branco ou carimbo em uso e exarado no formulário de candidatura.

11.3 — Serão excluídos os candidatos que não apresentem os documentos referidos nos números anteriores.

11.4 — O docente pode candidatar-se a um máximo de duas áreas de especialidade.

11.5 — As listas dos candidatos são afixadas em locais a designar pelo director regional de educação, podendo os candidatos, no prazo de três dias úteis contados a partir da data da sua afixação, reclamar da sua ordenação.

11.6 — Findo o prazo de reclamações, será divulgada a lista ordenada definitiva, devendo o docente apresentar-se na escola em que foi colocado no prazo de três dias úteis.

12 — Constituem funções dos docentes que prestam apoio educativo nas escolas, designadamente:

- a) Colaborar com os órgãos de gestão e de coordenação pedagógica da escola na detecção de necessidades educativas específicas e na organização e incremento dos apoios educativos adequados;

- b) Contribuir activamente para a diversificação de estratégias e métodos educativos por forma a promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças e dos jovens da escola;
- c) Colaborar com os órgãos de gestão e de coordenação pedagógica da escola e com os professores na gestão flexível dos currículos e na sua adequação às capacidades e aos interesses dos alunos, bem como às realidades locais;
- d) Colaborar no desenvolvimento das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, relativas a alunos com necessidades educativas especiais;
- e) Apoiar os alunos e respectivos professores, no âmbito da sua área de especialidade, nos termos que forem definidos no plano educativo da escola;
- f) Participar na melhoria das condições e do ambiente educativo da escola numa perspectiva de fomento da qualidade e da inovação educativa.

13 — A equipa de coordenação articula e orienta a prestação dos apoios educativos a nível local, no âmbito do disposto no n.º 2 do presente despacho.

13.1 — As equipas de coordenação são constituídas por docentes com formação especializada, até ao limite de três, e são designadas pelo respectivo director regional de educação.

13.2 — O director regional de educação nomeará, de entre os elementos da equipa de coordenação, o responsável pela direcção da equipa, ao qual compete dinamizar o seu funcionamento, de acordo com as orientações emanadas da respectiva direcção regional de educação.

13.3 — A zona de intervenção de cada equipa de coordenação dos apoios educativos é, regra geral, o concelho.

13.4 — O director regional de educação pode, em função do número e da dimensão dos estabelecimentos de educação ou de ensino, bem como das necessidades de apoio detectadas, alargar a área de intervenção da equipa de coordenação a mais de um concelho ou criar mais de uma equipa em cada concelho.

14 — À equipa de coordenação dos apoios educativos compete, em articulação com as escolas da sua área, intervir a nível das comunidades e junto de instituições e serviços, designadamente, com vista:

- a) Ao fomento da articulação entre os serviços da educação, da saúde, da segurança social e das autarquias, por forma a suscitar a melhoria dos apoios prestados às escolas e a desenvolver as modalidades de intervenção precoce;
- b) À elaboração em acções destinadas a prevenir e a eliminar a fuga à escolaridade obrigatória, o abandono precoce e o absentismo sistemático;
- c) Ao apoio à articulação entre os vários estabelecimentos de educação e de ensino, de forma que seja assegurada uma transição eficaz entre os diferentes níveis de educação e ensino e da escola para a vida activa;
- d) À sensibilização da comunidade educativa e das organizações de voluntariado social para a igualdade de oportunidades, numa perspectiva consentânea com o incremento de uma escola integradora;
- e) Ao estabelecimento, no âmbito das suas atribuições, de contactos com as instituições e serviços oficiais, particulares, cooperativos ou outros agentes locais, com vista à melhoria de recursos a disponibilizar para as escolas ou as ofertas educativas a propiciar aos alunos;
- f) Ao incremento da formação contínua dos docentes, nomeadamente através dos centros de formação das associações de escolas, com particular incidência nos domínios do desenvolvimento curricular, da diferenciação pedagógica e das respostas a crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

14.1 — Compete também à equipa de coordenação prestar colaboração e apoio aos órgãos de gestão e de coordenação pedagógica das escolas, designadamente quanto:

- a) Ao processo de análise e determinação de necessidades educativas específicas e propostas de organização dos respectivos apoios educativos;
- b) À organização dos apoios educativos e à diversificação das estratégias pedagógicas;
- c) À adaptação das condições em que se processa o ensino/aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto;
- d) À partilha de recursos especializados entre diferentes escolas quando necessário;
- e) À articulação da escola com a comunidade e com os pais, bem como no relacionamento com outros serviços referidos na alínea d) do n.º 2 do presente despacho;

- f) À formação e reflexão cooperativa dos docentes no seu contexto de trabalho, na perspectiva da diversificação e valorização das práticas educativas.

14.2 — À equipa de coordenação compete ainda gerir pedagogicamente os recursos especializados afectos às escolas da sua zona de intervenção, designadamente no que respeita:

- a) À supervisão da acção desenvolvida pelos docentes e outros técnicos com funções de apoio educativo;
- b) À orientação pedagógica dos docentes e outros técnicos especialistas com as funções de apoio previstas no n.º 9 do presente despacho;
- c) Ao incremento e orientação dos processos de formação, reflexão, investigação dos docentes com funções de apoio educativo e outros técnicos especialistas;
- d) À identificação dos equipamentos específicos, dos materiais e das ajudas técnicas adequadas à promoção do sucesso educativo.

15 — Os elementos que constituem cada equipa de coordenação dos apoios educativos são seleccionados pelo director regional de educação respectivo de entre docentes com nomeação definitiva e formação especializada.

15.1 — A selecção dos candidatos é feita mediante análise curricular que considere, por ordem de prioridade, a formação dos candidatos, a sua experiência profissional em funções de apoio especializado, a sua experiência noutras funções técnico-pedagógicas, a sua participação em projectos pedagógicos inovadores e o tempo de serviço lectivo prestado.

15.2 — A título excepcional, quando não existam candidatos nas condições referidas no n.º 15 do presente despacho, poderão integrar a equipa de coordenação docentes de nomeação definitiva sem formação especializada, com reconhecida experiência profissional em funções de apoio educativo.

16 — A actividade da equipa de coordenação dos apoios educativos realiza-se de acordo com um plano anual de actividades, elaborado pela própria equipa, em colaboração com os estabelecimentos de educação e de ensino da zona de influência, o qual é aprovado pelo respectivo director regional de educação.

16.1 — Os docentes e técnicos especialistas com funções de apoio nas escolas reúnem-se quinzenalmente, sob orientação da respectiva equipa de coordenação, em conformidade com o previsto no plano anual de actividades, sendo estas reuniões consideradas parte integrante do seu horário de trabalho.

17 — As equipas de coordenação dos apoios educativos devem dispor de instalações adequadas ao exercício da sua actividade, localizadas em estabelecimentos de educação e de ensino que disponham de serviços administrativos próprios.

17.1 — Compete à direcção regional de educação respectiva designar a escola em que a equipa de coordenação dos apoios educativos fica sediada, cabendo a esta assegurar a prestação do apoio administrativo e logístico necessário ao desenvolvimento da actividade da equipa para o que será dotada com os meios necessários.

18 — Compete às direcções regionais de educação o acompanhamento da acção pedagógica das equipas de apoio educativo, em conformidade com as orientações definidas pelos Departamentos da Educação Básica e do Ensino Secundário.

18.1 — Compete ainda às direcções regionais de educação acompanhar regularmente, orientar e financiar o funcionamento das equipas de coordenação dos apoios educativos.

19 — Os serviços centrais e regionais do Ministério da Educação devem proceder à avaliação do funcionamento dos apoios educativos apresentando um relatório anual que contemple as propostas de intervenção que se afigurem adequadas.

19.1 — Para efeitos do disposto no número anterior, é constituída uma comissão, a qual integrará um representante do Departamento da Educação Básica, que coordenará, um representante do Departamento do Ensino Secundário, um representante do Departamento de Gestão de Recursos Educativos, um representante do Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva e um representante de cada uma das direcções regionais de educação.

20 — Podem integrar-se nos apoios educativos definidos no presente despacho outros serviços ou estruturas com intervenção junto das escolas, bem como os lugares previstos nos n.ºs 8 e 11 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 35/88, de 4 de Fevereiro.

21 — As equipas de coordenação dos apoios educativos em colaboração com outras instituições de âmbito local, designadamente centros de formação das associações de escolas e estabelecimentos de educação e ensino da sua zona de influência, cooperam, podendo, nomeadamente, integrar centros de recursos educativos.

22 — As instalações e os equipamentos afectos às equipas de educação especial transitam para a gestão das respectivas direcções regionais de educação.

23 — É revogado o Despacho conjunto n.º 36/SEAM/SERE/88, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 17 de Agosto de 1988.

30 de Maio de 1997. — A Secretária de Estado da Educação e Inovação, *Ana Benavente*. — O Secretário de Estado da Administração Educativa, *Guilherme d'Oliveira Martins*.

Departamento do Ensino Superior

Despacho n.º 2953/97 (2.ª série). — Pelo Decreto-Lei n.º 210/96, de 18 de Novembro, foi reconhecido o interesse público do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares — Almada.

O Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento da Criança, C. R. L., denominação alterada, por escritura pública de 22 de Janeiro de 1997, para Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C. R. L., apresentou no Ministério da Educação o pedido de reconhecimento de interesse público do estabelecimento com o pedido de autorização de funcionamento e concessão do grau de licenciatura a diversos cursos.

Apreciadas as instalações de acordo com o disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro.

Tendo em conta o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 210/96, de 18 de Novembro, determina-se:

As instalações do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares — Almada, sitas na Quinta da Arreinel de Cima, em Almada, oferecem todas as condições para nas mesmas serem ministrados, com qualidade e segurança, os cursos cujo pedido de funcionamento foi apresentado no Ministério da Educação no âmbito do pedido de reconhecimento de interesse público do estabelecimento de ensino, nomeadamente:

Ciências da Comunicação e Desenvolvimento Intercultural;
Economia e Gestão dos Serviços de Saúde;
Ciências Químicas e do Ambiente;
Engenharia Alimentar.

4 de Junho de 1997. — O Director, *Pedro Lourtie*.

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Rectificação n.º 376/97. — Por despacho do director regional de Educação do Alentejo publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Maio de 1997, relativo à integração no QDV de Portalegre do AAE João Estêvão Mouquinho Borralho, na coluna «Escola», onde se lê «Escola 2,3/Sec. de Nisa» deve ler-se «Escola EBI de Sousel».

5 de Junho de 1997. — O Director Regional, *José Casa Nova Tavares Travassos*.

Instituto Politécnico de Beja

Aviso n.º 2578/97 (2.ª série). — Em conformidade com o disposto no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que a lista de classificação final dos candidatos admitidos no concurso documental para recrutamento de um professor-adjunto, na área científica do Ensino da Matemática, para a Escola Superior de Educação deste Instituto Politécnico, aberto por edital publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1997, se encontra afixada nesta Escola, na Rua de Pedro Soares, 7800 Beja, onde poderá ser consultada nas horas de expediente.

19 de Maio de 1997. — A Presidente, *Rosa Maria C. S. C. Fernandes*.

Instituto Politécnico de Coimbra

Deliberação n.º 90/97. — Torna-se público que o conselho científico da ESAC deliberou, por unanimidade, na sua reunião plenária de 22 de Janeiro de 1997, o seguinte:

Dada a natureza, os objectivos, o plano de estudos e o conteúdo do CESE em Gestão e Extensão Agrárias ministrado pela Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Coimbra, o conselho científico da ESAC considera que este forma um conjunto coerente com um bacharelato em qualquer área das ciências agrárias.

Assim, aos titulares do grau de bacharel em qualquer área das ciências agrárias será conferido o grau de licenciado em Gestão e Extensão Agrárias.

Portaria n.º 1102/97
de 3 de novembro

Portaria nº 1102/97

DR. Nº 254 I-B de 3 de Novembro

As cooperativas e associações de ensino especial sem fins lucrativos corporizam uma importante experiência educativa e podem constituir um recurso valioso no desenvolvimento de uma escola inclusiva para todas as crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

A Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo –, estabelece que a educação especial se organiza preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, podendo também processar-se em instituições específicas quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do educando.

Nesta perspectiva, foram definidas, através das Portarias n.os 1095/95, de 6 de Setembro, e 52/97, de 21 de Janeiro, as condições de acesso e de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam os estabelecimentos de associações e de cooperativas sem fins lucrativos de educação especial, bem como os apoios financeiros a conceder-lhes.

No âmbito do diálogo estabelecido com estruturas representativas daqueles estabelecimentos educativos, está em curso uma reflexão sobre orientações globais para a educação especial, tendo em vista a melhoria das condições educativas propiciadas às crianças e jovens com acentuadas necessidades educativas.

A presente portaria enquadra-se nos objectivos que têm norteado o processo de reflexão em torno da problemática da educação especial e visa, essencialmente, garantir as condições de educação para os alunos que frequentam as associações e cooperativas de ensino especial, estimulando também o reforço da acção destas instituições como recursos educativos ao dispor das escolas de ensino regular, em parceria com os apoios educativos aí existentes para os alunos com necessidades educativas especiais.

Em simultâneo perspectiva-se também, através de várias medidas de descentralização, o aproximar dos níveis administrativos de decisão e de apoio aos estabelecimentos educativos a que estes se reportam.

Assim, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, e do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

A presente portaria aplica-se a cooperativas e associações de ensino especial, sem fins lucrativos, que prestem um ou mais dos seguintes serviços:

- a) Escolarização de alunos com necessidades educativas especiais associadas a condições individuais de deficiência que requeiram, de acordo com a avaliação psicopedagógica, adaptações significativas e em grau extremo em área do currículo comum e que se considere que seria mínimo o nível de adaptação e de integração social numa escola regular;
- b) Actividades de apoio às escolas de ensino regular, em parceria com as equipas de coordenação dos apoios educativos;
- c) Actividades de intervenção precoce dirigidas a crianças com deficiência ou em situação de alto risco, em parceria com as equipas de coordenação dos apoios educativos.

Artigo 2.º

Definição

1 – Consideram-se actividades de apoio às escolas as acções que têm como objectivo:

- a) Rentabilizar e potencializar a experiência acumulada pelos profissionais e os materiais existentes, permitindo que esses recursos sejam conhecidos e utilizados pelos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam as escolas de ensino regular;
- b) Constituir um centro de recursos aberto aos profissionais que trabalham na área das necessidades educativas especiais;
- c) Desenvolver experiências de educação combinada com as escolas de ensino regular sempre que as mesmas se considerem adequadas para satisfazer as necessidades educativas dos alunos que as frequentam;
- d) Realizar programas de transição para a vida adulta destinados a facilitar o desenvolvimento da autonomia pessoal e a integração social dos alunos com necessidades educativas especiais, os quais poderão ter uma componente de formação profissional.

2 – Consideram-se actividades de intervenção precoce as acções dirigidas a famílias e a crianças entre os 0 e os 6 anos de idade com deficiência ou em situação de alto risco, em

complemento da acção educativa desenvolvida no âmbito dos contextos educativos normais, formais ou informais, em que a criança se encontre inserida.

Artigo 3.º

Requisitos gerais de funcionamento

As cooperativas e associações de ensino especial são exigidos os seguintes requisitos de funcionamento:

- a) Estarem legalmente constituídas e desenvolverem o exercício da sua actividade em conformidade com a legislação aplicável;
- b) Terem órgãos directivos que assegurem o normal funcionamento dos seus serviços;
- c) Cumprirem o contrato colectivo de trabalho para o ensino particular cooperativo.

Artigo 4.º

Requisitos específicos de funcionamento

1 – Aos estabelecimentos de educação especial que escolarizem alunos a que se refere a alínea a) do n.º 1.º são exigidos os seguintes requisitos específicos:

- a) Funcionarem de acordo com as disposições aplicáveis ao ensino particular e cooperativo, designadamente o Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro;
- b) Terem uma direcção pedagógica, constituída nos termos da lei;
- c) Disporem de instalações adequadas às necessidades dos alunos, nomeadamente no que respeita à dimensão, arejamento e acessibilidade, acústica, iluminação, temperatura e outras condições promotoras do bem-estar;
- d) Terem uma lotação máxima de 65 alunos;
- e) Admitirem alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, encaminhados, nos termos da legislação em vigor;
- f) Terem regularizada a situação de matrícula dos alunos;
- g) Disporem de projecto educativo adequado às necessidades dos alunos;

h) Disporem de processo individual dos alunos, do qual conste o plano educativo individual e o programa educativo para cada ano escolar, organizado nos termos dos artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto;

i) Cumpirem o calendário escolar de funcionamento definido na lei;

j) Disporem de regulamento interno, a ser entregue, no acto de matrícula ou inscrição, ao encarregado de educação;

l) Apresentarem ao serviço competente do Ministério da Educação, até 31 de Julho de cada ano, o relatório de funcionamento pedagógico, do qual conste, nomeadamente, a organização e funcionamento dos grupos escolares, a relação com os pais ou encarregados de educação, o movimento dos alunos admitidos e dos que abandonaram ou terminaram a escolaridade e o local para onde transitaram;

m) Apresentarem ao serviço competente do Ministério da Educação, até 15 de Outubro de cada ano, a lista nominal dos alunos, com a indicação da data de nascimento, data de admissão e escola de origem.

2 – As cooperativas e associações de ensino especial que desenvolvam actividades definidas nas alíneas b) e c) do n.º 1.º são exigidos os seguintes requisitos específicos:

a) Apresentarem ao serviço competente do Ministério da Educação, até ao final do 2.º período lectivo, um projecto de intervenção detalhado, em parceria com as equipas de coordenação dos apoios educativos e com as escolas de ensino regular envolvidas, bem como com serviços de psicologia e orientação e de saúde escolar ou com outras instituições tidas como adequadas;

b) Caracterizarem devidamente o projecto, identificando, designadamente, as parcerias, o levantamento das necessidades, assente em estudos sobre a realidade, uma clara definição dos objectivos, as acções programadas adequadas aos objectivos propostos, com indicação das estratégias de intervenção e de interacção com a comunidade, os tempos em que se realizam as intervenções, os recursos humanos e materiais necessários à implementação do projecto e ainda as modalidades de avaliação do projecto;

c) Apresentarem ao serviço competente do Ministério da Educação, até 30 de Julho, um relatório de avaliação da execução do projecto.

Artigo 5.º
Equipa técnica

A equipa técnica será definida em função do projecto educativo e poderá ser constituída por:

- a) Pessoal docente, designadamente educadores de infância e professores do 1.º ciclo, de Educação Visual e Tecnológica, de Educação Física e de Educação Musical;
- b) Pessoal técnico, designadamente psicólogos, terapeutas e de serviço social;
- c) Pessoal auxiliar pedagógico, ou vigilante, de ensino especial.

Artigo 6.º
Condições de acesso dos alunos

1 – A matrícula no ensino básico é efectuada na escola da área pedagógica da residência do aluno, dependendo o encaminhamento para a escola de ensino especial de decisão do serviço competente do Ministério da Educação.

2 – A proposta de encaminhamento do aluno será remetida ao serviço competente do Ministério da Educação acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Proposta de encaminhamento do aluno, formulada pelo órgão de gestão e administração do estabelecimento de ensino onde foi efectuada a matrícula;
- b) Plano educativo individual do aluno;
- c) Declaração de concordância do encarregado de educação;
- d) Parecer fundamentado da equipa de coordenação dos apoios educativos;
- e) Declaração de aceitação do aluno, passada pela escola de ensino especial, referindo, expressamente, os recursos humanos e materiais de que dispõe adequados às necessidades educativas especiais do aluno definidas no plano educativo individual.

3 – Nos casos de encaminhamento que se reportem a crianças matriculadas pela primeira vez, o processo deverá ser enviado pelo órgão de gestão e administração do estabelecimento regular de ensino para o competente serviço do Ministério da Educação até ao dia 30 de Junho.

4 – Nas situações de alunos provenientes de escolas públicas, particulares ou cooperativas de ensino regular, o processo deverá ser enviado pelo órgão de gestão e administração do estabelecimento regular de ensino para o serviço competente do Ministério da Educação até ao final do 2.º período lectivo, acompanhado do plano educativo individual, organizado de acordo com o disposto no artigo 15.º do Decreto

-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, e dos documentos referidos no n.º 1 deste número.

5 – A decisão sobre o pedido de encaminhamento será comunicada à escola de ensino regular que o propôs, pelo serviço competente do Ministério da Educação, até ao dia 30 de Junho.

6 – Só em situações excepcionais, devidamente justificadas, poderão ser considerados pedidos de encaminhamento apresentados fora dos prazos estipulados.

Artigo 7.º

Processo individual do aluno

Do processo individual do aluno, existente na instituição de educação especial, devem constar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

1) Plano educativo individual, constituído pelos seguintes elementos:

a) Resumo da história escolar e outros antecedentes relevantes, designadamente

grau de eficácia das medidas anteriormente adoptadas;

b) Caracterização das potencialidades, nível de aquisições das competências do aluno

sob o ponto de vista educativo;

c) Medidas do regime educativo especial preconizadas para o aluno;

d) Modalidades de avaliação e procedimentos;

2) Programa educativo do aluno;

3) Diagnóstico médico e ou psicológico e recomendações dos serviços de saúde;

4) Registo das avaliações.

Artigo 8.º
Apoio técnico-pedagógico

1 – O apoio técnico-pedagógico a prestar às cooperativas e associações de ensino especial destina-se a proporcionar a existência dos meios necessários à prossecução das actividades que se propõe realizar.

2 – O apoio técnico-pedagógico destinado à prestação dos serviços referidos na alínea a) do n.º 1.º consiste no seguinte:

a) Destacamento de docentes, em número correspondente ao quociente, arredondado por excesso, da divisão do número total de alunos por 5;

b) Criação de condições para a contratação de psicólogo, terapeutas e de pessoal auxiliar, ou vigilante, de educação especial;

c) Fornecimento de documentação especializada;

d) Acompanhamento técnico-pedagógico através de programas de formação contínua para pessoal docente e acções de acompanhamento no âmbito da orientação educativa.

3 – O apoio técnico-pedagógico destinado aos serviços definidos nas alíneas b) e c) do n.º 1.º será atribuído em função da análise dos projectos apresentados e tendo em conta as necessidades de recursos aí referenciadas.

4 – O apoio técnico-pedagógico será prestado pelas direcções regionais de educação.

Artigo 9.º
Apoio financeiro

1 – O apoio financeiro a conceder às cooperativas e associações de ensino especial destina-se a:

a) Conceder, mensalmente, subsídios para os encargos com os vencimentos do pessoal previsto nos n.os 2 e 3 do n.º 8.º;

b) Conceder um subsídio de 5250\$ por aluno, durante 11 meses, destinado a comparticipar nas despesas de funcionamento, incluindo o seguro escolar dos alunos;

c) Atribuir subsídios para alimentação, transporte e material didáctico e escolar, no âmbito da acção social escolar.

2 – A concessão de subsídios destinados aos encargos com os vencimentos, com exclusão dos encargos sociais, de psicólogos, terapeutas e pessoal auxiliar pedagógico de educação especial obedece aos parâmetros seguintes:

- a) Um número de horas de trabalho de um psicólogo correspondente à proporção de um horário completo para 60 alunos;
- b) Terapeutas em número correspondente ao quociente, arredondado por excesso, resultante da divisão do número de alunos por 20;
- c) Pessoal auxiliar pedagógico, ou vigilante, de educação especial em número correspondente ao quociente, arredondado por excesso, da divisão do número de alunos por 10, excepto no caso em que o número de alunos totalmente dependentes seja igual ou superior a 5, situação em que o quociente é de 1 para 5.

3 – O apoio financeiro a conceder mensalmente às cooperativas de educação especial em função dos projectos decorrentes das alíneas b) e c) do n.º 1.º destina-se a suportar os encargos com o pessoal técnico e auxiliar, dependendo os seus valores da análise dos projectos propostos ao serviço competente do Ministério da Educação.

4 – O apoio financeiro é atribuído pelo Ministério da Educação, através dos serviços competentes.

Artigo 10.º

Acção social escolar

1 – O Ministério da Educação, através dos serviços competentes, prestará apoio no âmbito da acção social escolar, mediante a atribuição de subsídios de alimentação e de transporte, sendo este último determinado com base no custo da carreira pública casa-escola-casa, e de material didáctico escolar.

2 – No ano lectivo de 1997-1998, os subsídios de alimentação e para material didáctico escolar são os seguintes:

- a) Subsídio de alimentação, incluindo produtos lácteos – 415\$/aluno/dia;
- b) Subsídio para material didáctico e escolar – 21 950\$/aluno/ano.

Artigo 11.º**Gratuidade de ensino**

A fim de garantir a gratuidade de ensino aos alunos que, em 15 de Setembro de 1997, tenham idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, o Ministério da Educação, através dos serviços competentes, comparticipará, mensalmente, com um montante igual ao valor da mensalidade máxima fixada por portaria conjunta para o regime de semi-internato.

Artigo 12.º**Disposições transitórias**

Entende-se por serviço competente do Ministério da Educação:

- a) Até 31 de Dezembro de 1997, o Departamento da Educação Básica;
- b) A partir de 1 de Janeiro de 1998, a respectiva direcção regional de educação.

Artigo 13.º**Norma revogatória**

É revogada a Portaria n.º 1095/95, de 6 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 52/97, de 21 de Janeiro.

Artigo 14.º**Disposições finais**

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1997.

Ministério da Educação.

Assinada em 7 de Outubro de 1997.

Pelo Ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, Secretário de Estado da Administração Educativa.

Portaria n.º 1103/97
de 3 de novembro

- c) Atribuir subsídios para alimentação, transporte e material didáctico e escolar, no âmbito da acção social escolar.

2 — A concessão de subsídios destinados aos encargos com os vencimentos, com exclusão dos encargos sociais, de psicólogos, terapeutas e pessoal auxiliar pedagógico de educação especial obedece aos parâmetros seguintes:

- Um número de horas de trabalho de um psicólogo correspondente à proporção de um horário completo para 60 alunos;
- Terapeutas em número correspondente ao quociente, arredondado por excesso, resultante da divisão do número de alunos por 20;
- Pessoal auxiliar pedagógico, ou vigilante, de educação especial em número correspondente ao quociente, arredondado por excesso, da divisão do número de alunos por 10, excepto no caso em que o número de alunos totalmente dependentes seja igual ou superior a 5, situação em que o quociente é de 1 para 5.

3 — O apoio financeiro a conceder mensalmente às cooperativas de educação especial em função dos projectos decorrentes das alíneas b) e c) do n.º 1.º destina-se a suportar os encargos com o pessoal técnico e auxiliar, dependendo os seus valores da análise dos projectos propostos ao serviço competente do Ministério da Educação.

4 — O apoio financeiro atribuído pelo Ministério da Educação, através dos serviços competentes.

10.º

Acção social escolar

1 — O Ministério da Educação, através dos serviços competentes, prestar apoio no âmbito da acção social escolar, mediante a atribuição de subsídios de alimentação e de transporte, sendo este último determinado com base no custo da carreira pública casa-escola-casa, e de material didáctico escolar.

2 — No ano lectivo de 1997-1998, os subsídios de alimentação e para material didáctico escolar são os seguintes:

- Subsídio de alimentação, incluindo produtos lácteos — 415\$/aluno/dia;
- Subsídio para material didáctico e escolar — 21 950\$/aluno/ano.

11.º

Gratuidade de ensino

A fim de garantir a gratuidade de ensino aos alunos que, em 15 de Setembro de 1997, tenham idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, o Ministério da Educação, através dos serviços competentes, compartilhar, mensalmente, com um montante igual ao valor da mensalidade máxima fixada por portaria conjunta para o regime de semi-internato.

12.º

Disposições transitórias

Entende-se por serviço competente do Ministério da Educação:

- Até 31 de Dezembro de 1997, o Departamento da Educação Básica;
- A partir de 1 de Janeiro de 1998, a respectiva direcção regional de educação.

13.º

Norma revogada

É revogada a Portaria n.º 1095/95, de 6 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 52/97, de 21 de Janeiro.

14.º

Disposições finais

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1997.

Ministério da Educação.

Assinada em 7 de Outubro de 1997.

Pelo Ministro da Educação, *Guilherme d'Oliveira Martins*, Secretário de Estado da Administração Educativa.

Portaria n.º 1103/97

de 3 de Novembro

A Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro — Lei de Bases do Sistema Educativo —, estabelece que a educação especial se organiza preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, podendo também processar-se em instituições específicas, quando comprovadamente o exigam o tipo e o grau de deficiência do educando.

Nesta perspectiva, foram definidas, através das Portarias n.ºs 994/95, de 18 de Agosto, e 213/97, de 29 de Março, as condições de acesso e de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam os estabelecimentos de ensino particular de educação especial, bem como os apoios financeiros a conceder-lhes.

A problemática da educação especial tem vindo a ser objecto de um processo de diálogo com os vários parceiros educativos, nomeadamente com as estruturas representativas dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, tendo o Ministério da Educação apresentado um primeiro documento de trabalho sobre orientações globais para a educação especial, tendo em vista a melhoria das condições educativas propiciadas às crianças e jovens com acentuadas necessidades.

A presente portaria enquadra-se nos objectivos que têm norteado o processo de reflexão em torno desta problemática, visando essencialmente garantir as condições de educação especial, em instituições e estruturas, para os alunos que dela necessitam e estimular a emergência, naqueles estabelecimentos, de projectos referenciais de qualidade em que se potenciem estratégias e recursos adequados.

Em simultâneo, perspectiva-se também, através de várias medidas de descentralização, o aproximar dos níveis administrativos de decisão e de apoio aos estabelecimentos educativos a que estes se reportam.

Assim, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, e do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Âmbito de aplicação

A presente portaria aplica-se aos estabelecimentos de ensino particular de educação especial, tutelados pelo

Ministério da Educação, nos termos do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, que prestem atendimento a alunos com necessidades educativas especiais que exijam um atendimento específico resultante de:

- a) Dificuldades graves de comunicação no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e da audição;
- b) Dificuldades graves de compreensão do currículo regular;
- c) Problemas graves do foro emocional e comportamental;
- d) Outros problemas que, por razões conjunturais ou contextuais, devidamente fundamentadas, exijam um atendimento especializado não disponível no quadro do atendimento regular.

2.º

Requisitos de funcionamento

Aos estabelecimentos de ensino particular de ensino especial são exigidos os seguintes requisitos de funcionamento:

- a) Ser titular de autorização de funcionamento, nos termos das disposições do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo;
- b) Dispor de direcção pedagógica, tendo em conta os ciclos de estudo e a dimensão da escola;
- c) Dispor de instalações adequadas às exigências da acção educativa dos respectivos alunos, sendo que a lotação, quando superior, deverá progressivamente remeter-se a 120 alunos;
- d) Cumprir o contrato colectivo de trabalho em vigor para o ensino particular e cooperativo;
- e) Dispor de equipa multidisciplinar integrando as valências técnicas que permitam assegurar o atendimento da população escolar a que se aplica a presente portaria;
- f) Organizar o processo individual dos alunos;
- g) Constituir classes ou turmas adequadas às necessidades educativas dos alunos, em número não superior a 15, e tendo em conta as respectivas idades;
- h) Dispor de regulamento interno, a ser entregue, no acto da matrícula ou inscrição, ao encarregado de educação, de que constem, nomeadamente, o horário de funcionamento e as modalidades de apoio concedido pelo Ministério da Educação;
- i) Cumprir o calendário escolar de funcionamento estipulado;
- j) Elaborar o projecto educativo adequado às necessidades educativas dos alunos.

3.º

Equipa multidisciplinar

1 — A equipa multidisciplinar constitui-se da por:

- a) Pessoal docente — um docente a tempo inteiro por classe e outros professores com formação adequada ao projecto educativo da escola;
- b) Pessoal técnico, incluindo psicólogo(s) e terapeuta(s), em número suficiente e adequado às características dos alunos atendidos;

- c) Pessoal auxiliar pedagógico de ensino especial em número suficiente, de acordo com as características dos alunos.

2 — Sem prejuízo do disposto na alínea a) do número anterior, poderá ser autorizada pelo serviço competente do Ministério da Educação a prestação de serviço em duas classes por um docente, desde que, cumulativamente:

- a) Os alunos possuam idade igual ou superior a 14 anos;
- b) Possuam programas educativos que integrem actividades ocupacionais ou pré-profissionais.

3 — Dos processos individuais do pessoal docente, técnico e auxiliar constam obrigatoriamente o certificado de habilitações, a autorização de acumulação de funções, no caso de docentes do ensino público, e demais comprovativos de formação.

4 — Compete à direcção pedagógica dos estabelecimentos de ensino particular de educação especial a verificação da adequação da formação do pessoal da equipa multidisciplinar às necessidades dos alunos.

4.º

Processo individual do aluno

Do processo individual do aluno deve constar obrigatoriamente o plano educativo individual, para além dos seguintes elementos:

- a) Relatório incluindo os antecedentes relevantes e o grau de eficácia de medidas anteriormente adoptadas;
- b) Caracterização das potencialidades, nível de aquisições e dificuldades do aluno;
- c) Diagnóstico médico e recomendações do serviço de saúde e medidas do regime educativo a aplicar;
- d) Sistema de avaliação das medidas aplicadas.

5.º

Funcionamento pedagógico

1 — O reforço da autonomia individual do aluno pode exigir a adopção de um dos seguintes tipos de currículos:

- a) Currículos escolares próprios, que têm como referência os currículos do regime educativo comum, devendo ser adaptados ao grau e tipo de deficiência;
- b) Currículos alternativos, que substituem os currículos do regime educativo comum e se destinam a proporcionar a aprendizagem de conteúdos específicos.

2 — A avaliação dos alunos a que se aplica o presente diploma da competência dos estabelecimentos de ensino particular de educação especial.

3 — Aos alunos que cumpram currículos alternativos será emitida declaração comprovativa da frequência da escolaridade obrigatória, mediante a qual a respectiva direcção regional de educação o passará certificado que especifique as competências alcançadas, para efeitos de formação o profissional e emprego.

4 — As escolas devem apresentar ao serviço competente, até 31 de Julho de cada ano, o relatório de fun-

cionamento pedagógico relativo ao ano findo, de que constem, nomeadamente, a organização e o funcionamento pedagógico, o desenvolvimento do projecto educativo e a relação com os pais ou encarregados de educação.

6.º

Condições de frequência

1 — A primeira matrícula do aluno efectuada na escola da área pedagógica da residência do aluno, dependendo o encaminhamento para estabelecimento de ensino especial da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Proposta de encaminhamento do aluno para escola de ensino especial, formulada pelo órgão de gestão e administração da escola onde foi efectuada a matrícula;
- b) Documento comprovativo da deficiência de que portador, passado por médico da especialidade;
- c) Declaração de aceitação do aluno por parte do estabelecimento de ensino referido na alínea a);
- d) Declaração de concordância do encarregado de educação;
- e) Parecer fundamentado da equipa de coordenação dos apoios educativos, baseado em observação psicopedagógica, fazendo referência aos recursos humanos e materiais disponíveis no âmbito do ensino regular e os necessários intervenções educativas, formalizado através da elaboração de um plano educativo individual.

2 — Nos casos de encaminhamento que se reportem a crianças matriculadas pela primeira vez, o processo deverá ser enviado pelo órgão de gestão e administração da escola, até 30 de Junho, para o serviço competente.

3 — Nas situações de alunos provenientes de escolas públicas, particulares ou cooperativas do ensino regular que necessitem de encaminhamento no ano lectivo seguinte para escolas de ensino especial, deverá o órgão de gestão e administração da escola de origem remeter para o serviço competente, até ao final do 2.º período do ano lectivo, o plano educativo do aluno, de acordo com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, bem como os documentos referidos no n.º 1 deste n.º.

4 — Após decisão, e até 15 de Agosto ou 30 de Junho, consoante se trate, respectivamente, das situações referidas nos artigos n.ºs 2 e 3, o serviço competente remeter ao estabelecimento de ensino especial o documento comprovativo da necessidade de encaminhamento, bem como os elementos do respectivo processo.

5 — Sem situações excepcionais, devidamente justificadas, poderão ser considerados pedidos de encaminhamento apresentados fora dos prazos estipulados nos n.ºs anteriores.

7.º

Apoio financeiro

1 — O apoio financeiro a conceder aos alunos das escolas particulares de educação especial visa:

- a) Proporcionar o ensino gratuito aos alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos;
- b) Participar nos custos decorrentes da frequência dos alunos com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos.

2 — O apoio financeiro referido nas alíneas a) e b) do n.º anterior será prestado aos alunos cuja necessidade de frequência da escola de educação especial seja comprovada mediante declaração emitida pelo serviço competente do Ministério da Educação.

8.º

Delimitação das faixas etárias

Para efeitos de delimitação das faixas etárias referidas no n.º 7.º, a verificação da idade dos alunos reporta-se a 15 de Setembro do ano em que se inicia o ano lectivo.

9.º

Gratuidade de ensino

1 — A gratuidade a que se refere o n.º 1 do n.º 7.º abrange a matrícula, o seguro escolar e a faculdade de dispor de apoios técnicos específicos exigidos pelas necessidades educativas dos alunos.

2 — O regime de gratuidade será anual e progressivamente alargado até idade de 18 anos.

10.º

Regime de apoio financeiro

Para o ano lectivo de 1997-1998, são fixados os seguintes valores/mês por aluno:

- a) Alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos — 80 000\$;
- b) Alunos com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos — 40 200\$.

11.º

Regime específico de apoio financeiro

1 — No caso dos estabelecimentos de ensino que, em ordem adequada do desenvolvimento do projecto educativo características da sua população escolar, adoptem recursos e estratégias para alim dos requisitos constantes do n.º 2.º poderão ser atribuído um apoio financeiro específico.

2 — Na situação referida no n.º anterior deverá a entidade titular propor ao serviço competente do Ministério da Educação, até ao final do 2.º período lectivo, o projecto educativo e o montante do apoio que, fundamentadamente, considere adequado.

3 — No prazo de 30 dias após a recepção da proposta, o serviço comunicará a sua decisão.

12.º

Formalização do apoio financeiro

1 — O apoio financeiro a conceder formalizado através de contrato de cooperação entre o Ministério da Educação e a entidade titular de autorização de funcionamento da escola.

2 — O incumprimento dos requisitos exigidos por parte da entidade titular da autorização de funcionamento do estabelecimento de ensino poderá determinar a rescisão do contrato.

3 — O valor global do contrato calculado com base no n.º anterior de alunos que frequentam a escola em cada

ano lectivo, mediante lista a enviar at 31 de Julho, e corresponde a 11 meses, devendo ainda as escolas informar aquele serviço, no prazo de 8 dias ap s a conclus o de cada um dos per odos lectivos, das alteraç es de frequ ncia dos alunos que nesse per odo tenham ocorrido.

4 — Durante a vig ncia dos contratos poder o ser celebrados aditamentos, com a correspondente produç o de efeitos financeiros, se as condiç es que determinarem a respectiva celebraç o forem alteradas.

13.º

Acç o social escolar para os alunos abrangidos pela gratuidade de ensino

1 — O Minist rio da Educaç o, atrav s dos serviços competentes, prestar apoio no mbito da acç o social escolar aos alunos das escolas particulares de educaç o especial integrados no regime de gratuidade de ensino previsto no presente diploma, mediante a atribuiç o de subs dios de alimentaç o e de transporte.

2 — Os subs dios de alimentaç o e de transporte s ser o concedidos no caso de efectiva utilizaç o desses serviços.

3 — No ano lectivo de 1997-1998, os subs dios atr s referidos s o os seguintes:

- a) Subs dio de alimentaç o — 11 781\$;
- b) Subs dio de transporte:

Zona perif rica	Escal es			
	1.º	2.º	3.º	4.º
7 885\$00	5 014\$00	6 173\$00	7 995\$00	9 845\$00

4 — Para efeitos do disposto na al nea b) do n mero anterior, entende-se por:

- Zona perif rica — at 3 km do estabelecimento de ensino;
- 1.º escal o — at 5 km para al m da zona perif rica;
- 2.º escal o — entre 5 km e 10 km para al m da zona perif rica;
- 3.º escal o — entre 10 km e 15 km para al m da zona perif rica;
- 4.º escal o — 15 km para al m da zona perif rica.

5 — Para determinaç o da zona perif rica e dos escal es deve ser apurada a contagem quilom trica pelo percurso mais curto entre a escola e a resid ncia dos alunos.

14.º

Disposiç es transit rias

Entende-se por serviço competente do Minist rio da Educaç o:

- a) At 31 de Dezembro de 1997, o Departamento da Educaç o B sica;
- b) A partir de 1 de Janeiro de 1998, a respectiva direcç o regional de educaç o.

15.º

Produç o de efeitos

O disposto na presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1997.

Minist rio da Educaç o.

Assinada em 7 de Outubro de 1997.

Pelo Ministro da Educaç o, *Guilherme d'Oliveira Martins*, Secret rio de Estado da Administraç o Educativa.

Portaria n.º 1104/97

de 3 de Novembro

A requerimento da Uni o das Miseric rdias Portuguesas, entidade instituidora da Escola Superior de Enfermagem de S o Francisco das Miseric rdias, reconhecida oficialmente, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (Decreto-Lei n.º 271/89, de 19 de Agosto), pela Portaria n.º 185/91, de 4 de Março, conjugada com o Decreto-Lei n.º 261/97, de 30 de Setembro;

Considerando o disposto na Portaria n.º 185/91;

Tendo em vista o disposto no artigo 67.º e no n.º 5 do artigo 53.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificaç o, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro;

Considerando o disposto na Portaria n.º 195/90, de 17 de Março;

Ao abrigo do disposto no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educaç o, o seguinte:

1.º

Alteraç o do plano de estudos

O anexo Portaria n.º 185/91, de 4 de Março, passa a ter a redacç o constante em anexo presente portaria.

2.º

Aplicaç o

As alteraç es aprovadas pela presente portaria aplicam-se a partir do ano lectivo de 1997-1998, inclusive.

3.º

Transiç o

As regras de transiç o entre o anterior plano de estudos e o plano de estudos fixado pela presente portaria s o estabelecidas pelo rg o legal e estatutariamente competente da Escola.

Minist rio da Educaç o.

Assinada em 10 de Outubro de 1997.

Pelo Ministro da Educaç o, *Alfredo Jorge Silva*, Secret rio do Estado do Ensino Superior.

Despacho n.º 7520/98
de 6 de maio

Investigação Agrária, a que se refere o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 299, de 29 de Dezembro de 1997 (aviso n.º 10 933/97).

23 de Abril de 1998. — A Presidente do Júri, *Ana Paula Fialho Gomes dos Santos Correia Machado*.

Direcção de Serviços de Gestão e Administração

Contrato n.º 547/98. — Por despacho de 14 de Abril de 1998 do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária:

Maria Margarida Romãozinho Lopes Dias, contratada como bolseira de investigação para exercer funções na Estação Agronómica Nacional — rescindido, a seu pedido, o referido contrato, com efeitos desde 1 de Abril de 1998.

21 de Abril de 1998. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

Despacho n.º 7519/98 (2.ª série). — Por despachos de 3 de Abril de 1998 do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária:

Maria Manuela Fonseca de Oliveira Martins Dias, técnica auxiliar de 1.ª classe da carreira de técnica auxiliar, e Graciosa Maria Riscado da Silva Antunes, terceiro-oficial — designadas para exercerem funções de secretariado junto da presidência do Instituto Nacional de Investigação Agrária, com efeitos a 1 de Abril de 1998.

3 de Abril de 1998. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete da Secretária de Estado da Educação e Inovação

Despacho n.º 7520/98 (2.ª série). — Construir uma escola democrática e de qualidade, capaz de garantir a todos o direito à educação e a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, implica necessariamente que o sistema educativo consagre os mecanismos de resposta à heterogeneidade social, cultural e linguística que caracteriza a comunidade escolar na nossa sociedade.

A educação das crianças e dos jovens deverá, assim, ser realizada num ambiente que possibilite o seu máximo desenvolvimento cognitivo, linguístico, emocional e social. Torna-se, por isso, fundamental que o acesso à informação seja feito através de processos que possibilitem uma comunicação directa e sem restrições.

No caso das crianças e dos jovens surdos, estes processos encontram-se muitas vezes limitados pela natural dificuldade no uso da linguagem oral e pela falta de condições que possibilitem o uso da língua gestual de forma eficiente.

A crescente evidência da importância das comunidades linguísticas de referência no processo de desenvolvimento de qualquer língua, incluindo a gestual, pressupõe que as condições necessárias à educação de crianças e jovens surdos sejam organizadas com particular atenção.

Neste sentido, várias têm sido as orientações emanadas por diversas organizações internacionais, nomeadamente:

O Parlamento Europeu, através do documento A2-302/87, faz um apelo aos governos dos Estados membros para que sejam reconhecidas as línguas gestuais e para que a língua gestual de cada país passe a fazer parte integrante da educação dos surdos;

A Resolução n.º 48/96 das Nações Unidas, de Março de 1994, Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, aponta para a necessidade de se prever a utilização de língua gestual na educação dos surdos e de se garantir a presença de intérpretes como mediadores da comunicação, mencionando, explicitamente, que dadas as suas especificidades, as crianças surdas constituem um caso especial no que diz respeito à integração no ensino regular;

A Declaração de Salamanca de 1994 sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais enfatiza a necessidade de os surdos terem acesso à educação através da língua gestual do seu país, reconhecendo que, devido às necessidades específicas dos surdos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma mais adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas de ensino regular.

Por sua vez, Portugal avançou no estabelecimento de condições básicas para a educação de surdos, ao consagrar, na alínea h) do artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa, que, na realização da política de ensino, incumbe ao Estado «proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades».

Sabe-se hoje que, dadas as necessidades da população surda ligadas às aprendizagens que requerem o domínio cumulativo da língua portuguesa, nomeadamente no âmbito da escrita, e tendo em consideração as opções educativas actualmente disponíveis para essa população, é fundamental assegurar, a nível do ensino, um processo que, simultaneamente, dê acesso ao domínio da língua gestual portuguesa como forma de comunicação privilegiada e ao domínio do português escrito como forma de alargamento da comunicação e como instrumento de aprendizagem.

Desta forma, a educação de crianças e de jovens surdos deverá ser feita, preferencialmente, em ambientes bilíngues, que possibilitem o domínio da língua gestual portuguesa e o domínio do português escrito e eventualmente falado, respeitando-se, nesta matéria, as opções dos pais no que respeita ao contexto linguístico/educativo em que o seu filho será inserido.

Para que a criança surda domine, o mais cedo possível, a língua em resultado de um processo de aquisição natural e espontâneo, ela necessita de estar inserida num grupo de socialização constituído por pessoas que utilizem a língua gestual portuguesa, pelo que a sua educação deve ser iniciada o mais precocemente possível, sempre em grupos de crianças surdas, com adultos surdos que utilizem a língua gestual, evitando-se o isolamento em qualquer das idades.

Entretanto, para que o crescimento linguístico aconteça neste ambiente de socialização, para que o desenvolvimento da mestria linguística dos alunos surdos seja possível, assume-se que a escola deve reger-se por princípios que orientem o ensino da língua gestual portuguesa e do português escrito e eventualmente falado do primeiro ao último ano de escolaridade. Nesta linha de pensamento, compete à escola contribuir para o crescimento linguístico dos alunos surdos, estimulando-lhes o desenvolvimento da língua gestual e promovendo a aprendizagem das competências linguísticas que não decorrem do processo natural de aquisição. Também o nível de mestria atingido na leitura e na expressão escrita constitui um factor de sucesso na generalidade das disciplinas curriculares.

O desenvolvimento das orientações e dos princípios agora enunciados leva a que se torne necessário criar novas respostas educativas que assegurem um processo de ensino/aprendizagem mais adequado às necessidades específicas dos alunos surdos e que introduzam melhorias significativas na qualidade do ensino até aqui prestado.

Neste contexto, as medidas previstas no presente despacho para a criação de unidades de apoio à educação de alunos surdos em estabelecimentos do ensino básico e secundário enquadram-se nos apoios educativos previstos no despacho conjunto n.º 105/97, de 1 de Julho, e vão ao encontro dos princípios consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo e, em particular, dos seus artigos 17.º e 18.º, inserindo-se numa linha de intervenção que visa garantir a todas as pessoas — crianças, jovens e adultos — a possibilidade de beneficiarem de oportunidades educativas orientadas para responder às suas necessidades educativas.

Nestes termos, determino:

1 — O presente despacho define as condições para a criação e funcionamento de unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos nos estabelecimentos públicos do ensino básico e secundário, bem como a organização da resposta educativa nestas unidades para crianças e jovens surdos.

2 — As unidades de apoio à educação de crianças e de jovens referidos no número anterior constituem um recurso pedagógico das escolas que concentrem grupos de alunos surdos.

2.1 — As unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos têm como principal objectivo aplicar metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares, adequadas a crianças e jovens com diferentes graus de surdez, com ou sem problemas associados, visando o seu desenvolvimento educativo e a sua integração social e escolar.

3 — A definição das escolas em que serão criadas unidades de apoio à educação de crianças e de jovens surdos deve tomar em consideração, entre outros, os seguintes factores:

- Existência de técnicos especializados, nomeadamente os referidos no n.º 5;
- Dimensão da escola em função da população escolar a abranger e localização da escola em termos geográficos;
- Índice de ocupação da escola, tendo em consideração o número de salas disponíveis;
- Disponibilidade de outros serviços, infra-estruturas e apoios, designadamente refeição, transportes e actividades de complemento curricular.

4 — As escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos concentrarão as crianças e jovens surdos de um ou mais concelhos,

podendo, em função das necessidades detectadas, existir mais do que uma escola por concelho dotada de uma destas unidades.

5 — As escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos integram docentes com formação especializada nas áreas da comunicação e linguagem e da deficiência auditiva, preferencialmente com formação em língua gestual portuguesa.

5.1 — As escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos devem ainda integrar outros técnicos especializados, designadamente formadores de língua gestual portuguesa, intérpretes de língua gestual portuguesa e terapeutas da fala.

5.2 — A afectação de docentes e de outros técnicos às escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos rege-se pelo disposto no despacho conjunto n.º 105/97, de 1 de Julho, que estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo.

6 — A organização da resposta educativa para as crianças e jovens surdos deve ser determinada pelo grau de surdez, pelo nível de desenvolvimento cognitivo, linguístico e social, pela idade e pelo envolvimento e participação da família.

6.1 — As opções educativas devem ser flexíveis, assumindo carácter individual e dinâmico, e pressupõem uma avaliação constante do processo de ensino/aprendizagem do aluno.

6.2 — As crianças entre os 3 e os 6 anos devem, preferencialmente, frequentar jardins-de-infância de crianças ouvintes, cumprindo parte do seu programa educativo, em pequeno grupo, nas salas de jardins-de-infância das unidades de apoio à educação de crianças surdas.

6.3 — Os alunos surdos pós-linguísticos realizam, preferencialmente, o seu percurso escolar em turmas de ouvintes, devendo, contudo, evitar-se a sua inserção isolada em turmas de alunos ouvintes.

6.4 — Os alunos surdos pré-linguísticos realizam o seu percurso escolar no 1.º ciclo, preferencialmente, em turmas de alunos surdos, de forma a poderem desenvolver e estruturar melhor a língua gestual portuguesa e receber todo o ensino nesta língua, sem prejuízo da sua participação com os alunos ouvintes em actividades lúdicas e culturais, bem como em áreas curriculares específicas.

6.5 — Os alunos surdos pré-linguísticos que frequentam os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário devem, preferencialmente, estar inseridos em turmas de ouvintes, com a presença de um intérprete de língua gestual portuguesa, sempre que os conteúdos curriculares o permitam, podendo também frequentar turmas de alunos surdos sempre que daí resulte maior benefício para o cumprimento do currículo.

6.6 — Os alunos surdos com problemas associados devem fazer o seu percurso escolar em turmas que possibilitem o recurso a modificações curriculares e a metodologias e estratégias adequadas às suas necessidades educativas específicas.

7 — As escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos compete:

- a) Assegurar o desenvolvimento da língua gestual portuguesa como primeira língua;
- b) Assegurar as medidas pedagógicas específicas necessárias ao domínio do português, nomeadamente a nível da escrita e da leitura;
- c) Assegurar os apoios a nível da terapia da fala e do treino auditivo às crianças e jovens que deles possam beneficiar;
- d) Criar espaços de reflexão e de formação sobre estratégias de diferenciação pedagógica;
- e) Proceder às modificações curriculares necessárias;
- f) Organizar e apoiar os processos de transição entre os diferentes níveis de educação e de ensino;
- g) Promover e apoiar o processo de encaminhamento profissional dos alunos;
- h) Programar e desenvolver acções de formação de língua gestual portuguesa para professores, pessoal não docente, pais e familiares;
- i) Colaborar com as associações de pais e com as associações de surdos na organização de acções de sensibilização sobre a surdez;
- j) Planear e participar, em colaboração com as associações de surdos ou com pessoas surdas da comunidade, em actividades recreativas e de lazer dirigidas a jovens surdos e ouvintes, visando a interacção social entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte.

8 — As escolas com unidades de apoio à educação de alunos surdos devem estar apetrechadas com equipamentos essenciais às necessidades específicas da população surda.

8.1 — Consideram-se equipamentos essenciais ao nível da escola os seguintes: televisor e vídeo; câmara de vídeo; retroprojector; computador com impressora; sinalizadores luminosos das campanhas em todas as portas das salas de unidades; adaptação com visualizadores de todos os sinais sonoros, como a campainha de início e fim de aulas; telefone de texto, *telex*, dicionários, livros, vídeos e CD de língua gestual sobre a língua gestual portuguesa e sobre a cultura e história da comunidade surda.

9 — No prazo de 60 dias a contar da data da publicação do presente despacho, os directores regionais de Educação definirão para a respectiva área geográfica a rede de estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário com unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos.

10 — Compete ao conselho de acompanhamento dos apoios educativos, definido no n.º 19 do despacho conjunto n.º 105/97, de 1 de Julho, orientar e incrementar o desenvolvimento de unidades de apoio à educação de alunos surdos.

10.1 — As unidades de apoio à educação de alunos surdos constituem um apoio educativo ao serviço de uma área geográfica, a definir caso a caso, estando em termos administrativos e funcionais ligadas às escolas a que pertencem, sendo pedagogicamente coordenadas pela equipa de coordenação dos apoios educativos, definida nos termos do despacho conjunto n.º 105/97, de 1 de Julho.

17 de Abril de 1998. — A Secretária de Estado da Educação e Inovação, *Ana Benavente*.

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Escola Básica 2, 3 de Aljustrel

Aviso n.º 7351/98 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da entrada dos Serviços Administrativos a lista de antiguidade do pessoal não docente desta Escola, com referência a 31 de Dezembro de 1997.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

18 de Março de 1998. — A Presidente do Conselho Directivo, *Emília Maria Fernandes do Carmo António*.

Escola Secundária D. Manuel I

Aviso n.º 7352/98 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, e para os devidos efeitos, faz-se público que se encontra afixada nesta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino abrangido pelo supracitado decreto-lei.

De harmonia com o n.º 1 do artigo 96.º do referido decreto-lei, os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação para o dirigente do serviço.

17 de Março de 1998. — O Presidente do Conselho Directivo, *Mateus Joaquim Laranjo Transmontano*.

Escola Básica 2, 3 de Santa Clara

Aviso n.º 7353/98 (2.ª série). — Para cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontram afixadas nesta Escola as listas de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino, com referência a 31 de Dezembro de 1997.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

19 de Março de 1998. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Joaquina Rodrigues Fernandes*.

Direcção Regional de Educação do Algarve

Escola E. B. 2, 3 de Algoz

Aviso n.º 7354/98 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, torna-se público que se encontram afixadas no *placard* da entrada dos Serviços Administrativos desta Escola as listas de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino com referência a 31 de Dezembro de 1997.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

23 de Fevereiro de 1998. — A Presidente do Conselho Directivo, *Vitória Maria Vieira Marreiros Neto de Martins Bonifácio*.

Decreto-Lei n.º 6/2001
de 18 de janeiro

Sociedade Europeia para o Financiamento de Material Ferroviário, adoptada em Berna, em 20 de Outubro de 1955.

A República Eslovaca tornou-se membro da Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes (CEMT) em 16 de Fevereiro de 1994 e a sua adesão à Convenção começou a produzir efeitos, de harmonia com o artigo 11.º da Convenção, em 21 de Novembro de 2000. De acordo com o parágrafo c) da mesma disposição, a adesão à Convenção implica a adesão ao Protocolo Adicional de 20 de Outubro de 1955.

Portugal ratificou esta Convenção e o Protocolo em 25 de Julho de 1955, nos termos do Decreto-Lei n.º 40 629, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 218, de 10 de Outubro de 1956.

A Convenção e o Protocolo Adicional entraram em vigor relativamente a Portugal em 30 de Março de 1956.

Direcção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, 19 de Dezembro de 2000. — A Directora de Serviços, *Liliana Araújo*.

Aviso n.º 4/2001

Por ordem superior se torna público que, em 15 de Dezembro de 2000, em Lisboa, se procedeu à troca dos instrumentos de ratificação conforme previsto no artigo 30.º da Convenção entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal e respectivo Protocolo, assinados em Praia em 22 de Março de 1999.

A citada Convenção e o respectivo Protocolo foram aprovados pela Resolução da Assembleia da República n.º 63/2000, e ratificados pelo Decreto do Presidente da República n.º 33/2000, publicados no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 159, de 12 de Julho de 2000.

Nos termos do artigo 30.º, n.º 2, da citada Convenção, esta entrou em vigor em 15 de Dezembro de 2000.

20 de Dezembro de 2000. — O Director-Geral, *José Caetano de Campos de Andrada da Costa Pereira*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 6/2001

de 18 de Janeiro

O Programa do Governo assume como objectivo estratégico a garantia de uma educação de base para todos, entendendo-a como início de um processo de educação e formação ao longo da vida, objectivo que implica conceder uma particular atenção às situações de exclusão e desenvolver um trabalho de clarificação de exigências quanto às aprendizagens cruciais e aos modos como as mesmas se processam.

De entre as medidas identificadas para a concretização do objectivo referido assume especial relevância a que se refere à necessidade de proceder a uma reorganização do currículo do ensino básico, no sentido de reforçar a articulação entre os três ciclos que o compõem, quer no plano curricular quer na organização de processos de acompanhamento e indução que assegurem, sem perda das respectivas identidades e objectivos, uma maior qualidade das aprendizagens. Nesta

reorganização assume particular relevo a consagração no currículo de três novas áreas curriculares não disciplinares, bem como a obrigatoriedade do ensino experimental das ciências, o aprofundamento da aprendizagem das línguas modernas, o desenvolvimento da educação artística e da educação para a cidadania e o reforço do núcleo central do currículo nos domínios da língua materna e da matemática.

A preparação desta intervenção legislativa de política educativa foi objecto de um longo e continuado trabalho com as escolas e com as comunidades educativas, de que se destaca o lançamento, no ano lectivo de 1996-1997, do projecto de reflexão participada sobre os currículos do ensino básico.

Realizado o diagnóstico, foram de imediato lançadas medidas de combate à exclusão no âmbito do ensino básico, nomeadamente os currículos alternativos, a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária e os cursos de educação e formação profissional inicial.

Paralelamente, foram lançadas outras medidas com impacte directo na qualidade das aprendizagens e na vida das escolas, designadamente o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, concebido como primeira etapa da educação básica, e o novo regime de autonomia, administração e gestão das escolas, o qual, de forma inovatória, assumiu como condição estrutural a plena inclusão do 1.º ciclo.

De todo este processo foi emergindo a necessidade de ultrapassar uma visão de currículo como um conjunto de normas a cumprir de modo supostamente uniforme em todas as salas de aula e de ser apoiado, no contexto da crescente autonomia das escolas, o desenvolvimento de novas práticas de gestão curricular. Neste sentido, ensaiando as potencialidades de um novo desenho curricular, as escolas foram convidadas a apresentar projectos de gestão flexível do currículo.

As escolas envolvidas neste projecto têm vindo a construir processos de gestão curricular no quadro de uma flexibilidade que procura encontrar respostas adequadas aos alunos e aos contextos concretos em que os professores trabalham diariamente. Tais projectos têm considerado como pressuposto fundamental a assunção pelas escolas de uma maior capacidade de decisão relativamente ao desenvolvimento e gestão das diversas componentes do currículo e a uma maior articulação entre elas, bem como um acréscimo de responsabilidade na organização das ofertas educativas.

O *Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico*, publicado pelo Ministério da Educação em 1998, sintetizou os aspectos a considerar na reorganização curricular do ensino básico, sublinhando que a escola precisa de se assumir como um espaço privilegiado de educação para a cidadania e de integrar e articular, na sua oferta curricular, experiências de aprendizagem diversificadas, nomeadamente mais espaços de efectivo envolvimento dos alunos e actividades de apoio ao estudo.

Em consonância com estas perspectivas e como resultado da reflexão e dos debates realizados, assim como da experiência adquirida, importa reequacionar a organização curricular do ensino básico.

O presente decreto-lei estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional, entendido como o conjunto de aprendizagens e competências, integrando os conhecimentos, as capacidades,

as atitudes e os valores, a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino.

No quadro do desenvolvimento da autonomia das escolas estabelece-se que as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, deverão ser objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão, o qual deverá ser desenvolvido, em função do contexto de cada turma, num projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.

O diploma define os princípios orientadores a que deve obedecer a organização e gestão do currículo, nomeadamente a coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e a articulação destes com o ensino secundário, a integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem e a existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes, e estabelece os parâmetros a que deve obedecer a organização do ano escolar.

No âmbito da organização curricular do ensino básico, para além das áreas curriculares disciplinares, o diploma determina a criação de três áreas curriculares não disciplinares — área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica.

O diploma consagra a educação para a cidadania, o domínio da língua portuguesa e a valorização da dimensão humana do trabalho, bem como a utilização das tecnologias de informação e comunicação como formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico, abordando de forma integrada a diversificação das ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, definindo um quadro flexível para o desenvolvimento de actividades de enriquecimento do currículo.

Especial relevância assumem as disposições relativas à avaliação das aprendizagens, entendida como um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelos alunos ao longo do ensino básico, bem como à avaliação do desenvolvimento do currículo nacional.

Foi ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Objecto e âmbito

1 — O presente diploma estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do

ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.

2 — Os princípios orientadores definidos no presente diploma aplicam-se às demais ofertas formativas relativas ao ensino básico, no âmbito do sistema educativo.

Artigo 2.º

Curriculo

1 — Para efeitos do disposto no presente diploma, entende-se por currículo nacional o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino, expresso em orientações aprovadas pelo Ministro da Educação, tomando por referência os desenhos curriculares anexos ao presente decreto-lei.

2 — As orientações a que se refere o número anterior definem ainda o conjunto de competências consideradas essenciais e estruturantes no âmbito do desenvolvimento do currículo nacional, para cada um dos ciclos do ensino básico, o perfil de competências terminais deste nível de ensino, bem como os tipos de experiências educativas que devem ser proporcionadas a todos os alunos.

3 — As estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, são objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão.

4 — As estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo nacional e do projecto curricular de escola, visando adequá-los ao contexto de cada turma, são objecto de um projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma, em articulação com o conselho de docentes, ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.

Artigo 3.º

Princípios orientadores

A organização e a gestão do currículo subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

- a) Coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e articulação destes com o ensino secundário;
- b) Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem;
- c) Existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes;
- d) Integração, com carácter transversal, da educação para a cidadania em todas as áreas curriculares;
- e) Valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas, em particular, e com carácter obrigatório, no ensino das ciências, promovendo a integração das dimensões teórica e prática;
- f) Racionalização da carga horária lectiva semanal dos alunos;
- g) Reconhecimento da autonomia da escola no sentido da definição de um projecto de desenvolvimento do currículo adequado ao seu con-

texto e integrado no respectivo projecto educativo;

- h) Valorização da diversidade de metodologias e estratégias de ensino e actividades de aprendizagem, em particular com recurso a tecnologias de informação e comunicação, visando favorecer o desenvolvimento de competências numa perspectiva de formação ao longo da vida;
- i) Diversidade de ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, por forma a assegurar que todos possam desenvolver as competências essenciais e estruturantes definidas para cada um dos ciclos e concluir a escolaridade obrigatória.

Artigo 4.º

Organização do ano escolar

1 — O ano escolar é entendido como o período compreendido entre o dia 1 de Setembro de cada ano e o dia 31 de Agosto do ano seguinte.

2 — O ano lectivo corresponde a um mínimo de 180 dias efectivos de actividades escolares.

3 — O calendário escolar anual é definido por despacho do Ministro da Educação, ouvidos os parceiros educativos.

CAPÍTULO II

Organização e gestão do currículo nacional

Artigo 5.º

Organização

1 — São aprovados os desenhos curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico constantes dos anexos I, II e III ao presente diploma e do qual fazem parte integrante.

2 — Os desenhos curriculares dos três ciclos do ensino básico integram áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, bem como, nos 2.º e 3.º ciclos, a carga horária semanal de cada uma delas.

3 — Para efeito do número anterior, consideram-se as seguintes áreas curriculares não disciplinares:

- a) Área de projecto, visando a concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares, em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenção, de acordo com as necessidades e os interesses dos alunos;
- b) Estudo acompanhado, visando a aquisição de competências que permitam a apropriação pelos alunos de métodos de estudo e de trabalho e proporcionem o desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam uma cada vez maior autonomia na realização das aprendizagens;
- c) Formação cívica, espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.

4 — O desenvolvimento das áreas curriculares não disciplinares assume especificidades próprias, de acordo com as características de cada ciclo, sendo da responsabilidade do professor titular de turma, no caso do 1.º ciclo, e do conselho de turma, no caso dos 2.º e 3.º ciclos.

5 — As escolas, no âmbito da sua autonomia, devem desenvolver outros projectos e actividades que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos, nas quais se inclui, nos termos da Constituição e da lei, a Educação Moral e Religiosa, de frequência facultativa.

6 — As orientações para as diversas áreas curriculares dos três ciclos do ensino básico, incluindo os conteúdos programáticos das áreas disciplinares, são homologadas por despacho do Ministro da Educação.

7 — No respeito pelos limites constantes dos desenhos curriculares a que se refere o n.º 1 do presente artigo, compete à escola, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu projecto curricular, definir as cargas horárias a atribuir às diversas componentes do currículo.

Artigo 6.º

Formações transdisciplinares

1 — A educação para a cidadania bem como a valorização da língua portuguesa e da dimensão humana do trabalho constituem formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico.

2 — Constitui ainda formação transdisciplinar de carácter instrumental a utilização das tecnologias de informação e comunicação, a qual deverá conduzir, no âmbito da escolaridade obrigatória, a uma certificação da aquisição das competências básicas neste domínio.

Artigo 7.º

Línguas estrangeiras

1 — As escolas do 1.º ciclo podem, de acordo com os recursos disponíveis, proporcionar a iniciação a uma língua estrangeira, com ênfase na sua expressão oral.

2 — A aprendizagem de uma língua estrangeira inicia-se obrigatoriamente no 2.º ciclo e prolonga-se no 3.º ciclo, de modo a proporcionar aos alunos o domínio da língua num crescendo de adequação e fluência.

3 — A aprendizagem de uma segunda língua estrangeira é obrigatória no 3.º ciclo.

Artigo 8.º

Língua portuguesa como segunda língua

As escolas devem proporcionar actividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português.

Artigo 9.º

Actividades de enriquecimento do currículo

As escolas, no desenvolvimento do seu projecto educativo, devem proporcionar aos alunos actividades de enriquecimento do currículo, de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.

Artigo 10.º**Educação especial**

1 — Aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente é oferecida a modalidade de educação especial.

2 — Para efeitos do presente diploma, consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente os alunos que apresentem incapacidade ou incapacidades que se reflectam numa ou mais áreas de realização de aprendizagens, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves da personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde.

3 — O disposto nos números anteriores é objecto de regulamentação própria.

Artigo 11.º**Diversificação das ofertas curriculares**

1 — Visando assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão, as escolas dispõem de dispositivos de organização e gestão do currículo, destinados especialmente a alunos que revelem insucesso escolar repetido ou problemas de integração na comunidade educativa, os quais, para além da formação escolar, podem conferir um certificado de qualificação profissional.

2 — Compete às escolas, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu projecto educativo, conceber, propor e gerir outras medidas específicas de diversificação da oferta curricular.

3 — As orientações relativas à diversificação das ofertas curriculares constam de despacho do Ministro da Educação ou de despacho conjunto dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade quando, para além da certificação escolar, confirmam um certificado de qualificação profissional.

CAPÍTULO III**Avaliação****Artigo 12.º****Avaliação das aprendizagens**

1 — A avaliação constitui um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelo aluno ao longo do ensino básico.

2 — Na avaliação das aprendizagens dos alunos intervem todos os professores envolvidos, assumindo particular responsabilidade neste processo o professor titular de turma, no 1.º ciclo, e os professores que integram o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos.

3 — A escola deve assegurar a participação dos alunos e dos pais e encarregados de educação no processo de avaliação das aprendizagens, em condições a estabelecer no respectivo regulamento interno.

4 — Podem, ainda, ter intervenção no processo de avaliação das aprendizagens dos alunos os serviços especializados de apoio educativo, os órgãos de administração e gestão da escola ou do agrupamento de escolas, bem como outras entidades, nomeadamente serviços centrais e regionais da administração da educação, de

acordo com o disposto na lei e no regulamento interno da escola.

5 — No âmbito da sua autonomia, compete à escola, em articulação com os serviços centrais e regionais da administração da educação, desenvolver e divulgar instrumentos de informação para os alunos, pais e encarregados de educação e demais elementos da comunidade educativa.

6 — As medidas de desenvolvimento do disposto no presente diploma em matéria de avaliação das aprendizagens dos alunos são aprovadas por despacho do Ministro da Educação.

Artigo 13.º**Modalidades**

1 — A avaliação das aprendizagens compreende as modalidades de avaliação diagnóstica, de avaliação formativa e de avaliação sumativa.

2 — A avaliação diagnóstica realiza-se no início de cada ano de escolaridade, devendo articular-se com estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.

3 — A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorrem, tendo como uma das funções principais a regulação do ensino e da aprendizagem.

4 — A avaliação sumativa realiza-se no final de cada período lectivo, utiliza a informação recolhida no âmbito da avaliação formativa e traduz-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos.

5 — No 1.º ciclo do ensino básico, a avaliação sumativa exprime-se de forma descritiva, incidindo sobre as diferentes áreas curriculares.

6 — Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a avaliação sumativa exprime-se numa escala de 1 a 5 nas áreas curriculares disciplinares, assumindo formas de expressão qualitativa nas áreas curriculares não disciplinares.

Artigo 14.º**Efeitos da avaliação**

1 — A evolução do processo educativo dos alunos no ensino básico assume uma lógica de ciclo, progredindo ao ciclo imediato o aluno que tenha desenvolvido as competências a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º do presente diploma.

2 — Em situações de não realização das aprendizagens definidas no projecto curricular de turma para um ano não terminal de ciclo que, fundamentadamente, comprometam o desenvolvimento das competências definidas para um ciclo de escolaridade, o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ouvidos os competentes conselhos de docentes, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, poderá determinar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade, excepto no caso do 1.º ano de escolaridade.

3 — Em situações de retenção, compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, identificar as aprendizagens não realizadas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em

consideração na elaboração do projecto curricular da turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente.

Artigo 15.º

Conclusão e certificação do ensino básico

1 — Aos alunos que concluem com aproveitamento o ensino básico é passado o diploma do ensino básico pelo órgão de direcção executiva da respectiva escola.

2 — A requerimento dos interessados, podem, ainda, ser emitidas, pelo órgão de direcção executiva da escola, em qualquer momento do percurso escolar do aluno, certidões das habilitações adquiridas, as quais podem discriminar as disciplinas e áreas curriculares não disciplinares concluídas e respectivos resultados de avaliação.

Artigo 16.º

Avaliação do desenvolvimento do currículo nacional

O desenvolvimento do currículo nacional, bem como a aquisição pelos alunos das competências essenciais e estruturantes nos diversos ciclos do ensino básico, é objecto de avaliação, recorrendo a uma diversidade de técnicas e de instrumentos.

Artigo 17.º

Provas nacionais de aferição

1 — As provas nacionais de aferição constituem um dos instrumentos de avaliação do desenvolvimento do currículo nacional e destinam-se a fornecer informação relevante aos professores, às escolas e à administração educativa, não produzindo efeitos na progressão escolar dos alunos.

2 — O enquadramento do processo de realização das provas nacionais de aferição é objecto de despacho do Ministro da Educação, sendo a sua realização da responsabilidade de serviços centrais do Ministério da Educação.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 18.º

Formação de professores

1 — Na organização dos cursos de formação inicial de professores do ensino básico são respeitados os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo do ensino básico constantes do presente diploma, de acordo com os perfis de qualificação para a docência decorrentes do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo.

2 — A organização de acções de formação contínua de professores deve tomar em consideração as necessidades reais de cada contexto escolar, nomeadamente através da utilização de modalidades de formação centradas na escola e nas práticas profissionais, e dar uma particular atenção às áreas curriculares não disciplinares.

3 — A organização de acções de formação especializada de professores deve dar uma particular atenção às áreas de desenvolvimento curricular, de supervisão pedagógica e de orientação educativa.

Artigo 19.º

Grupos de docência e distribuição de serviço

1 — Por portaria do Ministro da Educação são reorganizados os grupos de docência, por forma a corresponder aos princípios orientadores da organização e da gestão do currículo constantes do presente diploma.

2 — Até à publicação da portaria a que se refere o número anterior, a distribuição de serviço aos docentes em cada escola deve obedecer a uma lógica de gestão integrada de recursos humanos, no respeito pelos princípios orientadores da organização e da gestão do currículo constantes do presente diploma.

3 — A adequação da componente lectiva dos docentes à nova organização da carga horária dos alunos, de acordo com o previsto nos anexos II e III ao presente diploma, é definida por despacho do Ministro da Educação, no respeito pelo disposto no artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro.

Artigo 20.º

Produção de efeitos

1 — O presente diploma produz efeitos no ano lectivo de 2001-2002 no que respeita a todos os anos de escolaridade dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

2 — O presente diploma produz efeitos a partir do ano lectivo de:

- a) 2002-2003 no que respeita ao 7.º ano de escolaridade;
- b) 2003-2004 no que respeita ao 8.º ano de escolaridade;
- c) 2004-2005 no que respeita ao 9.º ano de escolaridade.

3 — Os mecanismos de transição para os desenhos curriculares aprovados pelo presente diploma são definidos por despacho do Ministro da Educação.

Artigo 21.º

Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, em tudo o que se refere ao ensino básico, de acordo com a calendarização definida no artigo anterior.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de Novembro de 2000. — *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho — Guilherme d'Oliveira Martins — Joaquim Augusto Nunes Pina Moura — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — Augusto Ernesto Santos Silva — Alberto de Sousa Martins.*

Promulgado em 6 de Janeiro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 11 de Janeiro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

ANEXO

1.º ciclo

Componentes do currículo		
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares: Língua Portuguesa. Matemática. Estudo do Meio. Expressões: Artísticas; Físico-motoras.	
	Formação pessoal e social	Áreas curriculares não disciplinares (a): Área do projecto. Estudo acompanhado. Formação cívica.
		Total: 25 horas.
		Educação Moral e Religiosa (b).
		Actividades de enriquecimento (c).

(a) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma.

(b) Área curricular disciplinar de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(c) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º, incluindo uma possível iniciação a uma língua estrangeira, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas, nomeadamente no ensino das ciências.

ANEXO II

2.º ciclo

Componentes do currículo		Carga horária semanal (× 90 min.) (a)		
		5.º ano	6.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares:			
	Línguas e Estudos Sociais	5	5,5	10,5
	Língua Portuguesa. Língua Estrangeira. História e Geografia de Portugal.			
	Matemática e Ciências	3,5	3,5	7
	Matemática. Ciências da Natureza.			
	Educação Artística e Tecnológica	3	3	6
	Educação Visual e Tecnológica (b). Educação Musical.			
	Educação Física	1,5	1,5	3
Formação pessoal e social	Áreas curriculares não disciplinares (c)			
	Área de projecto. Estudo acompanhado. Formação cívica.			
	Total		16	32
	A decidir pela escola		0,5	1
	Educação Moral e Religiosa (d)		0,5	1

Componentes do currículo			Carga horária semanal (× 90 min.) (a)		
			5.º ano	6.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Formação pessoal e social	Máximo global	17	17	34
		Actividades de enriquecimento (e).			

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização de carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

(b) A leccionação de Educação Visual e Tecnológica estará a cargo de dois professores.

(c) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por equipas de dois professores de turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.

(d) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(e) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

ANEXO III

3.º ciclo

Componentes do currículo		Carga horária semanal (× 90 min.) (a)			
		7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares:				
	Língua Portuguesa	2	2	2	6
	Línguas Estrangeiras	3	2,5	2,5	8
	LE1.				
	LE2.				
	Ciências Humanas e Sociais	2	2,5	2,5	7
	História.				
	Geografia.				
	Matemática	2	2	2	6
	Ciências Físicas e Naturais	2	2	2,5	6,5
	Ciências Naturais.				
	Físico-Química.				
Formação pessoal e social	Educação Artística:				
	Educação Visual	(c) 1	(c) 1	(d) 1,5	5,5
	Outra disciplina (oferta da escola) (b)				
	Educação Tecnológica	(c) 1	(c) 1		
	Educação Física	1,5	1,5	1,5	4,5
	Área curriculares não disciplinares (e)	2,5	2,5	2,5	7,5
	Áreas de projecto.				
	Estudo acompanhado.				
	Formação cívica.				
	Total	17	17	17	51
	A decidir pela escola	0,5	0,5	0,5	1,5
	Educação Moral e Religiosa (f)	0,5	0,5	0,5	1,5

Componentes do currículo			Carga horária semanal (× 90 min.) (a)			
			7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Formação pessoal e social	Máximo global	18	18	18	54
		Actividades de enriquecimento (g).				

(a) A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização de carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

(b) A escola deve oferecer outras disciplinas da área da Educação Artística (Educação Musical, Teatro, Dança, etc.).

(c) Nos 7.º e 8.º anos os alunos têm i) Educação Visual ao longo do ano lectivo e ii), numa organização equitativa ao longo de cada ano, uma outra disciplina da área da Educação Artística e Educação Tecnológica.

(d) No 9.º ano os alunos escolhem livremente uma única disciplina, entre as ofertas da escola nos domínios artístico e tecnológico.

(e) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por uma equipa de dois professores da turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.

(f) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(g) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

Decreto-Lei n.º 7/2001

de 18 de Janeiro

O Programa do Governo assume como objectivo central assegurar aos jovens na faixa etária dos 15-18 anos o acesso a formações de nível secundário, consagrando, consequentemente, o ensino secundário na sua dupla natureza de ciclo intermédio de prosseguimento de estudos e de ciclo de formação terminal. Tal objectivo pressupõe, entre outros aspectos, a reorganização da actual estrutura curricular e o reforço dos mecanismos e estruturas de orientação e informação, favorecendo, desse modo, a transição entre a escolaridade básica e os diferentes percursos de educação e de formação de nível secundário.

Na verdade, o ensino secundário ocupa um lugar determinante na construção do futuro dos indivíduos e das sociedades. Em Portugal, como noutros países da União Europeia e não só, tomou-se consciência de que o ensino secundário tem de responder melhor às necessidades educativas e formativas e às legítimas expectativas pessoais dos jovens e das famílias, assim como às necessidades e exigências da sociedade. Num país em que o nível de qualificações da população é ainda muito inferior ao dos nossos parceiros da União Europeia, as formações secundárias têm necessariamente de se assumir como relevantes, permitindo, nomeadamente, a melhoria das aprendizagens, a articulação mais estreita entre a educação, a formação e a sociedade, numa perspectiva de facilitar a transição para o mercado de trabalho, a obrigatoriedade do ensino experimental nas ciências, bem como a criação de condições que assegurem o acesso à educação e à formação ao longo da vida.

Estes e outros desafios, conjugados com um conjunto de problemas e desajustamentos detectados na organização curricular e no funcionamento do ensino e das formações secundárias, levaram o Ministério da Educação a iniciar, em 1997, um processo de revisão curricular cuja concretização, nas escolas, terá início no ano lectivo de 2002-2003 para todos os jovens que, nesse ano, ingressem no 10.º ano de escolaridade, estendendo-se progressivamente aos 11.º e 12.º anos de escolaridade nos anos lectivos subsequentes.

Este processo, tal como referido no *Documento Orientador das Políticas para o Ensino Secundário*, desenvol-

veu-se, tendo em conta que a escola ocupa um lugar central na concretização das políticas educativas, num quadro de crescente autonomia na gestão dos seus recursos humanos e materiais.

O lançamento da *Revisão Participada do Currículo*, a distribuição pública do *Documento Orientador das Políticas para o Ensino Secundário* e, sobretudo, a sua apresentação e discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE) e num número significativo de iniciativas promovidas por escolas secundárias, por associações profissionais de professores e por sociedades científicas assumiu especial relevância em todo o processo de revisão curricular.

Na sequência da clarificação dos problemas identificados no âmbito do processo de *Revisão Participada do Currículo*, e na linha do *Documento Orientador das Políticas para o Ensino Secundário*, o Ministério da Educação anunciou, em Julho de 1998, 10 medidas de revisão curricular, das quais 5 se referem ao ensino secundário, tendo como orientações centrais a articulação e consistência entre currículo e avaliação e a necessária compatibilidade com a educação básica. Com base nestas orientações iniciou-se o processo de elaboração de uma proposta de revisão curricular para o ensino secundário integrando contributos de documentos programáticos internacionais, de pareceres do Conselho Nacional de Educação e da análise das organizações curriculares do ensino secundário de diversos países, com especial destaque para os da União Europeia. Esta proposta foi divulgada junto dos parceiros sociais, das associações profissionais de professores, sociedades científicas e organizações profissionais diversas e realizaram-se dezenas de reuniões com as entidades referidas, onde a proposta apresentada foi analisada e discutida, tendo os pareceres recebidos permitido clarificar e melhorar a proposta apresentada.

Essa proposta assume a centralidade da escola, pois é aí que se pode e deve desenvolver o essencial das aprendizagens e da educação e formação dos alunos. Por isso, as escolas secundárias deverão ser capazes de criar ambientes de aprendizagem estimulantes, baseados em projectos claros, coerentes e com real valor educativo e formativo. Projectos que articulem o currículo definido a nível nacional com o contexto social, cultural e económico em que estão integradas, devendo, por isso

Decreto-Lei n.º 3/2008
de 7 de janeiro

nadamente em termos remuneratórios, a presidentes das comissões directivas dos programas operacionais regionais do QREN.

15 — Determinar que os elementos que compõem o secretariado técnico, incluindo os secretários técnicos, são equiparados, em termos remuneratórios, aos elementos dos secretariados técnicos dos programas operacionais temáticos do QREN.

16 — Determinar que as despesas inerentes à instalação e funcionamento da autoridade de gestão do PRODER, elegíveis a financiamento comunitário, são asseguradas pela assistência técnica do PRODER, de acordo com o artigo 66.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro.

17 — Determinar, sem prejuízo do disposto no n.º 13, que a presente resolução produz efeitos desde a data da sua aprovação.

18 — Determinar a revogação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2007, de 21 de Agosto.

Presidência do Conselho de Ministros, 8 de Novembro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 14/2008

de 7 de Janeiro

Pela Portaria n.º 817/95, de 13 de Julho, alterada pelas Portarias n.ºs 62/96, 447/2000 e 1508/2002, respectivamente de 28 de Fevereiro, 18 de Julho e 14 de Dezembro, foi concessionada à Associação de Caçadores da Casa Branca a zona de caça associativa da Herdade da Casa Branca e outras (processo n.º 1759-DGRF), situada no município de Mora.

A concessionária requereu agora a anexação à referida zona de caça de outro prédio rústico.

Assim:

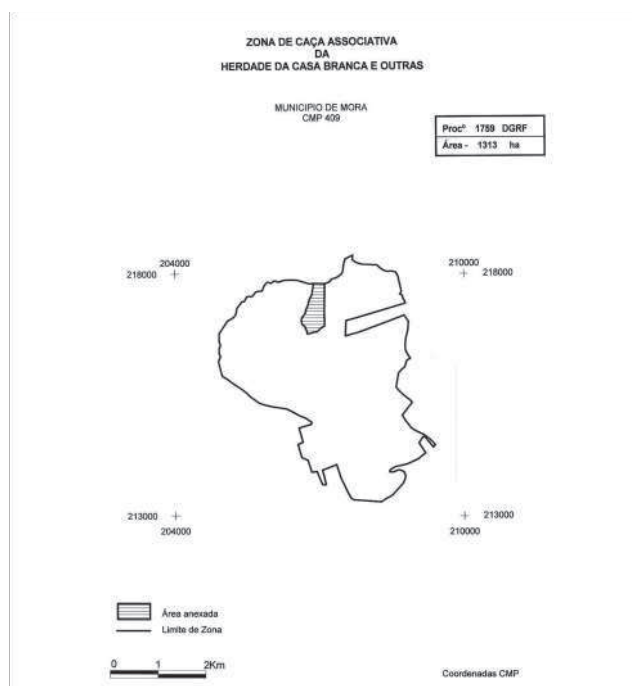
Com fundamento no disposto no artigo 11.º e na alínea a) do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, e ouvido o Conselho Cinegético Municipal:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º É anexado à presente zona de caça o prédio rústico denominado «Herdade Casa Branca da Estrada», sito na freguesia de Pavia, município de Mora, com a área de 37,7750 ha, ficando a mesma com a área total de 1313 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º A presente anexação só produz efeitos, relativamente a terceiros, com a instalação da respectiva sinalização.

O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*, em 15 de Novembro de 2007.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 3/2008

de 7 de Janeiro

Constitui desígnio do XVII Governo Constitucional promover a igualdade de oportunidades, valorizar a educação e promover a melhoria da qualidade do ensino. Um aspecto determinante dessa qualidade é a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens. Nessa medida importa planear um sistema de educação flexível, pautado por uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos que implicam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos.

Nos últimos anos, principalmente após a Declaração de Salamanca (1994), tem vindo a afirmar-se a noção de escola inclusiva, capaz de acolher e reter, no seu seio, grupos de crianças e jovens tradicionalmente excluídos. Esta noção, dada a sua dimensão eminentemente social, tem merecido o apoio generalizado de profissionais, da comunidade científica e de pais.

A educação inclusiva visa a equidade educativa, sendo que por esta se entende a garantia de igualdade, quer no acesso quer nos resultados.

No quadro da equidade educativa, o sistema e as práticas educativas devem assegurar a gestão da diversidade da qual decorrem diferentes tipos de estratégias que permitam responder às necessidades educativas dos alunos. Deste modo, a escola inclusiva pressupõe individualização e personalização das estratégias educativas, enquanto método de prossecução do objectivo de promover competências universais que permitam a autonomia e o acesso à condução plena da cidadania por parte de todos.

Todos os alunos têm necessidades educativas, trabalhadas no quadro da gestão da diversidade acima referida.

Existem casos, porém, em que as necessidades se revestem de contornos muito específicos, exigindo a activação de apoios especializados.

Os apoios especializados visam responder às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social e dando lugar à mobilização de serviços especializados para promover o potencial de funcionamento biopsicosocial.

Os apoios especializados podem implicar a adaptação de estratégias, recursos, conteúdos, processos, procedimentos e instrumentos, bem como a utilização de tecnologias de apoio. Portanto, não se trata só de medidas para os alunos, mas também de medidas de mudança no contexto escolar.

Entre os alunos com deficiências e incapacidades alguns necessitam de acções positivas que exigem diferentes graus de intensidade e de especialização. À medida que aumenta a necessidade de uma maior especialização do apoio personalizado, decresce o número de crianças e jovens que dele necessitam, do que decorre que apenas uma reduzida percentagem necessita de apoios personalizados altamente especializados.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Objectivos, enquadramento e princípios orientadores

Artigo 1.º

Objecto e âmbito

1 — O presente decreto-lei define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

2 — A educação especial tem por objectivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais nas condições acima descritas.

Artigo 2.º

Princípios orientadores

1 — A educação especial prossegue, em permanência, os princípios da justiça e da solidariedade social, da não

discriminação e do combate à exclusão social, da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativo, da participação dos pais e da confidencialidade da informação.

2 — Nos termos do disposto no número anterior, as escolas ou os agrupamentos de escolas, os estabelecimentos de ensino particular com paralelismo pedagógico, as escolas profissionais, directa ou indirectamente financiados pelo Ministério da Educação (ME), não podem rejeitar a matrícula ou a inscrição de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais que manifestem.

3 — As crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente gozam de prioridade na matrícula, tendo o direito, nos termos do presente decreto-lei, a frequentar o jardim-de-infância ou a escola nos mesmos termos das restantes crianças.

4 — As crianças e os jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente têm direito ao reconhecimento da sua singularidade e à oferta de respostas educativas adequadas.

5 — Toda a informação resultante da intervenção técnica e educativa está sujeita aos limites constitucionais e legais, em especial os relativos à reserva da intimidade da vida privada e familiar e ao tratamento automatizado, conexão, transmissão, utilização e protecção de dados pessoais, sendo garantida a sua confidencialidade.

6 — Estão vinculados ao dever do sigilo os membros da comunidade educativa que tenham acesso à informação referida no número anterior.

Artigo 3.º

Participação dos pais e encarregados de educação

1 — Os pais ou encarregados de educação têm o direito e o dever de participar activamente, exercendo o poder paternal nos termos da lei, em tudo o que se relacione com a educação especial a prestar ao seu filho, acedendo, para tal, a toda a informação constante do processo educativo.

2 — Quando, comprovadamente, os pais ou encarregados de educação não exerçam o seu direito de participação, cabe à escola desencadear as respostas educativas adequadas em função das necessidades educativas especiais diagnosticadas.

3 — Quando os pais ou encarregados de educação não concordem com as medidas educativas propostas pela escola, podem recorrer, mediante documento escrito, no qual fundamentam a sua posição, aos serviços competentes do ME.

Artigo 4.º

Organização

1 — As escolas devem incluir nos seus projectos educativos as adequações relativas ao processo de ensino e de aprendizagem, de carácter organizativo e de funcionamento, necessárias para responder adequadamente às necessidades educativas especiais de carácter permanente das crianças e jovens, com vista a assegurar a sua maior participação nas actividades de cada grupo ou turma e da comunidade escolar em geral.

2 — Para garantir as adequações de carácter organizativo e de funcionamento referidas no número anterior, são criadas por despacho ministerial:

a) Escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos;

b) Escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão.

3 — Para apoiar a adequação do processo de ensino e de aprendizagem podem as escolas ou agrupamentos de escolas desenvolver respostas específicas diferenciadas para alunos com perturbações do espectro do autismo e com multideficiência, designadamente através da criação de:

a) Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo;

b) Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita.

4 — As respostas referidas nas alíneas a) e b) do número anterior são propostas por deliberação do conselho executivo, ouvido o conselho pedagógico, quando numa escola ou grupos de escolas limítrofes, o número de alunos o justificar e quando a natureza das respostas, dos equipamentos específicos e das especializações profissionais, justifiquem a sua concentração.

5 — As unidades referidas no n.º 3 são criadas por despacho do director regional de educação competente.

CAPÍTULO II

Procedimentos de referenciação e avaliação

Artigo 5.º

Processo de referenciação

1 — A educação especial pressupõe a referenciação das crianças e jovens que eventualmente dela necessitem, a qual deve ocorrer o mais precocemente possível, detectando os factores de risco associados às limitações ou incapacidades.

2 — A referenciação efectua-se por iniciativa dos pais ou encarregados de educação, dos serviços de intervenção precoce, dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou jovem ou que tenham conhecimento da eventual existência de necessidades educativas especiais.

3 — A referenciação é feita aos órgãos de administração e gestão das escolas ou agrupamentos de escolas da área da residência, mediante o preenchimento de um documento onde se explicitam as razões que levaram a referenciar a situação e se anexa toda a documentação considerada relevante para o processo de avaliação.

Artigo 6.º

Processo de avaliação

1 — Referenciada a criança ou jovem, nos termos do artigo anterior, compete ao conselho executivo desencadear os procedimentos seguintes:

a) Solicitar ao departamento de educação especial e ao serviço de psicologia um relatório técnico-pedagógico conjunto, com os contributos dos restantes intervenientes no processo, onde sejam identificadas, nos casos em que tal se justifique, as razões que determinam as necessidades educativas especiais do aluno e a sua tipologia, designadamente as condições de saúde, doença ou incapacidade;

b) Solicitar ao departamento de educação especial a determinação dos apoios especializados, das adequações

do processo de ensino e de aprendizagem de que o aluno deva beneficiar e das tecnologias de apoio;

c) Assegurar a participação activa dos pais ou encarregados de educação, assim como a sua anuência;

d) Homologar o relatório técnico-pedagógico e determinar as suas implicações;

e) Nos casos em que se considere não se estar perante uma situação de necessidades educativas que justifiquem a intervenção dos serviços da educação especial, solicitar ao departamento de educação especial e aos serviços de psicologia o encaminhamento dos alunos para os apoios disponibilizados pela escola que melhor se adequem à sua situação específica.

2 — Para a elaboração do relatório a que se refere a alínea a) do número anterior pode o conselho executivo, quando tal se justifique, recorrer aos centros de saúde, a centros de recursos especializados, às escolas ou unidades referidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º

3 — Do relatório técnico-pedagógico constam os resultados decorrentes da avaliação, obtidos por referência à Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde, servindo de base à elaboração do programa educativo individual.

4 — O relatório técnico-pedagógico a que se referem os números anteriores é parte integrante do processo individual do aluno.

5 — A avaliação deve ficar concluída 60 dias após a referenciação com a aprovação do programa educativo individual pelo presidente do conselho executivo.

6 — Quando o presidente do conselho executivo decida pela não aprovação, deve exarar despacho justificativo da decisão, devendo reenviá-lo à entidade que o tenha elaborado com o fim de obter uma melhor justificação ou enquadramento.

Artigo 7.º

Serviço docente nos processos de referenciação e de avaliação

1 — O serviço docente no âmbito dos processos de referenciação e de avaliação assume carácter prioritário, devendo concluir-se no mais curto período de tempo, dando preferência à sua execução sobre toda a actividade docente e não docente, à excepção da lectiva.

2 — O serviço de referenciação e de avaliação é de aceitação obrigatória e quando realizado por um docente é sempre integrado na componente não lectiva do seu horário de trabalho.

CAPÍTULO III

Programa educativo individual e plano individual de transição

Artigo 8.º

Programa educativo individual

1 — O programa educativo individual é o documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e respectivas formas de avaliação.

2 — O programa educativo individual documenta as necessidades educativas especiais da criança ou jovem, baseadas na observação e avaliação de sala de aula e nas informações complementares disponibilizadas pelos participantes no processo.

3 — O programa educativo individual integra o processo individual do aluno.

Artigo 9.º

Modelo do programa educativo individual

1 — O modelo do programa educativo individual é aprovado por deliberação do conselho pedagógico e inclui os dados do processo individual do aluno, nomeadamente identificação, história escolar e pessoal relevante, conclusões do relatório de avaliação e as adequações no processo de ensino e de aprendizagem a realizar, com indicação das metas, das estratégias, recursos humanos e materiais e formas de avaliação.

2 — O modelo do programa educativo individual integra os indicadores de funcionalidade, bem como os factores ambientais que funcionam como facilitadores ou como barreiras à actividade e participação do aluno na vida escolar, obtidos por referência à Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, em termos que permitam identificar o perfil concreto de funcionalidade.

3 — Do modelo de programa educativo individual devem constar, de entre outros, obrigatoriamente:

- a) A identificação do aluno;
- b) O resumo da história escolar e outros antecedentes relevantes;
- c) A caracterização dos indicadores de funcionalidade e do nível de aquisições e dificuldades do aluno;
- d) Os factores ambientais que funcionam como facilitadores ou como barreiras à participação e à aprendizagem;
- e) Definição das medidas educativas a implementar;
- f) Discriminação dos conteúdos, dos objectivos gerais e específicos a atingir e das estratégias e recursos humanos e materiais a utilizar;
- g) Nível de participação do aluno nas actividades educativas da escola;
- h) Distribuição horária das diferentes actividades previstas;
- i) Identificação dos técnicos responsáveis;
- j) Definição do processo de avaliação da implementação do programa educativo individual;
- l) A data e assinatura dos participantes na sua elaboração e dos responsáveis pelas respostas educativas a aplicar.

Artigo 10.º

Elaboração do programa educativo individual

1 — Na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, o programa educativo individual é elaborado, conjunta e obrigatoriamente, pelo docente do grupo ou turma, pelo docente de educação especial, pelos encarregados de educação e sempre que se considere necessário, pelos serviços referidos na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 6.º, sendo submetido à aprovação do conselho pedagógico e homologado pelo conselho executivo.

2 — Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário e em todas as modalidades não sujeitas a monodocência, o programa educativo individual é elaborado pelo director de turma, pelo docente de educação especial, pelos encarregados de educação e sempre que se considere necessário pelos serviços referidos na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 6.º, sendo submetido à aprovação do conselho pedagógico e homologado pelo conselho executivo.

3 — No caso dos alunos surdos com ensino bilingue deve também participar na elaboração do programa educativo individual um docente surdo de LGP.

Artigo 11.º

Coordenação do programa educativo individual

1 — O coordenador do programa educativo individual é o educador de infância, o professor do 1.º ciclo ou o director de turma, a quem esteja atribuído o grupo ou a turma que o aluno integra.

2 — A aplicação do programa educativo individual carece de autorização expressa do encarregado de educação, excepto nas situações previstas no n.º 2 do artigo 3.º

Artigo 12.º

Prazos de aplicação do programa educativo individual

1 — A elaboração do programa educativo individual deve decorrer no prazo máximo de 60 dias após a referência dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

2 — O programa educativo individual constitui o único documento válido para efeitos de distribuição de serviço docente e não docente e constituição de turmas, não sendo permitida a aplicação de qualquer adequação no processo de ensino e de aprendizagem sem a sua existência.

Artigo 13.º

Acompanhamento do programa educativo individual

1 — O programa educativo individual deve ser revisto a qualquer momento e, obrigatoriamente, no final de cada nível de educação e ensino e no fim de cada ciclo do ensino básico.

2 — A avaliação da implementação das medidas educativas deve assumir carácter de continuidade, sendo obrigatória pelo menos em cada um dos momentos de avaliação sumativa interna da escola.

3 — Dos resultados obtidos por cada aluno com a aplicação das medidas estabelecidas no programa educativo individual, deve ser elaborado um relatório circunstanciado no final do ano lectivo.

4 — O relatório referido no número anterior é elaborado, conjuntamente pelo educador de infância, professor do 1.º ciclo ou director de turma, pelo docente de educação especial, pelo psicólogo e pelos docentes e técnicos que acompanham o desenvolvimento do processo educativo do aluno e aprovado pelo conselho pedagógico e pelo encarregado de educação.

5 — O relatório explicita a existência da necessidade de o aluno continuar a beneficiar de adequações no processo de ensino e de aprendizagem, propõe as alterações necessárias ao programa educativo individual e constitui parte integrante do processo individual do aluno.

6 — O relatório referido nos números anteriores, ao qual é anexo o programa educativo individual, é obrigatoriamente comunicado ao estabelecimento que receba o aluno, para prosseguimento de estudos ou em resultado de processo de transferência.

Artigo 14.º

Plano individual de transição

1 — Sempre que o aluno apresente necessidades educativas especiais de carácter permanente que o impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo deve a escola complementar o programa educativo individual com um plano individual de transição

destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma actividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa instituição de carácter ocupacional.

2 — A concretização do número anterior, designadamente a implementação do plano individual de transição, inicia-se três anos antes da idade limite de escolaridade obrigatória, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

3 — No sentido de preparar a transição do jovem para a vida pós-escolar, o plano individual de transição deve promover a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção familiar e comunitária.

4 — O plano individual de transição deve ser datado e assinado por todos os profissionais que participam na sua elaboração, bem como pelos pais ou encarregados de educação e, sempre que possível, pelo próprio aluno.

Artigo 15.º

Certificação

1 — Os instrumentos de certificação da escolaridade devem adequar-se às necessidades especiais dos alunos que seguem o seu percurso escolar com programa educativo individual.

2 — Para efeitos do número anterior, os instrumentos normalizados de certificação devem identificar as adequações do processo de ensino e de aprendizagem que tenham sido aplicadas.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, as normas de emissão e os formulários a utilizar são as mesmas que estejam legalmente fixadas para o sistema de ensino.

CAPÍTULO IV

Medidas educativas

Artigo 16.º

Adequação do processo de ensino e de aprendizagem

1 — A adequação do processo de ensino e de aprendizagem integra medidas educativas que visam promover a aprendizagem e a participação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

2 — Constituem medidas educativas referidas no número anterior:

- a) Apoio pedagógico personalizado;
- b) Adequações curriculares individuais;
- c) Adequações no processo de matrícula;
- d) Adequações no processo de avaliação;
- e) Currículo específico individual;
- f) Tecnologias de apoio.

3 — As medidas referidas no número anterior podem ser aplicadas cumulativamente, com excepção das alíneas b) e e), não cumuláveis entre si.

4 — As medidas educativas referidas no n.º 2 pressupõem o planeamento de estratégias e de actividades que visam o apoio personalizado aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente que integram obrigatoriamente o plano de actividades da escola de acordo com o projecto educativo de escola.

5 — O projecto educativo da escola deve conter:

a) As metas e estratégias que a escola se propõe realizar com vista a apoiar os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente;

b) A identificação das respostas específicas diferenciadas a disponibilizar para alunos surdos, cegos, com baixa visão, com perturbações do espectro do autismo e com multideficiência.

Artigo 17.º

Apoio pedagógico personalizado

1 — Para efeitos do presente decreto-lei entende-se por apoio pedagógico personalizado:

a) O reforço das estratégias utilizadas no grupo ou turma aos níveis da organização, do espaço e das actividades;

b) O estímulo e reforço das competências e aptidões envolvidas na aprendizagem;

c) A antecipação e reforço da aprendizagem de conteúdos leccionados no seio do grupo ou da turma;

d) O reforço e desenvolvimento de competências específicas.

2 — O apoio definido nas alíneas a), b) e c) do número anterior é prestado pelo educador de infância, pelo professor de turma ou de disciplina, conforme o nível de educação ou de ensino do aluno.

3 — O apoio definido na alínea d) do n.º 1 é prestado, consoante a gravidade da situação dos alunos e a especificidade das competências a desenvolver, pelo educador de infância, professor da turma ou da disciplina, ou pelo docente de educação especial.

Artigo 18.º

Adequações curriculares individuais

1 — Entende-se por adequações curriculares individuais aquelas que, mediante o parecer do conselho de docentes ou conselho de turma, conforme o nível de educação e ensino, se considere que têm como padrão o currículo comum, no caso da educação pré-escolar as que respeitem as orientações curriculares, no ensino básico as que não põem em causa a aquisição das competências terminais de ciclo e, no ensino secundário, as que não põem em causa as competências essenciais das disciplinas.

2 — As adequações curriculares podem consistir na introdução de áreas curriculares específicas que não façam parte da estrutura curricular comum, nomeadamente leitura e escrita em braille, orientação e mobilidade; treino de visão e a actividade motora adaptada, entre outras.

3 — A adequação do currículo dos alunos surdos com ensino bilingue consiste na introdução de áreas curriculares específicas para a primeira língua (L1), segunda língua (L2) e terceira língua (L3):

a) A língua gestual portuguesa (L1), do pré-escolar ao ensino secundário;

b) O português segunda língua (L2) do pré-escolar ao ensino secundário;

c) A introdução de uma língua estrangeira escrita (L3) do 3.º ciclo do ensino básico ao ensino secundário.

4 — As adequações curriculares podem consistir igualmente na introdução de objectivos e conteúdos intermédios em função das competências terminais do ciclo ou de

curso, das características de aprendizagem e dificuldades específicas dos alunos.

5 — As adequações curriculares individuais podem traduzir-se na dispensa das actividades que se revelem de difícil execução em função da incapacidade do aluno, só sendo aplicáveis quando se verifique que o recurso a tecnologias de apoio não é suficiente para colmatar as necessidades educativas resultantes da incapacidade.

Artigo 19.º

Adequações no processo de matrícula

1 — As crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente gozam de condições especiais de matrícula, podendo nos termos do presente decreto-lei, frequentar o jardim-de-infância ou a escola, independentemente da sua área de residência.

2 — As crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente podem, em situações excepcionais devidamente fundamentadas, beneficiar do adiamento da matrícula no 1.º ano de escolaridade obrigatória, por um ano, não renovável.

3 — A matrícula por disciplinas pode efectuar-se nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, desde que assegurada a sequencialidade do regime educativo comum.

4 — As crianças e jovens surdos têm direito ao ensino bilingue, devendo ser dada prioridade à sua matrícula nas escolas de referência a que se refere a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 4.º independentemente da sua área de residência.

5 — As crianças e jovens cegos ou com baixa visão podem matricular-se e frequentar escolas da rede de escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão a que se refere a alínea *b*) do n.º 2 do artigo 4.º, independentemente da sua área de residência.

6 — As crianças e jovens com perturbações do espectro do autismo podem matricular-se e frequentar escolas com unidades de ensino estruturado a que se refere alínea *a*) do n.º 3 do artigo 4.º independentemente da sua área de residência.

7 — As crianças e jovens com multideficiência e com surdocegueira podem matricular-se e frequentar escolas com unidades especializadas a que se refere a alínea *b*) do n.º 3 do artigo 4.º, independentemente da sua área de residência.

Artigo 20.º

Adequações no processo de avaliação

1 — As adequações quanto aos termos a seguir para a avaliação dos progressos das aprendizagens podem consistir, nomeadamente, na alteração do tipo de provas, dos instrumentos de avaliação e certificação, bem como das condições de avaliação, no que respeita, entre outros aspectos, às formas e meios de comunicação e à periodicidade, duração e local da mesma.

2 — Os alunos com currículos específicos individuais não estão sujeitos ao regime de transição de ano escolar nem ao processo de avaliação característico do regime educativo comum, ficando sujeitos aos critérios específicos de avaliação definidos no respectivo programa educativo individual.

Artigo 21.º

Curriculo específico individual

1 — Entende-se por currículo específico individual, no âmbito da educação especial, aquele que, mediante o

parecer do conselho de docentes ou conselho de turma, substitui as competências definidas para cada nível de educação e ensino.

2 — O currículo específico individual pressupõe alterações significativas no currículo comum, podendo as mesmas traduzir-se na introdução, substituição e ou eliminação de objectivos e conteúdos, em função do nível de funcionalidade da criança ou do jovem.

3 — O currículo específico individual inclui conteúdos conducentes à autonomia pessoal e social do aluno e dá prioridade ao desenvolvimento de actividades de cariz funcional centradas nos contextos de vida, à comunicação e à organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

4 — Compete ao conselho executivo e ao respectivo departamento de educação especial orientar e assegurar o desenvolvimento dos referidos currículos.

Artigo 22.º

Tecnologias de apoio

Entende-se por tecnologias de apoio os dispositivos facilitadores que se destinam a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade do aluno, tendo como impacte permitir o desempenho de actividades e a participação nos domínios da aprendizagem e da vida profissional e social.

CAPÍTULO V

Modalidades específicas de educação

Artigo 23.º

Educação bilingue de alunos surdos

1 — A educação das crianças e jovens surdos deve ser feita em ambientes bilingues que possibilitem o domínio da LGP, o domínio do português escrito e, eventualmente, falado, competindo à escola contribuir para o crescimento linguístico dos alunos surdos, para a adequação do processo de acesso ao currículo e para a inclusão escolar e social.

2 — A concentração dos alunos surdos, inseridos numa comunidade linguística de referência e num grupo de socialização constituído por adultos, crianças e jovens de diversas idades que utilizam a LGP, promove condições adequadas ao desenvolvimento desta língua e possibilita o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem em grupos ou turmas de alunos surdos, iniciando-se este processo nas primeiras idades e concluindo-se no ensino secundário.

3 — As escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos a que se refere a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 4.º constituem uma resposta educativa especializada desenvolvida, em agrupamentos de escolas ou escolas secundárias que concentram estes alunos numa escola, em grupos ou turmas de alunos surdos.

4 — As escolas de referência para a educação de ensino bilingue de alunos surdos têm como objectivo principal aplicar metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares, adequadas a alunos surdos.

5 — As escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos integram:

a) Docentes com formação especializada em educação especial, na área da surdez, competentes em LGP (docentes surdos e ouvintes dos vários níveis de educação e

ensino), com formação e experiência no ensino bilingue de alunos surdos;

- b) Docentes surdos de LGP;
- c) Intérpretes de LGP;
- d) Terapeutas da fala.

6 — Para os alunos surdos, o processo de avaliação, referido no artigo 6.º, deve ser desenvolvido por equipas a constituir no agrupamento de escolas ou nas escolas secundárias para a educação bilingue destes alunos.

7 — As equipas referidas no número anterior devem ser constituídas pelos seguintes elementos:

- a) Docente que lecciona grupo ou turma de alunos surdos do nível de educação e ensino da criança ou jovem;
- b) Docente de educação especial especializado na área da surdez;
- c) Docente surdo de LGP;
- d) Terapeutas da fala;
- e) Outros profissionais ou serviços da escola ou da comunidade.

8 — Deve ser dada prioridade à matrícula de alunos surdos, nas escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos.

9 — A organização da resposta educativa deve ser determinada pelo nível de educação e ensino, ano de escolaridade, idade dos alunos e nível de proficiência linguística.

10 — As respostas educativas devem ser flexíveis, assumindo carácter individual e dinâmico, e pressupõem uma avaliação sistemática do processo de ensino e de aprendizagem do aluno surdo, bem como o envolvimento e a participação da família.

11 — Os agrupamentos de escolas que integram os jardins-de-infância de referência para a educação bilingue de crianças surdas devem articular as respostas educativas com os serviços de intervenção precoce no apoio e informação das escolhas e opções das suas famílias e na disponibilização de recursos técnicos especializados, nomeadamente de docentes surdos de LGP, bem como na frequência precoce de jardim-de-infância no grupo de crianças surdas.

12 — As crianças surdas, entre os 3 e os 6 anos de idade, devem frequentar a educação pré-escolar, sempre em grupos de crianças surdas, de forma a desenvolverem a LGP como primeira língua, sem prejuízo da participação do seu grupo com grupos de crianças ouvintes em actividades desenvolvidas na comunidade escolar.

13 — Os alunos dos ensino básico e secundário realizam o seu percurso escolar em turmas de alunos surdos, de forma a desenvolverem a LGP como primeira língua e aceder ao currículo nesta língua, sem prejuízo da sua participação com as turmas de alunos ouvintes em actividades desenvolvidas na comunidade escolar.

14 — A docência dos grupos ou turmas de alunos surdos é assegurada por docentes surdos ou ouvintes com habilitação profissional para leccionar aqueles níveis de educação e ensino, competentes em LGP e com formação e experiência no ensino bilingue de alunos surdos.

15 — Na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico deve ser desenvolvido um trabalho de co-responsabilização e parceria entre docentes surdos e ouvintes de forma a garantir aos alunos surdos a aprendizagem e o desenvolvimento da LGP como primeira língua, e da língua portuguesa, como segunda língua.

16 — Sempre que se verifique a inexistência de docente surdo competente em LGP, com habilitação profissional para o exercício da docência no pré-escolar ou no 1.º ciclo do ensino básico, deve ser garantida a colocação de docente surdo responsável pela área curricular de LGP, a tempo inteiro, no grupo ou turma dos alunos surdos.

17 — Não se verificando a existência de docentes competentes em LGP nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, as aulas leccionadas por docentes ouvintes são traduzidas por um intérprete de LGP.

18 — Ao intérprete de LGP compete fazer a tradução da língua portuguesa oral para a língua gestual portuguesa e da língua gestual portuguesa para a língua oral das actividades que na escola envolvam a comunicação entre surdos e ouvintes, bem como a tradução das aulas leccionadas por docentes, reuniões, acções e projectos resultantes da dinâmica da comunidade educativa.

19 — Os docentes surdos de LGP asseguram o desenvolvimento da língua gestual portuguesa como primeira língua dos alunos surdos.

20 — Os docentes ouvintes asseguram o desenvolvimento da língua portuguesa como segunda língua dos alunos surdos.

21 — Aos docentes de educação especial com formação na área da surdez, colocados nas escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos, compete:

- a) Leccionar turmas de alunos surdos, atendendo à sua habilitação profissional para a docência e à sua competência em LGP;
- b) Apoiar os alunos surdos na antecipação e reforço das aprendizagens, no domínio da leitura/escrita;
- c) Elaborar e adaptar materiais para os alunos que deles necessitem;
- d) Participar na elaboração do programa educativo individual dos alunos surdos.

22 — Aos docentes surdos com habilitação profissional para o ensino da área curricular ou da disciplina de LGP compete:

- a) Leccionar os programas LGP como primeira língua dos alunos surdos;
- b) Desenvolver, acompanhar e avaliar o processo de ensino e de aprendizagem da LGP;
- c) Definir, preparar e elaborar meios e suportes didácticos de apoio ao ensino/aprendizagem da LGP;
- d) Participar na elaboração do programa educativo individual dos alunos surdos;
- e) Desenvolver actividades, no âmbito da comunidade educativa em que se insere, visando a interacção de surdos e ouvintes e promovendo a divulgação da LGP junto da comunidade ouvinte;
- f) Ensinar a LGP como segunda língua a alunos ou outros elementos da comunidade educativa em que está inserido, difundir os valores e a cultura da comunidade surda contribuindo para a integração social da pessoa surda.

23 — As escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos devem estar apetrechadas com equipamentos essenciais às necessidades específicas da população surda.

24 — Consideram-se equipamentos essenciais ao nível da escola e da sala de aula os seguintes: computadores com câmaras, programas para tratamento de imagem e filmes, impressora e *scanner*; televisor e vídeo, câmara e máquinas

fotográficas digitais, retroprojector, projector multimédia, quadro interactivo, sinalizadores luminosos de todos os sinais sonoros, telefone com serviço de mensagens curtas (sms), sistema de vídeo-conferência, *software* educativo, dicionários e livros de apoio ao ensino do português escrito, materiais multimédia de apoio ao ensino e aprendizagem em LGP, ao desenvolvimento da LGP e sobre a cultura da comunidade surda, disponibilizados em diferentes formatos; material e equipamentos específicos para a intervenção em terapêutica da fala.

25 — Constituem objectivos dos agrupamentos de escolas e escolas secundárias:

- a) Assegurar o desenvolvimento da LGP como primeira língua dos alunos surdos;
- b) Assegurar o desenvolvimento da língua portuguesa escrita como segunda língua dos alunos surdos;
- c) Assegurar às crianças e jovens surdos, os apoios ao nível da terapia da fala do apoio pedagógico e do reforço das aprendizagens, dos equipamentos e materiais específicos bem como de outros apoios que devam beneficiar;
- d) Organizar e apoiar os processos de transição entre os diferentes níveis de educação e de ensino;
- e) Organizar e apoiar os processos de transição para a vida pós-escolar;
- f) Criar espaços de reflexão e partilha de conhecimentos e experiências numa perspectiva transdisciplinar de desenvolvimento de trabalho cooperativo entre profissionais com diferentes formações que desempenham as suas funções com os alunos surdos;
- g) Programar e desenvolver acções de formação em LGP para a comunidade escolar e para os familiares dos alunos surdos;
- h) Colaborar e desenvolver com as associações de pais e com as associações de surdos acções de diferentes âmbitos, visando a interacção entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte.

26 — Compete ao conselho executivo do agrupamento de escolas ou da escola secundária garantir, organizar, acompanhar e orientar o funcionamento e o desenvolvimento da resposta educativa adequada à inclusão dos alunos surdos.

Artigo 24.º

Educação de alunos cegos e com baixa visão

1 — As escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão concentram as crianças e jovens de um ou mais concelhos, em função da sua localização e rede de transportes existentes.

2 — As escolas de referência a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º constitui uma resposta educativa especializada desenvolvida em agrupamentos de escolas ou escolas secundárias que concentrem alunos cegos e com baixa visão.

3 — Constituem objectivos das escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão:

- a) Assegurar a observação e avaliação visual e funcional;
- b) Assegurar o ensino e a aprendizagem da leitura e escrita do braille bem como das suas diversas grafias e domínios de aplicação;

c) Assegurar a utilização de meios informáticos específicos, entre outros, leitores de ecrã, *software* de ampliação de caracteres, linhas braille e impressora braille;

d) Assegurar o ensino e a aprendizagem da orientação e mobilidade;

e) Assegurar o treino visual específico;

f) Orientar os alunos nas disciplinas em que as limitações visuais ocasionem dificuldades particulares, designadamente a educação visual, educação física, técnicas laboratoriais, matemática, química, línguas estrangeiras e tecnologias de comunicação e informação;

g) Assegurar o acompanhamento psicológico e a orientação vocacional;

h) Assegurar o treino de actividades de vida diária e a promoção de competências sociais;

i) Assegurar a formação e aconselhamento aos professores, pais, encarregados de educação e outros membros da comunidade educativa.

4 — As escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão integram docentes com formação especializada em educação especial no domínio da visão e outros profissionais com competências para o ensino de braille e de orientação e mobilidade.

5 — As escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão devem estar apetrechadas com equipamentos informáticos e didácticos adequados às necessidades da população a que se destinam.

6 — Consideram-se materiais didácticos adequados os seguintes: material em caracteres ampliados, em braille; em formato digital, em áudio e materiais em relevo.

7 — Consideram-se equipamentos informáticos adequados, os seguintes: computadores equipados com leitor de ecrã com voz em português e linha braille, impressora braille, impressora laser para preparação de documentos e concepção de relevos; *scanner*; máquina para produção de relevos, máquinas braille; cubarítmicos; calculadoras electrónicas; lupas de mão; lupa TV; *software* de ampliação de caracteres; *software* de transcrição de texto em braille; gravadores adequados aos formatos áudio actuais e suportes digitais de acesso à Internet.

8 — Compete ao conselho executivo do agrupamento de escolas e escolas secundárias organizar, acompanhar e orientar o funcionamento e o desenvolvimento da resposta educativa adequada à inclusão dos alunos cegos e com baixa visão.

Artigo 25.º

Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo

1 — As unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo constituem uma resposta educativa especializada desenvolvida em escolas ou agrupamentos de escolas que concentrem grupos de alunos que manifestem perturbações enquadráveis nesta problemática.

2 — A organização da resposta educativa para alunos com perturbações do espectro do autismo deve ser determinada pelo grau de severidade, nível de desenvolvimento cognitivo, linguístico e social, nível de ensino e pela idade dos alunos.

3 — Constituem objectivos das unidades de ensino estruturado:

- a) Promover a participação dos alunos com perturbações do espectro do autismo nas actividades curriculares e de

enriquecimento curricular junto dos pares da turma a que pertencem;

b) Implementar e desenvolver um modelo de ensino estruturado o qual consiste na aplicação de um conjunto de princípios e estratégias que, com base em informação visual, promovam a organização do espaço, do tempo, dos materiais e das actividades;

c) Aplicar e desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que, com base no modelo de ensino estruturado, facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;

d) Proceder às adequações curriculares necessárias;

e) Organizar o processo de transição para a vida pós-escolar;

f) Adoptar opções educativas flexíveis, de carácter individual e dinâmico, pressupondo uma avaliação constante do processo de ensino e de aprendizagem do aluno e o regular envolvimento e participação da família.

4 — As escolas ou agrupamentos de escolas com unidades de ensino estruturado concentram alunos de um ou mais concelhos, em função da sua localização e rede de transportes existentes.

5 — As escolas ou agrupamentos de escolas com unidades de ensino estruturado integram docentes com formação especializada em educação especial.

6 — Às escolas ou agrupamentos de escolas com unidades de ensino estruturado compete:

a) Acompanhar o desenvolvimento do modelo de ensino estruturado;

b) Organizar formação específica sobre as perturbações do espectro do autismo e o modelo de ensino estruturado;

c) Adequar os recursos às necessidades das crianças e jovens;

d) Assegurar os apoios necessários ao nível de terapia da fala, ou outros que se venham a considerar essenciais;

e) Criar espaços de reflexão e de formação sobre estratégias de diferenciação pedagógica numa perspectiva de desenvolvimento de trabalho transdisciplinar e cooperativo entre vários profissionais;

f) Organizar e apoiar os processos de transição entre os diversos níveis de educação e de ensino;

g) Promover e apoiar o processo de transição dos jovens para a vida pós-escolar;

h) Colaborar com as associações de pais e com as associações vocacionadas para a educação e apoio a crianças e jovens com perturbações do espectro do autismo;

i) Planear e participar, em colaboração com as associações relevantes da comunidade, em actividades recreativas e de lazer dirigidas a jovens com perturbações do espectro do autismo, visando a inclusão social dos seus alunos.

7 — As escolas ou agrupamentos de escolas onde funcionem unidades de ensino estruturado devem ser apetrechados com mobiliário e equipamento essenciais às necessidades específicas da população com perturbações do espectro do autismo e introduzir as modificações nos espaços e nos materiais que se considerem necessárias face ao modelo de ensino a implementar.

8 — Compete ao conselho executivo da escola ou agrupamento de escolas organizar, acompanhar e orientar o funcionamento da unidade de ensino estruturado.

Artigo 26.º

Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita

1 — As unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita constituem uma resposta educativa especializada desenvolvida em escolas ou agrupamentos de escolas que concentrem grupos de alunos que manifestem essas problemáticas.

2 — A organização da resposta educativa deve ser determinada pelo tipo de dificuldade manifestada, pelo nível de desenvolvimento cognitivo, linguístico e social e pela idade dos alunos.

3 — Constituem objectivos das unidades de apoio especializado:

a) Promover a participação dos alunos com multideficiência e surdocegueira nas actividades curriculares e de enriquecimento curricular junto dos pares da turma a que pertencem;

b) Aplicar metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares visando o desenvolvimento e a integração social e escolar dos alunos;

c) Assegurar a criação de ambientes estruturados, securizantes e significativos para os alunos;

d) Proceder às adequações curriculares necessárias;

e) Adoptar opções educativas flexíveis, de carácter individual e dinâmico, pressupondo uma avaliação constante do processo de ensino e de aprendizagem do aluno e o regular envolvimento e participação da família;

f) Assegurar os apoios específicos ao nível das terapias, da psicologia e da orientação e mobilidade aos alunos que deles possam necessitar;

g) Organizar o processo de transição para a vida pós-escolar.

4 — As escolas ou agrupamentos de escolas com unidades especializadas concentram alunos de um ou mais concelhos, em função da sua localização e rede de transportes existentes.

5 — As escolas ou agrupamentos de escolas com unidades especializadas integram docentes com formação especializada em educação especial.

6 — Às escolas ou agrupamentos de escolas com unidades especializadas compete:

a) Acompanhar o desenvolvimento das metodologias de apoio;

b) Adequar os recursos às necessidades dos alunos;

c) Promover a participação social dos alunos com multideficiência e surdocegueira congénita;

d) Criar espaços de reflexão e de formação sobre estratégias de diferenciação pedagógica numa perspectiva de desenvolvimento de trabalho transdisciplinar e cooperativo entre os vários profissionais;

e) Organizar e apoiar os processos de transição entre os diversos níveis de educação e de ensino;

f) Promover e apoiar o processo de transição dos jovens para a vida pós-escolar;

g) Planear e participar, em colaboração com as associações da comunidade, em actividades recreativas e de lazer dirigidas a crianças e jovens com multideficiência e surdocegueira congénita, visando a integração social dos seus alunos.

7 — As escolas ou agrupamentos de escolas onde funcionem unidades de apoio especializado devem ser apetrechados com os equipamentos essenciais às necessidades específicas dos alunos com multideficiência ou surdocegueira e introduzir as modificações nos espaços e mobiliário que se mostrem necessárias face às metodologias e técnicas a implementar.

8 — Compete ao conselho executivo da escola ou agrupamento de escolas organizar acompanhar e orientar o desenvolvimento da unidade especializada.

Artigo 27.º

Intervenção precoce na infância

1 — No âmbito da intervenção precoce na infância são criados agrupamentos de escolas de referência para a colocação de docentes.

2 — Constituem objectivos dos agrupamentos de escolas de referência:

a) Assegurar a articulação com os serviços de saúde e da segurança social;

b) Reforçar as equipas técnicas, que prestam serviços no âmbito da intervenção precoce na infância, financiadas pela segurança social;

c) Assegurar, no âmbito do ME, a prestação de serviços de intervenção precoce na infância.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 28.º

Serviço docente

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as áreas curriculares específicas definidas no n.º 2 do artigo 18.º, os conteúdos mencionados no n.º 3 do mesmo artigo e os conteúdos curriculares referidos no n.º 3 do artigo 21.º são leccionadas por docentes de educação especial.

2 — Os quadros dos agrupamentos de escolas devem, nos termos aplicáveis ao restante pessoal docente, ser dotados dos necessários lugares.

3 — A docência da área curricular ou da disciplina de LGP pode ser exercida, num período de transição até à formação de docentes surdos com habilitação própria para a docência de LGP, por profissionais com habilitação suficiente: formadores surdos de LGP com curso profissional de formação de formadores de LGP ministrado pela Associação Portuguesa de Surdos ou pela Associação de Surdos do Porto.

4 — A competência em LGP dos docentes surdos e ouvintes deve ser certificada pelas entidades reconhecidas pela comunidade linguística surda com competência para o exercício da certificação e da formação em LGP que são, à data da publicação deste decreto-lei, a Associação Portuguesa de Surdos e a Associação de Surdos do Porto.

5 — O apoio à utilização de materiais didácticos adaptados e tecnologias de apoio é da responsabilidade do docente de educação especial.

Artigo 29.º

Serviço não docente

1 — As actividades de serviço não docente, no âmbito da educação especial, nomeadamente de terapia da fala,

terapia ocupacional, avaliação e acompanhamento psicológico, treino da visão e intérpretes de LGP são desempenhadas por técnicos com formação profissional adequada.

2 — Quando o agrupamento não disponha nos seus quadros dos recursos humanos necessários à execução de tarefas incluídas no disposto no número anterior pode o mesmo recorrer à aquisição desses serviços, nos termos legal e regulamentarmente fixados.

Artigo 30.º

Cooperação e parceria

As escolas ou agrupamentos de escolas devem, isolada ou conjuntamente, desenvolver parcerias com instituições particulares de solidariedade social, centros de recursos especializados, ou outras, visando os seguintes fins:

a) A referenciação e avaliação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente;

b) A execução de actividades de enriquecimento curricular, designadamente a realização de programas específicos de actividades físicas e a prática de desporto adaptado;

c) A execução de respostas educativas de educação especial, entre outras, ensino do braille, do treino visual, da orientação e mobilidade e terapias;

d) O desenvolvimento de estratégias de educação que se considerem adequadas para satisfazer necessidades educativas dos alunos;

e) O desenvolvimento de acções de apoio à família;

f) A transição para a vida pós-escolar, nomeadamente o apoio à transição da escola para o emprego;

g) A integração em programas de formação profissional;

h) Preparação para integração em centros de emprego apoiado;

i) Preparação para integração em centros de actividades ocupacionais;

j) Outras acções que se mostrem necessárias para desenvolvimento da educação especial, designadamente as previstas no n.º 1 do artigo 29.º

Artigo 31.º

Não cumprimento do princípio da não discriminação

O incumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 2.º implica:

a) Nos estabelecimentos de educação da rede pública, o início de procedimento disciplinar;

b) Nas escolas de ensino particular e cooperativo, a retirada do paralelismo pedagógico e a cessação do co-financiamento, qualquer que seja a sua natureza, por parte da administração educativa central e regional e seus organismos e serviços dependentes.

Artigo 32.º

Norma revogatória

São revogados:

a) O Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto;

b) O artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro;

c) A Portaria n.º 611/93, de 29 de Junho;

d) O artigo 6.º da Portaria n.º 1102/97, de 3 de Novembro;

e) O artigo 6.º da Portaria n.º 1103/97, de 3 de Novembro;

f) Os n.ºs 51 e 52 do Despacho Normativo n.º 30/2001, de 22 de Junho, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 166, de 19 de Julho de 2001;

g) O despacho n.º 173/99, de 23 de Outubro;

h) O despacho n.º 7520/98, de 6 de Maio.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Setembro de 2007. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

Promulgado em 7 de Dezembro de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 11 de Dezembro de 2007.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Decreto-Lei n.º 4/2008

de 7 de Janeiro

O Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, na redacção que lhe foi dada pela Declaração de Rectificação n.º 44/2004, de 25 de Maio, pelo Decreto-Lei n.º 24/2006, de 6 de Fevereiro, pela Declaração de Rectificação n.º 23/2006, de 7 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 272/2007, de 26 de Julho, dispõe sobre os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens, referentes ao nível secundário de educação.

No quadro da diversificação da oferta formativa do ensino secundário, encontram-se instituídos os cursos artísticos especializados, associando, simultaneamente, dimensões estéticas e técnicas, enquanto partes integrantes de uma formação especializada.

As especificidades das diferentes áreas do ensino artístico determinaram, em conformidade com o n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, na sua actual redacção, que a revisão curricular do ensino secundário aprovada pelo mesmo diploma seria aplicável, no caso dos cursos artísticos especializados de Dança, Música e Teatro, apenas a partir do ano lectivo de 2007-2008, com a excepção do disposto para a componente de formação geral dos planos de estudos destes cursos, matéria já plenamente regulada pelo referido diploma legal.

Considera, no entanto, o XVII Governo Constitucional que não estão ainda reunidas as condições essenciais para a efectiva aplicação prática e integral desta revisão curricular nas áreas da dança, música e teatro e para dela extrair os efeitos inerentes a uma estratégia de qualificação da população escolar.

Nesse contexto, no âmbito de uma política de educação orientada e focada na superação dos défices de formação e qualificação nacionais, é intenção do Governo promover um conjunto de medidas de sustentação do ensino artístico. Assim, e sem prejuízo do quadro normativo em vigor relativamente à componente de formação geral, é aprovada a suspensão da aplicação da revisão curricular dos cursos artísticos especializados de nível secundário de educação, nas áreas da dança, música e teatro, que entraria em vigor no ano lectivo de 2007-2008, de modo a criar os meios que permitam colmatar as lacunas existentes, nomeadamente, tornando o sistema de ensino mais eficaz e diversificando as ofertas artísticas.

A suspensão da aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, no contexto e nos termos

limitados ora enunciados, insere-se, pois, no âmbito da reestruturação do ensino artístico especializado, a qual procurará, com base na mobilização e participação de agentes do sector, redefinir, de uma forma abrangente, o quadro legislativo de organização e funcionamento desta área vocacional do ensino.

À luz dos objectivos prioritários da política educativa definidos pelo XVII Governo Constitucional, o Decreto-Lei n.º 24/2006, de 6 de Fevereiro, para além de outras alterações, modificou a estrutura do regime de avaliação da oferta formativa do ensino secundário regulada pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, e, concomitantemente, a certificação dos cursos por este abrangidos, com vista a potenciar a procura de percursos educativos e formativos conferentes de uma dupla certificação, a par de uma valorização da identidade do ensino secundário.

Mantendo o princípio geral da admissibilidade da avaliação sumativa externa limitada aos cursos científico-humanísticos, cumpre reconhecer de forma efectiva a faculdade de realização de exames finais nacionais, na qualidade de candidatos autopropostos, pelos alunos que frequentem aquela tipologia de cursos na modalidade do ensino secundário recorrente.

Ancorada na proximidade tendencial entre os cursos do ensino recorrente e os cursos homólogos do ensino secundário em regime diurno, a solução ora aprovada clarifica e flexibiliza o regime de funcionamento dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário recorrente, salvaguardando a natureza, fisionomia e objectivos específicos desta modalidade especial de educação escolar.

Por outro lado, atenta a forma de organização e desenvolvimento dos cursos artísticos especializados, alguns dos reajustamentos introduzidos nos cursos científico-humanísticos pelo Decreto-Lei n.º 272/2007, de 27 de Julho, afiguram-se materialmente extensíveis a ofertas do ensino artístico especializado de nível secundário de educação, seja pela necessidade de preservar a natureza comum da componente de formação geral seja pela pertinência do reforço da carga horária em idêntica disciplina da componente de formação técnico-artística que contempla actividades de carácter prático.

Desta forma, contribui-se, igualmente, para a promoção do princípio da reorientação do percurso formativo dos alunos entre cursos do nível secundário de educação criados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, termos em que a extensão que se aprova deverá reflectir-se, consequentemente, nos planos de estudos actualmente em vigor dos cursos artísticos especializados, na exacta medida da aplicação do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, na sua redacção actual, a esta oferta de ensino.

Foi ouvido o órgão de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Foi promovida à audição do órgão de governo próprio da Região Autónoma da Madeira.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, na redacção dada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Suspensão de efeitos

1 — É suspensa a vigência do n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, na redacção que

Lei n.º 21/2008 de 12 de maio

Primeira Alteração ao Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**Decreto do Presidente da República n.º 30/2008****de 12 de Maio**

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei Orgânica n.º 2/2007, de 16 de Abril, o seguinte:

É confirmada a promoção ao posto de Major-General do Coronel Engenheiro de Aeródromos Hélder Duarte de Barros e Brito, efectuada por deliberação de 13 de Março de 2008 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 31 do mesmo mês.

Assinado em 8 de Maio de 2008.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Lei n.º 21/2008****de 12 de Maio**

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, que define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro

Os artigos 1.º, 4.º, 6.º, 23.º, 28.º, 30.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

[...]

1 —

2 — A educação especial tem por objectivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida pós-escolar ou profissional.

Artigo 4.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 —

5 —

6 — A educação especial organiza-se segundo modelos diversificados de integração em ambientes de escola inclusiva e integradora, garantindo a utilização de ambientes o menos restritivos possível, desde que

dessa integração não resulte qualquer tipo de segregação ou de exclusão da criança ou jovem com necessidades educativas especiais.

7 — Nos casos em que a aplicação das medidas previstas nos artigos anteriores se revele comprovadamente insuficiente em função do tipo e grau de deficiência do aluno, podem os intervenientes no processo de referência e de avaliação constantes do presente diploma, propor a frequência de uma instituição de educação especial.

8 — Os pais ou encarregados de educação podem solicitar a mudança de escola onde o aluno se encontra inscrito, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3.º

9 — As condições de acesso e de frequência dos alunos com necessidades educativas especiais em instituições do ensino particular de educação especial ou cooperativas e associações de ensino especial, sem fins lucrativos, bem como os apoios financeiros a conceder, são definidos por portaria.

10 — As condições de funcionamento e financiamento das instituições de educação especial são definidas por portaria.

Artigo 6.º

[...]

1 —

2 —

3 — Do relatório técnico-pedagógico constam os resultados decorrentes da avaliação, obtidos por diferentes instrumentos de acordo com o contexto da sua aplicação, tendo por referência a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde, servindo de base à elaboração do programa educativo individual.

4 —

5 — A avaliação deve ficar concluída 60 dias após a referenciação com a aprovação do programa educativo individual pelo conselho pedagógico da escola ou do agrupamento escolar.

6 — Quando o presidente do conselho executivo decida pela não homologação do programa educativo individual, deve exarar despacho justificativo da decisão, devendo reenviá-lo à entidade que o tenha elaborado, com o fim de obter uma melhor justificação ou enquadramento.

Artigo 23.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 —

5 —

a)

b) Docentes de LGP;

c)

d)

6 —

7 —

a)

b)

c) Docentes de LGP;

d)

e)

8 —

9 —

10 —

11 — Os agrupamentos de escolas que integram os jardins-de-infância de referência para a educação bilingue de crianças surdas devem articular as respostas educativas com os serviços de intervenção precoce no apoio e informação de escolhas e opções das suas famílias e na disponibilização de recursos técnicos especializados, nomeadamente de docentes de LGP, bem como da frequência precoce de jardim-de-infância no grupo de crianças surdas.

12 —

13 —

14 —

15 —

16 — Sempre que se verifique a inexistência de docente competente em LGP, com habilitação profissional para o exercício da docência no pré-escolar ou no 1.º ciclo do ensino básico, deve ser garantida a colocação de docente surdo responsável pela área curricular de LGP, a tempo inteiro, no grupo ou turma dos alunos surdos.

17 —

18 —

19 — Os docentes de LGP asseguram o desenvolvimento da língua gestual portuguesa como primeira língua dos alunos surdos.

20 —

21 —

22 — Aos docentes com habilitação profissional para o ensino da área curricular ou da disciplina de LGP compete:

a)

b)

c)

d)

e)

f)

g)

h)

23 —

24 —

25 —

a)

b)

c)

d)

e)

f)

g)

h)

26 —

Artigo 28.º

[...]

1 —

2 —

3 — A docência da área curricular ou da disciplina de LGP pode ser exercida, num período de transição até

à formação de docentes com habilitação própria para a docência de LGP, por profissionais com habilitação suficiente: formadores surdos de LGP com curso profissional de formação de formadores de LGP ministrado pela Associação Portuguesa de Surdos ou pela Associação de Surdos do Porto.

4 —

5 —

Artigo 30.º

[...]

As escolas, os agrupamentos de escolas e as instituições de ensino especial devem desenvolver parcerias entre si e com outras instituições, designadamente centros de recursos especializados, visando os seguintes fins:

a)

b)

c)

d)

e)

f) A transição para a vida pós-escolar;

g)

h)

i)

j)

Artigo 32.º

[...]

.....

a)

b)

c)

d) (Revogada.)

e) (Revogada.)

f)

g)

Artigo 2.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro

O capítulo VI do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, passa a ter a seguinte epígrafe: «Disposições finais e transitórias».

Artigo 3.º

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro

São aditados ao Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, os artigos 4.º-A e 31.º-A:

«Artigo 4.º-A

Instituições de educação especial

1 — As instituições de educação especial têm por missão a escolarização de crianças e jovens com necessidades educativas especiais que requeiram intervenções especializadas e diferenciadas que se traduzam em adequações significativas do seu processo de educação ou de ensino e aprendizagem, comprovadamente não passíveis de concretizar, com a correcta integração, noutro estabelecimento de educação ou de ensino ou para as quais se revele comprovadamente insuficiente esta integração.

2 — As instituições de educação especial devem ter como objectivos, relativamente a cada criança ou jovem, o cumprimento da escolaridade obrigatória e a integração na vida activa, numa perspectiva de promoção do maior desenvolvimento possível, de acordo com as limitações ou incapacidades de cada um deles, das suas aprendizagens, competências, aptidões e capacidades.

3 — As instituições de educação especial podem ser públicas, particulares ou cooperativas, nomeadamente instituições particulares de solidariedade social, em especial as associações de educação especial e as cooperativas de educação especial, e os estabelecimentos de ensino particular de educação especial.

4 — O Estado reconhece o papel de relevo na educação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais das instituições referidas no número anterior.

Artigo 31.º-A

Avaliação da utilização da Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde

1 — No final de cada ano lectivo deve ser elaborado um relatório individualizado que incida sobre a melhoria dos resultados escolares e do desenvolvimento do potencial biopsicossocial dos alunos que foram avaliados com recurso à Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde.

2 — O relatório referido no número anterior deve avaliar igualmente os progressos dos alunos que, tendo sido avaliados por referência à Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde, não foram encaminhados para as respostas no âmbito da educação especial.

3 — Na sequência dos relatórios produzidos ao abrigo dos n.ºs 1 e 2, deve ser promovida uma avaliação global sobre a pertinência e utilidade da Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde, no âmbito da avaliação das necessidades educativas especiais de crianças e jovens.»

Artigo 4.º

Repristinção de normas

É repristinado o disposto nas normas referidas nas alíneas *d)* e *e)* do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro.

Aprovada em 7 de Março de 2008.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 23 de Abril de 2008.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 27 de Abril de 2008.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 54/2008

Por ordem superior se torna público ter o Reino da Bélgica efectuado, junto do Secretário-Geral das Nações

Unidas, em 24 de Outubro de 2005, uma objecção à declaração formulada pela República Árabe Síria no momento da adesão à Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo, adoptada em Nova Iorque em 9 de Dezembro de 1999.

Notificação

«The Government of Belgium has examined the reservation formulated by the Syrian Arab Republic upon accession to the International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism, in particular the part of the reservations and declarations relating to the provisions of article 2, paragraph 1, *b)*, of the Convention, in which the Syrian Arab Republic declares that it considers ‘that acts of resistance to foreign occupation are not included under acts of terrorism’. The Government of Belgium considers that this reservation seeks to limit the scope of the Convention on a unilateral basis, which is contrary to the object and purpose thereof, namely, the suppression of the financing of acts of terrorism, wherever and by whomever committed.

Moreover, this reservation contravenes article 6 of the Convention, according to which ‘Each State Party shall adopt such measures as may be necessary, including, where appropriate, domestic legislation, to ensure that criminal acts within the scope of this Convention are under no circumstances justifiable by considerations of a political, philosophical, ideological, racial, ethnic, religious or other similar nature’.

The Government of Belgium recalls that, under article 19, *c)*, of the Vienna Convention on the Law of Treaties, no reservation may be formulated that is incompatible with the object and purpose of the Convention.

The Government of Belgium therefore objects to the above-mentioned reservation made by the Syrian Arab Republic to the International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism. This objection shall not preclude the entry into force of the Convention between Belgium and the Syrian Arab Republic.»

Tradução

O Governo do Reino da Bélgica examinou a reserva formulada pela República Árabe Síria no momento da adesão à Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo, em particular a parte das reservas e declarações que diz respeito ao disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 2.º da Convenção, na qual a República Árabe Síria declara considerar «que os actos de resistência contra uma ocupação estrangeira não se assimilam a actos terroristas». O Governo da Bélgica considera que a referida reserva procura limitar o âmbito de aplicação da Convenção numa base unilateral, o que é contrário ao seu objecto e ao seu fim, nomeadamente, a eliminação do financiamento de actos terroristas, independentemente do local onde são praticados ou de quem os pratica.

A reserva é, além disso, contrária aos termos do artigo 6.º da Convenção, segundo o qual «cada Estado Contratante adoptará as medidas necessárias, incluindo, se apropriado, legislação interna, com vista a garantir que os actos criminosos previstos na presente Convenção não possam, em nenhuma circunstância, ser justificados por considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de natureza similar».

O Governo da Bélgica relembra que, em conformidade com a alínea *c)* do artigo 19.º da Convenção de Viena sobre

Decreto-Lei n.º 55/2009
de 2 de março

ii) Na parte superior esquerda, uma faixa diagonal com as cores verde e vermelha;

iii) Ao centro, de forma sobreposta, a designação do Ministério e o conjunto símbolo/logótipo da ACT;

iv) No lado esquerdo, o nome do portador do cartão, a designação do seu cargo ou função, o número do cartão e a respectiva data de emissão;

v) No lado direito, a fotografia, tipo passe, a cores, do portador;

vi) No canto inferior direito, a assinatura digitalizada do inspector-geral do trabalho, da ACT;

b) No verso contém:

i) Os principais direitos do portador;

ii) A referência à intransmissibilidade; e

iii) A forma de devolução do cartão, em caso de extravio.

Artigo 4.º

Emissão e autenticação

Os cartões são emitidos pela ACT, sendo autenticados com o holograma do escudo nacional na parte inferior ao centro.

Artigo 5.º

Validade, extravio, destruição ou deterioração dos cartões

1 — Os cartões de identificação, cujos modelos são aprovados nos anexos I e II, são obrigatoriamente devolvidos aos serviços competentes sempre que se verifique cessação ou suspensão de funções do respectivo titular.

2 — Os cartões são substituídos sempre que se verifique qualquer alteração dos elementos neles inscritos.

3 — Em caso de extravio, destruição ou deterioração dos cartões, pode ser emitida uma segunda via, de que se fará indicação expressa.

Artigo 6.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*, em 19 de Fevereiro de 2009.

ANEXO I

(a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º)

Anverso

O modelo do cartão de identificação (Anverso) apresenta uma faixa diagonal nas cores verde e vermelha no canto superior esquerdo. No topo, encontra-se o brasão da República Portuguesa, flanked by the words "REPÚBLICA" and "PORTUGUESA", with "MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL" below. The central logo of the ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho) is displayed, with "LIVRE-TRÂNSITO" written below it. On the left side, there are fields for "Nome", "Cargo ou Função", "Cartão n.º", and "Data de emissão:". On the right side, there is a large rectangular box for a photograph and a signature line for "O Inspector-Geral do Trabalho". A small coat of arms is located at the bottom center.

a) Verde.
b) Vermelho.

Verso

O verso do cartão contém o seguinte texto: "O titular deste cartão é detentor de poderes de autoridade no exercício das suas funções, gozando, entre outras, das seguintes prerrogativas: Direito de acesso e livre trânsito, nos termos da lei, em todos os serviços e instalações das entidades públicas e privadas sujeitas ao exercício das suas atribuições; Realizar inspeções sem dependência de notificação prévia; Requisitar livros, documentos, registos, arquivos e outros elementos pertinentes em poder das entidades cuja actividade seja objecto da acção de inspecção; Efectuar registos fotográficos, imagens vídeo e medições que sejam relevantes para o desenvolvimento da acção inspectiva; Solicitar a colaboração das autoridades policiais, nos casos de recusa de acesso ou obstrução ao exercício da acção de inspecção; Ser considerado como autoridade pública para os efeitos de protecção criminal". Abaixo deste texto, lê-se: "Este cartão é pessoal e intransmissível". No canto inferior direito, há uma caixa de texto que diz: "A quem encontrar este cartão solicita-se o favor de o entregar na ACT – Avenida Casal Ribeiro, n.º 18 A, 1000-092 Lisboa".

ANEXO II

(a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º)

Anverso

O modelo do cartão de identificação (Anverso) apresenta uma faixa diagonal nas cores verde e vermelha no canto superior esquerdo. No topo, encontra-se o brasão da República Portuguesa, flanked by the words "REPÚBLICA" and "PORTUGUESA", with "MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL" below. The central logo of the ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho) is displayed. On the left side, there are fields for "Nome", "Cargo ou Função", "Cartão n.º", and "Data de emissão:". On the right side, there is a large rectangular box for a photograph and a signature line for "O Inspector-Geral do Trabalho". A small coat of arms is located at the bottom center.

a) Verde.
b) Vermelho.

Verso

O verso do cartão contém o seguinte texto: "Direitos do portador". Abaixo deste texto, lê-se: "Ao portador deverão ser prestadas as facilidades e auxílio que necessite para o desempenho das suas funções". Abaixo deste texto, lê-se: "Este cartão é pessoal e intransmissível". No canto inferior direito, há uma caixa de texto que diz: "A quem encontrar este cartão solicita-se o favor de o entregar na ACT – Avenida Casal Ribeiro, n.º 18 A, 1000-092 Lisboa".

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 55/2009

de 2 de Março

A Constituição da República de 2 de Abril de 1976 estabeleceu o princípio da universalidade, obrigatoriedade e

gratuidade do ensino básico. Dez anos mais tarde, a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, determinou o alargamento a nove anos da escolaridade obrigatória gratuita, dando expressão a uma ambição generalizada na sociedade portuguesa. Do mesmo passo, definiu um conjunto de apoios e complementos educativos, visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, a serem aplicados prioritariamente na escolaridade obrigatória, entre os quais assumem particular importância os apoios a conceder no âmbito da acção social escolar.

Através da regulamentação da Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente pelo Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro, foi assumida a relação entre o projecto de universalizar o ensino básico e de fazer cumprir a escolaridade obrigatória de nove anos, assegurando a sua gratuidade, e a prestação dos necessários apoios sócio-educativos. Reconhecia-se então que os esforços desenvolvidos na área educativa e no âmbito da acção social escolar eram insuficientes para superar os elevados níveis de insucesso escolar, geradores de situações de injustiça social e inibidores da realização do princípio constitucional da igualdade de oportunidades. A regulamentação conjunta da gratuidade da escolaridade obrigatória e dos apoios e complementos educativos previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo propunha-se justamente reforçar as condições para que fosse cumprido o objectivo de que todos os cidadãos pudessem completar com sucesso o ensino básico, entendido como patamar mínimo de escolaridade.

Realizaram-se desde então inegáveis progressos. O grande investimento realizado na educação, tanto nos equipamentos, como no recrutamento, qualificação e valorização do corpo docente, permitiu o alargar a escolarização, reduzir significativamente os níveis de insucesso e abandono escolar e promover o carácter universal do ensino básico. Porém, sendo importantes os progressos, os problemas continuam a resistir às providências adoptadas e ao crescimento dos meios mobilizados para a sua solução.

Forçoso será admitir que, apesar de todos os esforços, o atraso educativo relativo aos padrões europeus está longe de ter sido superado e continua a existir um défice de qualificações no conjunto da população activa, mas também nas gerações mais jovens, que resulta da persistência do insucesso e do abandono escolar. Reconhecendo este défice de qualificações, o Programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu um conjunto de objectivos estratégicos no sentido de o colmatar, entre os quais avultam: a consolidação da universalidade do ensino básico, a redução para metade dos índices de insucesso escolar, o alargamento da educação pré-escolar, a duplicação da frequência de jovens em cursos tecnológicos e profissionais de nível secundário e a frequência obrigatória de ensino ou formação profissional para todos os jovens até aos 18 anos.

O Governo adoptou diversas medidas no sentido de alcançar esses objectivos, lançando ainda outros programas com o propósito de promover a qualificação dos jovens e adultos, com destaque para a iniciativa Novas Oportunidades. Além disso, aprovou disposições para colocar as escolas ao serviço das aprendizagens dos alunos e de fomentar no seu seio uma cultura de responsabilidade pelo sucesso escolar e educativo de todos os que a frequentam, com vista à criação de oportunidades para esse sucesso e ao cumprimento da sua missão enquanto instituições in-

tegradoras e promotoras da inclusão social. Desse modo, identificando as deficiências de organização e gestão como uma das principais razões para a falta de capacidade de resposta das escolas e para a ineficiência do sistema, estabeleceu um novo enquadramento normativo, dotando as escolas de melhores condições para o cumprimento da sua missão.

Este conjunto de medidas inscreve-se num dos principais objectivos da política educativa do XVII Governo Constitucional, que é o de valorizar a escola pública como instrumento da equidade social. As preocupações com a eficiência do sistema e de cada uma das unidades que o constituem encontram também fundamento nesse objectivo, considerando que a ineficiência do sistema público penaliza sobretudo os agregados familiares com condições sócio-económicas menos favoráveis.

Além disso, o Governo adoptou outras medidas com o propósito específico de colocar as escolas ao serviço das famílias e das respectivas necessidades sócio-educativas e de promover a igualdade de acesso às oportunidades educativas. Estão neste caso, as medidas relativas à ocupação plena dos tempos escolares, ao funcionamento da escola a tempo inteiro, através da oferta de actividades de enriquecimento curricular, em particular do ensino precoce do inglês, no 1.º ciclo do ensino básico e o programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do mesmo ciclo.

No mesmo sentido, foram aprovadas disposições para satisfazer o compromisso assumido, através do Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho, de assegurar às famílias carenciadas a progressiva gratuidade dos manuais escolares e outros recursos didáctico-pedagógicos formalmente adoptados para o ensino básico.

Para completar este conjunto de medidas, promovendo a equidade do sistema educativo, impunha-se reforçar e alargar a política de apoio às famílias no âmbito sócio-educativo. O presente decreto-lei vem justamente dar resposta a essa necessidade, estabelecendo um novo enquadramento para a acção social escolar, que passa a estar integrada no conjunto das políticas sociais, articulando-se em particular com as políticas de apoio à família. A adopção dos mesmos critérios usados para atribuição do abono de família não só cria mais unidade e transparência na concessão dos apoios da acção social escolar como propicia um alargamento sem precedentes do universo dos seus beneficiários. Ao mesmo tempo, promove-se a uniformização dos apoios às crianças que frequentam a educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, aumentando-se significativamente os auxílios aos do ensino secundário, em conformidade com o objectivo de generalizar a escolarização a este nível de ensino.

Trata-se de um importante esforço de solidariedade, partilhado pela administração central e pelos municípios, com o propósito de desenvolver a qualificação dos Portugueses e de realizar os princípios da justiça social e da igualdade de oportunidades no âmbito do sistema educativo.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Confederação Nacional das Associações de Pais.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, na redacção dada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de

Agosto, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente decreto-lei estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da acção social escolar, enquanto modalidade dos apoios e complementos educativos previstos nos artigos 27.º e seguintes da Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, na redacção dada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O presente decreto-lei aplica-se às crianças e aos alunos que frequentem a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário em estabelecimentos de ensino públicos, ou particulares e cooperativos em regime de contrato de associação.

CAPÍTULO II

Princípios e objectivos

Artigo 3.º

Princípios gerais

A atribuição e o funcionamento dos apoios no âmbito da acção social escolar regem-se pelos princípios da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, no sentido de assegurar o exercício efectivo do direito ao ensino e a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

Artigo 4.º

Objectivos

São objectivos da atribuição dos apoios no âmbito da acção social escolar a prevenção da exclusão social e do abandono escolar e a promoção do sucesso escolar e educativo, de modo que todos, independentemente das suas condições sociais, económicas, culturais e familiares, cumpram a escolaridade obrigatória e tenham a possibilidade de concluir com sucesso o ensino secundário, em qualquer das suas modalidades.

Artigo 5.º

Universalidade, obrigatoriedade e gratuidade

1 — O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito, nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo.

2 — A frequência do ensino básico, com a duração de nove anos, é obrigatória para todas as crianças e jovens em idade escolar, nos termos do disposto no artigo 6.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

3 — Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, que resultem em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal

e da participação social, estão sujeitos ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não podendo ser isentos da sua frequência.

4 — A gratuidade da escolaridade obrigatória consiste na isenção total de propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, a frequência escolar e a certificação de aproveitamento e o seguro escolar.

5 — O disposto nos números anteriores não prejudica a eventual existência de taxas ou outro modo de participação nos custos de actividades de natureza extracurricular ou de actividades extraordinárias, promovidas pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e organizadas por estes isoladamente ou em colaboração com associações de pais e encarregados de educação ou quaisquer outras entidades.

Artigo 6.º

Promoção da frequência do ensino secundário

1 — Com vista à prevenção do abandono escolar precoce e à elevação das qualificações médias dos jovens e adultos, podem desenvolver-se acções de promoção da frequência do ensino secundário.

2 — As acções a que se refere o número anterior podem destinar-se à totalidade das modalidades da oferta educativa de nível secundário ou apenas a algumas delas.

3 — No âmbito das acções referidas nos números anteriores podem adoptar-se, complementarmente aos apoios prestados no âmbito da acção social escolar previstos no presente decreto-lei, medidas de apoio à frequência, tais como isenções do pagamento de propinas, taxas e emolumentos, a concessão de bolsas de estudo, a subvenção dos transportes e do alojamento e ainda o acesso ao crédito em condições favoráveis.

Artigo 7.º

Prioridades

1 — A prestação de apoios no âmbito da acção social escolar, designadamente na afectação de recursos, deve atribuir prioridade ao ensino básico, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

2 — Sem prejuízo do número anterior, a prestação de apoios no âmbito da acção social escolar deve tanto quanto possível alargar-se ao ensino secundário, com o propósito de promover a sua frequência e conclusão.

Artigo 8.º

Responsabilidade e competências

A responsabilidade do Estado pela prestação dos apoios no âmbito da acção social escolar é partilhada entre a administração central e os municípios, nos termos do presente decreto-lei, do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, e da demais legislação que regula as respectivas áreas de competência.

CAPÍTULO III

Natureza, extensão e diferenciação dos apoios

Artigo 9.º

Natureza e extensão

1 — Os apoios no âmbito da acção social escolar podem ser de aplicação universal e de aplicação diferenciada ou

restrita, directos ou indirectos, integrais ou parciais, gratuitos ou participados.

2 — Constituem apoios de aplicação universal os que se destinam a todos os alunos, tais como o seguro escolar e algumas modalidades de apoio alimentar.

3 — Constituem apoios de aplicação diferenciada ou restrita os que se destinam, exclusiva ou preferencialmente, a determinadas categorias de alunos, designadamente aos alunos de determinados ciclos de ensino, ou pertencentes a famílias de mais baixos recursos sócio-económicos, tais como os auxílios económicos directos.

4 — Constituem apoios directos os que são prestados directamente aos seus beneficiários ou às suas famílias e indirectos os que são concedidos às instituições que prestam serviços aos beneficiários.

5 — Sem prejuízo do seu carácter geral, a gestão das modalidades a que se refere o n.º 2 orienta-se por critérios de discriminação positiva a favor dos alunos mais carenciados.

Artigo 10.º

Escalões de rendimento e apoio

1 — O acesso aos benefícios decorrentes dos apoios no âmbito da acção social escolar previstos no presente decreto-lei, bem como o seu carácter integral ou parcial, gratuito ou participado, são determinados em função da situação dos alunos ou dos seus agregados familiares e em particular da respectiva condição sócio-económica.

2 — Para efeitos do número anterior, a condição sócio-económica dos alunos ou dos seus agregados familiares traduz-se pelo respectivo posicionamento num determinado escalão de rendimentos e no correspondente escalão de apoio.

3 — Aos diferentes escalões de apoio correspondem o acesso a diferentes benefícios, diferentes níveis de benefício ou ainda diferentes graus de participação pelos benefícios recebidos, quando seja caso disso.

4 — O escalão de rendimentos e o correspondente escalão de apoio a que se refere o n.º 2 são determinados pelo posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família, nos termos dos artigos 9.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, na sua redacção actual.

5 — A correspondência entre os escalões de apoio e os escalões de rendimento para atribuição de abono de família, assim como os seus efeitos na atribuição diferenciada dos apoios a que se refere o presente decreto-lei, são determinados por portaria do membro de Governo responsável pela área da educação, após consulta à Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Artigo 11.º

Referência de fixação e actualização de valores

O indexante de apoios sociais (IAS), instituído pela Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, constitui referência para a fixação e actualização dos valores dos apoios no âmbito da acção social escolar, bem como, sendo caso disso, das participações suportadas pelos benefícios destes decorrentes.

CAPÍTULO IV

Modalidades de apoio

Artigo 12.º

Modalidades dos apoios no âmbito da acção social escolar

1 — Constituem modalidades de apoios no âmbito da acção social escolar os apoios alimentares, os transportes escolares, o alojamento, os auxílios económicos, a prevenção de acidentes e o seguro escolar.

2 — Os critérios e regras para a atribuição dos apoios no âmbito da acção social escolar podem também ser utilizados para regular e diferenciar o acesso a outros recursos educativos.

SECÇÃO I

Apoios alimentares

Artigo 13.º

Natureza dos apoios alimentares

O apoio a prestar em matéria de alimentação compreende as seguintes modalidades:

- a) A distribuição diária e gratuita de leite;
- b) O fornecimento de refeições gratuitas ou a preços comparticipados;
- c) A promoção de acções no âmbito da educação e higiene alimentar.

Artigo 14.º

Objectivos

1 — Os apoios alimentares têm por objectivo a promoção do sucesso escolar e educativo, o desenvolvimento equilibrado e a promoção da saúde das crianças e jovens que frequentam a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário.

2 — O fornecimento de refeições em refeitórios escolares visa assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, considerados os hábitos alimentares das regiões.

Artigo 15.º

Educação, higiene e segurança alimentar

1 — As actividades escolares devem promover, com a participação activa dos alunos, hábitos alimentares saudáveis.

2 — Os princípios dietéticos de qualidade e variedade a que devem obedecer as refeições servidas nos refeitórios escolares são definidos por orientações emanadas da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e com observância das normas gerais de higiene e segurança alimentar a que estão sujeitos os géneros alimentícios, de acordo com o disposto nos Regulamentos (CE) n.ºs 178/2002, de 28 de Janeiro, e 852/2004, de 29 de Abril, do Parlamento Europeu e do Conselho.

3 — Cabe às direcções regionais de educação apoiar e acompanhar a introdução e observância dos princípios e normas a que se refere o número anterior.

4 — As ementas das refeições devem ser afixadas nos refeitórios antecipadamente, sempre que possível na semana anterior.

5 — Os refeitórios e bufetes escolares são objecto de inspecções sanitárias periódicas, pelo menos uma vez por ano, da responsabilidade da autoridade competente, a fim de garantir o seu funcionamento em boas condições de higiene e de salubridade.

Artigo 16.º

Programa de Leite Escolar

1 — As crianças que frequentam a educação pré-escolar e os alunos do 1.º ciclo do ensino básico recebem o leite escolar, diário e gratuitamente, ao longo de todo o ano lectivo.

2 — Para que seja dada resposta adequada às efectivas necessidades alimentares das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar e dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública, podem ser associados ao leite escolar outros alimentos nutritivos.

3 — Promove-se ainda o consumo de leite e seus derivados junto dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, mediante a sua venda sem fins lucrativos nos respectivos estabelecimentos de ensino.

Artigo 17.º

Execução do Programa de Leite Escolar

1 — A execução do Programa de Leite Escolar é da competência dos agrupamentos de escolas, aos quais cabe providenciar o fornecimento do leite escolar e outros alimentos nutritivos, tendo em atenção a necessidade de dar resposta adequada às efectivas necessidades e ao consumo das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar e dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública.

2 — Os agrupamentos de escolas asseguram todos os cuidados necessários em matéria de higiene, conservação e garantia das boas condições em que o leite é distribuído.

3 — As verbas necessárias à execução deste Programa são atribuídas aos agrupamentos de escolas pelas direcções regionais de educação respectivas, no âmbito do financiamento das medidas de acção social escolar previstas no presente decreto-lei.

4 — As despesas com aquisição de bens e serviços no âmbito deste Programa, a efectuar pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, podem ser realizadas com recurso ao procedimento por ajuste directo, até aos limiares comunitários.

Artigo 18.º

Refeições

1 — Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário são fornecidas refeições escolares.

2 — As refeições escolares a fornecer são o almoço e quando no estabelecimento de ensino funcionem cursos nocturnos e o número de alunos o justifique também o jantar.

Artigo 19.º

Refeitórios escolares

1 — Para assegurar o serviço de refeições referido no artigo anterior, os estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário devem dispor de refeitórios escolares.

2 — Nos casos em que o número de crianças ou de alunos não justifique a sua existência, podem ser utilizados os refeitórios de estabelecimentos de ensino vizinhos ou encontradas soluções alternativas para a prestação do serviço de refeições, desde que seja salvaguardada a sua segurança e sejam observadas as regras referidas no n.º 2 do artigo 15.º

3 — O fornecimento de refeições em refeitórios escolares pode ser assegurado directamente pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas ou adjudicado por contrato de concessão a empresa de restauração colectiva.

4 — A concessão do fornecimento de refeições escolares assegura a observância das orientações e normas sobre a qualidade e variedade a que se refere o n.º 2 do artigo 15.º, bem como as regras sobre preços definidas no artigo seguinte.

Artigo 20.º

Preços das refeições

1 — O preço das refeições a fornecer às crianças e aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e as demais regras sobre o respectivo pagamento são fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no *Diário da República*, após consulta à Associação Nacional de Municípios Portugueses.

2 — Quando o custo médio das refeições fornecidas pelos refeitórios seja superior ao preço fixado nos termos do despacho referido no número anterior, os respectivos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas recebem uma comparticipação de valor determinado pelo mesmo despacho e suportada pelos municípios ou pelas direcções regionais de educação, conforme se trate de alunos respectivamente do ensino básico ou do ensino secundário.

3 — A diferença entre o custo da refeição e o preço pago pelos utentes nos estabelecimentos de ensino em que o fornecimento de refeições esteja concessionado a empresas de restauração colectiva é suportada pelos municípios ou pelas direcções regionais de educação, conforme se trate de alunos respectivamente do ensino básico ou do ensino secundário.

4 — Em qualquer caso, o fornecimento às crianças e aos alunos das refeições pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas não tem fins lucrativos, sem prejuízo dos n.ºs 3 e 4 do artigo anterior.

5 — O preço das refeições a fornecer a docentes e outros funcionários das escolas é o estipulado para o fornecimento de refeições nos refeitórios dos serviços e organismos da Administração Pública, nos termos da legislação própria.

Artigo 21.º

Programa de Generalização das Refeições Escolares

1 — O Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico visa garantir o acesso às refeições escolares de todos os alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico.

2 — O regime de acesso ao apoio financeiro a conceder aos municípios pelo Ministério da Educação, no âmbito do Programa referido no número anterior, consta de regulamento aprovado por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no *Diário da República*.

3 — O preço a pagar por refeição pelos alunos do 1.º ciclo do ensino básico abrangidos pelo Programa a que se refere o presente artigo é igual ao valor fixado para os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

4 — O apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação aos municípios no âmbito do Programa a que se refere o presente artigo é fixado anualmente pelo despacho referido no n.º 1 do artigo 20.º

Artigo 22.º

Bufetes

1 — Para além dos refeitórios, os estabelecimentos de ensino podem dispor de um serviço de bufete.

2 — Os bufetes escolares constituem um serviço suplementar do fornecimento de refeições, estando obrigados à observância das mesmas regras.

3 — No caso em que o estabelecimento de ensino não disponha de refeitório e os respectivos alunos não possam frequentar um refeitório localizado a distância razoável e não seja possível encontrar outra solução que garanta a segurança dos alunos ou o cumprimento das regras sobre a qualidade e variedade das refeições, o bufete desempenha uma função supletiva, designadamente através do fornecimento de refeições ligeiras.

4 — Nos casos previstos no número anterior, o bufete é dotado dos meios necessários para assegurar a função supletiva, em particular das condições hígio-sanitárias exigidas para a confecção dos alimentos.

Artigo 23.º

Regime de preços dos bufetes

1 — O regime de preços a praticar nos bufetes deve promover a adopção de hábitos alimentares saudáveis junto dos alunos, prosseguindo designadamente as orientações emanadas da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, a que se refere o n.º 2 do artigo 15.º

2 — O preço das refeições ligeiras a fornecer aos alunos, de acordo com o n.º 3 do artigo anterior, é fixado anualmente pelo despacho referido no n.º 1 do artigo 20.º

3 — Quando o custo médio das refeições ligeiras fornecidas pelos bufetes seja superior ao preço fixado nos termos do despacho a que se refere o número anterior, os respectivos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas recebem uma comparticipação de valor determinado pelo mesmo despacho e suportada pelos municípios ou pelas direcções regionais de educação, conforme se trate de alunos respectivamente do ensino básico ou do ensino secundário.

Artigo 24.º

Apoio alimentar complementar

Os estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, em particular os do 2.º e 3.º ciclos, podem fornecer um suplemento alimentar aos alunos com menores recursos económicos, mediante utilização das verbas decorrentes de proveitos de gestão dos serviços de bufete escolar e das papelarias escolares.

SECÇÃO II

Transportes escolares e alojamento

Artigo 25.º

Transportes escolares

1 — Aos alunos que frequentam estabelecimentos dos ensinos básico e secundário que não sejam acessíveis a pé, a partir do lugar da sua residência, e que não possam utilizar transportes públicos colectivos para efeito da deslocação entre a residência e o estabelecimento de ensino, é facultado um serviço adequado de transportes escolares.

2 — A acessibilidade a que se refere o número anterior é definida nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, na sua redacção actual.

3 — É assegurado o transporte escolar dentro da área de residência aos alunos com dificuldades de locomoção ou que necessitem de se deslocar para frequência de modalidades de educação especial.

4 — O acesso ao serviço de transportes escolares é gratuito para os alunos do ensino básico, podendo ser comparticipado para os do ensino secundário.

5 — A organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares no ensino básico são da competência dos municípios da área de residência dos alunos, nos termos do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, na sua redacção actual, e do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho.

6 — As condições em que os alunos do ensino secundário podem beneficiar do serviço de transportes escolares, e em particular as regras sobre a sua eventual comparticipação, são definidas por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no *Diário da República*.

7 — Podem ainda ser definidos programas de comparticipação do Estado nos custos de utilização dos transportes colectivos de passageiros pelas crianças e alunos que frequentam a educação pré-escolar ou os ensinos básico e secundário.

8 — Os programas referidos no número anterior são da responsabilidade do departamento governamental responsável pelos transportes.

Artigo 26.º

Alojamento

1 — Com vista a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e a promover a frequência do ensino secundário por parte de alunos forçados a deslocarem-se do seu agregado familiar durante o período de frequência da escola, organiza-se um serviço de apoio ao alojamento.

2 — O serviço de apoio ao alojamento pode abranger as seguintes modalidades:

- a) Rede oficial de residências para estudantes;
- b) Colocação junto de famílias de acolhimento;
- c) Alojamento facultado por entidades privadas, mediante estabelecimento de acordos de cooperação.

3 — O apoio ao alojamento é atribuído preferencialmente aos alunos pertencentes a famílias com baixos recursos sócio-económicos que frequentem o ensino básico ou tenham necessidades educativas especiais de carácter permanente.

4 — Em qualquer das modalidades referidas no n.º 2, o custo suportado pelo aluno é compartilhado, sem prejuízo do esquema de apoios económicos previsto no presente decreto-lei.

Artigo 27.º

Residências escolares

1 — A rede oficial de residências para estudantes, a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo anterior, tem por destinatários os alunos que se encontram deslocados do seu agregado familiar para frequência da escola, quando não seja possível assegurar adequadamente os transportes escolares, nos termos do artigo 25.º e do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, na sua redacção actual.

2 — O valor da mensalidade devida pelos pais ou encarregados de educação dos alunos alojados em residências escolares é fixado anualmente por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no *Diário da República*.

3 — O valor da mensalidade é definido tendo por referência o IAS.

4 — Até à transferência das residências escolares para a titularidade dos municípios, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, a sua gestão é assegurada pela direcção regional de educação respectiva.

SECÇÃO III

Auxílios económicos

Artigo 28.º

Beneficiários e benefícios

1 — Os auxílios económicos constituem uma modalidade de acção social escolar de que beneficiam as crianças que frequentam a educação pré-escolar e os alunos dos ensinos básico e secundário pertencentes a agregados familiares cuja condição sócio-económica não lhes permita suportar integralmente os encargos decorrentes da frequência da educação pré-escolar ou dos ensinos básico e secundário.

2 — Para os efeitos da concessão de auxílios económicos, consideram-se encargos decorrentes da frequência da educação pré-escolar ou dos ensinos básico e secundário os relativos a refeições, livros e outro material escolar, actividades de complemento curricular e ainda, na situação prevista no n.º 1 do artigo 26.º, alojamento.

3 — Os auxílios económicos podem ser directos ou indirectos, permitindo suportar, no todo ou em parte, os encargos a que se referem os números anteriores.

4 — O acesso aos auxílios económicos e o carácter integral ou parcial dos benefícios correspondentes são determinados pelo posicionamento dos agregados familiares nos escalões de apoio, nos termos do artigo 10.º

5 — Os auxílios económicos devem proporcionar às crianças e aos alunos pertencentes a famílias mais carenciadas que frequentem a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário o acesso, em condições de gratuidade, às refeições fornecidas nas escolas e aos manuais escolares de aquisição obrigatória.

6 — Os alunos do ensino secundário que sejam beneficiários de auxílios económicos estão isentos, durante o respectivo ano lectivo, do pagamento de propinas, taxas e emolumentos devidos por passagem de diplomas e certidões de habilitações.

Artigo 29.º

Natureza dos auxílios económicos

1 — Os auxílios económicos relativos às refeições escolares e às actividades de complemento curricular consistem na assunção ou participação no encargo suportado pelos alunos e seus agregados familiares.

2 — Os auxílios económicos relativos aos manuais escolares de aquisição obrigatória consistem na cedência dos livros respectivos ou no reembolso, total ou parcial, das despesas comprovadamente feitas pelos agregados familiares com a sua aquisição.

3 — A participação nos encargos com a obtenção de manuais escolares de aquisição obrigatória, nos termos do n.º 2 do artigo 28.º, não ocorre nos casos de insucesso escolar, por disciplina ou grupo disciplinar, desde que o estabelecimento de ensino, no ano lectivo imediato, adopte os mesmos manuais escolares.

4 — Sempre que um aluno beneficiário de auxílios económicos seja transferido de escola tem direito de novo ao montante correspondente ao escalão em que estava inserido, desde que os manuais escolares adoptados pela escola que passa a frequentar não sejam os mesmos da escola de origem.

5 — As escolas podem, no âmbito da sua autonomia, proceder à afectação da verba destinada a manuais escolares à aquisição de material escolar quando não existam manuais adoptados, designadamente quando se trate de alunos que frequentem cursos especializados do ensino artístico, de cursos profissionais e ou outros que impliquem percursos alternativos.

6 — Os auxílios económicos relativos ao material escolar consistem na respectiva cedência ou no reembolso, até determinado montante, de despesas comprovadamente feitas com a sua aquisição.

7 — Os auxílios económicos relativos ao alojamento consistem em condições de preço compartilhado ao acolhimento em residências escolares.

Artigo 30.º

Normas para atribuição dos auxílios económicos

Os valores e limites pecuniários dos auxílios económicos referidos no artigo anterior, assim como as restantes normas, condições e procedimentos para a respectiva concessão são determinados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no *Diário da República*, após consulta à Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Artigo 31.º

Intervenção dos estabelecimentos de ensino

1 — Os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas, em caso de dúvida sobre os rendimentos efectivamente auferidos pelos agregados familiares das crianças e alunos, devem desenvolver as diligências que considerem adequadas ao apuramento da situação sócio-económica do agregado familiar da criança ou do aluno e participar a situação às entidades competentes no sentido de:

a) Prevenir ou corrigir situações de usufruto indevido do direito aos benefícios previstos no presente decreto-lei;

b) Promover administrativamente a atribuição das condições que conferem direito aos benefícios previstos no presente decreto-lei.

2 — Nas situações previstas na alínea b) do número anterior podem os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas prestar, a título provisório, os auxílios económicos previstos no presente decreto-lei, até à decisão pelas entidades competentes sobre a atribuição das condições que conferem direito ao respectivo benefício.

Artigo 32.º

Alunos com necessidades educativas especiais

1 — Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio, têm ainda, supletivamente em relação às ajudas técnicas a prestar por outras entidades de que beneficiem, direito às seguintes comparticipações da responsabilidade dos municípios, no âmbito da acção social escolar e nos termos do artigo 10.º:

- a) Refeições — totalidade do custo;
- b) Transportes — totalidade do custo para os alunos que residam a menos de 3 km do estabelecimento de ensino, bem como para os alunos que frequentam as escolas de referência ou as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado a que se referem as alíneas a) e b) dos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro;
- c) Manuais e material escolar — de acordo com os critérios fixados para a generalidade dos alunos, no escalão mais favorável;
- d) Tecnologias de apoio — comparticipação na aquisição das tecnologias de apoio a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro.

2 — No caso de não poderem ser utilizados os transportes regulares ou os transportes escolares, a comparticipação do custo dos transportes a que se refere a alínea b) do número anterior é da responsabilidade do Ministério da Educação.

Artigo 33.º

Situações excepcionais

1 — Têm ainda direito a beneficiar dos apoios previstos no presente decreto-lei, nos termos das normas definidas pelo despacho a que se refere o artigo 30.º, os alunos pertencentes a agregados familiares que não disponham de um título válido para a entrada, permanência ou residência em território nacional, matriculados condicionalmente, desde que possam comprovar junto do respectivo estabelecimento de ensino que se encontram nas condições de ser integrados nos escalões de rendimento do abono de família a que correspondem os escalões de apoio que conferem direito a esse benefício.

2 — No cálculo da capitação dos agregados familiares a que se refere o número anterior, aplica-se o modelo utilizado para a determinação do escalão do abono de família, designadamente os artigos 9.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto.

Artigo 34.º

Acções complementares

As medidas de acção social escolar previstas no presente decreto-lei podem ser completadas, por iniciativa dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, no

âmbito da sua autonomia e no quadro dos correspondentes projectos educativos, e mediante aplicação de eventuais proveitos da gestão dos serviços de bufete escolar e papelaria escolar, nomeadamente através de:

- a) Aquisição de livros e outro material escolar a distribuir gratuitamente pelos alunos de menores recursos económicos;
- b) Aquisição de livros e de *software* educativo para renovação e actualização das bibliotecas e centros de recursos;
- c) Aquisição de livros para atribuição de prémios em concursos realizados no estabelecimento de ensino;
- d) Empréstimo de manuais escolares, nas modalidades a aprovar pelos agrupamentos de escolas ou pelas escolas não agrupadas, nos termos a definir nos respectivos regulamentos internos.

Artigo 35.º

Apoios à frequência do ensino secundário

1 — Os apoios específicos à frequência do ensino secundário a que se refere o n.º 3 do artigo 6.º, designadamente a isenção do pagamento de propinas e outras taxas, e as subvenções ao transporte e alojamento, são definidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no *Diário da República*.

2 — As condições em que o sistema de empréstimos para os estudantes do ensino superior, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 309-A/2007, de 7 de Setembro, pode ser adaptado e alargado aos alunos do ensino secundário ou, sendo menores, aos seus encarregados de educação, são definidas por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas finanças, pela educação e pelo ensino superior.

Artigo 36.º

Bolsas de mérito

1 — Os alunos matriculados no ensino secundário em estabelecimentos de ensino públicos, bem como em estabelecimentos de ensino particulares ou cooperativos em regime de contrato de associação, podem candidatar-se à atribuição de bolsas de mérito nos termos de regulamento aprovado por despacho do membro de Governo responsável pela educação, publicado no *Diário da República*.

2 — Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por «mérito» a obtenção pelo aluno candidato à atribuição da bolsa da seguinte classificação média anual, relativa ao ano de escolaridade anterior com aprovação em todas as disciplinas do plano curricular do mesmo:

- a) 9.º ano de escolaridade — classificação igual ou superior a 4 valores;
- b) 10.º ano ou 11.º ano de escolaridade — classificação igual ou superior a 14 valores.

3 — A bolsa de mérito é constituída por uma prestação pecuniária anual destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência do ensino secundário.

4 — A atribuição da bolsa de mérito implica a isenção, durante o respectivo ano lectivo, do pagamento de propinas, taxas e emolumentos devidos por passagem de diplomas e certidões de habilitações.

5 — O montante da bolsa de mérito e as respectivas regras de processamento são fixados por despacho do membro de Governo responsável pela educação, publicado

no *Diário da República*, devendo para o efeito ter em conta o valor do IAS em vigor no início do ano lectivo.

6 — A bolsa de mérito é acumulável com a atribuição dos auxílios económicos definidos para os alunos carenciados do ensino secundário.

Artigo 37.º

Responsabilidade e competência

1 — A prestação dos auxílios económicos é da responsabilidade e competência dos municípios, no caso da educação pré-escolar e do ensino básico, e do Ministério da Educação, no caso dos demais níveis e ciclos de ensino.

2 — As atribuições do Ministério da Educação em matéria de acção social escolar e, em particular, em matéria de auxílios económicos são exercidas pelas direcções regionais de educação, sem prejuízo das funções que cabem aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, nos termos do presente diploma e no âmbito da sua autonomia.

SECÇÃO IV

Organização

Artigo 38.º

Serviços

A acção social escolar, nas suas diferentes modalidades, é desenvolvida nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, sendo o seu enquadramento estabelecido pelos respectivos regulamentos internos, no âmbito das regras relativas à organização e funcionamento dos serviços técnico-pedagógicos, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril.

SECÇÃO V

Acesso a recursos pedagógicos

Artigo 39.º

Programas de acesso a recursos pedagógicos

1 — Além das modalidades de apoio e complemento educativo previstas no presente decreto-lei, podem definir-se programas de acesso em condições favoráveis a outros recursos pedagógicos.

2 — A diferenciação das condições de acesso e os níveis de comparticipação na aquisição dos bens e serviços processa-se com base no posicionamento dos agregados familiares nos escalões de apoio a que se refere o artigo 10.º

Artigo 40.º

Programas de acesso a computadores portáteis e ao serviço de Internet de banda larga

1 — No quadro do programa de acesso aos computadores pessoais e ao serviço de Internet de banda larga, os alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário integrados em escalões de apoio, a que se refere o artigo 10.º, beneficiam de condições especiais em termos a fixar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no *Diário da República*.

2 — No quadro do programa de acesso a computadores especificamente destinado ao 1.º ciclo do ensino básico, os alunos integrados em escalões de apoio, a que se refere o artigo 10.º, beneficiam de condições especiais em termos a fixar no respectivo regulamento.

SECÇÃO VI

Prevenção e seguro escolar

Artigo 41.º

Prevenção de acidentes e seguro escolar

1 — A prevenção do acidente escolar e o seguro escolar constituem modalidades de apoio sócio-educativo, complementares aos apoios assegurados pelo sistema nacional de saúde, de que são beneficiários as crianças que frequentam a educação pré-escolar e os alunos dos ensinos básico e secundário.

2 — Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário organiza-se um programa de prevenção do acidente escolar, que consiste em acções educativas no campo da segurança e prevenção de acidentes nas actividades escolares.

3 — O seguro escolar constitui um serviço de protecção destinado a garantir a cobertura dos danos resultantes do acidente escolar, designadamente a cobertura financeira da assistência a prestar aos sinistrados.

4 — São abrangidos pelo seguro escolar as crianças matriculadas e a frequentar estabelecimentos da educação pré-escolar da rede pública e os alunos dos ensinos básico e secundário públicos a frequentar estabelecimentos públicos ou estabelecimentos de ensino particular e cooperativo em regime de contrato de associação.

5 — O regulamento do seguro escolar é aprovado por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da saúde e da educação.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 42.º

Disposições complementares

1 — O presente decreto-lei aplica-se, ainda, aos alunos das escolas profissionais localizadas na região de Lisboa e Vale do Tejo e demais regiões sem acesso ao regime de financiamento enquadrado no Fundo Social Europeu.

2 — A portaria a que se refere o n.º 5 do artigo 41.º é a Portaria n.º 413/99, de 8 de Junho, mantendo-se em vigor o Regulamento do Seguro Escolar por esta aprovado.

3 — Para o ano lectivo de 2008-2009, o despacho a que se referem o n.º 5 do artigo 10.º, os n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º, os n.ºs 2 e 4 do artigo 21.º, o n.º 2 do artigo 23.º, o n.º 2 do artigo 27.º, o artigo 30.º, os n.ºs 1 e 5 do artigo 36.º e o artigo 41.º é o despacho n.º 20 956/2008, de 24 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de Agosto de 2008.

4 — Até à efectiva transferência de competências do Ministério da Educação para os municípios no âmbito da implementação de medidas de apoio sócio-educativo, gestão de refeitórios, fornecimento de refeições escolares, nos termos das alíneas b) e e) do artigo 2.º e do artigo 7.º do

Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, as competências referidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º, no n.º 2 do artigo 23.º e no n.º 1 do artigo 37.º que sejam da responsabilidade do Ministério da Educação são exercidas pelas direcções regionais de educação.

Artigo 43.º

Disposição transitória

1 — Os alunos relativamente aos quais resulte, da aplicação do presente decreto-lei e do despacho n.º 20 956/2008, de 24 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de Agosto de 2008, no ano lectivo de 2008-2009, situação menos favorável do que aquela de que beneficiavam de acordo com as regras em vigor no ano lectivo anterior, podem ser integrados no mesmo escalão em que se encontravam.

2 — A comprovação da situação referida no número anterior faz-se, nomeadamente:

a) Pela confirmação pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada onde o aluno se encontra matriculado ou por solicitação à escola de origem do documento comprovativo do escalão atribuído no ano lectivo anterior;

b) Pela apresentação, perante o agrupamento de escolas ou escola não agrupada, dos documentos que confirmem que o aluno continua a estar nas condições que lhe conferiram direito a situação mais favorável no ano lectivo anterior.

3 — A situação prevista no n.º 1 pode ser prorrogada por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, publicado no *Diário da República*.

Artigo 44.º

Regiões Autónomas

O presente decreto-lei não prejudica os regimes de acção social escolar vigentes nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Artigo 45.º

Norma revogatória

São revogados os artigos 2.º, 3.º, 6.º a 8.º e 10.º a 23.º do Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 30 de Outubro de 2008. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Gonçalo André Castilho dos Santos* — *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho* — *Mário Lino Soares Correia* — *José António Fonseca Vieira da Silva* — *Ana Maria Teodoro Jorge* — *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

Promulgado em 18 de Fevereiro de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 20 de Fevereiro de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa

Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/A

Primeira alteração aos Estatutos da Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E. P. E. (APIA), aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2006/A, de 28 de Julho

A orgânica do X Governo Regional dos Açores apresenta como um dos seus vectores estratégicos, no que respeita ao domínio económico, o desenvolvimento das actividades relativas à captação e promoção do investimento externo, atribuindo à Secretaria Regional da Economia essas competências.

Também de acordo com a orgânica do X Governo, a superintendência e a tutela da administração pública regional indirecta, das empresas do sector público regional, das sociedades participadas ou a elas equiparadas serão exercidas pelo membro do Governo Regional que tenha a seu cargo o sector em que se integram.

Ao criar a Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E. P. E. (APIA), e ao aprovar, em anexo, os seus Estatutos, o Decreto Legislativo Regional n.º 24/2006/A, de 28 de Julho, determinou que a respectiva tutela e superintendência, económica e financeira, seriam exercidas pelo membro do Governo Regional responsável pela área das finanças, enquadramento que, agora, não se compagina com a nova filosofia organizativa do Governo Regional.

O presente diploma, procede, assim, à alteração dos Estatutos da Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E. P. E. (APIA), estabelecendo a sua adequação à nova estruturação de competências dos membros do Governo Regional.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República e do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma procede à alteração dos Estatutos da Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E. P. E. (APIA), aprovados e publicados em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 24/2006/A, de 28 de Julho, e doravante, designados por Estatutos.

Artigo 2.º

Alterações

São alteradas as seguintes disposições dos Estatutos da APIA:

1 — O n.º 3 do artigo 1.º dos Estatutos, passa a ter a seguinte redacção:

«3 — A APIA fica sujeita à superintendência e à tutela económica e financeira do membro do Governo Regional responsável pela promoção do investimento externo.»

2 — O n.º 1 do artigo 4.º passa a ter a seguinte redacção:

«1 — A APIA tem um capital estatutário de € 50 000, detido pela Região ou por outras entidades públicas, a

Despacho n.º 18987/2009
de 17 de agosto

tica Médica Jacinto Magalhães — nomeada, precedendo concurso, na categoria de assessor superior da mesma carreira e ramo.

7 de Agosto de 2009. — O Vogal do Conselho Directivo, *José Mendes Ribeiro*.

202184395

Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira

Despacho (extracto) n.º 18986/2009

Por despacho de 2009.07.27 do Vogal do Conselho Directivo, do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P. (INSA):

Carla Luísa Pinto Nunes da Silva e Teresa Maria de Sousa Teixeira Lopes, técnicas de 1.ª classe da carreira de pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica (profissão de análises clínicas e saúde pública) do mapa de pessoal do Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira do INSA — promovidas, precedendo concurso, na categoria de técnicas principais, da mesma carreira, com efeitos a partir da data de despacho.

31 de Julho de 2009. — O Vogal do Conselho Directivo, *José Mendes Ribeiro*.

202180855

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Despacho n.º 18987/2009

No desenvolvimento da acção governativa na área da educação e no âmbito da promoção de medidas de combate à exclusão social e ao abandono escolar e de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, assume especial relevância não só assegurar a continuidade como reforçar o apoio sócio-educativo, da responsabilidade dos municípios e do Ministério da Educação, às crianças da educação pré-escolar e aos alunos dos ensinos básico e secundário.

Estas medidas, melhor identificadas no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, compreendem a atribuição de benefícios em espécie ou de ordem pecuniária, onde avultam, entre outros, o apoio alimentar e de alojamento e a atribuição de subsídios de auxílio económico.

Para atribuição dos apoios sócio-educativos utilizam-se os mesmos critérios do abono de família. Este sistema permite uma maior transparência na concessão dos apoios da acção social escolar e propicia um alargamento sem precedentes do universo dos seus beneficiários. Ao mesmo tempo, promove-se a uniformização dos apoios às crianças que frequentam a educação pré-escolar e aos alunos dos ensinos básico e secundário, aumentando-se significativamente os auxílios aos do ensino secundário, em conformidade com o objectivo de generalizar a escolarização a este nível de ensino. Neste quadro, refira-se ainda a atribuição de bolsas de estudo a serem pagas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, objecto de regulamentação própria.

O aprofundamento da autonomia das escolas e dos seus agrupamentos fundamentada na convicção de que o real conhecimento da população que servem lhes permite encontrar as melhores soluções, desde que para isso as habilite a consequente atribuição de competências, bem como as novas competências detidas nesta área pelas autarquias determinaram a decisão de fazer transitar definitivamente para aquelas instâncias parte das competências até aqui exclusivas do Ministério da Educação.

Constitui, por outro lado, compromisso do Governo a progressiva gratuitidade dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário para os alunos de famílias carenciadas, medida que, no ano lectivo a que este despacho respeita, se reforça novamente.

Procede-se, assim, através do presente despacho, à actualização do valor das comparticipações devidas, bem como das correspondentes mensalidades e capitulações, a vigorar a partir do ano escolar de 2009-2010.

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim, nos termos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 35/90, de 25 de Janeiro, e 55/2009, de 2 de Março, e nos artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, determino o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

O presente despacho regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação

e dos municípios, nas modalidades de apoio alimentar, alojamento e auxílios económicos, destinados às crianças da educação pré-escolar, aos alunos dos ensinos básico e secundário e do ensino recorrente nocturno que frequentam escolas públicas e escolas particulares ou cooperativas em regime de contrato de associação, bem como aos alunos das escolas profissionais da área geográfica da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo e da Escola Móvel criada pela Portaria n.º 835/2009, de 31 de Julho.

Artigo 2.º

Leite escolar

1 — A execução do Programa de Leite Escolar previsto nos artigos 16.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, é da competência dos agrupamentos de escolas e das escolas do 1.º ciclo não agrupadas que providenciam o fornecimento do leite escolar e outros alimentos nutritivos, tendo em atenção a resposta adequada às efectivas necessidades e ao consumo das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública.

2 — As verbas necessárias à execução deste Programa são atribuídas aos agrupamentos de escolas e às escolas do 1.º ciclo não integradas pelas direcções regionais de educação respectivas, no âmbito das modalidades de acção social escolar previstas no presente despacho e demais legislação em vigor.

Artigo 3.º

Refeitórios escolares

1 — O fornecimento de refeições em refeitórios escolares visa assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, segundo as orientações emanadas da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e com observância das normas gerais de higiene e segurança alimentar a que estão sujeitos os géneros alimentícios, de acordo com o disposto nos Regulamentos (CE) n.ºs 178/2002, de 28 de Janeiro, e 852/2004, de 29 de Abril, do Parlamento Europeu e do Conselho.

2 — O preço das refeições a fornecer às crianças e aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário é o fixado na tabela constante do anexo I do presente despacho, que dele faz parte integrante.

3 — Os refeitórios que forneçam refeições cujo custo médio seja superior ao previsto no número anterior podem receber uma comparticipação do município ou da direcção regional de educação respectiva, nos termos fixados pela tabela a que se refere o número anterior.

4 — A diferença entre o preço da refeição pago pelos utentes e o custo da mesma em refeitórios adjudicados a empresas de restauração colectiva é assegurada pelos municípios ou pelas direcções regionais de educação, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2009.

5 — O preço das refeições a fornecer a docentes e outros funcionários das escolas é o estipulado para o fornecimento de refeições nos refeitórios dos serviços e organismos da Administração Pública, nos termos da legislação própria.

6 — O pagamento das refeições é feito através de senha, a adquirir em dia anterior ao seu consumo, sendo devida uma taxa adicional no montante previsto na tabela a que se refere no n.º 2 quando tal não se verifique.

7 — As ementas das refeições devem ser afixadas nos refeitórios antecipadamente, sempre que possível no final da semana anterior.

Artigo 4.º

Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo

1 — O Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico visa garantir a todas as crianças que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico uma refeição equilibrada.

2 — O regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação aos municípios no âmbito do Programa referido no número anterior consta do Regulamento publicado no anexo V do presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — O preço a pagar por refeição pelos alunos do 1.º ciclo do ensino básico abrangidos pelo Programa corresponde ao valor fixado para os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

4 — O apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação aos municípios no âmbito do Programa a que se refere o presente artigo é fixado no valor máximo de € 0,58 por aluno/refeição.

Artigo 5.º

Bufetes escolares

1 — Os bufetes escolares constituem um serviço suplementar do fornecimento de refeições, pelo que devem observar os princípios de

uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, segundo as orientações emanadas da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e com observância das normas gerais de higiene e segurança alimentar a que estão sujeitos os géneros alimentícios, de acordo com o disposto nos Regulamentos (CE) n.ºs 178/2002, de 28 de Janeiro, e 852/2004, de 29 de Abril, do Parlamento Europeu e do Conselho.

2 — Nas escolas que não dispõem de refeitório podem ser fornecidas refeições ligeiras nos serviços de bufete, garantidas que estejam as condições higio-sanitárias exigidas para a confecção dos alimentos, nos termos dos regulamentos referidos no número anterior.

3 — O regime de preços a praticar nos bufetes deve reflectir e apoiar a promoção de hábitos alimentares saudáveis junto dos alunos, prosseguindo designadamente as orientações emanadas pela Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

4 — O preço das refeições ligeiras a fornecer aos alunos, de acordo com o n.º 2 é o fixado pela tabela constante do anexo I do presente despacho, que dele faz parte integrante.

5 — Sempre que o custo médio da refeição ligeira ultrapasse o preço fixado no número anterior pode ser concedida pelo município ou pela direcção regional de educação respectiva uma comparticipação, nos termos fixados pela tabela a que se refere o número anterior.

6 — Os estabelecimentos de ensino básico, designadamente dos 2.º e 3.º ciclos, podem fornecer um suplemento alimentar aos alunos com menores recursos económicos, mediante aplicação das verbas decorrentes de lucros de gestão dos serviços de bufete escolar.

Artigo 6.º

Alojamento

1 — A rede de residências para estudantes tem por destinatários os alunos que se encontram deslocados do seu agregado familiar para frequência da escola quando não seja possível assegurar alternativas de transporte escolar.

2 — O serviço de apoio ao alojamento pode abranger as seguintes modalidades:

- a) Rede oficial de residências para estudantes;
- b) Colocação junto de famílias de acolhimento;
- c) Alojamento facultado por entidades privadas, mediante estabelecimento de acordos de cooperação.

3 — O valor da mensalidade devida pelos pais ou encarregados de educação dos alunos alojados em residências escolares é o fixado no anexo II do presente despacho, que dele faz parte integrante.

4 — Os escalões de rendimento são definidos em função do indexante de apoios sociais (IAS), nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro.

Artigo 7.º

Auxílios económicos

1 — Os auxílios económicos constituem uma modalidade de apoio sócio-educativo destinado aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações para fazer face aos encargos com refeições, livros e outro material escolar, actividades de complemento curricular e alojamento, relacionados com o prosseguimento da escolaridade.

2 — A comparticipação nos encargos com a aquisição de manuais escolares, nos termos do número anterior, não ocorre nos casos de insucesso escolar, por disciplina ou grupo disciplinar, desde que o estabelecimento de ensino, no ano lectivo imediato, adopte os mesmos manuais escolares.

3 — Sempre que um aluno carenciado seja transferido de escola, terá direito de novo ao montante correspondente ao escalão em que estava inserido, desde que os manuais escolares não sejam os adoptados na escola de origem.

4 — As escolas podem, no âmbito da sua autonomia, proceder à afectação da verba destinada a manuais escolares à aquisição de material escolar quando não existam manuais adoptados, designadamente quando se trate de alunos que frequentem cursos especializados do ensino artístico, de cursos profissionais e ou outros que impliquem percursos alternativos.

5 — A atribuição de auxílios económicos aos alunos do ensino secundário implica a isenção, durante o respectivo ano lectivo, do pagamento de propinas, taxas, emolumentos e imposto de selo devidos por passagem de diplomas e certidões de habilitações, nos termos da legislação própria.

6 — No anexo III do presente despacho encontram-se definidos os valores mínimos de comparticipação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, tendo os municípios, no âmbito das suas atribuições

neste domínio, competência para aumentar e alargar os apoios da acção social escolar.

Artigo 8.º

Normas para atribuição dos auxílios económicos

1 — Para os efeitos do disposto no presente despacho, o escalão de apoio em que cada agregado familiar se integra é determinado pelo seu posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família.

2 — Têm direito a beneficiar dos apoios previstos neste despacho os alunos pertencentes aos agregados familiares integrados nos 1.º e 2.º escalões de rendimentos determinados para efeitos de atribuição do abono de família nos termos dos artigos 9.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, e do anexo III do presente despacho.

3 — Os encarregados de educação devem fazer prova do seu posicionamento nos escalões de atribuição de abono de família junto do agrupamento ou escola mediante entrega de documento emitido pelo serviço competente da segurança social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador.

4 — Sempre que, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, ocorra reavaliação do escalão de rendimentos para efeitos de atribuição do abono de família, pode haver reposicionamento em escalão de apoio previsto no presente despacho.

5 — Os encarregados de educação são responsáveis pela exactidão das informações prestadas e dos documentos entregues.

6 — Os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas devem, em caso de dúvida sobre os rendimentos efectivamente auferidos, desenvolver as diligências que considerem adequadas ao apuramento da situação sócio-económica do agregado familiar do aluno e participar a situação às entidades competentes no sentido de:

- a) Prevenir ou corrigir situações de usufruto indevido do direito aos benefícios previstos no presente despacho;
- b) Promover administrativamente a atribuição das condições que conferem direito aos benefícios previstos no presente despacho.

7 — Nas situações previstas na alínea b) do número anterior podem os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas prestar, a título provisório, os auxílios previstos no presente despacho, até à decisão pelas entidades competentes sobre a atribuição das condições que conferem direito ao seu usufruto.

Artigo 9.º

Situações excepcionais

1 — Têm ainda direito a beneficiar dos apoios previstos no presente despacho, através da aplicação do disposto no anexo III, os alunos oriundos de agregados familiares que se encontram em Portugal em situação de ilegalidade, matriculados condicionalmente, desde que, através dos recibos de vencimentos, comprovem que se encontram nas condições de ser integrados nos escalões 1 ou 2 do abono de família.

2 — No cálculo da capitação dos agregados familiares a que se refere o número anterior, aplica-se o modelo utilizado para a determinação do escalão do abono de família, designadamente os artigos 9.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto.

3 — Os alunos relativamente aos quais resulte, da aplicação do presente despacho, situação menos favorável do que aquela de que beneficiavam no ano lectivo de 2007-2008 podem ser integrados no mesmo escalão em que se encontravam.

4 — A comprovação da situação referida no número anterior do presente artigo faz-se nos termos seguintes:

a) Pela confirmação pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada onde o aluno se encontra matriculado ou por solicitação à escola de origem do documento comprovativo do escalão atribuído no ano lectivo anterior;

b) Pela apresentação, perante o agrupamento de escolas ou escola não agrupada, dos documentos que confirmem que o aluno continua a estar nas condições que lhe conferiram direito a situação mais favorável no ano lectivo anterior.

5 — Os alunos oriundos de agregados familiares posicionados, de acordo com as regras previstas no artigo anterior, no escalão de apoio B, em que um dos progenitores se encontre na situação de desemprego involuntário há três ou mais meses, são, sem prejuízo dos requisitos de prova exigidos, reposicionados no escalão de apoio A enquanto durar essa situação.

6 — Para aplicação do disposto no número anterior, considera-se na situação de desemprego:

a) Quem, tendo sido trabalhador por conta de outrem, se encontre desempregado e inscrito como tal no respectivo centro de emprego há três ou mais meses;

b) Quem, tendo sido trabalhador por conta própria e se encontre inscrito no respectivo centro de emprego nas condições referidas na alínea anterior, prove ter tido e ter cessado a respectiva actividade há três ou mais meses.

7 — A prova da situação de desemprego a que se referem os números anteriores é efectuada junto do agrupamento de escolas ou escola não agrupada frequentado pelo aluno por meio de documento emitido pelo centro de emprego.

8 — As alterações previstas nos n.ºs 4 do artigo 8.º e 5 do presente artigo que ocorram ao longo do ano lectivo de 2009-2010 dão direito a todas as medidas de acção social escolar, com excepção da comparticipação nos encargos com a aquisição de manuais escolares.

Artigo 10.º

Acções complementares

As medidas de acção social escolar previstas no presente despacho podem ser completadas, por iniciativa dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, no âmbito da sua autonomia e no quadro dos correspondentes projectos educativos, e mediante aplicação de eventuais lucros de gestão dos serviços de papelaria escolar, nomeadamente através de:

- a) Aquisição de livros e outro material escolar a distribuir gratuitamente pelos alunos de menores recursos económicos;
- b) Aquisição de livros e de *software* educativo para renovação e actualização das bibliotecas e centros de recursos;
- c) Aquisição de livros para atribuição de prémios em concursos realizados no estabelecimento de ensino;
- d) Empréstimo de manuais escolares, nas modalidades a aprovar pelos agrupamentos de escolas ou pelas escolas não agrupadas, nos termos a definir nos respectivos regulamentos internos.

Artigo 11.º

Bolsas de mérito

1 — Os alunos matriculados no ensino secundário em estabelecimentos públicos, bem como em estabelecimentos particulares ou cooperativos em regime de contrato de associação, podem candidatar-se à atribuição de bolsas de mérito nos termos do regulamento publicado no anexo VI do presente despacho, do qual faz parte integrante.

2 — Para efeitos do estabelecido no presente despacho, entende-se por «mérito» a obtenção pelo aluno candidato à atribuição da bolsa da seguinte classificação média anual, relativa ao ano de escolaridade anterior com aprovação em todas as disciplinas e na área de projecto do respectivo plano de estudo:

- a) 9.º ano de escolaridade — classificação igual ou superior a 4 e menção de *Satisfaz* ou superior na área de projecto;
- b) 10.º ou 11.º de escolaridade — classificação igual ou superior a 14 valores.

3 — Por «bolsa de mérito» entende-se a prestação pecuniária anual destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência do ensino secundário.

4 — A atribuição da bolsa de mérito implica a isenção, durante o respectivo ano lectivo, do pagamento de propinas, taxas, emolumentos e imposto do selo devidos por passagem de diplomas e certidões de habilitações.

5 — O montante da bolsa de mérito é o correspondente a duas vezes e meia o valor do indexante dos apoios sociais (IAS) em vigor no início do ano lectivo, correspondente ao valor de € 419,22 no que ao ano lectivo de 2009-2010 se refere, de acordo com a Portaria n.º 1514/2008, de 24 de Dezembro.

6 — A bolsa de mérito é acumulável com a atribuição dos auxílios económicos definidos para os alunos carenciados do ensino secundário e com a bolsa de estudo atribuída aos alunos do ensino secundário pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Artigo 12.º

Programa de acesso aos computadores pessoais e à banda larga

Têm, ainda, direito a apoio especial no quadro do programa de acesso aos computadores pessoais e à banda larga os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário integrados nos escalões a que se refere o anexo IV do presente despacho, do qual faz parte integrante.

Artigo 13.º

Alunos com necessidades educativas especiais

1 — Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual organizado nos termos

do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio, têm ainda, supletivamente em relação às ajudas técnicas a prestar por outras entidades de que beneficiem, direito às seguintes comparticipações da responsabilidade dos municípios ou do Ministério da Educação, no âmbito da acção social escolar e nos termos do artigo 8.º:

- a) Alimentação — totalidade do custo;
- b) Transportes — totalidade do custo para os alunos que residam a menos de 3 km do estabelecimento de ensino, bem como para os alunos que frequentam as escolas de referência ou as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado a que se referem as alíneas a) e b) dos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro;
- c) Manuais e material escolar de acordo com as tabelas anexas para a generalidade dos alunos, no escalão mais favorável;
- d) Tecnologias de apoio — comparticipação na aquisição das tecnologias de apoio a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, até um montante igual ao atribuído para o material escolar do mesmo nível de ensino, no escalão mais elevado, conforme o anexo III do presente despacho.

2 — No caso de não poderem ser utilizados os transportes regulares ou os transportes escolares, a comparticipação a que se refere a alínea b) do número anterior é da responsabilidade do Ministério da Educação.

Artigo 14.º

Norma revogatória

São revogados os despachos n.ºs 20956/2008, de 24 de Julho, e 10150/2009, de 26 de Março.

Artigo 15.º

Produção de efeitos

O presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura, para vigorar a partir do ano escolar de 2009-2010, sendo de imediato publicitado nas páginas electrónicas do Ministério da Educação e das direcções regionais de educação.

6 de Agosto de 2009. — O Secretário de Estado Adjunto e da Educação, *Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira*.

ANEXO I

Preço das refeições

(n.ºs 2 do artigo 3.º e 4 do artigo 5.º)

(Em euros)

Alimentação	Refeições em refeitórios escolares	Refeições ligeiras em bufetes escolares
Preço aos alunos	1,46	1,08
Taxa adicional (marcação no dia)	0,30	—
Comparticipação máxima no custo refeição/aluno	0,22	0,12

ANEXO II

Alojamento

(a que se refere o n.º 3 do artigo 6.º)

Capitação	Mensalidade a pagar pelos alunos
Escalão A (escalão 1 do abono de família)	10 % IAS (a)
Escalão B (escalão 2 do abono de família)	20 % IAS (a)
Escalão C (escalão 3 do abono de família)	35 % IAS (a)
Restantes escalões do abono de família	50 % IAS (a)

(a) Em vigor no início do ano lectivo.

ANEXO III

Auxílios económicos

(a que se referem os n.ºs 2 do artigo 8.º e 1 do artigo 9.º)

1.º ciclo do ensino básico

Escalaço	Capitação	Comparticipação mínima				
		Alimentação	Livros		Material escolar	Actividades complemento curricular (b)
			1.º e 2.º anos	3.º e 4.º anos		
A	Escalaço 1 do abono de família	100 %	26 €	32 €	13 €	Até 100 %
B	Escalaço 2 do abono de família	50 %	13 €	16 €	6,50 €	Até 50 %

2.º ciclo do ensino básico

Escalaço	Capitação	Comparticipação				
		Alimentação	Livros		Material escolar	Actividades complemento curricular (b)
			5.º ano	6.º ano		
A	Escalaço 1 do abono de família	100 %	110 €	100 €	13 €	Até 100 %
B	Escalaço 2 do abono de família	50 %	55 €	50 €	6,50 €	Até 50 %

3.º ciclo do ensino básico

Escalaço	Capitação	Comparticipação				
		Alimentação	Livros		Material escolar	Actividades complemento curricular (b)
			7.º ano	8.º e 9.º anos		
A	Escalaço 1 do abono de família	100 %	155 €	140 €	15 €	Até 100 %
B	Escalaço 2 do abono de família	50 %	77,50 €	70 €	7,50 €	Até 50 %

Ensino secundário

Escalaço	Capitação	Comparticipação			
		Alimentação	Livros	Material escolar	Alojamento em residência familiar (a) (c)
A	Escalaço 1 do abono de família	100 %	135 €	15 €	15 % do IAS/mês (x 10)
B	Escalaço 2 do abono de família	50 %	67,50 €	7,50 €	8 % do IAS/mês (x 10)

a) Em vigor no início do ano lectivo.

b) Visitas de estudo programadas no âmbito das actividades curriculares.

c) Alternativa ao transporte escolar, de forma a garantir a sequência dos estudos que corresponde à opção do aluno.

ANEXO IV

(a que se refere o artigo 12.º)

Computadores pessoais e banda larga (2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário)

(Em euros)

Escalaço	Capitação	Computador	Mensalidade (a)
A	Escalaço 1 do abono de família	Gratuito.	5
B	Escalaço 2 do abono de família	Gratuito.	5
C	Escalaço 3 do abono de família	Gratuito.	15

(a) Acesso à banda larga, 36 mensalidades.

ANEXO V

Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico

(a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º)

CAPÍTULO I

Objecto e âmbito de aplicação

Artigo 1.º

Objecto

1 — O presente Regulamento define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação no âmbito do Pro-

grama de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

2 — O presente Regulamento define ainda orientações quanto aos requisitos necessários à candidatura ao financiamento a que se refere o número anterior.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente Regulamento, considera-se:

- a) «Direcção regional de educação competente» a direcção regional de educação competente em razão do território;
- b) «Programa» o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- c) «Regulamento» o presente Regulamento de acesso ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- d) «Entidade» a organização que reúne condições de parceria com os municípios para acesso ao financiamento, nos termos do artigo 3.º

Artigo 3.º

Destinatários

1 — Podem aceder ao apoio financeiro a conceder nos termos do presente Regulamento os municípios que, reunindo condições, manifestem interesse em assegurar refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

2 — Os municípios podem realizar parcerias com agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, associações de pais e encarregados de educação ou entidades que reúnam condições necessárias à apresentação de projectos nesse âmbito.

3 — Os termos das parcerias a que se refere o número anterior são fixados em protocolo a celebrar com as entidades em causa e deverão identificar:

- a) O número de alunos a abranger;
- b) O horário das refeições;
- c) O compromisso de que a refeição a fornecer cumpre requisitos de qualidade;
- d) O local de fornecimento das refeições;
- e) O equipamento e meios usados no fornecimento das refeições.

4 — Os municípios comprometem-se a exercer um controlo directo da gestão do fornecimento das refeições, traduzido no acompanhamento local do funcionamento do serviço e na fiscalização do cumprimento das normas aplicáveis.

Artigo 4.º

Natureza do apoio financeiro

1 — O apoio previsto no presente Regulamento consiste numa participação financeira a conceder pelo Ministério da Educação aos municípios nos termos de um contrato-programa a celebrar de acordo com o previsto no artigo 8.º do presente Regulamento.

2 — O cálculo da participação financeira é efectuado de acordo com o critério do custo por aluno/ano, podendo ser objecto de actualização anual.

3 — O apoio ao fornecimento das refeições aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico será concretizado através do seguinte modelo de financiamento:

- a) Preço máximo de refeição — € 2,50 (valor correspondente ao máximo dos refeitórios concessionados);
- b) Preço a pagar pelos alunos — € 1,46 (valor igual ao praticado pelas escolas dos 2.º e 3.º ciclos dos ensinos básico e secundário);
- c) Participação do município — € 0,58 (50 % do valor da refeição abatido ao preço pago pelos alunos);
- d) Participação do Ministério da Educação — € 0,58 (50 % do valor da refeição abatido ao preço pago pelos alunos).

4 — Sempre que o custo real das refeições for superior ao preço máximo, a participação do Ministério da Educação será calculada nos termos do número anterior, até ao limite de € 0,58 por aluno.

5 — Quando os alunos beneficiem da acção social escolar, estão isentos de pagamento ou pagam somente 50 %, de acordo com o escalão em que estão inseridos.

6 — O pagamento da refeição aos alunos subsidiados pela acção social escolar continua a ser da competência dos municípios.

Artigo 5.º

Pedido de financiamento

1 — Os pedidos de financiamento são apresentados junto da respectiva direcção regional de educação, a quem compete proceder à instrução

dos processos e à posterior comissão a que se refere o artigo 6.º do presente Regulamento.

2 — A apresentação formaliza-se através da entrega ou envio de *dossier* composto pelos seguintes elementos e documentação:

- a) Identificação do município, isolado ou em parceria;
- b) Número de identificação de pessoa colectiva (NIPC) de todas as entidades envolvidas no processo;
- c) Cópia de eventual protocolo ou acordo existente entre as entidades envolvidas;
- d) Modelo de financiamento adoptado.

3 — No caso de não se verificar a existência de qualquer protocolo ou acordo, o *dossier* a que se refere o número anterior deverá conter os elementos mencionados no n.º 3 do artigo 3.º

4 — São rejeitados os pedidos de financiamento que não preencham os requisitos exigidos no presente Regulamento ou cuja instrução deficiente não seja suprida após recepção de notificação a emitir para o efeito pela direcção regional competente.

Artigo 6.º

Comissão de Operacionalização e Acompanhamento

1 — É criada a Comissão de Operacionalização e Acompanhamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico (COARE), que reveste a forma e a natureza de grupo de trabalho, com a seguinte composição:

- a) Directores regionais de educação;
- b) Director do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação;
- c) Um representante da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

2 — Compete à COARE:

- a) Analisar e avaliar as propostas de acesso ao financiamento;
- b) Aprovar o modelo de financiamento proposto de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 4.º do presente Regulamento;
- c) Avaliar o sistema.

3 — No exercício da competência prevista na alínea a) do número anterior, a COARE deverá tomar em consideração:

- a) A fundamentação da pertinência, relevância e adequação aos objectivos e critérios definidos no presente Regulamento;
- b) Os termos dos protocolos e acordos celebrados no âmbito das parcerias;
- c) A capacidade, qualidade e adequação das instalações e equipamentos disponibilizados para o fornecimento das refeições escolares.

4 — A COARE apresentará relatórios periódicos e propostas de medidas que verifique ser necessário apresentar para execução do Programa.

5 — O apoio à COARE será assegurado pelo Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

Artigo 7.º

Processo de apreciação

1 — Após instrução dos processos, a direcção regional de educação competente encaminha-os para a COARE.

2 — Apreciados os pedidos de financiamento, a COARE elaborará e aprovará a proposta final de financiamento a conceder, que submeterá à homologação da Ministra da Educação.

3 — O resultado da aprovação do financiamento é tornado público através de lista divulgada no endereço do Ministério da Educação, em <http://www.min-edu.pt>.

Artigo 8.º

Contrato-programa

1 — O montante da participação concedida e as obrigações a que o município, isoladamente ou em parceria, fica sujeito constam de contrato-programa a celebrar entre o Ministério da Educação e o município, a publicar na 2.ª série do *Diário da República*, tendo em vista os seguintes objectivos:

- a) Enquadrar os apoios financeiros públicos na execução do Programa;
- b) Fazer acompanhar a concessão dos apoios financeiros por uma avaliação completa dos custos de cada plano ou projecto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;

c) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios financeiros foram concedidos.

2 — O processamento da comparticipação financeira será efectuado por *tranches*, em percentagem a definir no contrato-programa e a libertar de acordo com a avaliação da execução do Programa.

3 — O contrato poderá ser objecto de renegociação no caso de alteração fundamentada das condições que justifiquem uma mudança de calendário da sua realização.

Artigo 9.º

Pagamento da comparticipação

O processamento do pagamento, da responsabilidade da direcção regional de educação competente, é originado pela aprovação do acesso ao financiamento, nos termos constantes do contrato-programa referido no artigo anterior.

Artigo 10.º

Acompanhamento e controlo financeiro

O acompanhamento da execução e o controlo financeiro ficam a cargo da direcção regional de educação competente, que informará periodicamente o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

CAPÍTULO II

Disposição final

Artigo 11.º

Acidentes envolvendo alunos

Os acidentes decorrentes da prestação do serviço de fornecimento de refeições escolares que envolvam alunos no âmbito da execução do Programa são cobertos por seguro escolar, nos termos legais.

ANEXO VI

Regulamento de Candidatura à Bolsa de Mérito

(a que se refere o n.º 1 do artigo 11.º)

1 — Candidatura:

1.1 — Pode candidatar-se à atribuição de bolsa de mérito o aluno que satisfaça cumulativamente as seguintes condições:

a) Ter obtido no ano lectivo anterior classificação que revele mérito, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do despacho que regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar previstas no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, e na Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, para o ano lectivo de 2009-2010;

b) Encontrar-se em situação de poder beneficiar dos auxílios económicos atribuídos no âmbito da acção social escolar, de acordo com a legislação aplicável.

1.2 — A candidatura à bolsa de mérito é apresentada no estabelecimento de ensino a frequentar pelo aluno, mediante requerimento, acompanhado dos documentos comprovativos da condição prevista na alínea b) do n.º 1.1.

1.3 — Para efeitos do disposto no número anterior, são aplicáveis as normas relativas à produção de prova fixadas para a atribuição de auxílios económicos.

2 — Atribuição e pagamento da bolsa de mérito:

2.1 — A atribuição da bolsa de mérito é objecto de decisão expressa do director do respectivo estabelecimento de ensino.

2.2 — A bolsa de mérito é anualmente processada em três prestações, a escalonar nas seguintes condições:

a) 40% no início do 1.º período lectivo;

b) 30% em cada um dos períodos lectivos subsequentes.

202182078

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola Secundária Carolina Michaëlis

Despacho n.º 18988/2009

Na sequência do procedimento concursal prévio e da eleição da directora, a que se referem os artigos 21.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 75/2008,

de 22 de Abril, cujo resultado da eleição foi homologado por despacho do Director Regional Adjunto da Direcção Regional Educação do Norte, em 2 de Junho de 2009, cumprindo com o disposto no n.º 1 do artigo 24.º do mesmo diploma, tomou posse no dia 16 de Junho de 2009, perante o Conselho Geral, a docente Carla Sandra Santos Monge da Costa Duarte, como Directora da Escola Secundária Carolina Michaëlis, em regime de comissão de serviço, por um período de quatro anos, como previsto no n.º 1 dos artigos 25.º e 26.º do já referido diploma legal.

11 de Agosto de 2009. — A Presidente do Conselho Geral, *Maria José Trancoso Gonçalves de Sousa Diniz Santos*.

202180977

Despacho n.º 18989/2009

Por despacho de 16 de Junho de 2009 da Directora da Escola Secundária Carolina Michaëlis, foram nomeados, nos termos do artigo 21.º, n.º 5, e artigo 24.º, n.ºs 2 e 3 do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, subdirector o professor José Manuel Perdigão Barros Monteiro Novais e Directores Adjuntos os professores Maria de Fátima Pereira Matos Araújo Soares e Maria Manuel de Sousa Cruz Cernadas, da referida Escola Secundária.

11 de Agosto de 2009. — A Directora, *Carla Sandra Santos Monge da Costa Duarte*.

202181202

Agrupamento Vertical de Escolas Irene Lisboa

Declaração de rectificação n.º 1964/2009

Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, de 2 de Julho de 2009, a p. 25820, o despacho n.º 14889/2009, rectifica-se que onde se lê

«O Conselho Geral Transitório do Agrupamento Vertical de Escolas Irene Lisboa, reunirão no dia 19 de Maio de 2009, elegeu para Directora do Agrupamento a Professora Ana Maria Reis Marques Teixeira Gomes Calado, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril.

O resultado da eleição foi homologado nos termos do n.º 4 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, por despacho do Senhor Director Regional Adjunto, António Leite datado de 28 de Maio de 2009.

A Directora eleita, Ana Maria Reis Marques Teixeira Gomes Calado, tomou posse perante o Conselho o Conselho Geral Transitório, no dia 17 de Junho de 2009, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril.»

deve ler-se:

«O Conselho Geral Transitório do Agrupamento Vertical de Escolas Irene Lisboa, em reunião do dia 19 de Maio de 2009, elegeu para Directora do Agrupamento, em regime de comissão de serviço, a Professora Ana Maria Reis Marques Teixeira Gomes Calado, com a categoria de professora titular do grupo de recrutamento 220 do quadro do Agrupamento de Escolas Irene Lisboa, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril.

O resultado da eleição foi homologado nos termos do n.º 4 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, por despacho do Senhor Director Regional Adjunto, António Leite datado de 28 de Maio de 2009.

A Directora eleita, Ana Maria Reis Marques Teixeira Gomes Calado, tomou posse perante o Conselho Geral Transitório, no dia 17 de Junho de 2009, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril.

Este mandato será de quatro anos conforme o previsto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril.»

11 de Agosto de 2009. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Isabel Maria Jorge Ribeiro da Silva*.

202183196

Agrupamento de Escolas de Mota

Despacho n.º 18990/2009

Aos 9 dias do mês de Julho do ano de dois mil e nove, e no uso das competências inerentes ao cargo de director do Agrupamento de Escolas da Mota e ao abrigo do n.º 3 do artigo 24 do Decreto-Lei 75/2008 de 22 de Abril, confiro posse para o cargo de Subdirector ao professor José

Lei n.º 85/2009
de 27 de agosto

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 77/2009

de 27 de Agosto

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Tratado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual sobre Prestações e Fonogramas, adoptado em Genebra em 20 de Dezembro de 1996, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 81/2009, em 5 de Fevereiro de 2009.

Assinado em 30 de Julho de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 21 de Agosto de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Decreto do Presidente da República n.º 78/2009

de 27 de Agosto

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

É ratificada a Convenção do Conselho da Europa Relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Perda dos Produtos do Crime e ao Financiamento do Terrorismo, adoptada em Varsóvia em 16 de Maio de 2005, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 82/2009, em 3 de Julho de 2009.

Artigo 2.º

A República Portuguesa formula, nos termos previstos na Convenção referida no artigo anterior, as seguintes declarações:

a) Para efeitos do artigo 17.º da Convenção, a República Portuguesa declara que a referida disposição apenas se aplica às categorias de infracções constantes do anexo à Convenção do Conselho da Europa Relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Perda dos Produtos do Crime e ao Financiamento do Terrorismo, tal com definidas pela sua legislação;

b) A aplicação do n.º 2 do artigo 31.º da Convenção é subordinada à existência de convenções bilaterais ou multilaterais de auxílio judiciário mútuo entre a República Portuguesa e a Parte de origem;

c) Para efeitos do artigo 33.º da Convenção, a República Portuguesa declara que a autoridade central é a Procuradoria-Geral da República, sita na Rua da Escola Politécnica, 140, 1269-269 Lisboa;

d) Para efeitos do disposto no artigo 35.º da Convenção, a República Portuguesa declara que os pedidos e peças anexas que lhe sejam dirigidos devem ser acompanhados da respectiva tradução para língua portuguesa ou para uma das línguas oficiais do Conselho da Europa;

e) Para efeitos do disposto no artigo 42.º da Convenção, a República Portuguesa declara que as informações ou elementos de prova prestados pelo Estado Português não

podem, sem seu consentimento, ser utilizados ou transmitidos pelas autoridades da Parte requerentes para fins de investigação ou procedimentos diferentes dos especificados no pedido.

Assinado em 30 de Julho de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 21 de Agosto de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 85/2009

de 27 de Agosto

Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

1 — A presente lei estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar.

2 — A presente lei consagra, ainda, a universalidade da educação pré-escolar para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos de idade.

Artigo 2.º

Âmbito da escolaridade obrigatória

1 — Para efeitos do previsto no n.º 1 do artigo anterior, consideram-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos.

2 — O disposto no número anterior é também aplicável aos alunos abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio.

3 — A escolaridade obrigatória implica, para o encarregado de educação, o dever de proceder à matrícula do seu educando em escolas da rede pública, da rede particular e cooperativa ou em instituições de educação e ou formação, reconhecidas pelas entidades competentes, determinando para o aluno o dever de frequência.

4 — A escolaridade obrigatória cessa:

a) Com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário da educação; ou

b) Independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino, no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos.

5 — Os procedimentos exigíveis para a concretização do dever de proceder à matrícula e respectiva renovação são definidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

Artigo 3.º

Universalidade e gratuidade

1 — No âmbito da escolaridade obrigatória o ensino é universal e gratuito.

2 — A gratuidade prevista no número anterior abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, frequência escolar e certificação do aproveitamento, dispondo ainda os alunos de apoios no âmbito da acção social escolar, nos termos da lei aplicável.

3 — Os alunos abrangidos pela presente lei, em situação de carência, são beneficiários da concessão de apoios financeiros, na modalidade de bolsas de estudo, em termos e condições a regular por decreto-lei.

Artigo 4.º

Educação pré-escolar

1 — A educação pré-escolar é universal para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos de idade.

2 — A universalidade prevista no número anterior implica, para o Estado, o dever de garantir a existência de uma rede de educação pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas e o de assegurar que essa frequência se efectue em regime de gratuidade da componente educativa.

Artigo 5.º

Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro

O artigo 4.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —

5 — O disposto na presente lei não prejudica a definição de um regime mais amplo quanto à universalidade, obrigatoriedade e gratuidade na organização geral do sistema educativo, nos termos da lei.»

Artigo 6.º

Legislação complementar

O Governo aprova, sob a forma de decreto-lei, a legislação complementar necessária à execução da presente lei que regula, designadamente, a universalidade da educação pré-escolar relativamente às crianças que atinjam os 5 anos de idade, o controlo do cumprimento dos deveres de matrícula e frequência relativamente aos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória e os termos e as condições em que estes últimos podem ser admitidos a prestar trabalho.

Artigo 7.º

Norma revogatória

São revogados, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo seguinte:

a) O n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto;

b) Os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 301/93, de 31 de Agosto, alterado pela Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro.

Artigo 8.º

Disposição transitória

1 — Os alunos actualmente abrangidos pela escolaridade obrigatória que se matriculem no ano lectivo de 2009-2010 em qualquer dos anos de escolaridade dos 1.º ou 2.º ciclos ou no 7.º ano de escolaridade estão sujeitos ao limite da escolaridade obrigatória previsto na presente lei.

2 — Para os alunos que se matriculem no ano lectivo de 2009-2010 no 8.º ano de escolaridade e seguintes o limite da escolaridade obrigatória continua a ser os 15 anos de idade mantendo-se o regime previsto nos artigos mencionados na alínea b) do artigo anterior.

Artigo 9.º

Entrada em vigor

O disposto no artigo 4.º apenas entra em vigor na data da entrada em vigor do decreto-lei que o venha a regulamentar.

Aprovada em 10 de Julho de 2009.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 18 de Agosto de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 20 de Agosto de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Resolução da Assembleia da República n.º 81/2009

Aprova o Tratado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual sobre Prestações e Fonogramas de 1996, adoptado em Genebra em 20 de Dezembro de 1996

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Tratado da Organização Mundial da Propriedade Intelectual sobre Prestações e Fonogramas, adoptado em Genebra em 20 de Dezembro de 1996, cujo texto na versão autenticada na língua inglesa, assim como a respectiva tradução para língua portuguesa se publicam em anexo.

Aprovada em 5 de Fevereiro de 2009.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

WIPO PERFORMANCES AND PHONOGRAMS TREATY (WPPT) (1996)

Preamble

The Contracting Parties:

Desiring to develop and maintain the protection of the rights of performers and producers of phonograms in a manner as effective and uniform as possible;

Decreto-Lei n.º 176/2012
de 2 de agosto

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA**Decreto-Lei n.º 176/2012****de 2 de agosto**

A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, veio estabelecer o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e consagrar a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade.

Importa adaptar gradualmente o regime legal existente ao alargamento da escolaridade obrigatória, definindo as medidas necessárias para o seu cumprimento efetivo.

O cumprimento da escolaridade de 12 anos é relevante para o progresso social, económico e cultural de todos os portugueses. Este processo deve ser seguro, contínuo e coerente, garantindo a promoção da qualidade e da exigência no ensino e o desenvolvimento de todos os alunos.

É premente no momento atual assegurar que todos os cidadãos até aos 18 anos possam receber uma educação e uma formação de qualidade.

Este alargamento exige que os objetivos a serem alcançados sejam não só sustentados pela administração educativa e pelos elementos da comunidade escolar, mas também por toda a sociedade.

O alargamento da escolaridade obrigatória constitui, neste momento, um dever do Estado que tem de ser harmonizado com o dever da frequência da escolaridade que recai sobre os alunos. Resulta, assim, num conjunto de deveres recíprocos do Estado, da escola, do aluno e da respetiva família. A responsabilização dos alunos e das famílias, através dos pais e encarregados de educação, constitui igualmente um aspeto fundamental neste novo regime que se estabelece.

A estrutura de todo o ensino tem que se adaptar aos novos públicos. Tendo em vista o impacto que terão no futuro para a sociedade e para o desenvolvimento do País, há necessidade de criar novas ofertas educativas e de adaptar currículos com conteúdos considerados relevantes que respondam ao que é fundamental para os alunos e assegurem a inclusão de todos no percurso escolar.

Ao mesmo tempo, deve-se garantir uma igualdade efetiva de oportunidades, consagrando vias adequadas e apoios necessários aos alunos que deles necessitem, com o objetivo de melhorar os seus níveis de desempenho, conciliando a qualidade da educação com a equidade na sua prestação. Esta combinação exige um esforço partilhado, de modo a que todos os elementos da comunidade educativa colaborem para o mesmo fim.

Cada um destes elementos tem a sua contribuição específica: as famílias devem trabalhar em estreita colaboração e devem comprometer-se com o trabalho quotidiano dos seus educandos nas escolas; as escolas e os professores devem esforçar-se para construir um ensino exigente adaptado às circunstâncias escolares e a Administração deve adotar medidas que promovam e facilitem à comunidade escolar o cumprimento de todas as suas funções.

Por outro lado, têm de ser reforçadas as condições para a concretização destes objetivos e garantir progressivamente a universalidade, a gratuitidade e a obrigatoriedade de os menores de 18 anos frequentarem o sistema de educação de nível secundário, como patamar mínimo de qualificação.

Constitui, ainda, dever do Estado a prestação de serviços de ação social, de saúde e de psicologia e orientação escolar e profissional, para apoiar e tornar efetivo o cumprimento do dever de frequência dos alunos. Reforça-se, progressivamente, uma oferta de alternativas mais acautelada com

os interesses vocacionais e profissionais dos alunos e, em simultâneo, uma orientação vocacional, profissional que permita um aconselhamento aos jovens.

A fim de garantir o disposto na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, promove-se ainda, em diploma autónomo, a adequação do regime do Código do Trabalho ao disposto na referida lei.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprios das Regiões Autónomas e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de setembro, 49/2005, de 30 de agosto, e 85/2009, de 27 de agosto, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I**Disposições gerais****Artigo 1.º****Objeto**

1 — O presente diploma regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares.

2 — O presente diploma procede ainda à alteração ao Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, alterado pela Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, e pelos Decretos-Leis n.ºs 7/2003, de 15 de janeiro, 186/2008, de 19 de setembro, e 29-A/2011, de 1 de março, que regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares.

Artigo 2.º**Âmbito**

O presente decreto-lei aplica-se às crianças e aos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos.

Artigo 3.º**Cumprimento da escolaridade obrigatória**

1 — No âmbito da escolaridade obrigatória o ensino é universal e gratuito.

2 — A gratuitidade da escolaridade obrigatória traduz-se na oferta de ensino público com inexistência de propinas e na isenção total de taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, inscrição, frequência escolar e certificação, dispondo ainda os alunos de apoios no âmbito da ação social escolar, caso sejam cumpridos os prazos determinados.

CAPÍTULO II**Medidas preventivas do insucesso e do abandono escolares****Artigo 4.º****Medidas no ensino básico**

1 — Sempre que forem detetadas dificuldades na aprendizagem do aluno, são obrigatoriamente tomadas medidas

que permitam prevenir o insucesso e o abandono escolares, nomeadamente:

a) No 1.º ciclo, através do reforço das medidas de apoio ao estudo, que garantam um acompanhamento mais eficaz do aluno face às primeiras dificuldades detetadas;

b) Nos 1.º e 2.º ciclos, através de um acompanhamento extraordinário dos alunos estabelecido no calendário escolar;

c) Constituição temporária de grupos de homogeneidade relativa em termos de desempenho escolar, em disciplinas estruturantes, tendo em atenção os recursos da escola e a pertinência das situações;

d) Adoção, em condições excecionais devidamente justificadas pela escola e aprovadas pelos serviços competentes da administração educativa, de percursos diferentes, designadamente, percursos curriculares alternativos e programas integrados de educação e formação, adaptados ao perfil e especificidades dos alunos;

e) Encaminhamento para um percurso vocacional, de ensino após redefinição do seu percurso escolar, resultante do parecer das equipas de acompanhamento e orientação e com o comprometimento e a concordância do seu encarregado de educação;

f) Implementação de um sistema modular, como via alternativa ao currículo do ensino básico geral, para os alunos maiores de 16 anos;

g) Incentivo, tanto ao aluno como ao seu encarregado de educação, à frequência de escola cujo projeto educativo melhor responda ao percurso e às motivações de aprendizagem do aluno.

2 — Os alunos a frequentar cursos de ensino vocacional podem integrar o ensino básico geral, no final de cada ciclo de estudos, mediante a realização das provas ou exames previstos na legislação aplicável.

Artigo 5.º

Medidas no ensino secundário

1 — Sempre que forem detetadas dificuldades na aprendizagem do aluno, são obrigatoriamente tomadas medidas que permitam prevenir o insucesso e o abandono escolares, designadamente, através de:

a) Encaminhamento para uma oferta educativa adaptada ao perfil do aluno, após redefinição do seu percurso escolar, resultante do parecer das equipas de acompanhamento e orientação;

b) Implementação de um sistema modular, como via alternativa ao currículo do ensino regular, para os alunos maiores de 16 anos;

c) Incentivo, tanto ao aluno como ao seu encarregado de educação, à frequência da escola cujo projeto educativo melhor responda ao percurso e às motivações de aprendizagem do aluno.

2 — É permitida a reorientação do percurso formativo do aluno, através dos regimes de permeabilidade ou de equivalências, em termos a regulamentar por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.

CAPÍTULO III

Matrícula e frequência

Artigo 6.º

Obrigatoriedade de matrícula e de frequência

1 — Todos os alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos devem frequentar o regime de escolaridade obrigatória nos termos previstos no presente decreto-lei.

2 — A escolaridade obrigatória determina:

a) Para o encarregado de educação, o dever de proceder à matrícula do seu educando em escolas da rede pública, da rede particular e cooperativa ou em instituições de educação e formação, reconhecidas pelas entidades competentes;

b) Para o aluno, o dever de frequência.

3 — O dever de proceder à matrícula aplica-se também ao ensino doméstico e ao ensino a distância, sem prejuízo do estabelecido nos respetivos diplomas legais.

4 — A escolaridade obrigatória cessa:

a) Com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário de educação; ou,

b) Independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino, no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos de idade.

5 — Tem carácter facultativo a frequência dos ensinos básico e secundário após a cessação da escolaridade obrigatória, nos termos previstos no artigo 11.º

6 — Os alunos com necessidades educativas especiais que frequentaram o ensino básico com currículo específico individual, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, frequentam o ensino secundário ao abrigo da referida disposição legal.

7 — Ao incumprimento dos deveres de matrícula e de frequência previstos no presente diploma são aplicáveis as disposições legais em vigor.

Artigo 7.º

Matrícula

1 — A frequência de qualquer das ofertas educativas dos estabelecimentos da rede pública e do ensino particular e cooperativo implica a prática de um dos seguintes atos:

a) Matrícula;

b) Renovação de matrícula.

2 — A matrícula tem lugar para ingresso pela primeira vez:

a) No 1.º ciclo do ensino básico;

b) No ensino secundário recorrente;

c) Em qualquer ano de escolaridade dos níveis e modalidades de ensino por parte dos alunos que pretendam alterar o seu percurso formativo, nas situações e nas condições legalmente permitidas;

d) Em qualquer ano de escolaridade dos níveis e modalidades de ensino por parte dos candidatos titulares de habilitações adquiridas em países estrangeiros.

3 — O aluno maior de 16 anos considera-se matriculado se estiver inscrito e a frequentar com assiduidade um curso, em regime parcial, por sistema modular ou por disciplina,

e tenha autorização comprovada do encarregado de educação para o efeito.

4 — Os procedimentos exigíveis para a concretização do dever de proceder à matrícula e respetiva renovação são definidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

Artigo 8.º

Dever de matrícula

1 — A responsabilidade pela matrícula cabe:

- a) Ao encarregado de educação, quando o aluno seja menor;
- b) Ao aluno, quando maior, ou emancipado nos termos da lei.

2 — A primeira matrícula deve ser efetuada até ao dia 15 de junho de cada ano relativamente às crianças que, nesse ano, atinjam a idade legalmente fixada para ingresso na escolaridade obrigatória.

3 — Em situações excecionais previstas na lei, o membro do Governo responsável pela área da educação pode autorizar, a requerimento do encarregado da educação, a antecipação ou o adiamento da matrícula no 1.º ciclo do ensino básico.

4 — O requerimento referido no número anterior deve ser apresentado no agrupamento de escolas ou escola não agrupada pretendido, acompanhado de um parecer técnico fundamentado, o qual integra, obrigatoriamente, uma avaliação psicopedagógica da criança.

Artigo 9.º

Renovação da matrícula

1 — A renovação da matrícula tem lugar nos anos escolares subsequentes ao da matrícula, até à conclusão dos ensinos básico e secundário, em qualquer uma das suas ofertas.

2 — A renovação da matrícula realiza-se automaticamente no agrupamento de escolas ou no estabelecimento frequentado pelo aluno no ano escolar anterior àquele em que se pretende inscrever.

3 — Excetuam-se do disposto no número anterior as disciplinas de oferta obrigatória pela escola e de frequência facultativa pelos alunos.

Artigo 10.º

Transferência

1 — Durante a frequência de cada ciclo ou nível de ensino não são permitidas, em regra, transferências de alunos entre agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas.

2 — Excetuam-se do disposto no número anterior as transferências de alunos com os seguintes fundamentos:

- a) A mudança de curso ou de disciplina de opção não existentes na escola que o aluno frequenta;
- b) A aplicação de medida disciplinar sancionatória que determina a transferência de escola;
- c) As situações, devidamente reconhecidas pela escola, em que é solicitada a transferência por vontade expressa do encarregado de educação ou do aluno, quando maior.

Artigo 11.º

Restrições à frequência

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, não é permitida a matrícula ou renovação de matrícula em qualquer dos ciclos do ensino básico a alunos que à data de início do ano escolar que pretendam frequentar já tenham atingido os 18 anos de idade.

2 — Excetuam-se do disposto no número anterior os alunos que, não tendo interrompido estudos no último ano escolar, tenham transitado de ano de escolaridade.

3 — Os alunos a frequentar os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico com duas retenções no mesmo ciclo ou três retenções durante o seu percurso no ensino básico são encaminhados para a oferta educativa que melhor se adequa aos seus interesses e capacidades, tendo que, para esse efeito, existir o comprometimento e a concordância do seu encarregado de educação.

4 — Excetuam-se do número anterior os alunos que ficaram retidos por motivos de uma doença comprovada que limitou o sucesso no seu percurso.

5 — Os alunos que tenham completado os 20 anos de idade até à data do início do ano escolar só podem matricular-se em cursos do ensino recorrente ou noutras ofertas de educação e formação destinadas a adultos.

6 — Excetuam-se do disposto no número anterior os alunos que tenham transitado de ano e não tenham interrompido estudos no último ano escolar ou cujo limite de idade previsto em legislação própria seja superior a 20 anos.

7 — Aos alunos do ensino secundário que, à data de início do ano escolar, já tenham atingido 18 anos de idade não é permitida, em caso algum, a frequência pela terceira vez do mesmo curso no mesmo ano de escolaridade.

8 — Aos jovens habilitados com qualquer curso do ensino secundário só é permitida a frequência de novo curso ou de novas disciplinas do mesmo curso, desde que, feita a distribuição de alunos, exista vaga nas turmas já constituídas.

Artigo 12.º

Controlo da matrícula

1 — O controlo do cumprimento do dever de matrícula compete aos órgãos de gestão e administração dos respetivos estabelecimentos de educação e ensino.

2 — A informação necessária ao controlo do cumprimento do dever de matrícula é disponibilizada pelos serviços centrais com competência na área da estatística da educação, com base nos seguintes elementos:

- a) Listas de matrícula disponibilizadas pelos estabelecimentos de educação e ensino;
- b) Listas de nascimento disponibilizadas pelos serviços competentes do Ministério da Justiça.

Artigo 13.º

Falsas declarações

A prestação de falsas declarações no ato de matrícula ou da sua renovação implica procedimento criminal e disciplinar para os seus autores, nos termos da lei geral, podendo, no caso de alunos não abrangidos pela escolaridade obrigatória, levar à anulação da matrícula.

Artigo 14.º

Dever de frequência

1 — Constitui dever do aluno a frequência das aulas e das atividades escolares obrigatórias.

2 — Cabe ao encarregado de educação assegurar o cumprimento do dever de frequência da escolaridade obrigatória por parte do seu educando.

3 — Sem prejuízo dos regimes de assiduidade e de avaliação aplicáveis cabe ao agrupamento de escolas ou escola não agrupada verificar o cumprimento do dever de frequência da escolaridade obrigatória.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 15.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro

O artigo 3.º Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, alterado pela Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, e pelos Decretos-Leis n.ºs 7/2003, de 15 de janeiro, 186/2008, de 19 de setembro, e 29-A/2011, de 1 de março, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º

[...]

1 — O transporte escolar é gratuito até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontram nas condições estabelecidas no artigo

anterior, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário.

2 —
3 —
4 —
5 —
6 —»

Artigo 16.º

Norma revogatória

São revogados os artigos 4.º, 8.º, 9.º, 10.º a 12.º e 28.º a 31.º do Decreto-Lei n.º 301/93, de 31 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 30/2002, de 20 de dezembro, e 85/2009, de 27 de agosto.

Artigo 17.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de junho de 2012. — *Pedro Passos Coelho* — *Vítor Louçã* — *Rabaça Gaspar* — *Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato*.

Promulgado em 25 de julho de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 27 de julho de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

Despacho n.º 11886-A/2012
de 6 de setembro



PARTE C

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar

Despacho n.º 11886-A/2012

O Governo através do Ministério da Educação e Ciência acompanha, com preocupação, a atual situação económica e social das famílias, bem como as condições das crianças e jovens que frequentam a rede de escolas que integram o sistema de oferta pública do Ministério da Educação e Ciência.

Impõem-se assim fixar nos termos previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na redação dada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de setembro, e 49/2005, de 30 de agosto, e n.º 85/2009, de 27 de agosto, e nos termos do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, as comparticipações correspondentes aos apoios sociais, designadamente as destinadas ao alojamento e alimentação, bem como as condições de acesso a auxílios económicos e recursos pedagógicos.

Embora as condições financeiras do Estado obriguem a contenções, entende o Ministério da Educação e Ciência manter as medidas e montantes previstos no ano letivo anterior.

Através do presente diploma, reforça-se no ano letivo de 2012-2013 o apoio a crianças e jovens que frequentam escolas de referência ou unidades de ensino estruturado e de apoio especializado que passam a ter comparticipação no transporte, garantindo-se assim o pleno direito à educação a todas as crianças e jovens.

O presente diploma inscreve ainda, no âmbito da ação social escolar, a bolsa de manuais escolares. Este mecanismo já existente em algumas escolas permitirá o acesso mais alargado a manuais escolares por parte dos alunos, bem como a sua responsabilização pela sua utilização.

Para o efeito, foi ainda ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Assim, nos termos do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, determina-se:

1 — Para o ano escolar de 2012-2013 mantêm-se em vigor as condições de aplicação das medidas de ação social escolar definidas pelo despacho n.º 18987/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 17 de agosto de 2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 14 de setembro de 2010, e pelo despacho n.º 12284/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 19 de setembro de 2011, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Os artigos 7.º, 8.º, 9.º, 11.º e 13.º do despacho n.º 18987/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 17 de agosto de 2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 14 de setembro de 2010, e pelo despacho n.º 12284/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 19 de setembro de 2011, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 7.º

Auxílios económicos

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 — O apoio a conceder ao aluno para manuais escolares, no âmbito da ação social escolar e de acordo com o escalão que integra, é sempre feito a título de empréstimo, ocorrendo a comparticipação para a aquisição de novos manuais só depois de esgotado o recurso à bolsa de manuais escolares prevista no artigo 7.º-A.

Artigo 8.º

Normas para atribuição dos auxílios económicos

- 1 —
- 2 — Têm direito a beneficiar dos apoios previstos neste despacho os alunos pertencentes aos agregados familiares integrados nos 1.º e 2.º escalões de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição

do abono de família nos termos dos artigos 9.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterados pelos Decretos-Leis n.ºs 87/2008, de 28 de maio, 245/2008, de 18 de dezembro, 70/2010, de 16 de junho, 116/2010, de 22 de outubro, e 133/2012, de 27 de junho, e do anexo III do presente despacho.

3 —

4 — A reavaliação do escalão de rendimentos para efeitos de atribuição do abono de família, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, com as alterações entretanto introduzidas, pode dar lugar a reposicionamento em escalão de apoio previsto no presente despacho.

5 —

6 —

a)

b)

7 —

Artigo 9.º

Situações excecionais

1 —

2 — No cálculo da capitação dos agregados familiares a que se refere o número anterior, aplica-se o modelo utilizado para a determinação do escalão do abono de família, designadamente os artigos 9.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, com as alterações entretanto introduzidas.

3 —

4 —

a)

b)

5 —

6 —

a)

b)

7 —

8 — As alterações previstas no n.º 4 do artigo 8.º e n.º 5 do presente artigo, que ocorram ao longo do ano letivo de 2012-2013, dão direito a todas as medidas de ação social escolar, com exceção da comparticipação nos encargos com a aquisição de manuais escolares.

Artigo 11.º

Bolsas de mérito

1 —

2 —

a)

b)

3 —

4 —

5 — O montante da bolsa de mérito é o correspondente a duas vezes e meia o valor do indexante dos apoios sociais (IAS) em vigor no início do ano letivo, fixado para o ano de 2012 em € 419,22 nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 323/2009, de 24 de dezembro.

6 —

Artigo 13.º

Alunos com necessidades educativas especiais

1 —

a)

b) Transportes — totalidade do custo para os alunos que residam a menos de 3 km do estabelecimento de ensino;

c)

d)

2 —

3 — São aditados ao despacho n.º 18987/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 17 de agosto de 2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 14 de setembro de 2010, e pelo despacho n.º 12284/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 19 de setembro de 2011, os artigos 7.º-A, 7.º-B e 13.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 7.º-A

Bolsa de manuais escolares

1 — É criada e gerida em cada escola ou agrupamento, nos termos a definir do respetivo regulamento interno, uma bolsa de manuais escolares destinada a apoiar os alunos que nos termos do artigo 7.º sejam considerados carenciados.

2 — A bolsa a que se refere o número anterior é constituída pelos manuais escolares devolvidos, nos termos do presente despacho, pelos alunos que deles foram beneficiários e que se encontrem em estado de conservação adequado à sua reutilização, de acordo com as especificidades das disciplinas a que respeitam e o tipo de utilização para que foram concebidos, bem como por aqueles que sejam doados à escola, designadamente por outros alunos, por intercâmbio entre escolas ou sejam adquiridos com verbas próprias ou, para o efeito, postas à sua disposição por quaisquer entidades públicas ou privadas.

3 — Para os efeitos previstos no presente artigo, os alunos beneficiários de apoio em manuais escolares, bem como o encarregado de educação do aluno menor, obrigam-se a conservá-los em bom estado, responsabilizando-se pelo seu eventual extravio ou deterioração, ressalvado o desgaste proveniente do seu uso normal, prudente e adequado, face ao tipo de uso e disciplinas para que foram concebidos e do decurso do tempo, obrigando-se ainda a devolvê-los à escola ou agrupamento, nos termos estabelecidos no artigo seguinte.

Artigo 7.º-B

Devolução dos manuais escolares

1 — A devolução à escola ou agrupamento dos manuais escolares postos à disposição do aluno ou cuja aquisição foi comparticipada pela ação social escolar ocorre no final do ciclo de estudos, relativamente a todos os manuais escolares correspondentes aos anos de escolaridade do ciclo em que o aluno beneficiou do apoio.

2 — O dever de restituição a que se refere o presente artigo recai sobre o encarregado de educação ou no aluno, quando maior, e ocorre nos oito dias úteis subsequentes ao da afixação das pautas de avaliação do ano e ciclo de escolaridade frequentado pelo aluno, só sendo exigível àqueles que concluíram os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário, relativamente aos manuais escolares cujo nível de atualização possibilite a respetiva reutilização, na mesma ou em qualquer outra escola ou agrupamento.

3 — Sempre que se verifique a retenção do aluno beneficiário no ensino básico ou a não aprovação em disciplinas do ensino secundário, mantém-se o direito a conservar na sua posse os manuais escolares relativos ao ciclo ou disciplinas em causa até à respetiva conclusão.

4 — A não restituição dos manuais escolares, nos termos dos números anteriores, ou a sua devolução em estado de conservação que, por causa imputável ao aluno, impossibilite a sua reutilização, implicam a impossibilidade de atribuição deste tipo de apoio no ano letivo seguinte.

5 — No ato da receção dos manuais escolares é emitido pela escola ou agrupamento o correspondente recibo de quitação, com o averbamento sobre o estado de conservação dos mesmos, o qual, em caso de mudança de escola, deve ser exibido no novo estabelecimento de ensino, para os efeitos previstos no número anterior.

6 — Para os efeitos de candidatura a apoios socioeducativos em qualquer ciclo ou nível de ensino, designadamente em situação de mudança de escola, pode qualquer aluno que tenha frequentado a escola sem apoios na modalidade a que se refere o presente despacho solicitar a emissão de declaração comprovativa da sua situação.

Artigo 13.º-A

Disposições transitórias

1 — Sem prejuízo de o poderem fazer relativamente a todos os manuais escolares postos à sua disposição no âmbito da ação social escolar ao longo do ciclo de estudos, a obrigação de devolução estabelecida no Despacho n.º 18987/2009, com as alterações ora introduzidas, constitui-se, para o encarregado de educação ou para o aluno maior, nos seguintes termos:

a) No final do ano escolar de 2012-2013, para os alunos que, tendo concluído o respetivo ciclo de estudos, frequentaram o 6.º, 9.º e 12.º anos de escolaridade, relativamente aos manuais escolares referentes às disciplinas daqueles anos de escolaridade;

b) No final do ano escolar de 2013-2014, para os alunos que, tendo concluído o respetivo ciclo de estudos, frequentaram os 5.º, 6.º, 8.º, 9.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade, relativamente aos manuais escolares referentes às disciplinas daqueles anos de escolaridade;

c) No final de 2014-2015 e nos anos escolares seguintes, para os alunos que, tendo concluído o respetivo ciclo de estudos, frequentaram os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário, relativamente aos manuais escolares referentes às disciplinas dos diferentes anos dos referidos ciclos de escolaridade.

2 — O disposto no n.º 4 do artigo 7.º-B só é aplicável a partir do ano escolar de 2013-2014.

3 — No ano escolar de 2012-2013 os alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, têm também direito, no âmbito da ação social escolar, à comparticipação da totalidade do custo de transportes para as escolas de referência ou para as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado que frequentam, conforme o disposto nas alíneas a) e b) dos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.»

4 — É revogada a alínea d) do artigo 10.º do despacho n.º 18987/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 17 de agosto de 2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 14 de setembro de 2010, e pelo despacho n.º 12284/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 19 de setembro de 2011.

5 — O presente despacho entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação.

6 de setembro de 2012. — O Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, *João Casanova de Almeida*.

206370556

Despacho n.º 11306-D/2014
de 8 de setembro

Instituição de ensino superior	NUTS II	NUTS III	Bolsas
Instituto Politécnico da Guarda	Centro	Beira Interior Norte Serra da Estrela	80
Instituto Politécnico de Portalegre	Alentejo	Alto Alentejo	75
Instituto Politécnico de Santarém	Alentejo	Lezíria do Tejo	75
Instituto Politécnico de Tomar	Centro	Médio Tejo	80
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Norte	Minho-Lima	100
Instituto Politécnico de Viseu	Centro	Dão-Lafões	80
			1 000

208078944

Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar

Despacho n.º 11306-D/2014

O acesso à educação constitui um direito fundamental do ser humano. Contudo esse acesso só se torna universal quando as condições sociais das crianças permitem que o direito seja materialmente concretizável. Consciente dessa realidade, o atual Governo tem feito uma aposta de significativa importância na efetivação de apoios que possam minimizar as assimetrias, concretizando objetivamente esse direito. Assim, as muitas ações que ao longo da legislatura têm sido implementadas permitem que dentro da escola exista um esbatimento das desigualdades sociais no acesso à oferta educativa.

O aumento do investimento na ação social escolar, a par da melhor distribuição dos recursos, tem sido possível graças à intervenção prioritária utilizando os recursos existentes.

É nessa linha que, mais uma vez, o Governo aumenta a comparticipação financeira traduzida no correspondente acréscimo de apoios escalonados dados às famílias apoiadas pela ação social escolar.

Esse apoio é reforçado através do aumento da utilização das «bolsas de manuais escolares», com a introdução do mecanismo de desvalorização do preço de capa, permitindo que os alunos tenham acesso a mais livros, incentivando a utilização generalizada da «bolsa» disponível em todas as escolas.

Pretendemos, com o aumento dos apoios de ação social e de responsabilização, reforçar a igualdade de oportunidades contribuindo para a formação cívica dos nossos alunos.

Para o efeito do presente despacho foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim, nos termos do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, determina-se:

1—Para o ano escolar de 2014-2015 mantêm-se em vigor as condições de aplicação das medidas de ação social escolar definidas pelo despacho n.º 18987/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 158, de 17 de agosto de 2009, com as alterações introduzidas pelos despachos n.º 14368-A/2010 de 14 de setembro, 12284/2011 de 19 de setembro, 11886-A/2012 de 6 de setembro e 11861/2013 de 12 de setembro, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2—No ano escolar de 2014/2015 os alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei 55/2009, têm também direito, no âmbito da ação social escolar, à comparticipação da totalidade do custo de transportes para as escolas de referência ou para as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado que frequentam, conforme o disposto nas alíneas a) e b) dos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 3/2008.

3—É aditado ao artigo n.º 7.º A do Despacho n.º 11886-A/2012, publicado na 2.ª série do Diário da República de 6 de setembro de 2012, o n.º 4 com a seguinte redação:

«Artigo 7.º-A

Bolsa de manuais escolares

- 1—
- 2—
- 3—
- 4—No empréstimo de manuais escolares, quando o agrupamento de escolas ou escola não agrupada procede à sua distribuição deve ter em consideração:

a) Que a comparticipação para a aquisição de novos manuais só pode ser efetuada depois de esgotado o recurso à bolsa de manuais escolares.

b) A desvalorização do preço de capa em 30% dos manuais usados.

c) Outros critérios definidos por cada unidade orgânica.»

4—Os anexos I, II e III do despacho n.º 18987/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 158, de 17 de agosto de 2009, passam a ter a seguinte redação:

Anexo I

Preço das Refeições

(n.ºs 2 do artigo 3.º e 4 do artigo 5.º)

(Em euros)		
Alimentação	Refeições em refeitórios escolares	Refeições ligeiras em bufetes escolares
Preço para os alunos.	1,46	1,08
Taxa adicional — marcação no dia	0,30	-
Comparticipação máxima no custo refeição/aluno.	0,22	0,12

Anexo II

Alojamento

(a que se refere o n.º 3 do artigo 6.º)

Capitação	Mensalidade a pagar pelos alunos
Escalão A (escalão 1 do abono de família)	10 % IAS (a)
Escalão B (escalão 2 do abono de família)	20 % IAS (a)
Escalão C (escalão 3 do abono de família)	35 % IAS (a)
Restantes escalões do abono de família	50 % IAS (a)

(a) Em vigor no início do ano letivo.

Anexo III

Auxílios Económicos

(a que se refere os n.ºs 2 do artigo 8.º e 1 do artigo 9.º)

1.º ciclo do ensino básico

Escalaço	Capitação	Comparticipação mínima			
		Alimentação	Livros		Material Escolar
			1.º e 2.º anos	3.º e 4.º anos	
A.	escalaço 1 do abono de família	100%	26,60 €	32,80 €	13 €
B.	escalaço 2 do abono de família	50%	13,30 €	16,40 €	6,50 €

2.º ciclo do ensino básico

Escalaço	Capitação	Comparticipação		
		Alimentação	Livros	Material Escolar
			5.º ano e 6.º ano	
A.	escalaço 1 do abono de família	100%	118,00 €	16€
B.	escalaço 2 do abono de família	50%	59,00 €	8 €

3.º ciclo do ensino básico

Escalaço	Capitação	Comparticipação			
		Alimentação	Livros		Material Escolar
			7.º ano	8.º e 9.º anos	
A.	escalaço 1 do abono de família	100%	176,00 €	154,00 €	16€
B.	escalaço 2 do abono de família	50%	88,00 €	77,00 €	8 €

Ensino secundário

Escalaço	Capitação	Comparticipação			
		Alimentação	Livros	Material Escolar	Alojamento em residência familiar (a) (b)
A.	escalaço 1 do abono de família	100%	147,00 €	16 €	15 % do IAS/mês (x10)
B.	escalaço 2 do abono de família	50%	73,500 €	8€	8% do IAS/mês (x10)

(a) Em vigor no início do ano letivo.

(b) Alternativa ao transporte escolar de forma a garantir a sequência dos estudos que corresponde à opção do aluno.»

8 de setembro de 2014. — O Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, *João Casanova de Almeida*.

208080311